



Ciência Política: Debates temáticos 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

**Atena**
Editora
Ano 2022



Ciência Política: Debates temáticos 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

**Atena**
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Ciência política: debates temáticos 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciência política: debates temáticos 2 / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0089-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.899221705>

1. Ciência política. I. Senhoras, Elói Martins
(Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A Ciência Política trata-se de um campo epistemológico que nasce com o movimento do Renascentismo na Europa e desde então evoluiu por trajetórias históricas diferenciadas no mundo, tanto, de natureza disciplinar, quanto multidisciplinar, com a difusão de distintos paradigmas ideológicos, bem como uma pluralidade de marcos teóricos e de procedimentos metodológicos de levantamento e análise de dados.

Partindo desta contextualização evolutiva, este livro de coletânea é apresentado para refletir, discutir ou mesmo questionar sobre a realidade complexa e multifacetada do mundo contemporâneo, a partir de um conjunto de estudos fundamentados no rigor teórico-metodológico, embora com uma linguagem simples e didática, acessível a um amplo público de potenciais leitores.

A complexidade existente no mundo material e do mundo das ideias é captada neste livro a partir de dezesseis capítulos que compartilham a preocupação de apresentar os respectivos debates e análises temáticas dentro de um explícito rigor científico, sem perder a contextualização de um implícito ecletismo teórico-metodológico, característico do campo de Ciência Política.

Os dezesseis capítulos apresentados neste livro, “Ciência Política: Debates Temáticos 2”, são fruto de um plural trabalho desenvolvido coletivamente por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros e estrangeiros comprometidos para a apreensão da realidade empírica contemporânea e que acabam por repercutir cientificamente no enriquecimento do campo científico da Ciência Política.

Neste sentido, o contexto de crescente fluidez e complexidade da realidade faz emergir novos desafios, problemas à humanidade, razão pela qual são demandadas novas agendas temáticas, lógicas e discursivas para se refletir como o campo científico da Ciência Política, sendo elas exploradas na presente obra para explicar e responder positivamente aos múltiplos assuntos e campos de poder inerentes nos tempos atuais.

A construção epistemológica apresentada neste trabalho coletivo busca romper consensos, findando demonstrar a riqueza existente no anarquismo teórico e metodológico do campo da Ciência Política em resposta à complexa realidade empírica, razão pela qual convidamos você leitor(a) a nos acompanhar à luz do ecletismo registrado nos estimulantes estudos empíricos deste livro.

Ótima leitura!


Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A COMUNICAÇÃO NÃO VERBAL NA POLÍTICA: UMA INTRODUÇÃO AOS CAMPOS DE ESTUDO E FUNÇÕES


Sergio Fernandes Senna Pires

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217051>

CAPÍTULO 2..... 15

A MENTIRA NO DEBATE POLÍTICO: OMITIR É MENTIR?

Sergio Fernandes Senna Pires


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217052>

CAPÍTULO 3..... 26

IDEOLOGIAS POLÍTICAS: UMA PESQUISA COMO METODOLOGIA DE ENSINO NO ENSINO MÉDIO

Claudyanne Rodrigues de Almeida


Karina Andrea Tarca

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217053>

CAPÍTULO 4..... 30

IMPERIALISMO EM AMÉRICA LATINA: CONTRIBUIÇÕES DE MARIÁTEGUI E ZAVALETA

Aline Recalcatti de Andrade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217054>

CAPÍTULO 5..... 38

ACERCAMIENTO A LA DEFINICIÓN DE CLASE POLÍTICA


Eduardo Gabriel Barrios Pérez

Guadalupe H. Mar Vázquez

Miguel Ángel Barragán V.

María Teresa de Jesús Arroyo G.


José Luis Cerdán Díaz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217055>

CAPÍTULO 6..... 49

CLASSES E LUTA DE CLASSES: REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE AS CLASSES SOCIAIS NAS OBRAS DE NICOS POULANTZAS E ERIK OLIN WRIGHT

Felipe de Queiroz Braga

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217056>


CAPÍTULO 7..... 64

AS POSTAGENS FALAM: UM ESTUDO SOBRE OS POSTS DE MAIOR ALCANCE DE MOVIMENTOS ANTICORRUPÇÃO NO BRASIL

Davi Barboza Cavalcanti

Demétrius Rodrigues de Freitas Ferreira


Sheila Borges de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217057>

CAPÍTULO 8..... 80

ATIVISMO JUDICIAL E JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Clidenor Marcos Vaz Campelo


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217058>

CAPÍTULO 9..... 93

A CARACTERIZAÇÃO DO MERO ABORRECIMENTO COMO UM CRITÉRIO PARA CONTER A INDÚSTRIA DOS DANOS MORAIS

Juliano Ralo Monteiro

Maria Auxiliadora Pinto de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217059>


CAPÍTULO 10..... 107

O PERFIL DA TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO MUNICIPAL: AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DOS EXECUTIVOS E LEGISLATIVOS DA REGIÃO FUNCIONAL DE PLANEJAMENTO 7 (RF-7)

Tiago Rodrigo Lutzer Tizotte

Mateus Zounar Marques

Nelson José Thesing


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.89922170510>

CAPÍTULO 11..... 122

POLÍTICA TRIBUTÁRIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A GUERRA FISCAL COMO OBSTÁCULO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO

Kauly Furiama Santos

Maria Juraci Teresa Sampaio dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.89922170511>


CAPÍTULO 12..... 135

PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS – RELEVÂNCIA PARA O BRASIL

Adelcio Machado dos Santos

Dreone Mendes

Rubens Luis Freiburger

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.89922170512>


CAPÍTULO 13..... 144




A FORMAÇÃO DO OFICIAL AVIADOR NA FORÇA AÉREA: ANÁLISE SOBRE A CONFIGURAÇÃO CURRICULAR SOB A PERSPECTIVA DOS NORMATIVOS DE DEFESA

Maria Alessandra Lima Moulin

Paulo Pereira Santos

Cristina Massot Madeira Coelho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.89922170513>

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 14..... | 160 |
| POLÍTICA NACIONAL FRENTE A LA TRATA DE PERSONAS Y SUS FORMAS DE EXPLOTACIÓN EN LA PROVINCIA DE SAN ROMÁN - PERÚ | |
| Enrique Gualberto Parillo Sosa | |
| Virginia Guadalupe Pacompia Flores | |
| Carmen Eliza Zela Pacori | |
| Illich Xavier Talavera Salas | |
| José Oscar Huanca Frias | |
| Juan Manuel Tito Humpiri | |
| Lucio Ticona Carrizales | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.89922170514 | |
| CAPÍTULO 15..... | 168 |
| ANÁLISE DE UMA SOCIEDADE ONDE A ARISTOCRACIA E A MONARQUIA PREVALECIAM COMO FORÇA SOCIAL POLÍTICA E ECONÔMICA | |
| Luciene Guisoni | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.89922170515 | |
| CAPÍTULO 16..... | 182 |
| CONSTRANGIMENTOS E DESAFIOS DOS MODELOS DE REASSENTAMENTO EM MOÇAMBIQUE (2009-2018) | |
| Mário Mubango Cossane | |
| Paulo Domingos Muenda Muerembe | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.89922170516 | |
| SOBRE O ORGANIZADOR..... | 191 |
| ÍNDICE REMISSIVO..... | 192 |

CAPÍTULO 1

A COMUNICAÇÃO NÃO VERBAL NA POLÍTICA: UMA INTRODUÇÃO AOS CAMPOS DE ESTUDO E FUNÇÕES

Data de aceite: 01/04/2022

Data de submissão: 08/03/2022

Sergio Fernandes Senna Pires

Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia
de Psicologia
Câmara dos Deputados
Brasília – Distrito Federal
<http://lattes.cnpq.br/1997027402860999>

RESUMO: A quantidade de trabalhos científicos sobre comunicação não verbal tem aumentado ao longo do tempo. Nesse capítulo, buscou-se mostrar as fontes e funcionalidades da comunicação não verbal aplicadas à política. Apresentam-se o debate sobre os aspectos biológicos e culturais da comunicação social. Conclui-se que a linguagem corporal é simultaneamente cultural e biológica. Tem havido uma apropriação indevida e apressada dos resultados das pesquisas científicas. Tal apropriação se dá por questões mercadológicas, resultando na disseminação de baixa qualidade científica. Conclui-se que os meios de comunicação de massa e a Internet influenciam as concepções do público em geral sobre os atores políticos. Nesse contexto, a omissão ou inclusão de elementos, juntamente com a edição da narrativa dos fatos, podem influir diretamente nas atitudes do público em relação ao cenário político.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação verbal na política, linguagem corporal e política.

NONVERBAL COMMUNICATION IN POLITICS: AN INTRODUCTION ON ITS FIELDS OF STUDY AND FUNCTIONS

ABSTRACT: The amount of scientific work on non-verbal communication has increased over time. In this chapter, we sought to show the sources and functionalities of non-verbal communication applied to politics. The debate on the biological and cultural aspects of social communication is presented. It is concluded that body language is simultaneously cultural and biological. In this context, there has been a misappropriation of the results of scientific research. Such appropriation is due to marketing issues, resulting in the dissemination of products with low scientific quality. It is concluded that the mass media and the Internet influence the public's conceptions of political actors. In this context, the omission or inclusion of elements, together with the editing of the narrative of the facts, can directly influence the public's attitudes towards the political scenario.

KEYWORDS: Nonverbal communication in politics, body language and politics

1 | INTRODUÇÃO

A comunicação não verbal (CNV) vem sendo conhecida por diversos nomes ao longo do tempo. Uma das mais conhecidas expressões que as pessoas usam como sinônimo é a linguagem corporal. Isso se deve, em grande parte, à popularização dessa área do conhecimento e a disseminação

do conhecimento na forma de livros de autoajuda. Na verdade, a linguagem corporal é apenas uma pequena parte desse vasto campo da CNV e se refere, basicamente, aos comportamentos não verbais observáveis.

No âmbito acadêmico, a CNV vem sendo considerada como qualquer comunicação além do que se fala ou o que se escreve (DENAULT *et al.*, 2020; MATSUMOTO; HWANG; FRANK, 2016). Como o próprio nome indica, é uma comunicação que não envolve o uso de palavras. Nesse contexto, mesmo não havendo a utilização de signos linguísticos. Pode ser usada no contexto persuasivo para projetar uma imagem, para eliciar emoções ou para criar uma identidade.

Podemos organizar a explicação sobre a CNV por meio das fontes de sua observação, dos seus campos de estudo e das suas funcionalidades. Essa será a nossa estratégia para articular os fundamentos sobre a CNV com a sua interpretação nos debates políticos.

A literatura científica vem tradicionalmente indicando que existem três fontes principais para a CNV (MATSUMOTO; HWANG; FRANK, 2016): (1) o ambiente; (2) características físicas ou aparência; e (3) a dinâmica da face, do corpo e da vocalização. Cada uma dessas fontes pode influenciar qualquer debate e sobre isso ampliaremos as explicações mais adiante.

Há evidências científicas robustas de que uma boa parte da linguagem corporal tem origem cultural (SEGERSTRÅLE; MOLNÁR, 2018; MATSUMOTO; HWANG, 2016; ELFENBEIN *et al.*, 2007), o que produz muitas diferenças na forma como vivenciamos essa dimensão da comunicação. O exemplo mais claro disso são os emblemas, que consistem em gestos cujos significados são coletivamente negociados em um determinado grupo cultural. Normalmente, gestos obscenos estão classificados nessa categoria. Se alguém fizer um gesto desse tipo, para os participantes de determinada cultura, todos entendem e se ofendem! No entanto, um estrangeiro pode ficar um pouco confuso e levar um tempo para entender o que está ocorrendo.

Não obstante esse aspecto cultural, a pesquisa científica também dedicou boa parte da sua atenção a tentar demonstrar que existe uma influência evolutiva muito forte na CNV (KRET; STRAFFON, 2018; CRIVELLI *et al.* 2016; MATSUMOTO; WILLINGHAM, 2009.). Nesse contexto, apesar de não ser o nosso principal objetivo nesse trabalho, é necessário apontar para a questão do essencialismo aplicado à CNV, da busca de regras ou padrões universais, o que sempre acaba sendo alvo de críticas nos estudos acadêmicos que perseguem esse objetivo (BARRETT; WESTLIN, 2021).

Ainda que compartilhemos a mesma fisiologia, cada ser é diferente e responde diferentemente às condições ambientais. Esse é um indicador de que é necessário tomar cuidado com a defesa da existência de leis universais. Além disso, há evidências de que o resultado de certos experimentos não tenha recebido as devidas críticas, sendo aceitos e propagados de forma apressada (VRIJ; FISHER, 2020; BURGOON, 2018). Esse aspecto avulta de importância ao considerarmos a disseminação de conhecimento pseudocientífico

nos livros de autoajuda sobre linguagem corporal, reconhecimento de emoções e sobre a identificação da mentira pelo comportamento não verbal. Boa parte da produção com essa característica tenta criar protocolos, estabelecer regras gerais ou criar métodos a partir dos quais seria possível interpretar o comportamento não verbal. Essa é uma manifestação popular e comercial do essencialismo, aplicado à CNV, e colocado a serviço da exploração mercadológica de técnicas e métodos, supostamente baseados em conhecimento científico.

Apesar disso, como anteriormente mencionado, o uso e a interpretação da CNV podem ajudar muito nos debates políticos (WAHL-JORGENSEN, 2019). Seja para enfatizar as suas influências nas narrativas, seja como auxílio na interpretação do que os interlocutores estão dizendo ou mostrando.

A CNV pode ser muito útil, por exemplo, para a identificação de *Fake News*. Por meio das pistas visuais que são muito difíceis de manipular, como as cores, os móveis, os lugares, a arquitetura, as posições do corpo etc, é possível desconfiar da credibilidade de determinada figura, texto ou mensagem. Indiscutivelmente, a sua utilização é fundamental em um contexto eminentemente persuasivo como ocorre nos debates políticos.

21 O QUE É COMUNICAÇÃO NÃO VERBAL?

Mencionamos, anteriormente, que a CNV se constitui em qualquer mensagem que não utiliza as palavras e os seus significados. Isso é possível, pois o ambiente é muito rico de mensagens que não são transmitidas por signos linguísticos. O uso de cores, texturas, imagens, tipos de móveis, layouts de ambientes, tudo isso pode conter mensagens (MANUSOV; 2016). Ao entrar em um ambiente, por exemplo, podemos perceber o nível de formalidade. Numa sala de audiências judiciais, por exemplo, não é raro ver que a posição do magistrado está em destaque e mais elevada que a dos demais participantes.

O tipo de móvel usado também influencia em nossas interpretações. Cadeiras com encosto mais alto costumam receber a denominação comercial de “cadeira de presidente”, indicando a quem são destinadas.

Ao estabelecer uma marca comercial, as empresas escolhem cuidadosamente as cores que a representarão, assim como os habitantes de um país se identificam pelas cores de suas bandeiras. Percebem-se, inclusive, elementos emocionais que estão relacionados ao uso das cores de determinada nação em solenidades e eventos esportivos (AZNAR-CASANOVA *et al.*, 2020). Orgulho, alegria e tristeza são emoções comumente observadas nessas solenidades nas quais as pessoas destacam, de alguma forma, a sua identidade pelo uso das cores nacionais em adereços, roupas, bandeiras etc.

No que diz respeito à interpretação da aparência física, a pesquisa moderna difere do que ocorreu no Séc. XIX por não mais procurar uma relação intrínseca entre as características físicas e o comportamento. Não prevalece mais a intenção em relacionar determinada característica física à previsão do comportamento futuro. Essa nova postura

da pesquisa científica nos afasta imensamente dos estudos da Frenologia e de Cesare Lombroso (TODD; FUNDER, 2016; TWINE, 2002). Estuda-se como as pessoas percebem e interpretam, autonomamente, os elementos estáticos da face e do corpo para chegarem a conclusões (OOSTERHOF; TODOROV, 2008). Não é mais a “testa grande” a causa ou o indicador da inteligência de uma pessoa. É a conclusão autônoma a que um observador chega acerca da “testa grande” que é o novo objeto de estudo. Uma vez que não há evidência científica de que a “testa grande” seja a razão para a pessoa ser inteligente, é o observador que, utilizando-se de um critério arbitrário, atribui essa característica ao observado, com base nas suas próprias impressões.

Essa alteração na forma como se pesquisa o tema trouxe novo fôlego para essa área tão produtiva. Por outro lado, esse fenômeno nos deixa o alerta de que uma pessoa pode ser induzida a considerar que “testa grande” está relacionada à inteligência, sem que isso tenha qualquer sustentação científica. A partir dessa relação, qualquer um com uma testa privilegiada passará a ser considerado inteligente pelo observador. Esse é o risco da apressada generalização de uma impressão.

No que diz respeito aos artefatos, sempre houve pouca polêmica e interesse em estudar como os adereços, roupas e símbolos podem influenciar a interpretação das pessoas (JAIME, 2018). Esses elementos são tão poderosos que, não raras vezes, são utilizados por golpistas para facilitarem o primeiro contato com suas vítimas. Diversas modalidades de golpes são aplicadas por pessoas vestidas como religiosos ou militares (CROSS; HOLT, 2021; REBOVICH, 2021). A explicação possível para essa escolha é porque são profissões cujas vestimentas são bem peculiares e as caracterizam, eliciando pressupostos sobre confiabilidade com base nas inferências sobre os integrantes de determinada profissão. Esse fato, é visto pelos criminosos como um facilitador para as suas atividades.

Para entendermos com mais profundidade esse assunto, é necessário destacar que o psiquismo humano é composto de processos básicos (ZAVERSHNEVA; VAN DER VEER, 2019), mais antigos, normalmente não conscientes e diretamente relacionados com o funcionamento do Sistema Nervoso Autônomo, e processos que podemos chamar de superiores (aqueles que nos diferenciam dos outros animais): (1) a ação conscientemente controlada; (2) a memória ativa e (3) o pensamento abstrato (ZAVERSHNEVA; VAN DER VEER, 2018).

A maioria dos cientistas focaliza sua atenção em um ou outro conjunto de processos. A confusão tende a diminuir quando conseguimos considerar que os processos básicos não prevalecem, necessariamente, sobre os superiores e vice-versa. Os processos psicológicos atuam concomitantemente (de forma isolada ou articulada) e não há como prever, de forma geral, qual deles prevalecerá ou funcionará como “orientador” principal de determinado comportamento.

É o que ocorre, por exemplo, com muitas das pessoas que se recuperam do abuso de drogas ilícitas. Apesar da vontade de parar, os mecanismos básicos, relacionados com o

circuito fisiológico dopaminérgico do prazer, podem regular uma “vontade” de usar drogas. É estabelecida, então, uma concorrência entre um processo consciente superior (saber que não deve drogar-se por vários motivos) e as dependências psíquica e química da droga, relacionadas a alguma percepção fisiológica supostamente agradável (processo básico – dependência química).

Tendo isso em mente, concluímos que a linguagem corporal é simultaneamente cultural e biológica, o que torna seu estudo um desafio, devido à complexidade que a articulação teórica entre esses dois campos sempre apresentou ao longo da história da ciência. Não obstante, os exemplos aqui apresentados destacam, mais uma vez, a sua relevância para o entendimento, a análise e o seu uso no contexto dos debates políticos.

3 I OS CAMPOS DE ESTUDO E AS FUNÇÕES DA COMUNICAÇÃO NÃO VERBAL

Tradicionalmente, são quatro os campos de estudo da CNV. Entretanto, essa quantidade vem sendo constantemente ampliada tendo em vistas as necessidades da pesquisa científica (HALL; HORGAN; MURPHY, 2019). A paralinguagem estuda como as características acústicas da voz e a forma como se dá a articulação vocal das palavras e os significados que essas variações podem produzir. O tom da voz, as pausas, a frequência, a altura, a variação desses parâmetros produz diferenças em como interpretamos, conjuntamente, as mensagens vocais. O estudo da aparência física se dedica a entender como a interpretação dos interlocutores pode ser influenciada por adereços, roupas, características físicas etc. A proxêmica estuda como as estruturas, o mobiliário, a disposição física de objetos e do corpo podem influir no processo comunicativo. A cinésica estuda a dinâmica do movimento, onde encontramos o que popularmente se chama de linguagem corporal e o estudo das expressões faciais. Além dessas tradicionais, encontramos trabalhos envolvendo os odores (MUTIC *et al.*, 2016), o toque (HALL; GUNNERY, 2013), o espaço interpessoal (LEONGOMEZ *et al.* 2017), entre outros.

Quando recorremos a textos sobre a história da comunicação não verbal, identificamos a existência da identificação da sua importância desde a Antiguidade Clássica. Knapp (2006) nos indica que a atenção inicial sobre a CNV foi desenvolvida no contexto da oratória e do estudo da persuasão, disciplinas muito relevantes para a sociedade grega daquela época.

De certa forma, ainda hoje há interesse sobre esse ponto de vista funcional no uso da CNV. Paul Ekman é um dos cientistas de referência nesse campo. Parecendo ter o foco na gesticulação e na sua influência em conjunto com a verbalização, propôs uma lista de seis funções principais (EKMAN, 2004a): (1) repetição e ênfase da mensagem verbal; (2) contradição do que foi verbalizado; (3) complementação; (4) substituição; (5) regulação do fluxo verbal; (6) sinalização das relações de poder no espaço físico. Como podemos

notar, essa lista de funções está mais associada a situações em que a CNV aparece em concomitância com a comunicação verbal, do que ao seu emprego isolado.

Para repetir uma mensagem, utiliza-se um gesto ilustrador afirmativo (polegar para cima), por exemplo, logo em seguida da mensagem verbal afirmativa. Para enfatizá-la, basta apresentar esse mesmo gesto simultaneamente àquilo que a se dizer.

Um exemplo clássico de contradição da mensagem verbal consiste em afirmar o apreço por determinada pessoa ou causa, mas demonstrar expressões faciais de desprezo ou raiva enquanto fala. Outro caso muito comum, é dizer que “não está nervoso”, entretanto fazê-lo com uma entonação enfática, elevar o volume da voz e gesticular amplamente.

Gestos e expressões faciais podem substituir a verbalização quando “nossa cara diz tudo”. Uma pessoa que chega a casa com uma expressão abatida pode comunicar que teve “um dia e tanto”, sem dizer uma palavra.

A regulação do que estamos dizendo se dá pela sinalização dos momentos pelos gestos. Acenar para uma pessoa esperar para falar é um exemplo, assim como utilizar o silêncio como promotor da narrativa de alguém.

Além disso, a CNV se estende para outras fronteiras significativamente importantes no contexto do trabalho. Trata-se de como as relações de poder se manifestam nos ambientes, na forma como organizamos nossa mobília e em como nos dispomos nesses espaços.

Um exemplo muito comum consiste na posição que nos sentamos à mesa de reuniões. Há uma hierarquia de lugares a serem ocupados e todos sabem disso. É necessário, portanto, estarmos alertas para esse mundo invisível dos significados de nossos gestos e movimentos para facilitarmos nossas interlocuções.

Ainda sobre as funções da CNV, é necessário pontuar que existem outras formas para classificá-las. O que nos parece mais direto e pertinente ao escopo desse trabalho é adotarmos a visão de Matsumoto, Hwang e Frank (2016), que as organizam em: (1) contextualização da comunicação como um todo; (2) como suplemento à comunicação verbal; e (3) como regulador de interações. Essa abordagem nos parece mais ampla do que a adotada por Ekman e inclui a dimensão autônoma da CNV, quando ela não age em conjunto com a comunicação verbal.

A CNV serve para contextualizar quando canaliza a interpretação sobre como nos devemos comportar em determinado ambiente. É o caso quando entramos em uma sala de audiências cujos móveis e sua disposição nos indicam ser um ambiente formal. Templos religiosos costumam provocar esse mesmo efeito nas pessoas. Nossa aprendizagem cultural sobre como nos comportarmos socialmente, nos indica a forma adequada para interagir em cada situação específica. É o que denominamos de canalização cultural (VALSINER, 2014).

O aspecto suplementar da CNV consiste na sua interação com a comunicação verbal, reforçando-a, contradizendo-a, complementando-a, para mencionar apenas alguns

dos efeitos (ou funções) possíveis, abarcando a caracterização realizada por Ekman (2004a), sobre a qual já nos referimos.

A regulação do comportamento ocorre por meio da sinalização, quando alguém deseja tomar a palavra em um debate e o mediador indica com a palma da mão esticada para a pessoa esperar.

É importante destacar a dimensão cultural da CNV, pois os mesmos sinais gestuais podem ter significados distintos em diferentes culturas. Existem gestos que denominados emblemas (EKMAN, 2004a), que são culturalmente negociados e que possuem um significado geral conhecido. Por exemplo, o sinal de “V” feito com os dedos de uma das mãos possui significados diferentes na Inglaterra, dependendo se é feito mostrando as costas ou a palma da mão para o interlocutor. O primeiro é um gesto obsceno, o segundo é um símbolo de vitória.

O fato de que a CNV tem um forte componente cultural, nos faz vivenciá-la no dia-a-dia até não a percebermos. O seu uso cotidiano nos dessensibiliza para a percepção consciente desses indicadores. No entanto, suas funções e as suas influências não deixam de existir e nós não paramos de sentir os seus efeitos por causa disso.

Observar esses aspectos é de grande importância nos debates políticos, pois o ambiente persuasivo e o choque de ideias e das emoções serão regulados por essa camada não verbal. Apesar da controvérsia, há evidências da relação entre a linguagem corporal e as expressões faciais de emoções básicas com o funcionamento do Sistema Nervoso Autônomo (BURGOON, 2018). Assim sendo, há uma possibilidade razoável de que as expressões faciais de emoções básicas revelem as primeiras fases dos nossos estados emocionais (REISENZEIN; HORSTMANN; SCHÜTZWOHL, 2019). Nesse contexto, um orador que, utilizando-se apenas da retórica, tenta defender um ponto de vista, pode deixar transparecer as suas primeiras emoções sobre o assunto. Caso essas emoções reveladas pelas expressões faciais sejam incongruentes com a sua fala, o valor persuasivo da sua oratória pode diminuir em relação à audiência.

Na literatura científica relacionada com a Psicologia Evolutiva é frequente encontrarmos a expressão “emoção verdadeira” (EKMAN, 2004b). Como a definição sobre verdade sempre será um assunto controverso, preferimos denominá-la de primeira emoção. Essa concepção é importante quando tratamos da política, pois, não raras vezes, um ator político tem que interagir e negociar com seus adversários no campo ideológico. Considere o seguinte exemplo. Um político sente raiva de determinado argumento utilizado na narrativa de um adversário. Após essa primeira e rápida experiência emocional subjetiva, ele toma mais uns minutos para refletir sobre o argumento e chega à conclusão de que, a despeito de se originar a partir da narrativa de um adversário, o argumento é válido. Ao examinar as suas emoções, o político percebe que sentiu raiva, mas agora está alegre por ter percebido o seu erro. Nesse contexto, qual seria a emoção “verdadeira”?

Esse exemplo nos mostra que existem processos básicos e superiores atuando

simultaneamente e que o resultado intrapsicológico não pode ser predito com absoluta certeza. A primeira emoção não é mais verdadeira do que aquela experimentada pelo sujeito de nosso exemplo depois de tomar um tempo para reflexão.

4 | OS MITOS EM RELAÇÃO À COMUNICAÇÃO NÃO VERBAL

A interpretação do universo não verbal sempre exerceu grande fascínio sobre os seres humanos, pois existe um certo mistério nas habilidades necessárias para a sua interpretação consciente. Além disso, as pessoas imaginam que interpretar o comportamento não verbal concede acesso à verdade e às emoções efetivamente experimentadas pelas demais pessoas, o que nem sempre ocorre (VRIJ *et al.*, 2017). Nesse solo fértil da discrepância entre os acadêmicos, muitos mitos foram surgindo em meio à ganância e aos apelos mercadológicos pela oferta de produtos que permitissem a elaboração de métodos, protocolos ou sistemas que permitissem a análise expedita do comportamento (DENAULT, 2020; LEVINE; SEROTA; SHULMAN, 2010; VRIJ; GRANHAG; PORTER, 2010;).

A apropriação inadequada de conclusões dos estudos científicos e a sua utilização fora de contexto, são as principais causas a serem apontadas para a disseminação de diversos mitos em relação à interpretação da CNV. Para não alongar demasiadamente esse tópico, pois existem muitos mitos, mencionaremos apenas um exemplo clássico, que se estabeleceu a partir de estudos científicos.

Trata-se da regra 7-38-55, segundo a qual 93% da comunicação seria não verbal. Esse é um dos mitos mais difundidos na Rede Mundial de Computadores e surgiu a partir de dois estudos (MEHRABIAN; FERRIS, 1967a ; MEHRABIAN; WEINER, 1967b).

Vejam o primeiro estudo (mais robusto), que teve o objetivo de comparar a importância relativa do significado da palavra, do tom de voz e da expressão facial, cujos resultados contêm a conclusão de Mehrabian sobre a prevalência da expressão facial para a interpretação da mensagem. Esse estudo conduziu-se pelo seguinte método. As vozes de três mulheres foram gravadas dizendo a palavra “talvez” (*maybe*) com entonação que procurasse significar que a pessoa: (1) talvez goste; (2) não demonstra apreço ou aversão (neutralidade); e (3) talvez não goste. As palavras foram gravadas duas vezes, pelas três mulheres, perfazendo um total de 18 enunciações da palavra “talvez”, com as entonações acima descritas.

Essas gravações foram apresentadas a 17 ouvintes (todas também mulheres) que deveriam julgar, ao escutar cada palavra, se a comunicação era positiva, neutra ou negativa, dentro de uma escala apresentada no estudo. Então, fotografias de três modelos foram também tiradas com expressões faciais que pudessem significar que: (1) gostou de algo; (2) está neutra em relação a algo; (3) não gostou de algo.

As vozes e fotografias foram emparelhadas de determinada forma (que não nos interessa no momento) descrita no estudo original, de maneira que as avaliadoras podiam

ver uma foto com expressão facial positiva e escutar um “talvez” negativo, ou neutro etc. Realizados os cálculos estatísticos referentes às respostas de cada sujeito do estudo, se chegou à regra 7-38-55 para os componentes verbal, vocal e facial, respectivamente (conclusão expressamente escrita à página 252, do Journal of Consulting Psychology, 1967, vol.31, n3). Quando esse estudo foi publicado sem que suas grandes limitações fossem explicitadas, abriu-se caminho para um dos mitos mais conhecidos sobre a comunicação não verbal. Mito esse, estabelecido sem qualquer explicação plausível sobre sua origem e repetido para milhares de pessoas que não têm, e possivelmente nunca terão, acesso aos estudos originais para verificarem a veracidade ou o exagero dessas afirmações.

É necessário apenas um pouco de bom senso para perceber que, no mínimo, essa regra é muito exagerada. Além disso, existem diversas limitações para a aplicabilidade desses estudos na vida real. Limitações essas que são largamente ignoradas, principalmente se a regra for aplicada a um contexto diverso daquele em que foi construída. Seguindo o raciocínio de que 93% da comunicação é não verbal (inferência realizada a partir da apropriação indevida e equivocada dos resultados da pesquisa), seria possível defender o absurdo que um falante da Língua Portuguesa poderia se comunicar, sem problemas, com um aborígene polinésio, sem que um saiba o idioma do outro, o que obviamente não vai ocorrer.

Para finalizar nossa argumentação sobre os mitos acerca da aplicação do conhecimento científico ao campo prático da oratória e dos debates políticos, vale a pena mencionar uma lista com alguns dos principais mitos conhecidos (DENAULT, 2020):

- Os mentirosos não fazem contato visual;
- As poses de poder (Super-homem ou Mulher-Maravilha) mudam a química do sangue;
- Braços cruzados sempre significam resistência;
- A direção para a qual se olha está correlacionada com a mentira;
- É possível saber o que alguém está pensando, pela linguagem corporal.

Conhecer os mitos sobre a CNV é fundamental para todos aqueles que se valem da oratória para trabalhar. No contexto político é ainda mais importante devido ao pouco tempo disponível para se capacitar nesse assunto. A proliferação de material didático que contem e dissemina esses mitos é impressionante. Então é necessária atenção para não acabar utilizando estratégias persuasivas, baseadas em pseudociência, que não irão funcionar.

5 | CONCLUINDO SOBRE A UTILIDADE DA COMUNICAÇÃO NÃO VERBAL NA POLÍTICA

Sob o ponto de vista individual, a principal utilidade da comunicação não verbal para o debate político segue a mesma que motivou os gregos a estudá-la, com a oratória,

na Antiguidade Clássica: melhorar a qualidade da comunicação e revelar e perceber as emoções durante os debates.

Considerando um contexto mais amplo, entretanto, existem outros aspectos a serem considerados. Com o advento dos meios de comunicação de massa e da Internet, a imagem de determinado ator político, e seus aspectos verbais e não verbais, influenciam as concepções do público em geral sobre essa pessoa (WINTERSIECK, 2017). Nesse contexto, a omissão ou inclusão de elementos (incluindo artefatos, roupas, móveis etc.), juntamente com a edição da narrativa dos fatos, podem influir diretamente nas atitudes do público em relação ao político (IYENGAR; KINDER, 2010). É o que ocorre, por exemplo, de candidatos que são criticados por frequentarem templos religiosos durante o período eleitoral, sendo esse fato imputado como hipocrisia, caso o candidato não seja um religioso. Outro exemplo é a tradicional foto tomando caldo de cana e comendo pastel, em algum mercado popular. Não raras vezes, essas imagens não são recebidas com uma atribuição positiva por parte dos eleitores, principalmente se é conhecido que o candidato não gosta desse tipo de alimentação.

Como tratamos anteriormente, as emoções podem ser inferidas a partir das nossas expressões faciais. Há evidência científica de que a percepção dessas expressões emocionais serve como um atalho para a avaliação que o cidadão faz a partir dos episódios políticos que testemunha (TABER; LODGE, 2006).

Nesse sentido, é necessária atenção especial à apresentação das emoções, uma vez que é um dos aspectos não verbais mais relevantes para a avaliação entre os interlocutores e para o público em geral. Existem evidências (BUCY, 2011) de que essas avaliações independem da classe social ou da escolaridade das pessoas. Revelam também que as impressões (principalmente as primeiras) tendem a permanecer por longo prazo (KONIJN, 2013).

As pistas emocionais observadas a partir do comportamento não verbal dos políticos tendem a ser um elemento decisivo para o enquadramento contextual de sua argumentação ou de suas explicações (BUCY, 2011). Isso ocorre tanto para o público em geral, quanto entre os políticos, nos debates.

Outro aspecto relevante é a disseminação dos mitos sobre comunicação não verbal e seus efeitos na comunicação, na observação e na avaliação do debate político. Como indicado anteriormente, a popularização do conhecimento pseudocientífico sobre linguagem corporal ocasionou um fenômeno de massificação de análises, das quais os políticos serão vítimas preferenciais, juntamente com celebridades e atletas. Muitas dessas análises são realizadas no contexto do entretenimento, como se fosse um programa humorístico. Outras, apesar dessa mesma orientação, possuem um ar mais formal, como se ocorresse realmente uma análise ou uma aula sobre comportamento não verbal. O resultado indistinto dessas duas abordagens é a aplicação da apropriação indevida e a difusão incompleta, na melhor das hipóteses, de parte do conhecimento necessário para a realização de uma análise

técnica sobre o comportamento não verbal. No Brasil, a regulamentação da Psicologia proíbe a análise comportamental pública de casos específicos, que é considerada antiética (BRASIL, 1962). Essa regra é positiva e, apesar de afastar os profissionais mais habilitados a esclarecerem sobre o comportamento humano do debate público, se justifica para preservar a privacidade e os direitos fundamentais dos que estariam sujeitos à exposição pública.

Aspecto igualmente importante sobre a popularização do conhecimento pseudocientífico e o advento da proliferação dos materiais didáticos sobre linguagem corporal, é que as pessoas leem os mesmos livros e comparecendo às mesmas aulas. Considere o seguinte exemplo. Uma pessoa entende que a utilização da linguagem corporal é importante e pode trazer benefícios para as suas técnicas persuasivas. Ela se prepara, faz seus cursos e lê livros. Então aborda o seu interlocutor utilizando um par dessas técnicas, como por exemplo, o espelhamento (imitar discretamente os mesmos movimentos dos outros), a gesticulação ou afirmações e negações com os movimentos da cabeça (todas técnicas ensinadas na literatura de autoajuda). A partir de determinado momento, o interlocutor consegue perceber o que está ocorrendo, pois ele mesmo havia lido um livro que descrevia aquelas técnicas. Essa percepção desencadeia emoções negativas, pois, afinal, ele estava sendo alvo de abordagem persuasiva. Desse momento em diante, a conversa começa a ser abreviada, sendo encerrada pelo interlocutor que percebeu o uso da persuasão, sem chegar a nenhuma conclusão.

Esse exemplo esclarece que as pessoas podem ler os mesmos livros que nós e que seria, no caso específico, muito mais produtivo que a interlocução ocorresse sem o uso de técnicas de persuasão não verbal.

Para finalizar, é importante destacar que a aprendizagem da comunicação não verbal é positiva e deve servir para que as pessoas melhorem a sua comunicação em geral e a percepção de emoções em particular, sem a preocupação excessiva com o seu uso persuasivo. Prestar atenção a detalhes como não contradizer suas próprias crenças e valores será decisivo para que a entrega das mensagens para as pessoas e a performance no debate político sejam bem-sucedidas.

REFERÊNCIAS

AZNAR-CASANOVA, J. A.; GAVILÁN, J. M.; SÁNCHEZ, M. M.; HARO, J. The emotional attentional blink as a measure of patriotism. **The Spanish Journal of Psychology**, v. 23, p. 1-14, 2020.

BARRETT, Lisa Feldman; WESTLIN, Christiana. Navigating the science of emotion. In: **Emotion measurement**. Woodhead Publishing, p. 39-84, 2021.

BUCY, Erik P. Nonverbal communication, emotion, and political evaluation. **The Routledge handbook of emotions and mass media**, p. 195-220, 2011.

- BURGOON, Judee K. Microexpressions are not the best way to catch a liar. **Frontiers in Psychology**, p. 1672, 2018.
- CRIVELLI, C.; RUSSELL, J. A.; JARILLO, S.; FERNANDEZ-DOLS, J. M. The fear gasping face as a threat display in a Melanesian society. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 113, n. 44, p. 12403-12407, 2016.
- CROSS, Cassandra; HOLT, Thomas J. The use of military profiles in romance fraud schemes. **Victims & Offenders**, v. 16, n. 3, p. 385-406, 2021.
- DENAULT, Vincent; PLUSQUELLEC, P.; JUPE, L. M.; ST-YVES, M., DUNBAR, N. E., HARTWIG, M. The analysis of nonverbal communication: the dangers of pseudoscience in security and justice contexts. **Anuario de Psicología Jurídica**, 2020.
- EKMAN, Paul. Emotional and conversational nonverbal signals. In: **Language, knowledge, and representation**. Springer, Dordrecht, p. 39-50, 2004a.
- EKMAN, Paul. Emotions revealed. **Bmj**, v. 328, n. Suppl S5, 2004b.
- ELFENBEIN, H.; BEAUPRÉ, M.; LEVEQUE, M.; HESS, U. Toward a dialect theory: Cultural differences in expressing and recognizing facial expressions. **Emotion**, 7, 131-146, 2007.
- GORDON, Rall A.; DRUCKMAN, Daniel. Nonverbal behaviour as communication: Approaches, issues, and research. In: **The handbook of communication skills**. Routledge, p. 81-134, 2018.
- HALL, Judith A.; GUNNERY, Sarah D. Gender differences in nonverbal communication. In J. A. Hall & M. L. Knapp (Eds.), **Nonverbal communication** p. 639–669, 2013.
- HALL, Judith A.; HORGAN, Terrence G.; MURPHY, Nora A. Nonverbal communication. **Annual review of psychology**, v. 70, p. 271-294, 2019.
- JAIME, Jonathan R. Social cognition study: clothing and its link as an analysis element of nonverbal communication. **Vivat Academia**, n. 143, P. 85-111, 2018.
- KNAPP, Mark L. An Historical Overview of Nonverbal Research. In: **The Sage handbook of nonverbal communication**. Sage, 2006.
- KONIJN, Ely A. The role of emotion in media use and effects. In: **The Oxford Handbook of Media Psychology**. Oxford University press. p. 186-211, 2013.
- KRET, Mariska E.; STRAFFON, L. Reply to Crivelli et al.: The different faces of fear and threat. Evolutionary and cultural insights. **Journal of human evolution**, v. 125, p. 193-197, 2018.
- LEONGÓMEZ, J. D.; MILEVA, V. R.; LITTLE, A. C.; ROBERTS, S. C. Perceived differences in social status between speaker and listener affect the speaker's vocal characteristics. **PloS one**, v. 12, n. 6, p.1-21, 2017.
- LEVINE, Timothy R.; SEROTA, Kim B.; SHULMAN, Hillary C. The impact of Lie to Me on viewers' actual ability to detect deception. **Communication research**, v. 37, n. 6, p. 847-856, 2010.

MANUSOV, Valerie. A history of research on nonverbal communication: our divergent pasts and their contemporary legacies In: **APA Handbook of Nonverbal Communication**. American Psychological Association. p. 3-15. 2016.

MATSUMOTO, David; WILLINGHAM, B. The origin of universal human emotions. **San Francisco: San Francisco State University**, 2009.

MATSUMOTO, David Ed; HWANG, Hyisung C.; FRANK, Mark G. **APA handbook of nonverbal communication**. American Psychological Association, 2016.

MATSUMOTO, David; HWANG, Hyisung C. The cultural bases of nonverbal communication. In: **APA Handbook of Nonverbal Communication**. American Psychological Association, p. 77-101, 2016.

MEHRABIAN, Albert; FERRIS, Susan R. Inference of attitudes from nonverbal communication in two channels. **Journal of Consulting Psychology**, v. 31, n. 3, p. 248, 1967a.

MEHRABIAN, Albert; WIENER, Morton. Decoding of inconsistent communications. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 6, n. 1, p. 109, 1967b.

MUTIC, S.; MOELLERS, E. M.; WIESMANN, M.; FREIHERR, J. Chemosensory communication of gender information: Masculinity bias in body odor perception and femininity bias introduced by chemosignals during social perception. **Frontiers in psychology**, v. 6, p. 1980, 2016.

OOSTERHOF, Nikolaas N.; TODOROV, Alexander. The functional basis of face evaluation. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 105, n. 32, p. 11087-11092, 2008.

REBOVICH, Donald. The Changing Face of Financial Crime: New Technologies, New Offenders, New Victims, and New Strategies for Prevention and Control. **Victims & Offenders**, v. 16, n. 3, p. 283-285, 2021.

REINS, Louisa M.; WIEGMANN, Alex. Is lying bound to commitment? Empirically investigating deceptive presuppositions, implicatures, and actions. **Cognitive Science**, v. 45, n. 2, p. 1-35, 2021.

REISENZEIN, Rainer; HORSTMANN, Gernot; SCHÜTZWOHL, Achim. The cognitive-evolutionary model of surprise: A review of the evidence. **Topics in Cognitive Science**, v. 11, n. 1, p. 50-74, 2019.

SEGERSTRÅLE, Ullica; MOLNÁR, Peter. **Nonverbal communication: where nature meets culture**. Routledge, 2018.

TABER, Charles S.; LODGE, Milton. Motivated skepticism in the evaluation of political beliefs. **American journal of political science**, v. 50, n. 3, p. 755-769, 2006.

TODD, Elysia R.; FUNDER, David C. Personality. In: **APA Handbook of Nonverbal Communication**. American Psychological Association, p. 163-185, 2016.

TWINE, Richard. Physiognomy, Phrenology and the Temporality of the Body. **Body & Society**, v. 8, n. 1, p. 67-88, 2002.

VALSINER, Jaan. **An invitation to cultural psychology**. Sage, 2014.

VRIJ, Aldert; FISHER, Ronald P. Unraveling the misconception about deception and nervous behavior. **Frontiers in Psychology**, v. 11, p. 1377, 2020.

VRIJ, Aldert; GRANHAG, Pär Anders; PORTER, Stephen. Pitfalls and opportunities in nonverbal and verbal lie detection. **Psychological Science in The Public Interest**, v. 11, n. 3, p. 89-121, 2010.

WAHL-JORGENSEN, Karin. **Emotions, media and politics**. John Wiley & Sons, 2019.

WINTERSIECK, Amanda L. Debating the truth: The impact of fact-checking during electoral debates. **American Politics Research**, v. 45, n. 2, p. 304-331, 2017.

IYENGAR, Shanto; KINDER, Donald R. **News that matters: Television and American opinion**. University of Chicago Press, 2010.

ZAVERSHNEVA, Ekaterina; VAN DER VEER, René. Vygotsky's notebooks. **Perspectives in cultural-historical research**, v. 2, 2018.

ZAVERSHNEVA, Ekaterina; VAN DER VEER, René. Vygotsky and the Cultural-Historical Approach to Human Development. In: **Oxford Research Encyclopedia of Psychology**. 2019.

CAPÍTULO 2

A MENTIRA NO DEBATE POLÍTICO: OMITIR É MENTIR?

Data de aceite: 01/04/2022

Data de submissão: 06/03/2022

Sergio Fernandes Senna Pires

Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia
de Psicologia
Câmara dos Deputados
Brasília – Distrito Federal
<http://lattes.cnpq.br/1997027402860999>

RESUMO: O debate político é persuasivo devido à sua natureza instrumental na democracia. Nesse contexto, seria ingênuo não considerar que a comunicação persuasiva seria sempre empregada em sua forma mais ética. É neste cenário que o estudo da mentira é importante. É, portanto, frutífero estabelecer uma relação entre persuasão, mentira e suas modalidades no contexto do debate político. A principal questão atinente às técnicas de persuasão está relacionada à ética em seu uso para influenciar o processo de tomada de decisão, o comportamento e as atitudes das pessoas. O emprego da omissão como estratégia de persuasão e seus resultados nos processos decisórios estão bem documentados nos estudos científicos. No entanto, há evidências científicas de que, no contexto do exercício da autonomia, não há determinismo por meio da persuasão. Os estudos mostram que a experiência constante e a intensa exposição às técnicas de persuasão alteram a forma como as pessoas percebem o uso dessas técnicas. Cada um de nós, diante dessa percepção individual, desenvolve protocolos pessoais para verificar interações, informações e, principalmente, como a

mobilização de emoções pode afetar nosso processo de tomada de decisão.

PALAVRAS-CHAVE: Persuasão no debate político, mentira por omissão, persuasão e mentira na política.

LIES IN POLITICAL DEBATE: ARE OMISSIONS LIES?

ABSTRACT: Political debate is often persuasive because of its instrumental nature in democracy. It would be naive not to consider that persuasive communication would be always employed in its most ethical way. It is in this context that the study of lies is paramount. It is therefore fruitful to establish a relationship between persuasion, lying and their modalities in the context of political debate. The main issue regarding persuasion techniques is related to the ethics in their use to influence people's decision-making process, behavior and attitudes. The use of omission as a persuasion strategy and its results on decision-making processes is well documented in the scientific studies. Nevertheless, there is scientific evidence that, in the context of autonomy, there is no determinism through persuasion. The studies show that constant experience and intense exposure to persuasive techniques change the way people perceive the use of these techniques. Each of us, in the face of this individual perception, develops personal protocols to verify interactions, information and, mainly, how the mobilization of emotions can affect our decision-making process.

KEYWORDS: Persuasion on political debates; lying by omission; persuasion and lies in politics.

1 | INTRODUÇÃO

O estudo acadêmico sobre a mentira vem gerando um intenso debate ao longo do tempo. As questões teóricas, os estudos e as discordâncias se multiplicam (VRIJ, 2000; CARSON, 2006; REINS; WIEGMANN, 2021). Entretanto, para realizar a nossa reflexão, é necessário trazer os elementos mais aceitos e menos controversos nesse campo de estudo, sendo essa a nossa opção.

Historicamente, existem quatro modalidades principais de mentira (DEPAULO *et al.*, 1996; LEINZ; FISHER; ROSS, 2013): (1) contradições, (2) exageros ou distorções; (3) meias-verdades; e (4) omissões. Distintas modalidades promovem a proliferação de diversas definições que, com o tempo, são questionadas por não se adequarem, genericamente, a qualquer hipótese (LEVINE, 2019).

A nossa intenção não é debater ou propor uma definição de mentira que resista a todos os testes. É, entretanto, trabalhar no escopo da mentira pela omissão nos ambientes do debate político. É elencar uma definição que se aplique e seja suficiente para dar conta de boa parte dos fenômenos que ocorrem nesse cenário. O foco é na análise das situações nas quais um ator político intencionalmente altera, inclui ou omite informação essencial com o objetivo de influenciar o processo decisório.

Apesar dessa delimitação, a tarefa não é fácil, pois o ato de mentir é multifacetado e multideterminado, como todo o comportamento humano. Existe um amplo debate, na literatura científica (VRIJ, 2000; CHADWICK; STANYER, 2022), sobre os aspectos relevantes acerca da mentira e que trazem especificidades que tornam as análises muito mais complexas, como por exemplo: (1) as diferentes razões pelas quais as pessoas mentem; (2) a grande variação na frequência das mentiras; (3) a diversidade de alvos ou vítimas da mentira; (3) os múltiplos contextos nos quais as pessoas mentem; (4) as mais variadas características pessoais do mentiroso.

Não obstante, é necessário enfrentar as dificuldades teóricas para realizar a nossa reflexão sobre o papel persuasivo da omissão mal-intencionada de informações, fatos ou qualquer outro elemento simbólico relevante que possa ser utilizado no debate político, o que veremos em mais detalhes a seguir.

2 | O QUE É A MENTIRA?

De acordo com Vrij (2000, p. 15), mentira é “uma tentativa deliberada, bem ou mal-sucedida, sem aviso prévio, para criar no outro a crença do que o comunicador considera não ser verdadeiro”.

Essa definição nos apresenta alguns elementos interessantes, necessários e suficientes para a nossa reflexão, e que se enquadram na delimitação realizada. O primeiro deles diz respeito ao sucesso da mentira: não importa se o objetivo for atingido ou não. O

seu foco é na intenção de comunicar algo ou criar uma crença do que o emissor ou produtor daquela mensagem considera não ser verdadeiro. O que nos introduz ao segundo aspecto importante sobre a mentira. Não importa se o fato é realmente verdadeiro ou não. Basta que a pessoa que tenta criar a crença considere que não é verdadeiro (VRIJ, 2000; CURTIS, 2021). Sob esse ponto de vista, a mentira está relacionada com a memória acerca de um fato, um evento ou qualquer outro tema que possa ser objeto de uma comunicação (BATISTA, 2021).

Consideremos o seguinte exemplo. Um chefe passa falsas informações para a sua equipe de vendas sobre as características de um produto, fazendo-os acreditar que o produto a ser vendido é realmente aquele. Nesse caso, e segundo a definição apresentada, os vendedores não estariam mentindo ao repassarem as falsas características do produto aos seus clientes, pois, diante das informações a eles disponíveis, havia a crença de que o produto possuía as características anunciadas. Esse aspecto sobre a propagação da mentira é relevante para mostrar a dificuldade de lidar com disseminação de notícias falsas. Depois de assumir que determinado fato é verdadeiro, a vítima da mentira se comporta em relação a ele como um possível disseminador ingênuo. A rigor, essa pessoa não é mentirosa, mas o seu papel é fundamental para a estratégia de ampliação do alcance da mentira. A propagação de *Fake News*, em parte, segue esse modelo (LOVELESS, 2020).

Fenômeno semelhante pode ocorrer no interior de uma estrutura corporativa ou de um partido político. No caso das estruturas organizacionais políticas, a hipótese é até mais sensível, pois um dos motores da política partidária é a defesa de ideias e, em não raros casos, de ideologias. Esse fato ajuda a explicar a existência de um constante debate político e a utilização de estratégias persuasivas no contato entre as diferentes ideias e diversos pontos de vista com vistas a influenciar o processo decisório.

Isso se deve ao fato de que o elemento fundamental da definição sobre mentira que estamos utilizando é a intenção do comunicador de criar um falso entendimento ou crença sobre algo. No cenário político, essa intenção, de forma geral, é persuadir as pessoas sobre determinado ponto de vista. Para tanto, certas informações podem ser evidenciadas, enquanto que outras, não tão interessantes à defesa do argumento, podem ser omitidas (CHERNAK *et al.*, 2021).

A partir da estrutura organizacional políticas pode ocorrer a disseminação de informação sutilmente inverídica sobre algum candidato, sobre a ideologia defendida ou sobre temas relativos aos seus adversários. Nesse contexto multiforme de produção de material informativo, as pessoas podem acabar ajudando a disseminá-lo uma vez que confiam na fonte que primariamente os disponibilizou. Nesse caso, analogamente aos vendedores do exemplo anterior, essas pessoas não estariam mentindo.

Outro aspecto relevante diz respeito à forma como se comunica. Uma condição necessária para a comunicação é haver a utilização de um código informacional inteligível por meio de alguma convenção. Essa condição inclui elementos que vão além da vocalização,

ampliando o conceito para mensagens de texto, de sinais manuais, imagens, linguagem corporal ou qualquer outro tipo de código que sirva para transmitir um significado a outras pessoas.

Sobre isso, Chernak *et al.* (2021) mencionam um exemplo acerca de um provedor de serviços que recebia mandatos judiciais para repassar informações acerca do comportamento digital dos seus usuários aos órgãos governamentais. Tal provedor era proibido de informar que recebera tais ordens. Então, para os períodos em que não havia um mandato válido, a empresa explicitamente revelava que não havia ordem para repassar informações, por meio da aposição de um símbolo em suas páginas na Internet. Nos dias em que havia mandatos válidos, o símbolo era retirado das suas páginas. Dessa forma, para um usuário atento, a omissão do sinal indicativo de existência de mandato válido era uma dica perceptível de que suas atividades poderiam ser monitoradas e entregues ao governo. Esse é um exemplo em que até o silêncio pode se transformar em uma mensagem.

Então, para os efeitos de nossa reflexão nos interessa considerar a mentira e a omissão como estratégias persuasivas em um ambiente de choques de ideias no debate político, com vistas à tomada de decisão, desconsiderando outras omissões que não sejam enquadradas no campo da persuasão.

3 | ENGANAR É O MESMO QUE MENTIR?

A terminologia utilizada no campo de estudo da mentira pode variar de significado em relação aos seus homônimos utilizados no senso comum. No cotidiano, alguém pode cometer um engano sem necessariamente estar mentindo. Como anteriormente argumentamos, a mentira está relacionada principalmente à memória à intenção de influenciar os interlocutores. Se uma pessoa confunde as suas lembranças sobre algo e não tem a intenção de criar um falso entendimento, ela não está mentindo, apesar de ser evidentemente muito difícil a comprovação de que a falha de memória foi realmente verdadeira. A manifestação verbal sobre a falha na memória de um acontecimento é muito comum no debate político, principalmente se a pessoa que fez uma manifestação é confrontada com evidências irrefutáveis e contrárias ao que disse, tais como fotos e vídeos (ZERUBAVEL, 2006; LEAL *et al.*, 2020).

A manutenção do sigilo em relação à manipulação é relevante quando se deseja disseminar mensagens falsas a partir de pessoas ingênuas. A ingenuidade aqui se refere apenas ao fato de que se ignora que a mensagem original ou a narrativa foram manipulados por alguém. A mensagem pode ser considerada falsa, se tomarmos em conta os objetivos, as intenções de quem a criou, a despeito da quantidade de pessoas que a consideraram verdadeira e a estão disseminando a partir de um produto inicial. A estratégia é, portanto, enganosa apesar de que as pessoas usadas para a disseminação da informação inicial não serão consideradas mentirosas, segundo a definição sobre mentira adotada.

Esse raciocínio pode ser considerado no caso do emprego de *Fake News* no debate político. Ao receber uma mensagem de uma fonte considerada confiável, é possível que uma pessoa passe a disseminá-la sem realizar uma verificação mais cuidadosa e aprofundada não somente no conteúdo, mas também nas possíveis inferências que ela possa produzir (LOVELESS, 2020).

Apesar de podermos apontar diferenças entre a mentira e o engano, nota-se uma utilização dos vocábulos de forma intercambiável na literatura científica. Não obstante, nos parece que a mentira é mais uma das modalidades que podem ser utilizadas para enganar. O engano, portanto, parece ser uma categoria mais ampla, que poderia abarcar o mau uso de uma série de diferentes estratégias persuasivas.

4 | A OMISSÃO NO PROCESSO COMUNICATIVO

Para que o entendimento dos aspectos relevantes quanto ao emprego da omissão no contexto persuasivo seja bem sucedido, devemos tratar do processo comunicativo. Qualquer comunicação é omissiva por natureza. Simplesmente não há tempo para comunicar tudo, a todos, o tempo todo (GOMES, 2014).

Quando ministramos uma aula, por exemplo, temos um tempo determinado para completar a tarefa. Então, um dos trabalhos do professor é fazer uma avaliação de relevância sobre o que será apresentado aos alunos. Nem sempre os professores são bons nessa seleção, mas consideremos que, mesmo não sendo bem sucedidos, é razoável supor que a maior parte dos docentes não tenha a intenção de enganar os seus alunos. Então, se algum tópico ficar fora da aula, é porque o professor julgou que outros assuntos eram mais importantes, tomados em conta o tempo disponível para tratar da matéria e os objetivos pedagógicos da atividade. Nesse exemplo, a omissão, apesar de intencional, não foi realizada para criar um falso entendimento nos alunos.

Diferentemente, consideremos a negociação de um veículo na qual um vendedor deixa de informar a existência de um problema mecânico sério, porém dificilmente detectável pelo comprador. Nesse caso, a omissão, também intencional, foi realizada no sentido de ocultar o problema e orientada a enganar o comprador na realização do negócio. Esses são exemplos sobre como faz muita diferença analisarmos o papel da intenção no processo comunicativo. No debate político, essa análise avulta de importância devido ao fato de que muitos dos debates não são apenas ideológicos ou entrosamentos de ideias, mas também resultam em decisões que afetarão decisivamente algum coletivo de pessoas.

Além disso, já sinalizamos sobre a dificuldade da identificação de estratégias persuasivas mal-intencionadas quando a operação é deliberadamente omitir informação relevante ou promover a inferência, o que trataremos mais detalhadamente a seguir.

5 | A PERSUASÃO, A OMISSÃO E OS DEBATES POLÍTICOS

No que diz respeito à mentira na política, é necessário tratarmos sobre a persuasão, pois a arena política é persuasiva em sua própria dinâmica de funcionamento (WHINTER-SIEK, 2017). Para delimitarmos a nossa abordagem sobre tão complexo o tema, nos restringimos aos aspectos psicológicos sobre a mentira, em sua forma omissiva, e sobre como ela pode ser utilizada para persuadir ou manipular as pessoas. Então, vejamos algumas questões em relação ao enquadramento da mentira no contexto da persuasão.

Pascal (2020, p. 361), em seu ensaio *A Arte da Persuasão*, escrito em 1658, propõe uma reflexão sobre esse tema:

A arte da persuasão consiste tanto em agradar, quanto em convencer, muito mais os homens são governados pelo capricho do que pela razão! Agora, desses dois métodos: o primeiro sobre convencer e o outro sobre agradar, tratarei aqui apenas as regras sobre o primeiro.

Blaise Pascal, já no Séc. XVII, destacou duas dimensões da persuasão: uma dimensão argumentativa e uma dimensão emocional. As duas são importantíssimas na persuasão política e para a nossa reflexão, pois é possível omitir argumentos, evidências, estatísticas e, mesmo assim, evidenciar emoções.

Outra definição, mais contemporânea tradicional e objetiva, é defendida por Dainton (2005, p. 2) como “uma comunicação que é elaborada para influenciar outros, visando modificar as suas crenças, valores ou atitudes”. Apesar de não estar explícito, a partir da conceituação de atitudes, pode também, como também introduzido na reflexão de Pascal, envolver elementos do campo afetivo.

Além disso, nota-se uma semelhança entre as definições de persuasão e de mentira, pois ambas visam alterar algum elemento psicológico das pessoas, restando diferenças entre elas no que diz respeito ao propósito antiético da mentira, o que não encontramos necessariamente na persuasão.

Consideremos o seguinte exemplo. Um líder de uma potência que dispõe de armas nucleares de destruição em massa publicamente afirma que não descarta o uso desse armamento em determinado conflito, reafirmando as suas exigências para que esse cenário não ocorra. Nota-se, no pronunciamento, a intenção não só de informar, mas de eliciar emoções em seus oponentes: especificamente o medo. Nesse contexto, o cenário de incerteza promovido pelo medo pode canalizar decisões de conformidade com as exigências do líder da anteriormente mencionada potência nuclear. As ameaças relativas à utilização de armas de destruição em massa são o argumento coercitivo, antiético e manipulativo para conseguir o que deseja de seus adversários.

Entendendo a política como a arte da negociação (ADE, 2019), haverá o uso legítimo e ético de técnicas persuasivas e esse fato, por si só, não é negativo ou prejudicial ao processo democrático. O choque de ideias faz parte do processo de negociação e das

decisões que devem ser tomadas.

Entretanto, alguns atores desse cenário não se conformam apenas com a apresentação de fatos e a destacar e defender aspectos relevantes a eles relativos. Existem pessoas que não admitem outro resultado para o processo de negociação que não seja a prevalência total do seu ponto de vista. Para essas pessoas, o uso antiético das estratégias de persuasão se autojustifica (BENKLER; FARIS e ROBERTS, 2018).

A partir da definição de mentira adotada, temos um mentiroso quando alguém tenta promover, em outra pessoa, a formação de uma crença sobre algo que ela sabe não ser verdadeiro. Existem várias formas de produzir esse resultado (VRIJ, 2000; CHEN; XIAO e MAO, 2021), sendo as principais: (1) a inclusão de informação; (2) a alteração da informação; (3) a indução a realização de inferências; e (4) a omissão de informação relevante.

Como anteriormente dito, faz tempo que os estudos acadêmicos mostram que não há diferenças na forma das técnicas persuasivas, mas o que nos faz classificar a situação como manipulativa é o seu emprego antiético (CONGER, 1998; JONHSON, 2018; CHADWICK; STANYER, 2021). A conclusão sobre isso sempre dependerá de um juízo de valor moral sobre as intenções, sobre a modificação do conteúdo da informação e sobre o propósito a ser atingido com a estratégia persuasiva.

Quanto a esse aspecto, acrescentar informação inverídica é uma das formas mais utilizadas, pois nem todos os destinatários da mensagem farão a verificação de cada parte de informação que recebem. Modificar a informação, também conhecida como meia-verdade, é uma estratégia ainda mais sofisticada, já que misturar algo verídico com informações nada verdadeiras cria um cenário de grande incerteza e muito mais trabalhoso para a verificação da informação (LARSEN, 2020; CHADWICK; STANYER, 2021; KOPEC, 2021).

Mais sutil ainda, é quando a informação está formatada para permitir que as pessoas realizem inferências a partir de vagas sugestões. O manipulador que utiliza essa estratégia possui a vantagem de poder dizer, caso seja confrontado com sua intenção, ou seja, acusado de manipular os fatos, que não disse aquilo, que foi a outra pessoa ou a audiência que concluiu equivocadamente.

Outra estratégia que possui o mesmo formato e que pode se valer das mesmas justificativas é a omissão intencional de informação relevante. Como anteriormente dito, o processo comunicativo é omissivo por natureza, já que não há como esgotar uma argumentação em determinado período limitado de tempo. Simplesmente não é prático no contexto social humano debater a exaustão sem nunca chegar a uma conclusão, ainda que parcial. Então, essa modalidade de manipulação permite a saída de que foi uma omissão não intencional, que ocorreu um equívoco.

Então, consideradas essas condições, a omissão de informação ocorre normalmente em qualquer debate, em qualquer conversação, em qualquer tipo ou forma de comunicação. Entretanto, há omissões que se enquadram na definição de mentira proposta, que são as omissões intencionais de informação essencial e relevante para a tomada de uma

determinada decisão, que proporcionou a consecução do objetivo de condenar o réu.

Consideremos o seguinte exemplo. Em um processo criminal, o promotor do caso tem acesso a uma prova inequívoca da inocência de um determinado réu. Por razão não conhecida, esse promotor decide omitir essa prova e deixar de informar ao advogado de defesa sobre a sua existência, conseguindo a condenação do réu ao final dessa fase do processo. A ação antiética e ilegal por parte desse promotor de justiça em ocultar evidência pode ser considerada, entre outros problemas mais sérios, uma mentira por omissão.

A partir desse exemplo, podemos ver como a omissão apresenta um cenário muito mais complexo no contexto persuasivo. O fato da defesa não ter conhecimento da existência e não ter acesso à prova omitida impede que aqueles elementos sejam trazidos para consideração e debate no processo no processo decisório. Por outro lado, o promotor antiético somente poderá ser acusado se alguém descobrir que a prova existia e que havia sido de seu conhecimento, fatos que dificilmente alguém conseguiria demonstrar, sem o arrependimento do próprio promotor.

No âmbito político, caso semelhante pode ocorrer quando dos debates de regulamentação de determinadas normas de segurança alimentar, do uso de defensivos agrícolas ou na regulamentação da produção de medicamentos, apenas para mencionar algumas áreas sensíveis à omissão de informação relevante para a tomada da melhor decisão.

Nesse contexto, a omissão pode ser muito eficaz dado o curto período de tempo no qual o processo decisório acontece. A omissão sobre estudos que revelem os perigos à saúde humana diante do consumo de determinada substância, sobre relatórios de impacto ambiental no uso de defensivos agrícolas ou sobre os efeitos colaterais de certo medicamento pode influir na decisão final sobre a amplitude da sua regulamentação.

Se a parte interessada em omitir alguma informação conseguir fazê-lo por tempo suficiente para que a decisão ocorra, o objetivo do manipulador pode ser atingido mesmo que o objeto da omissão seja revelado em momento imediatamente posterior.

É necessário, entretanto, destacar que a sistemática exposição às técnicas de persuasão faz com que os indivíduos estabeleçam uma experiência prévia. Então, os efeitos das técnicas persuasivas, a sua relação com os temas, o entendimento e atitudes em relação à persuasão se modificam ao longo do tempo. Faz tempo que há evidências de que resistir à persuasão é uma questão de autonomia do ser humano (GIROUX, 1983). Ela não nos torna imunes à influência, mas, com o passar do tempo, a experiência acumulada durante a exposição aos contextos persuasivos nos indica que não temos elementos suficientes para a tomada de decisões autônomas (FRIESTAD; WRIGHT, 1994; GOMES, 2014; CHEN, XIAO e MAO, 2021; TEENY *et al.*, 2021).

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate político é persuasivo por sua natureza instrumental na operação da demo-

cracia. Seria ingênuo não considerar que, no entrechoque de ideias, a comunicação persuasiva fosse sempre empregada em sua forma mais ética. É nesse contexto que o estudo da mentira interessa e ela ocorre quando há uma tentativa deliberada e não anunciada para criar nos interlocutores a crença do que o comunicador considera não ser verdadeiro. Uma das suas modalidades é a mentira pela omissão.

A principal questão em relação às técnicas de persuasão é relativa à ética no seu emprego para influenciar o processo decisório, o comportamento e as atitudes das pessoas. Nesse contexto, a omissão intencional de informação relevante é uma estratégia que se pode considerar como mentirosa.

O uso da omissão como estratégia de persuasão é bem documentado na literatura científica e nos indica que esse assunto deve ser considerado com muita seriedade no debate político.

Entretanto é necessário tomar em consideração que não há um determinismo na tomada de decisão por parte das pessoas. Em um contexto persuasivo, o acréscimo ou omissão de elementos por parte dos políticos, pode ser tomado como pressuposto. É praticamente certo que irá ocorrer. Então, qualquer interlocutor nesse tipo de cenário, deve ter o cuidado de não assumir nenhuma informação, performance ou elemento como verdadeiro por si só.

Estratégias devem ser desenvolvidas e protocolos pessoais devem ser estabelecidos para verificar as interações, as informações e, principalmente, como a mobilização das emoções podem estar afetando o processo decisório democrático como um todo e as decisões individuais em particular.

REFERÊNCIAS

ADE, Valentin. Political negotiations: characteristics and related performance disincentives. **International Journal of Conflict Management**, 2019.

BATTISTA, Fabiana; OTGAAR, Henry; MANGIULLI, Ivan; CURCI, Antonietta. The role of executive functions in the effects of lying on memory. **Acta Psychologica**, v. 215, p. 103295, 2021.

BENKLER, Yochai; FARIS, Robert; ROBERTS, Hal. **Network propaganda: Manipulation, disinformation, and radicalization in American politics**. Oxford University Press, 2018.

CARSON, Thomas L. The definition of lying. **Noûs**, v. 40, n. 2, p. 284-306, 2006.

CHADWICK, Andrew; STANYER, James. Deception as a Bridging Concept in the Study of Disinformation, Misinformation, and Misperceptions: Toward a Holistic Framework. **Communication Theory**, v. 32, n. 1, p. 1-24, 2022.

CHEN, Sijing; XIAO, Lu; MAO, Jin. Persuasion strategies of misinformation-containing posts in the social media. **Information Processing & Management**, v. 58, n. 5, p. 102665, 2021.

CHERNAK, Ezri; DIETRICH, Kurt; RASPOPOVIC, Ashley; TURRI, Sarah; TURRI, Jonh. Lying by Omission: Experimental Studies. **Filozofia Nauki**, v. 29, n. 2, p. 189-208, 2021.

CONGER, Jay A. The necessary art of persuasion. **Harvard Business Review**, v. 76, p. 84-97, 1998

CURTIS, Drew A. (2021). You Liar! Attributions of Lying. **Journal of Language and Social Psychology**, 40(4), 504-523.

DAINTON, M.; ZELLEY, E. D. Explaining theories of persuasion. In: **Zelley, Applying communication theory for professional life: a practical introduction**, p. 103-131, 2005.

DEPAULO, Bella M.; KASH, Deborah; KIRKENDOL, Susan; WYER, Melissa; EPSTEIN, Jennifer. Lying in everyday life. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 70, n. 5, p. 979, 1996.

FRIESTAD, Marian; WRIGHT, Peter. The persuasion knowledge model: How people cope with persuasion attempts. **Journal of consumer research**, v. 21, n. 1, p. 1-31, 1994.

GIROUX, Henry. Theories of reproduction and resistance in the new sociology of education: A critical analysis. **Harvard Educational Review**, 53(3), 257-293, 1983.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. Pia Sociedade de São Paulo-Editora Paulus, 2014.

JOHNSON, Kevin; MARTINEAU, Joé. T.; KOUAMÉ, Saouré.; TURGUT, Gokhan.; POISON-DE-HARO, Serge. On the unethical use of privileged information in strategic decision-making: The effects of peers' ethicality, perceived cohesion, and team performance. **Journal of Business Ethics**, v. 152, n. 4, p. 917-929, 2018.

KOPEC, Mattew. (2021). Deceptive omissions, half-truths, and the moral exemplar in clinical ethics. *The American Journal of Bioethics*, 21(5), 33-35.

LARSSSEN, Urban. Fact-checking and journalistic professional autonomy. **Democracy and Fake News: Information Manipulation and Post-Truth Politics**, 2020.

LEAL, Sharon; VRIJ, Aldert; DEEB, Hannen; HUDSON, Charlotte; CAPUOZZO, Pasquale; FISHER, RONALD P. Verbal cues to deceit when lying through omitting information. **Legal and Criminological Psychology**, v. 25, n. 2, p. 278-294, 2020.

LEINS, Drew A.; FISHER, Ronald P.; ROSS, Stephen J. Exploring liars' strategies for creating deceptive reports. **Legal and Criminological Psychology**, v. 18, n. 1, p. 141-151, 2013.

LEVINE, Timothy R. **Duped: Truth-default theory and the social science of lying and deception**. University Alabama Press, 2019.

LOVELESS, Matthew. Information and Democracy: Fake news as an emotional weapon. In: **Democracy and Fake News**. Routledge, 2020. p. 64-76.

METTS, Sandra. An exploratory investigation of deception in close relationships. **Journal of Social and Personal relationships**, v. 6, n. 2, p. 159-179, 1989.

PASCAL, Blaise. *Collected Works of Blaise Pascal*. Delphi Classics, 2020.

REINS, Louisa M.; WIEGMANN, Alex. Is lying bound to commitment? Empirically investigating deceptive presuppositions, implicatures, and actions. **Cognitive Science**, v. 45, n. 2, p. e12936, 2021.

TEENY, Jacob D.; SIEV, Joseph. J.; BRIÑOL, Pablo; PETTY, RICHARD E. A review and conceptual framework for understanding personalized matching effects in persuasion. **Journal of Consumer Psychology**, v. 31, n. 2, p. 382-414, 2021.

VRIJ, Aldert. **Detecting lies and deceit: The psychology of lying and implications for professional practice**. Wiley, 2000.

WINTERSIECK, Amanda L. Debating the truth: The impact of fact-checking during electoral debates. **American Politics Research**, v. 45, n. 2, p. 304-331, 2017.

ZERUBAVEL, Eviatar. **The elephant in the room: Silence and denial in everyday life**. Oxford University Press, 2006.

IDEOLOGIAS POLÍTICAS: UMA PESQUISA COMO METODOLOGIA DE ENSINO NO ENSINO MÉDIO

Data de aceite: 01/04/2022

Claudyanne Rodrigues de Almeida

Doutoranda na UFMT- Universidade Federal de Mato Grosso

Karina Andrea Tarca

Doutoranda na UFF- Universidade Federal Fluminense

RESUMO: Neste trabalho apresentamos algumas reflexões e resultados sobre um projeto de pesquisa pensado como metodologia de ensino e realizado de maneira interdisciplinar com as disciplinas de Sociologia, Matemática e Informática. A partir de conteúdos dos Parâmetros Curriculares Nacionais para a disciplina de Sociologia, próprios da Ciência política, tais como os temas: Estado, Política, Democracia, Cidadania, Direitos Humanos e Projetos políticos, construímos um projeto de pesquisa que teve por objetivo trabalhar de maneira mais prática e estimulante tais conteúdos para o Ensino Médio. Para tanto, optamos por construir uma metodologia focada em uma pesquisa empírica sobre a percepção e posicionamentos políticos dos moradores da cidade de Rondonópolis, contexto social dos próprios alunos. Assim, Buscou-se contemplar o tripé do Ensino, Pesquisa e Extensão de forma prática.

ASBTRACT: In this work we present some reflections and results about a research project conceived as a teaching methodology and carried

out in an interdisciplinary way with the disciplines of Sociology, Mathematics and Informatics. From the contents of the National Curriculum Parameters for the discipline of Sociology, specific to Political Science, such as the themes: State, Politics, Democracy, Citizenship, Human Rights and Political Projects, we built a research project that aimed to work in a more practical and stimulating such contents for High School. Therefore, we chose to build a methodology focused on empirical research on the perception and political positions of residents of the city of Rondonópolis, the social context of the students themselves. Thus, it was sought to contemplate the tripod of Teaching, Research and Extension in a practical way.

METODOLOGIA

Submetemos o projeto de pesquisa a fonte financiadora que nos rendeu alguns bolsistas ao longo do projeto que aconteceu de 2016 até 2019. A partir das discussões em sala de aula dos temas da Ciência política, verificamos as questões mais problemáticas e construímos, juntamente com os bolsistas o questionário padrão, quantitativo. O questionário contou com 39 questões que sondou a respeito de conceitos como Democracia, Cidadania, Direitos Humanos, Minoria Social, políticas econômicas, Ideologias de “esquerda” e “direita” e algumas pautas bastante discutidas atualmente no cenário nacional (como direitos LGBTs, direitos trabalhistas, políticas públicas,

entre outras). Também mediu e cruzou os dados com variáveis de Gênero, Idade, Escolaridade e Classe Social. O diferencial do projeto foi buscar envolver os discentes em todas as fases da pesquisa, desde a aplicação do questionário em trabalho de campo até a tabulação dos dados estatísticos, confecção dos gráficos e análise interpretativa dos resultados, com a orientação e supervisão dos professores. No total contamos com 5 turmas de 2º ano de Ensino Médio técnico fazendo parte da pesquisa (aproximadamente 130 alunos). Propomos então grupos de 5 para pesquisar cada bairro escolhido.

Com a orientação dos professores, os alunos trabalharam sobre a construção e tabulação do banco de dados no programa de planilhas criado no Google Drive, e o Microsoft Excel 2010, no qual os bolsistas, posteriormente, também fizeram os cruzamentos entre variáveis independentes e as questões pesquisadas.

Baseamos a construção do questionário e da análise amostral dos dados no último censo IBGE (ano 2010) para o município. Seguindo estes dados, obtivemos a unidade amostral de 1,56%. A validade da amostragem da pesquisa se baseou no método casual a partir de intervalos fixos (LEVIN, 1977, p.103), de forma que os alunos foram orientados a fazer o processo de varredura entrevistando duas casas por quadra em vinte e dois bairros da cidade, inclusive uma zona rural para ampliar a eficácia da amostra.

DESENVOLVIMENTO

Os PCN propõem que se desenvolva o conceito de Política, Estado, tipos e exercícios de democracias, e acrescenta: “o estudo do Estado deverá produzir uma síntese que contemple as diversas teorias sobre sua origem e finalidade. Determinadas formas históricas de Estado, o Absolutista, o Liberal, o Democrático, o Socialista, o Welfare-State (o do BemEstar) e o Neoliberal, poderão ser abordadas e comparadas, em suas características, com o Estado brasileiro atual.” (PCN, p.41). Os alunos, ao acessarem o conteúdo dessas teorias sempre duvidam do conhecimento da população em geral sobre suas características, seu contexto histórico, os conceitos em si e inevitavelmente remetem às escolhas no voto obrigatório. Dessa maneira, buscamos identificar os perfis ideológicos de “esquerda” ou “direita” ou mais “progressista” ou “conservador” dos moradores, tanto em questões que medissem opiniões de de cunho econômico (igualdade e crescimento econômico, desigualdade social, direitos trabalhistas e sindicatos, impostos e programas sociais do governo), dando especial atenção aos projetos políticos do Liberalismo clássico, Socialismo científico, Socialdemocracia ou Neoliberalismo.

Em relação aos recortes por cruzamentos realizados a partir das variáveis básicas, obtivemos dados muito interessantes sobre as diferenças de percepções e posicionamentos políticos por grupos: verificamos a tendência do gênero feminino se posicionar mais “à esquerda” ou de forma mais “progressista” do que o gênero masculino, que demonstrou ser mais “conservador” sobre pautas políticas e, inclusive, questões morais. O mesmo

se observou por grupo de idade, com uma significativa diferença entre percepções sobre política entre os grupos mais jovens (entre 15 e 20 anos) - em grande parte das questões mais progressistas - em relação ao grupo adulto e mais velho.

Em relação aos grupos raciais, nossos dados demonstraram que os grupos que mais se consideraram minoria social, como os negros e indígenas, também foram os que mais se posicionaram de modo progressista e demonstraram posicionamentos mais favoráveis à questões como defender as políticas sociais do Estado.

Para conceitos de Democracia, Cidadania, Liberalismo, Socialismo, Socialdemocracia, Esquerda e Direita usamos autores de referência como Norberto Bobbio (1998; 1992; 1990) e Anthony Giddens (2001).

A respeito do conceito de democracia, foi interessante observar a tendência dos entrevistados em marcar as respostas que identificavam mais significados “progressistas” de democracia: como “igualdade” e “governo do povo”, do que o significado mais “liberal” que identifica democracia como “liberdade” ou apenas “ter presidente”. Também aferiu-se que 73,8% dos entrevistados acreditam que a desigualdade social impede a efetivação da democracia e dos direitos humanos.

Dos entrevistados, 55,4% que não sabem diferenciar as políticas socialistas, neoliberais e socialdemocrata. Esse dado pode nos auxiliar a compreender o porquê da grande porcentagem, 57,8% dos entrevistados declararem “não saber” se posicionar politicamente quanto ser de “esquerda” ou “direita”. Sobre os que responderam saber, a porcentagem foi maior para aqueles que responderam “direita”, 24,5% dos entrevistados, contra 17,7% de “esquerda”. Tais resposta se tornam ainda mais interessantes quando comparados aos dados do questionário que adentraram em questões de ordem econômica a partir de perguntas específicas. Já que verificamos que 87% dos entrevistados se declaram “a favor” de o governo fornecer saúde pública para todos; 66% dos entrevistados declararam que “não” é desperdício de recursos “o governo gastar com artes e lazer”; 60% consideram “igualdade mais importante que crescimento econômico” e 62% declararam “ser justo” que os impostos para ricos sejam maiores do que para os pobres. Isso pode soar contraditório, quando lembramos que saúde pública para todos, igualdade mais importante que crescimento econômico e impostos maiores para ricos são geralmente pautas defendidas pela esquerda política, e não pela direita. Entre tantas outras constatações, contradições e dados interessantes e de extrema potência a serem analisados.

CONCLUSÃO

Podemos inferir pelos dados como conceitos essenciais na ciência política, mas também para a vida de qualquer cidadão, ainda são estranhos à população, especialmente no tocante às diferenças entre os projetos políticos e como isso, portanto, impacta a sociedade como um todo. Isso reflete uma questão complexa e muito sentida na contemporaneidade:

a crise de representatividade no universo político.

Concluímos ao longo da experiência que é plenamente possível construir alternativas à sala de aula, em que formas de aprender os conteúdos da ciência política mais práticas e concretas estimulem a percepção e o envolvimento dos alunos com o conteúdo. Inclusive, articulando saberes de forma interdisciplinar. A pesquisa quantitativa demonstrou ser uma metodologia igualmente interessante para articular saberes próprios da disciplina.

A experiência dos alunos como “pesquisadores” também nos pareceu bastante potencializadora do ponto de vista didático, já que puderam se responsabilizar pelas fontes da pesquisa, conhecer realidades da cidade que ainda não conheciam e refletir em sala de aula, a partir das teorias estudadas com os dados pesquisados, o porquê da existência de determinados problemas - no país e em seu município. Além de refletir sobre a conscientização política para pensarmos sobre a importância da democracia, da cidadania, dos direitos humanos e das ideologias políticas, assunto, como visto, ainda tão caros a nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/rondonopolis/panorama>>. Acesso em abril/2019.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GIDDENS, Anthony. **A Terceira Via**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ACIR. **Perfil Rondonópolis, 7ª edição**. Rondonópolis: Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Rondonópolis, 2018. Disponível em: <<http://www.acirmt.com.br/2017/Perfil-Rondonopolis-7-web.pdf>>. Acesso em abril/2019.

LEVIN, Jack. **Estatística aplicada a ciências humanas**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1977.

MIGUEL, Luis Felipe. **Representação política em 3-D. Elementos para uma teoria ampliada da representação política**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, nº 51, fev/2003.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. **Fundamentos e metodologias do ensino de sociologia na Educação Básica: aproximações com os fundamentos pedagógicos**. In: SILVA, Ileizi L. Fiorelli (et al.); (org). Caderno de metodologias de ensino e de pesquisa de Sociologia. Londrina: UEL, SET-PR, 2009.

SOUZA, Jessé. **Raça ou Classe? Sobre a desigualdade brasileira**. In: Revista Lua Nova, vol.65, p.43-69, São Paulo, 2005.

(Parâmetros curriculares Nacionais, p. 41,42) <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>.

CAPÍTULO 4

IMPERIALISMO EM AMÉRICA LATINA: CONTRIBUIÇÕES DE MARIÁTEGUI E ZAVALETA

Data de aceite: 01/04/2022

Aline Recalcatti de Andrade

Graduada em Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente cursa mestrado em Relações Internacionais na Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA).

RESUMO: O imperialismo estadunidense na América Latina se desenvolveu e adotou diversas formas ao longo das décadas. Para uma compreensão mais ampla deste fenômeno busca-se analisar o pensamento de dois marxistas fundamentais do pensamento latinoamericano, que viveram em diferentes épocas e possuem algumas semelhanças em seu trabalho: René Zavaleta e José Carlos Mariátegui. A importância desses autores para o estudo do imperialismo ocorre pelo fato de entender a relação estrutural da constituição do Estado sobre formações sociais heterogêneas, no caso de Zavaleta, e, em Mariátegui, por abordar a questão indígena, pensando sobre como esses fatores afetam a influência imperialista em suas regiões. Tal análise busca aportes que podem ser úteis na compreensão do imperialismo sobre sua forma atual para pensar os processos que ocorreram nos últimos anos, como o caso do golpe de Estado na Bolívia em 2019, no qual não teria sido possível sem a postura imperial estadunidense.

PALAVRAS-CHAVES: Imperialismo; América Latina; Mariátegui; Zavaleta.

IMPERIALISMO EM LATINOAMÉRICA: APORTES DE MARIÁTEGUI Y ZAVALETA

RESUMEN: El imperialismo de Estados Unidos sobre Latinoamérica de desarrollo y adopto diferentes formas a través de las décadas. Para una comprensión más amplia de este fenómeno se busca analizar el pensamiento de dos marxistas fundamentales del pensamiento latinoamericano, que vivieron en diferentes tiempos y poseen algunas similitudes en sus trabajos: René Zavaleta y José Carlos Mariátegui. La importancia de esos autores para el estudio del imperialismo ocurre por el hecho del entendimiento de la relación estructural de la constitución del Estado sobre sus formaciones sociales heterogéneas, en el caso de Zavaleta e, en Mariátegui, por abordar la cuestión indígena, pensando sobre como esos factores afectan la influencia imperialista sus regiones. Tal análisis busca aportes que pueden ser útiles en la comprensión del imperialismo sobre su forma actual para reflexionar los procesos que ocurrieron en los últimos años, como en el caso del golpe de Estado de Bolivia en 2019, en lo cual no hubiera sido posible sin la intervención de Estados Unidos.

PALABRAS-CLAVE: Imperialismo; Latinoamérica; Mariátegui; Zavaleta.

IMPERIALISM IN LATIN AMERICA: CONTRIBUTIONS OF MARIÁTEGUI AND ZAVALETA

ABSTRACT: American imperialism in Latin America has developed and adopted various forms over the decades. For a broader understanding of this phenomenon, we seek

to analyze the thinking of two fundamental Marxists of Latin American thought, who lived at different times and have some similarities in their work: René Zavaleta and José Carlos Mariátegui. The importance of these authors for the study of imperialism is due to the fact that they understand the structural relationship of the State's constitution on heterogeneous social formations, in the case of Zavaleta, and, in Mariátegui, for addressing the indigenous question, thinking about how these factors affect the influence imperialist in their regions. Such analysis seeks contributions that can be useful in understanding imperialism about its current way of thinking about the processes that occurred in recent years, such as the case of the coup d'état in Bolivia in 2019, in which it would not have been possible without the American imperial stance.

KEYWORDS: Imperialism; Latin America; Mariátegui; Zavaleta.

INTRODUÇÃO

O debate sobre o imperialismo é um ponto essencial dentro do pensamento marxista, e pode se destacar como um dos primeiros a tratar do assunto, depois de Marx e Engels, com grandes contribuições e fortes influências sobre os autores trabalhados neste texto foi Lenin (2012)¹. A partir de então houve muitos intelectuais marxistas que são referências para o entendimento do imperialismo², e muitos casos de pessoas que lutaram diretamente contra a influência estadunidense durante o século XX, como Che Guevara, Sandino, Emiliano Zapata, Julio Antonio Mella, Fidel Castro, José Martí etc. muitas vezes sem serem necessariamente marxista.

Assim, pela abrangência de autores que tratam sobre o tema, buscamos optar por apenas dois autores, não necessariamente conhecidos pelas suas teorias sobre o imperialismo, mas que pretendemos apontar que pode haver muitas contribuições deles ao debate contemporâneo. Por analisar Zavaleta e Mariátegui, um boliviano e um peruano, apesar de viverem em diferentes épocas e, portanto, em diferentes formas expressadas pelo imperialismo, ambos trazem à luz debates importantes de questões relacionadas à composição e estrutura social, principalmente a questão indígena, que faz com a forma Estado tenha certas particularidades, e o papel do nacionalismo sem luta de classes, algo que influencia nas teorizações de ambos sobre o imperialismo na América Latina. Por isso, apesar de haver no pensamento dos autores marxistas muitas diferenças que fogem do espaço tratado aqui, o objetivo do trabalho é entender a concepção de imperialismo desde o marxismo de Zavaleta e Mariátegui buscando observar as semelhanças entre si. Separamos o trabalho em duas sessões com temas que os autores possuem em comum ao tratar de imperialismo.

Além disso, para compreender e caracterizar o imperialismo atual, tão presente atualmente, se busca contribuir com as ideias dos autores que podem ser relevantes

¹ Segundo Magalhães Leite (2014) essa obra de Lenin representa uma síntese das teorias construídas na época como parte das "teorias clássicas do imperialismo".

² As teorias do imperialismo na América Latina muitas vezes se entrelaçam com a teoria da dependência e as teorias do sistema mundo, com aproximações, contribuições e diferenças conceituais (MAGALHÃES LEITE, 2014).

atualmente entendendo as ideias, conceitos e teorizações, que podem ser de grande utilidade para uma análise da conjuntura latino-americana.

LUTA ANTIIMPERIALISTA E LUTA DE CLASSES

Mariátegui viveu em outro contexto histórico e, portanto, uma diferente forma do imperialismo do que no caso de Zavaleta. Enquanto este último vivia num período de intervenções diretas através de ditaduras latinoamericanas sobre o mando estadunidense, que na época de Mariátegui essa concepção autoritária estava mais em formação³. Entretanto, não se pode dizer de nenhuma maneira que Mariátegui não adotava o antiimperialismo como algo essencial em seu pensamento.

Como o antiimperialismo de Mariátegui tinha fortes influências do pensamento de Lenin (MAZZEO, 2008) ele adota a postura de um antiimperialismo de cunho revolucionário marxista, que vai além do debate que ocorria em sua época do antiimperialismo nacionalista (MARIÁTEGUI, 1990). Para ele: “Em suma, somos antiimperialistas porque somos marxistas, porque somos revolucionários, porque contrapomos ao capitalismo o socialismo como sistema antagônico, chamado a sucedê-lo, porque na luta contra os imperialismos estrangeiros cumprimos nossos deveres de solidariedade com as massas revolucionárias da Europa” (*ibidem*).

A questão nacional, para Mariátegui, nunca pode perder seu sentido classista (MAZZEO, 2008), pois o imperialismo estadunidense não deixa em nenhum momento de se aliar às classes dominantes dentro dos países que buscam oprimir. Como ele afirma: “Nem a burguesia, nem a pequena burguesia no poder podem fazer uma política antiimperialista. Temos a experiência do México, onde a pequena burguesia acabou pactuando com o imperialismo yankee” (MARIÁTEGUI, 1986, p.90), pois o “antiimperialismo, admitindo que ele pudesse mobilizar a burguesia e a pequena burguesia nacionalistas, ao lado das massas operárias e camponesas (já negamos terminantemente esta possibilidade), não anula o antagonismo entre as classes, nem suprime sua diferença de interesses” (*idem*, 1990, p. 65). A solução de acordo com Mariátegui é “Sem prescindir da utilização de nenhum elemento de agitação antiimperialista, nem de nenhum meio de mobilização dos setores sociais que eventualmente podem auxiliar esta luta, nossa missão é explicar e demonstrar às massas que só a revolução socialista contraporá um obstáculo definitivo e verdadeiro ao avanço do imperialismo” (*ibidem*, p. 65). Portanto, não há um antiimperialismo sem a defesa de uma revolução comunista.

3 Foi a partir do início do século XX que os Estados Unidos começaram a desenvolver sua ideologia imperialista, sobre a doutrina Monroe e aprofundar a ideia de América para os americanos. Ademais, as teses desenvolvidas por Mariátegui se inserem em um contexto de guerra entre potências imperiais e desenvolvimento do fascismo, no qual o movimento comunista da época agia conforme a conjuntura, com a Internacional Comunista (III) guiando diretrizes aos movimentos revolucionários nacionais (Pis Diez, 2012). Mariátegui vai a teorizar em esta conjuntura, a favor ou contra das tendências indicadas.

Mariátegui observa, portanto, a relação entre o externo⁴ e o interno, e como na sua época o desenvolvimento do capitalismo estava atrelado ao imperialismo, ele adota a teoria de Lenin (2012) como o imperialismo ser uma nova fase do capitalismo mundial. Também pensando em termos da dominação do centro sobre a periferia, a história latinoamericana do século XX - momento que Zavaleta está teorizando - é ainda mais caracterizado pelo imperialismo estadunidense. Zavaleta argumenta que a “ideologia do imperialismo estadunidense sobre a América Latina tem antecedentes anteriores a sua dominação econômica” (2010, p. 292).

Complementando à Mariátegui, René Zavaleta cita, por exemplo, que antes mesmo dos Estados Unidos serem o centro do capitalismo mundial, já havia diversos antecedentes de dominação desse país sobre os latinoamericanos, tendo, portanto, uma ideologia que já estava constituída. Tal poder imperialista terá resultados na própria formação diversa dos países latino-americanos. Zavaleta afirma que a própria composição do que é Estados Unidos, de uma forma dialética, dependeu dessa dominação sobre a América Latina, que ele denomina de paradigma “vertical-autoritário” (2009, p. 303). Ademais, um ponto significativo apontado por Zavaleta se trata da comparação das formações dos Estados nacionais, pois nas ex-colônias não é possível seguir um curso de crescimento “normal” como foi o dos casos europeus porque “a última fase do Estado nação dos países opressores” (*ibidem*, p. 45, tradução nossa) é o imperialismo. O Estado sobre o modo de produção capitalista atua respondendo às demandas dos interesses externos, que no caso boliviano, irá se expressar fortemente sobre a subsunção formal, já que não houve um processo de acumulação originária dos países periféricos. Essa subsunção formal, que diferentemente da subsunção real que se implementou de forma exclusiva (TAPIA, 2009), busca a destruição de comunidades que não se constituem de acordo com a lei do valor, no qual ainda existem ou coexistem com o capitalismo outros modos de produção.

Como Mariátegui, Zavaleta argumenta contra a oligarquia, como um agente dos interesses do imperialismo, então um antiimperialismo desde as classes burguesas seria algo contraditório, por isso que “o nacionalismo sem o conceito de luta de classes não seria senão outra forma de alienação” (2009, p. 47, tradução nossa). O nacionalismo, nessa leitura, se relaciona com a noção de luta de classes que “não se resolve só em contradição geral entre opressores e oprimidos, senão entre a oposição e a luta entre as classes nacionais e as classes estrangeiras” (*ibidem*, p. 46, tradução nossa). A solução, no caso de Zavaleta que tem fortes influências em Gramsci, seria a constituição de um bloco histórico contra o imperialismo que representa uma forma de hegemonia dominante do capitalismo.

4 Uma boa síntese que análise mais do fator externo do imperialismo, ou seja, de uma mais geopolítica é o livro de Octavio Ianni de 1974. Por exemplo, diferente dos casos das burguesias latinoamericanas que se aliam ao imperialismo estadunidense sem muitas reflexões, a política estadunidense se associa de acordo com a “variação das circunstâncias” (1974, p. 66), sempre preservando seus próprios interesses.

AS FORMAÇÕES SOCIAIS E SEU PAPEL NA LUTA ANTIIMPERIAL

Zavaleta explica que a determinação estrutural do imperialismo tomado somente como fase monopolista do modo de produção capitalista, não expõe o fenômeno completo pois o processo sempre aparece sobre uma forma ideológica, assim explica que “la combinatoria de ambas, estructura e ideología, debe producir siempre una política” (2009, p. 291). Por isso que para o boliviano a estrutura social-econômica é essencial para entender a atuação do imperialismo, pois o fenômeno age não apenas interferindo no Estado, mas também na sociedade.

Segundo Tapia (2009) um dos conceitos mais importantes de Zavaleta é a heterogeneidade estrutural e diversidade de tempos históricos observada em Bolívia, denominada como *forma social abigarrada*, no qual o capitalismo busca a homogeneização social, mas prevalecem espaços que não predominam a lei do valor. Tal configuração engendra novas formas de relações de dominação, pois existe uma oligarquia que detêm o poder do Estado, que ademais de econômica é cultural, pois são etnias ou uma forma esperada de nacionalidade (a colonial) que oprime a outra. É sobre tal construção interna nacional que existem as dominações externas, explicando assim a “dimensão do local-nacional e o mundial” (TAPIA, 2009, p. 21).

Essa configuração específica nacional pode apontar diferentes casos, como citado por Zavaleta (2009) no qual por exemplo os camponeses, pode ser que expressa de fato os interesses da nação, não a burguesia ou pequena burguesia, porque são diretamente contra o capitalismo oligárquico que está conectado e respaldado pelo imperialismo. E é nessa configuração de *forma social abigarrada* onde há uma diversidade de nacionalidades e etnias que o sujeito indígena se destaca na sociedade boliviana, que no mesmo caso de muitos camponeses, são sujeitos que estão de frente na luta, incluída contra a imperial em suas diversas formas.

Como já apontado, Mariátegui está de acordo com a impossibilidade da luta antiimperialista que não seja relacionada com a luta de classes. Para ele, o necessário à América Latina é a revolução socialista que não passe por um processo burguês, que como destacado por Zavaleta, não possui o mesmo processo de construção social e econômica. O ponto de partida de Mariátegui, segundo Mazzeo (2008), seria através do sujeito social mais presente na sociedade peruana, as comunidades indígenas. Isso porque o intelectual peruano fazia suas análises das condições objetivas e específicas tanto do Peru, como da América Latina.

O debate do antiimperialismo nacionalista que Mariátegui criticava era principalmente da perspectiva da APRA⁵ que priorizava o nacionalismo à revolução social latino-americana. Por isso, o peruano faz um chamado à luta revolucionária como luta antiimperialista, pois analisando a situação dos países latino-americanos, em uma condição econômica que

⁵ Movimento político fundado por Haya de la Torre, fundado em 1924.

ele chamava de semicolonial, onde demonstra distintas percepções de formações sociais (RODRIGUES DE ALMEIDA, 2010, p. 156)⁶. Uma conclusão disso é que à medida que se desenvolvem tais países de acordo com o desenvolvimento do capitalismo se acentua a penetração imperialista. As burguesias nacionais que não buscam confronto com esse imperialismo, aceitando como proveitoso economicamente. Assim, o Estado nacional aqui, se integra em sua dimensão jurídico-política com a formação social específica do caso latinoamericano, que não se atenta a seguir uma ideologia antiimperialista (RODRIGUES DE ALMEIDA, 2010).

Dessa forma, para o intelectual marxista peruano a formação social faz com que não há possibilidade “em vista as características próprias das burguesias latinoamericanas [...] de um capitalismo autônomo desligado do imperialismo” (PIS DIEZ, 2012, p. 39-40). Disso, conclui-se que lutar por um desenvolvimento capitalista significa a exploração das classes nacionais, por isso a insistência do antiimperialismo ser entrelaçado à revolução social.

Retomando Zavaleta, diferentemente de teorias que atribuem ao imperialismo como o capitalismo em seu estado puramente econômico, o boliviano argumenta que ele também representa um fenômeno ideológico e política, para o autor “uma determinação estrutural está sempre revelada por sua forma ideológica, e a combinatória de ambas, estrutura e ideologia, deve produzir sempre uma política” (2009, p.291, tradução nossa). De tal maneira, pode-se dizer que as experiências autoritárias ocorridas na época do autor boliviano são as expressões política de tal fenômeno, que a dominação externa buscava homogeneizar o modelo político regional segundo seus interesses (*ibidem*, p. 292), mas que dependia da formação histórico-local.

REFLEXÕES FINAIS

A importância de debater o imperialismo nesse ano advém principalmente da ocorrência dos fatos, além do avanço da direita e dos neofascistas, mas também como o golpe de Estado na Bolívia contra o governo de Evo Morales, um governo caracterizado por adotar uma postura a favor da luta indígena ao mesmo tempo que pensava na construção do socialismo⁷, teve como fator fundamental o apoio do imperialismo estadunidense. Nesse caso nota-se justamente a argumentação de Zavaleta e Mariátegui de como uma oligarquia local, expressada por seus interesses econômicos se aliou à uma frente externa de derrubada do poder do MAS, dentro do seu próprio país e contra as conquistas do sujeito indígena, que foi um dos centros de base do governo de Morales.

Os autores estudados também fazem pensar em como a estrutura social objetiva e específica de cada país se relaciona com os fatores externos, sendo que há casos como

6 “Se, em um modo de produção, as estruturas jurídico-política e ideológica não se resumem a meras expressões da econômica, isto menos ainda se aplica a uma formação social” (*ibidem*).

7 O fato do próprio ex-vice-presidente, Álvaro García Linera, teorizar sobre a ideia de duas razões revolucionárias “indigenismo e marxismo” demonstra esse ponto.

a revolução bolivariana e a cubana que seguem na luta contra o antiimperialismo, assim como há países que aderem e seguem o imperialismo estadunidense atualmente, como caso chileno, o colombiano e mais recentemente o brasileiro. Isso se trata justamente do que Zavaleta e Mariátegui apontaram como formações sociais, que além do Estado, influenciam o imperialismo imposto. Outra importante contribuição observamos ser o fato de que diversos sujeitos podem atuar contra o imperialismo, no qual se relaciona diretamente com a luta de classes dentro dos países.

Como afirma Prashad (2020) as expressões do imperialismo são diversas: em muitos países podem literalmente ser tanques e guerras, mas como no caso da América Latina ele pode atuar de diversas maneiras, onde foram construídas narrativas⁸ para o imperialismo bloquear os avanços sociais no continente. Por isso que quando há lutas sociais que atacam diretamente os interesses imperialistas, ele se mostra de uma maneira mais explícita⁹. Entretanto, como afirma López (2020) imperialismo dentro da academia pode ser considerado um conceito ultrapassado¹⁰, justamente por essa falta de interpretação de suas diferentes formas de atuação, por isso é necessário compreender como opera e seus mecanismos atuais, que Mariátegui e Zavaleta possam ser autores a darem tal aporte.

REFERÊNCIAS

IANNI, Octavio. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

LENIN, V. I. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LÓPEZ, Emiliano. Introdução: Uma caixa de ferramentas para fechar as nossas veias. In: LÓPEZ, Emiliano (org). *As veias do sul continuam abertas: debates sobre o imperialismo do nosso tempo*. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 7-12.

MAGALHÃES LEITE, Leonardo de. Sobre as teorias do imperialismo contemporâneo: uma leitura crítica. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 2 (51), p. 507-534, ago. 2014.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Ideologia y política*. Lima: Editora Amauta, 1986.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Ponto de vista antiimperialista. *Novos Rumos*. Marília, n. 18/19 (5), p.64-66. 1990.

MAZZEO, Miguel. *Invitación al descubrimiento: José Carlos Mariátegui y el socialismo de Nuestra América*. Buenos Aires: El Colectivo, 2008.

8 Podemos citar como exemplo além do terrorismo, mas da guerra às drogas que justifica invenções em diversos países; a luta pela “democracia” como foi o caso contra a Bolívia, e segue contra Venezuela e Cuba; e até a forma de de imperialismo ecológico que atua diretamente contra comunidades indígenas a favor de grandes corporações.

9 Como citada, as comunidades indígenas, isso pode ocorrer de uma forma abafada onde há casos de violência extrema em lugares como México, Equador, Guatemala, Chile etc. no qual há casos diretamente ligados à defesa da natureza e de seus meios de vida.

10 O autor agrega como uma suposição de tal fato que “boa parte do pensamento crítico tenha abandonado certas categorias a favor de explicações mais amigáveis em relação ao establishment acadêmico e político de nosso tempo faz parte do triunfo do modelo civilizatório ocidental e capitalista após a queda do Muro de Berlim” (2020, p.8).

PIES DIEZ, Nayla. El antiimperialismo y el “problema de las razas” en el pensamiento de José Carlos Mariátegui. *Questión*, La Plata, no. 34, p. 33- 45. 2012.

PRASHAD, Vijay. *Balas de Washington: Uma história da CIA, golpes e assassinatos*. São Paulo: Expressão Popular. 2020.

RODRIGUES DE ALMEIDA, Lúcio F. Nacionalismo e antiimperialismo em um texto de Mariátegui. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 24, p. 152-162. 2010.

TAPIA, Luis. Prólogo. In: ZAVALETA, René. *La autodeterminación de las masas*. Bogotá: Siglo del Hombre, 2009. p. 9-29.

ZAVALETA, René. *La autodeterminación de las masas*. Bogotá: Siglo del Hombre, 2009.

ACERCAMIENTO A LA DEFINICIÓN DE CLASE POLÍTICA

Data de aceite: 01/04/2022

Eduardo Gabriel Barrios Pérez

Facultad de Ciencias y Técnicas de la
Comunicación
Universidad Veracruzana

Guadalupe H. Mar Vázquez

Facultad de Ciencias y Técnicas de la
Comunicación
Universidad Veracruzana

Miguel Ángel Barragán V

Facultad de Ciencias y Técnicas de la
Comunicación
Universidad Veracruzana

María Teresa de Jesús Arroyo G

Facultad de Ciencias y Técnicas de la
Comunicación
Universidad Veracruzana

José Luis Cerdán Díaz

Facultad de Ciencias y Técnicas de la
Comunicación
Universidad Veracruzana

RESUMEN: El presente artículo tiene como propósito hacer una exploración teórica a través de diversos autores para aproximarse a una definición del concepto de clase política enmarcado en el contexto político mexicano, que distinga a aquellos actores que participan de ella a través de la organización y como formas de incidencia social. En la definición se entrecruzan las acciones de los políticos, ciudadanos y medios de comunicación que contribuyen desde

diversos enfoques a la construcción del relato político. También se abordarán las claves para distinguir la dimensión conceptual de lo político y la política.

PALABRAS CLAVE: Clase política, Arena política, Esfera pública, Política, Político, Comunicación

INTRODUCCIÓN

Cuando el común de la gente se refiere al término clase- ya no política- sino al concepto clase, de inmediato se remite a un grupo de personas, animales o cosas de las mismas características. Clase se aplica también a grupos sociales cuyos miembros están relacionados por causas de una misma situación económica y social o por intereses comunes. Además, clase se maneja en los indicadores económicos. Cuando se trata clase social se nos remite a la teoría marxista, en donde el término se aplica a la posición que guardan los sujetos con relación a la propiedad de los medios de producción (burguesía y proletariado). De tal forma que Marx utilizaba el concepto clase para nombrar estos dos estratos de la sociedad capitalista. “...La burguesía ha producido también, los hombres que empuñarán esas armas: los obreros modernos, los proletarios...” (Marx y Engels, 1972: 37).

La teoría marxista visualiza algunas variantes de esas clases sociales, una especie de subclases- que él denomina estratos o grupos

diferenciados- en donde ubica la Burguesía Financiera, la Burguesía Industrial, Pequeña Burguesía y Lumpemproletariado)¹. Pareciera que el hecho de ubicar esta especie de subclases obedece aparte del criterio de los modos de producción, a criterios de las ramas o sectores que se dedican cada uno de los miembros de estos sectores sociales. A lo largo de la obra de Karl Marx no se define el concepto de clase, aunque esta doctrina de la lucha de clases es el punto más importante de la teoría marxista. Se aclara el hecho de que la diferencia de ingresos económicos no es criterio para determinar a qué clase pertenece un sujeto. Pues ahí aparece otro elemento marxista denominado conciencia de clase. Para Karl Marx no existe tampoco la clase política, ni la denominó como tal, este visualizó el poder económico y su repercusión justamente en este ámbito de los propietarios y de los que trabajan los medios de producción, los modos de producción.

Si existe en la teoría marxista alguna vertiente de lo político, es en el hecho que, para el autor, la lucha de clases era una lucha política, justamente para lograr el cambio social que pugnaba. La conciencia para Marx es un epifenómeno, pues sólo existe la materia. Esa conciencia se organiza como ideología y esa ideología se manifiesta en la superestructura. Establece la distinción entre estructura y superestructura; en la estructura se maneja la cuestión de la organización económica, su modo de producción, en tanto que la superestructura es el epifenómeno, el reflejo de la producción económica, de tal suerte que el Estado, los partidos políticos, la iglesia y la escuela, por ejemplo, son reflejos superestructurales de la base económica. En este contexto es obvio que la clase política y sus luchas no encuentran acomodo en la teoría marxista. Justamente esta es una de las cuestiones que se le critica a Marx, el hecho de que a través de este instrumento teórico se pierden las especificidades. Se estudia siempre lo macro, dejando de lado aquello que pudiera aportar también datos e información, lo que equivale a que en el bosque veamos sólo los árboles y no las manzanas.

POSICIÓN WEBERIANA

En cambio, Max Weber no consideraba que el factor económico influyera al resto. “No toda dominación se sirve del medio económico. Y todavía menos tiene toda dominación fines económicos” (Weber, 1994: 170).

Para reforzar lo anterior, Weber agrega: “Motivos puramente materiales y racionales con arreglo a fines como vínculo entre el imperante y su cuadro implican aquí, como en todas partes, una relación relativamente frágil” (Weber, 1994: 170). Weber si manejó las clases sociales a través de la multidimensionalidad social, modificando la tesis marxista en el sentido de que las clases sociales están en relación a quien ostente la propiedad de los

¹ El término es tomado del idioma alemán, Lumpen significa andrajoso y los autores se refieren a ellos como elementos desclasados (vagabundos, indigentes, ladrones, etc.). Por cierto, los consideraban incapaces de llevar a cabo una lucha política organizada, si acaso podrían ser manipulados por la burguesía en calidad de esquirols. (Marx y Engels, 1972: 41).

medios de producción. Weber se negaba a reducir la estratificación a los factores económicos y los veía de manera multidimensional. (Ritzer, 2001: 264). Hay una situación de clase, cuando se dan tres condiciones: “Es común a cierto número de hombres un componente causal específico de sus probabilidades de existencia, en tanto que tal componente esté representado exclusivamente por intereses lucrativos y de posesión de bienes, y en las condiciones determinadas por el mercado. Esta es la situación de clase” (Weber, 1921/1968: 927). En la interpretación que Ritzer hace de la posición weberiana, explica: “El concepto de clase se refiere a cualquier grupo humano que este en la misma situación de clase. Por lo tanto, clase no es una comunidad, sino más bien un grupo humano en la misma situación económica, o de mercado” (Ritzer, 2001; 265). La Multidimensionalidad social a la que se refería Weber, hace mención que la sociedad está estratificada sobre las bases de la economía, el estatus y el poder. Con esto hace referencia a que los grupos de estatus se manejan en el orden social y los partidos políticos se establecen en el orden político, justamente. Es en ese orden político que concebía Weber donde se ubican actores y la clase política. Aunque se precisa que el científico alemán no los nombra como tal en sus obras, si acaso se refiere a los partidos políticos, los cuales precisa que están orientados a conseguir el poder. Luego entonces contemplaba la presencia de los líderes políticos. Sin embargo, la alusión de Weber a la clase política es indirecta.

Weber también estudia a la burocracia, primero clasificándola como una forma de autoridad, un tipo de autoridad y luego como un modelo y, también como una forma de organización social, económica y política. Visualizaba a la burocracia como una organización formal y racional. “... la burocracia es capaz de alcanzar el más alto grado de eficacia y es, en este sentido, formalmente, el más racional de los medios de ejercer autoridad sobre los seres humanos. Es superior a cualquier otra forma en precisión, en estabilidad, en el rigor de su disciplina y en su fiabilidad”, (Weber, 1921/1968; 223).

Weber al considerar a la burocracia el tipo más puro de ejercicio de la autoridad legal, ubica a los miembros de este grupo como dependientes de la nómina gubernamental, es decir que trabajan para el gobierno. Así, aún cuando reconoce a los líderes políticos y a la burocracia, no alude en forma directa a la clase política.

GRAMSCI

En sus escritos, los cuales fueron agrupados y publicados luego de su muerte, el marxista italiano, Antonio Gramsci hace mención que la conciencia, la superestructura puede cambiar a la sociedad, en contradicción con Marx.

Gramsci define a la política como “la acción de las fracciones parlamentarias, los partidos, los periódicos y, en general, toda acción que se realiza según una directiva evidente y predeterminada, se da el nombre de psicología a los fenómenos elementales de las masas. (Gramsci, 1975: 186).

Independientemente de que para algunos investigadores (véase Meza, Eligio)² la deducción del concepto de Gramsci sea el que los partidos políticos no hacen política sino psicología, aquí se establece que esta concepción de política es demasiado abierta, acepta como parte de la acción política a los periodistas, a los dirigentes de partidos políticos y todos aquellos miembros de una sociedad que tengan solo una directiva evidente y predeterminada.

Pareciera que Gramsci cambia el concepto y define posteriormente a la política como lo que hace el Estado, luego entonces, todos los pertenecientes a la clase política tendrán necesariamente que laborar para el gobierno. Volvemos de nueva cuenta al concepto cerrado de que clase política es aquella que labora de alguna u otra forma para el gobierno.

En el caso de Gramsci, sus biógrafos adjudican estos cambios de conceptos y en general el uso de sus palabras a la intención de “pasar la aduana” o supervisión que sus carceleros le hacían a sus escritos, cuando permaneció en prisión por oponerse al régimen fascista de Benito Mussolini.

El sostener que la política es lo que hace el Estado, como lo hace Gramsci, es ubicar a la clase política justamente en y dentro del Estado, si esto fuese la concepción de Clase Política, entonces Andrés Manuel López Obrador, opositor al gobierno Calderonista y al de Enrique Peña Nieto, antes de formar su partido político Morena, no pertenecía a la clase política, porque no labora para el gobierno. Sin embargo, utilizando parte de su poder simbólico convoca a brigadas de mujeres para la defensa de la soberanía petrolera nacional y luego a la formación de su partido político.

Otro aspecto que se desprende del concepto de acción política de Gramsci, y esto así lo aborda el investigador de la Universidad Autónoma de Zacatecas, Eligio Meza, es el hecho de que, si política es lo que se hace dentro del Estado, entonces no se incluye dentro de clase política a los grupos opositores, como es el caso del PAN en este momento, en que Morena gobierna al país. Sólo harán política los que están al interior del gobierno. Sólo esa será la clase política.

Aunque no se consigna así, el término Clase Política tiene cierto origen fascista, al haberlo utilizado Benito Mussolini en su partido Nacional Fascista, para dirigirse a los militantes de éste el único organismo político, que había en su gobierno totalitario³.

GAETANO MOSCA

Lo expuesto hasta ahora con relación al concepto de clase política remonta a través de ensayos de diversos autores y libros, al italiano Gaetano Mosca, quien escribió en 1896, la obra “Elementi di scienza política”. El científico social, desarrolló su famosa teoría política

2 El autor, docente investigador de la Universidad Autónoma de Zacatecas, en su ensayo publicado en la Revista “Vínculo Jurídico”, número 6-7 abril- septiembre 1991, así lo interpreta.

3 En entrevista hecha para esta investigación, el analista político y columnista (ya fallecido), Fausto Fernández Ponte, así lo consideró.

en donde se refiere y aplica el término clase política.

Para Gaetano Mosca existen en todas las sociedades dos clases de personas "... La de los gobernantes y la de los gobernados. La primera que es la menos numerosa, desempeña todas las funciones políticas, monopoliza todas las funciones políticas, monopoliza el poder y disfruta de las ventajas que van unidas a él..." (Mosca, 1984; 106).

Independientemente que el científico social distingue solo una clase política, ello implica que esta clase política está ligada al poder - lo ejerce plenamente y gobierna a todos - en este caso a los gobernados a que se refiere el autor. En la afirmación de que la clase política disfruta de las ventajas que van unidas al poder, el autor refiere que los gobernantes- en este caso la clase política para él- usufructúa el poder; desde el poder emprende y logra beneficios que no necesariamente tienen que ver con lo económico. También pudieran perseguir fines de reconocimiento de los otros y espacios de poder.

Pero aquí, en el concepto de clase política de Gaetano Mosca resalta otro hecho que es el que la clase política solamente se le puede identificar porque gobierna, está en el poder, si ajustáramos este significado al concepto de clase política entonces dejaríamos fuera a aquellos que no están gobernando, pero que pudiera tener capacidad de decisión más allá de su inmediatez, ejemplo de ello sería la clase política que militando en el PRD presiona al poder Ejecutivo para revisar algún tema de la agenda política.

MOSCA, PARETO Y MILLS

Antes de continuar con esta especie de acercamiento a la definición de clase política, valdría la pena hacer algunas precisiones terminológicas respecto a este vocablo. Antes que nada, habría que precisar si en verdad debe tratarse como clase política, como un estrato o bien como un grupo o quizá se deba denominarla élite política.

Si atendemos al concepto de élite política y no clase política, tendremos que remitirnos al norteamericano Carl Wright Mills, quien la denominó "elite del poder", en tanto que Vilfredo Pareto la llamó también élites. Pareto y Gaetano Mosca, se confrontaron por la autoría del concepto elite política.⁴

Si entendemos por élite a aquellos grupos cuyos miembros están a la cabeza de la jerarquía y ocupan puestos importantes, ya sea en términos de riqueza o prestigio, entonces la denominada clase política pudiera ser una élite política. Sin embargo, el concepto sigue pareciendo demasiado estrecho, sin que quepa dentro de él aquellos actores que siendo miembros de la clase política no están dentro del gobierno, no gobiernan. Caso concreto aquellos políticos que no están laborando en alguna dependencia gubernamental, que se dedican a negocios que han obtenido mientras están en el poder, de lo cual es claro

4 Luis E. Blacha lo narra en su ensayo ¿Elite o clase política?, Revista Electrónica Theomai, de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales y Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Argentina. Trata de conceptualizar elite desde la perspectiva de tres autores Wright Mills, Gaetano Mosca y Vilfredo Pareto. <http://revista-theomai.unq.edu.ar/NUMERO12/artblacha12.htm>).

ejemplo el expresidente Carlos Salinas de Gortari. O bien existen otros que se mantienen en lo que ellos llaman RENATA⁵ – Reserva Nacional de Talentos- esperando ocuparse en lo futuro en otro cargo gubernamental.

Un grupo de personas o cosas se convierte en una clase. En cambio, la clase social consta de varios estratos y un estrato de varios grupos y subgrupos. Por lo que aun cuando no se trate de una clase social, si puede denominársele clase política si se tiene en cuenta que el concepto clase se aplica también a grupos sociales, cuyos miembros están relacionados por causas de una misma situación económica y social o por intereses comunes. En este caso la clase política conlleva un interés común que es el lograr el poder.

En México es común denominar clase política a todos aquellos actores políticos sean del partido político que sean.

Así miembro de la clase política serían Beatriz Elena Paredes Rangel, Germán Martínez Cázares, Jesús Ortega Martínez, Dante Alfonso Delgado Ranauro. Ellos pueden militar y presidir diferentes partidos políticos, que para el imaginario colectivo tienen algo en común, pertenecen a la clase política y son miembros de ella. El concepto abarca a los de oposición, a los que no estén en el ejercicio del poder.

En nuestro país tenemos la idea de que la clase política son todos aquellos que ejercen la profesión de la política, viven de ello, no por profesión de fe, sino por ocupación profesional.

Esta clase política- con intereses y objetivos comunes- se desarrolla en una comunidad, en un determinado espacio que reúne a todos aquellos que ejercen el trabajo político. Esta clase política se desenvuelve y lucha en la arena política. Para hablar de arena política nos remitimos a la arena social de Norman Long, “en donde se construye de un modo discursivo y se delimita en la práctica por el uso del lenguaje y las acciones estratégicas de los varios actores” (Long, 2007: 110). Para el mismo autor, los actores se afanan por encontrar interpretaciones comunes o acomodamientos entre los diversos puntos de vista, y siempre hay posibilidades de disentir de ellos. Por lo que definiremos arena política, como el ámbito en donde entran en contacto los actores que conforman la clase política, los cuales luchan por el predominio, se enfrentan, organizan acciones estratégicas y llegan a distintas formas de negociación. Ejemplificando lo anterior, tendremos que la arena política sería un distrito electoral, de los 300 en que se divide el país. Arena es el espacio concreto de lucha, en tanto que la comunidad política serían los diversos grupos pertenecientes a cada uno de los partidos políticos contendientes, emprendiendo acciones diversas y estratégicas.

Luego entonces, la clase política se integra con aquellos que participan, que toman decisiones políticas de amplio alcance, sean gobernantes o no. La clase política – este grupo social especial- se integra entonces con actores políticos. A los actores hay

⁵ En el argot político es un concepto muy manejado por los miembros de la clase política cuando alguno de ellos se encuentra en el desempleo. Código de grupos.

que verlos, señala Norman Long, como participantes activos que reciben e interpretan información y diseñan estrategias en sus relaciones con los diversos actores locales, así como las instituciones externas y su personal. (Long, 2007: 43).

Para el mismo autor, los actores dan significado a sus experiencias a través de una serie de representaciones, imágenes, comprensiones cognitivas y respuestas emocionales, que incluyen repertorios culturales, compuestos de nociones de valor, tipos y fragmentos de discursos, ideas de organización, símbolos y procedimientos culturales en un marco de heterogeneidad. (Long, 2007: 110-111).

Teniendo como base esta concepción de actor, definiremos a la clase política – integrada por actores- como los y las que tienen capacidad de decisión, de repercusión– más allá de su inmediatez y de su vida privada- en la sociedad, estando o no en el poder y que se aplican a la actividad política, utilizando la arena política.

Se precisa que desde luego esa clase política no es homogénea, no todos tienen iguales recursos económicos, igual visibilidad, igualdad de relaciones directas en el sentido de lo gubernamental. No todos tienen por igual, la misma capacidad de repercusión pública. Hay algunos actores políticos que no forman parte de la clase política, que son circunstanciales o emergentes, por ejemplo, el cantante Plácido Domingo que, en el sismo de 1985, llegó a lo que fueran las viviendas de la zona de Tlatelolco en busca de su familia que ahí vivía, y ante el desastre se convirtió en enlace entre el gobierno y los afectados. Estas subcategorías pueden abrirse, para este trabajo de investigación, a partir del Sistema Político Mexicano y su específico corporativismo, cuya lógica involucró a los liderazgos sindicales y sociales (en general) en el funcionamiento del sistema y su gobierno. El expresidente Lázaro Cárdenas del Río ejemplifica esto perfectamente, porque él atrajo hacia su programa de gobierno a las organizaciones campesinas, empresariales y sindicales, las reagrupa y en muchos casos, las impulsa o las crea, para entre otros fines, cooptarlas. Esos liderazgos eventualmente se convierten en figuras políticas, partidistas o gubernamentales.

El problema es cuando esos liderazgos constituyen una verdadera oposición y, en consecuencia, aunque formen parte de la llamada clase política, funcionan en contra del sistema. Entonces a manera de propuesta, se podría generar una primera clasificación de clase política que pudiera ser Clase Política Funcional o Disfuncional al Sistema. Si bien la actividad política se encuentra desacreditada a decir del sociólogo Bauman, (2003) quien especifica que el reino de la política se reduce a la confesión pública, a la exhibición pública de la intimidad y al examen y censura públicos de las virtudes y vicios privados, es necesario abordar la clase política en relación con los medios de comunicación. Porque sabido es que la expresión política, no puede apartarse del funcionamiento de los medios de comunicación como una de sus prácticas cotidianas, mismas que, estipula el investigador Efraín Quiñonez (2008), provocan una mayor utilización de los medios por parte de la clase política.

Como lo refieren García Calderón y Figueiras Tapia (2006), los medios de comunicación son los que dan visibilidad a los actos y decisiones políticas y las hacen públicas, dan elementos para su aceptación o reflejan el rechazo, por ello los lectores y los políticos recurren a los medios para recibir información o para proporcionarla.

Para John Thompson (1996) la población permanece excluida de la discusión pública y es manejada como un recurso que permite a los líderes políticos obtener, con la ayuda de lo que denomina técnicas massmediáticas, asentamiento suficiente para legitimar sus programas políticos.

Si la clase política tiene capacidad de decisión y de actuación, requiere estar informada para ser capaz de decidir y actuar. Consecuentemente la clase política también consume información periodística, entendiéndose por consumo, algo más que la simple adquisición material de un bien o servicio. A decir del investigador Efraín Quiñonez (2008), se da la acción política desarrollada por los actores que aspiran a incorporar temas en la agenda mediática, que los hace visible como actores políticos. Esto independientemente de las formas de interpretación que manejan los medios de comunicación y a su actividad de hacer transitar varias formas de expresión simbólica a las que refiere el propio Efraín Quiñonez. (2008).

VERSIÓN HABERMASIANA

Luego entonces, medios de comunicación, clase política y lectores – que pueden ser uno mismo desde la perspectiva general de que se les clasifique a ambos como consumidores de los contenidos de los medios de comunicación- convergen en la llamada Esfera Pública cuyo concepto nos remonta a Jürgen Habermas quien fundamentándose históricamente en un estudio sobre la esfera pública burguesa, hace alusión a que las figuras públicas se exhibían como representantes o personificaciones de un poder superior.

Para Habermas el espacio público – como un elemento constitutivo de la modernidad temprana- históricamente se constituye en los espacios de reunión burgueses y ahora se da en los cafés, en los restaurantes, entre otros lugares públicos, en un ejercicio de encuentro de lo colectivo a partir de la individualidad, en donde el mundo de vida se vuelve expresión pública. Estos microespacios como los clubes o cafés, se conectan para formar con otros espacios, lo que conocemos como opinión pública, la cual influye en la política y se va interconectando con otras formas sociales; incluso indirectamente por vías culturales en el Estado. Es Habermas quien sostiene que el ejercicio del poder necesita del control permanente de la opinión pública (1997). Para Habermas, los medios de comunicación son instrumentos de dominación, pero a pesar de eso, siguen apelando a valores que no vienen ni del Estado ni del mercado, vienen del mundo de vida. El mundo de vida para el autor es un modelo estructurado, un espacio donde los actores, en el día a día, en la cotidianidad, interpretan situaciones bajo sentido común, refranes, saberes comunes y

orientan su acción.

Es la esfera pública el ámbito donde se mueve la sociedad civil, la cual requiere de los medios de comunicación para informarse de lo que pasa en el Estado y en el Mercado. Es, reiteramos, en los medios de comunicación, en donde también se informa la clase política.

Ahora, nos permitimos abonar a estas reflexiones, la diferencia conceptual de lo político y la política con el propósito de clarificar los lugares a los que pertenece el conjunto de acciones de la llamada clase política y las producidas por ciudadanos y medios de comunicación. Así tenemos, que para Mouffe (1999): “(...) lo político (se encuentra) ligado a la dimensión de antagonismo y de hostilidad que existe en las relaciones humanas, antagonismo que se manifiesta como diversidad de las relaciones sociales y ‘la política’, que apunta a establecer un orden, a organizar la coexistencia humana en condiciones que son siempre conflictivas, pues están atravesadas por ‘lo político’” (p. 14). Es decir, lo político es una cualidad inherente a las relaciones humanas que son de por sí conflictivas y que se manifiestan en el encuentro con la otredad, lo que, a su vez, permite reconocer la diferencia en tanto sujetos que se desenvuelven y manifiestan en sus particularidades a través de diversas expresiones humanas: culturales, científicas, deportivas. Nótese que la autora utiliza la palabra coexistencia que no convivencia y que, al tiempo, podemos interpretarla como la base de las cualidades en las relaciones humanas traducidas hoy día, a modernos conceptos como la tolerancia. Entonces, distinguimos a la coexistencia, como una fase primaria de las cualidades de las relaciones sociales que aspira a convertirse, después de un proceso de confrontación, en convivencia, pero que no necesariamente debe lograrse. Con esto, entramos al terreno de la política, si lo político es una cualidad de la relación humana que la vuelve conflictiva, la política será entonces, el conjunto de acciones organizadas cuyo proceso involucra el diálogo y el debate, encaminadas al establecimiento de un orden e inhibición del conflicto humano heredado de lo político.

Dada esta explicación, podemos entonces, distinguir al conjunto de acciones de la clase política en el terreno de la política, encargados de delinear formas de organización social por vías estructurales como las formas de gobierno, mecanizadas como las propuestas desde las instituciones sociales y procedimentales que se refiere a las formas de dar legalidad y legitimidad a las dos anteriores (Díaz, 2003), pero a su vez, podemos decir que, todos, en tanto seres humanos estamos formados por una dimensión política, es decir lo político es un rasgo humano desde el momento en que pronunciamos nuestros acuerdos y desacuerdos, nuestros conflictos. Sin embargo, ello no quiere decir que se haga política, en ese terreno es en donde introducimos las expresiones ciudadanas y de los medios de comunicación, en tanto que sus propósitos son ajenos a establecer por las vías referidas, formas de organización, en todo caso, si a través de procesos informativos que coadyuvan a la toma de decisiones de los agentes que hacen la política.

COMENTARIOS FINALES

Cuestionándonos acerca de las relaciones de poder entre la clase política y sus redes con el poder mediático nos preguntamos ¿Cómo se dan estas relaciones en la interfaz⁶?, ¿Entre quiénes?, ¿Por qué y para qué se relacionan? ¿Cuáles son las redes de poder de estos dos poderes?, ¿de qué forma, cada uno intenta controlar al otro?, ¿En qué condiciones se da el triunfo de uno sobre el otro y qué resulta de ello?, ¿De qué manera la relación de la clase política con los columnistas- periodistas influye en la agenda política?

Evaluar entonces esas relaciones, significaciones y usos que subyacen en los contenidos de las columnas políticas que se publican en los diarios que se editan en la zona conurbada Veracruz- Boca del Río, así como los efectos de esta relación de poder en la agenda política, es el objetivo de esta investigación que inicia tratando de lograr un acercamiento al concepto de Clase política.

REFERENCIAS

BAUMAN, Z. (2003). *Modernidad Líquida*, México, Fondo de Cultura Económica.

BUENDÍA. M. (1996). *Ejercicio Periodístico*. México. Fundación Manuel Buendía.

CHOMSKY, N. (2001). *11/09/2001*, México, editorial Océano

CRESPO, I.; Moreno C. y Delgado, I. (2003) *El estudio de las campañas electorales*. En Crespo, I. (Ed.) (2003), *Partidos, medios de comunicación y electores. Los efectos de la campaña electoral de 2000 en España*, Buenos Aires: Grupo editorial Planeta.

DÍAZ, Álvaro, Una discreta diferenciación entre la política y lo político y su incidencia sobre la educación en cuanto a la socialización política. *Reflexión Política* [en línea] 2003, 5 (junio): [Fecha de consulta: 28 de julio de 2016] Disponible en: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11000904>> ISSN 0124-0781.

GARCÍA, C. y Figueiras T. (2006). *Medios de Comunicación y campañas electorales 1988-2000*, México. UNAM- Plaza Valdez Editores.

GARCIA. V., D'Adamo, O., Slavinsky G. (2005) *Comunicación política y campañas electorales*. Estrategias en elecciones presidenciales. Varcelona: Defisa. Cap. I.

GRAMSCI, A. (1975). *Notas sobre Maquiavelo, sobre política y sobre el estado moderno*, México, Editorial Juan Pablos.

HABERMAS, J. (1997). *Historia y crítica de la Opinión Pública*. Barcelona, España. Gustavo Gili.

⁶ Término aplicado por Norman Long, quien la define como un campo común con la función de relacionar diferentes actores, con diferentes habilidades para saber y hacer. Es en ella donde se generan conflictos y negociaciones, choques culturales, encuentros de horizontes, relaciones estratégicas, multiplicidad de discursos y discontinuidades. (Long, 2007: p.p. 142-148)

LONG, N. (2007). *Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor*, México, El Colegio de San Luis y CIESAS.

MAR, G. (2008) "Análisis de las columnas políticas que se publican en los diarios que se editan en la zona conurbada Veracruz- Boca del Río", México, Tesis para obtener el grado de maestría en Comunicación Política. CADEC.

MARX y ENGELS (1972). *Manifiesto del Partido Comunista*, Moscú, Editorial Progreso.

MEZA, E. (1991), "¿Qué es la Política?", Revista Vínculo Jurídico, México, Universidad Autónoma de Zacatecas.

MOUFFE, Ch. (1999) *El retorno de lo político*. Barcelona: Editorial Paidós.

O (2006). *Teoría del Periodismo*. España. Editorial Comunicación Social.

QUIÑONEZ, E. (2008). *Cultura Mediática y Política Una exploración desde el espacio local*, México, Biblioteca Universidad Veracruzana.

RITZER, G. (2001), *Teoría Sociológica Clásica*, España, Editorial MacGraw Hill Interamericana.

RODRÍGUEZ, R. (2004). *Teoría de la Agenda- Setting aplicación a la enseñanza universitaria*, España. Observatorio Europeo de Tendencias Sociales.

THOMPSON, J. 1996. *La Teoría de la esfera Pública*, Barcelona, Revista Voces y culturas, número 10.

WEBER, M. (1944). *Economía y Sociedad, Esbozo de Sociología Comprensiva*, México, Fondo de Cultura Económica.

CAPÍTULO 6

CLASSES E LUTA DE CLASSES: REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE AS CLASSES SOCIAIS NAS OBRAS DE NICOS POULANTZAS E ERIK OLIN WRIGHT

Data de aceite: 01/04/2022

Felipe Queiroz

Doutorando em ciência Política pela
Universidade Estadual de Campinas –
UNICAMP.

Bolsista da CAPES.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4285-7833>

RESUMO: Este artigo se propõe a fazer uma análise crítica sobre alguns dos problemas levantados pelas teorias das classes sociais desenvolvidas por Nicos Poulantzas e Erik Olin Wright. Mais precisamente, este artigo situa-se em torno duma análise comparativa dos conceitos utilizados pelos autores na definição e delimitação das classes sociais. Os dois autores têm posições diferentes sobre o tema e deram origem a um rico debate teórico ao longo da década de 1980, com implicações teóricas e políticas. O artigo é composto por três partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte, apresentamos as definições de Poulantzas sobre classe e luta de classes desenvolvidas nas obras *Pouvoir politique et classes sociales* (1968) e *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui* (1974). Na segunda parte, apresentamos as análises de Olin Wright sobre o tema e discutimos sobre as críticas que este dirige à Poulantzas no artigo *Class boundaries in advanced capitalist society*. Na terceira parte apresentamos a réplica de Poulantzas à Olin Wright.

PALAVRAS-CHAVE: Classe social; luta de classes; marxismo; Poulantzas; Olin Wright.

CLASSES AND CLASS STRUGGLE:
CRITICAL REFLECTION ON SOCIAL
CLASSES IN THE WORKS OF NICOS
POULANTZAS AND ERIK OLIN WRIGHT

ABSTRACT: This essay proposes to make a critical analysis of some of the problems raised by the theories of social classes developed by Nicos Poulantzas and Erik Olin Wright. More precisely, this essay is based on a comparative analysis of the concepts used by the authors in the definition and delimitation of social classes. The two authors who had different positions on the subject and gave rise to a long and rich theoretical debate throughout the 1980s, with theoretical and political implications. The essay consists of three parts, in addition to the introduction and final remarks. In the first part, we present Poulantzas' definitions of class and class struggle developed in the works *Pouvoir politique et classes sociales* (1968) and *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui* (1974). In the second part, we present Olin Wright's analysis on the subject and discuss the criticisms he makes to Poulantzas in the article *Class boundaries in advanced capitalist society*. In the third part we present Poulantzas's replica to Olin Wright.

KEYWORDS: Social class; class struggle; Marxism; Poulantzas; Olin Wright.

INTRODUÇÃO

Marx nunca definiu de modo sistemático o conceito de classe. Ele pretendia abordar esse tema no capítulo final d'*O Capital*, Volume

3, intitulado “Classes”, mas, sua morte repentina, fez com que o capítulo ficasse inacabado. Como lembrou Olin Wright (2013, p. 17), esse capítulo foi interrompido pouco após Marx elaborar a questão central sobre o tema: “o que constitui uma classe?”. A ausência de uma definição específica e rigorosa por parte de Marx não significou que o conceito não tivesse uma definição minimamente consistente em sua obra. Diferentes autores, entre eles Althusser e Poulantzas, apontam que esse conceito estava presente em “estado prático” nas obras de Marx e Engels. O fato de o conceito estar presente em estado prático não impediu que o mesmo tivesse diferentes interpretações ao longo do tempo.

Por outro lado, as transformações econômicas, sociais e políticas decorrentes das alterações no capitalismo contemporâneo têm posto à prova muitos conceitos e categorias analíticas tradicionais. A precarização das relações de trabalho, o desemprego em massa, especialmente entre os jovens (CARMO; D’AVELAR, 2021; CARMO; MATIAS, 2019) e o surgimento de novas formas de trabalho ou, mais precisamente, de novas formas exploração da força de trabalho – como os trabalhos por aplicativos e o surgimento do fenômeno da uburização (FILGUEIRAS; DUTRA, 2021; LIMA; BRIDI, 2019) – são apenas alguns exemplos dos desafios teóricos e analíticos apresentados aos cientistas sociais contemporâneo.

Renato Miguel do Carmo e Ana Rita Matias (2019, p. 53) apontam que “a persistência de níveis elevados de desemprego e inatividade entre os indivíduos na faixa etária dos 15 aos 29 anos [...] fez emergir preocupações sobre as suas consequências ao nível da coesão das sociedades”, uma vez que a precaridade tem afetado tanto a dimensão *objetiva* da vida dos jovens, isto é, sua condição material quanto *subjetiva*, relacionada à sua condição existencial, enquanto sujeito no mundo. Noutro trabalho, Carmo e D’Avelar (2021) fazem uma pesquisa em profundidade para mostrar como o desemprego persistente tem afetado a subjetividade dos indivíduos. Esse tipo de investigação, como bem apontam Carmo e D’Avelar (2021, p. 757), são de fundamental importância para o melhor entendimento da condição de vida da crescente fração da sociedade que vive em situação de desemprego prolongado. Os diferentes estudos que tratam desta temática apontam para uma questão analítica de fundamental importância: a qual classe essas pessoas pertencem? Podemos elaborar a mesma questão de outra forma: Os jovens precarizados, que possuem alta escolaridade, mas quase não têm empregos, que ora exercem alguma atividade remunerada ora se aventuram como “empreendedores”, devem ser considerados analiticamente como? Como classe trabalhadora, como “nova pequena burguesia”, classe média ou “classe contraditória”? Será que essas categorias analíticas dão conta deste novo fenômeno social?

Não objetivamos, diretamente, responder a estas questões – que por si só, já constituem um objeto de investigação de doutoramento –, mas, indiretamente, contribuir com as reflexões sobre o tema, ao revistar uma importante discussão travada dentro teoria marxista sobre o tema das classes sociais.

Este artigo, portanto, tem o objetivo fazer uma reflexão crítica sobre o debate entre Nicos Poulantzas e Erik Olin Wright, na década de 1980, em torno dos conceitos de classe e luta de classes. O debate entre os autores teve início com a publicação do livro *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*, em 1974, por Poulantzas e a crítica E. O. Wright publicada dois anos depois nas páginas da *New Left Review*, intitulada “*Class boundaries in advanced capitalist society*” (1976).

Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui, assim como a primeira grande obra do filósofo grego radicado na França, *Pouvoir politique et classes sociales de l'état capitaliste*¹, em 1968, deu origem a longos e extensos debates campo das ciências sociais. Nos limites deste trabalho não objetivaremos reconstituir todo o debate teórico e político que a obra suscitou, antes delimitaremos nossa reflexão apenas à crítica feita pelo sociólogo norte-americano, Erik Olin Wright e a posterior replicada de Poulantzas.

A escolha deste debate não foi aleatória. Por um lado, a publicação de *Les classes sociales...*, como já citamos, deu início a um rico debate sobre a definição e o lugar das classes dentro do modo de produção capitalista que não se circunscreveu aos dois autores. A delimitação da discussão deste trabalho às posições de Poulantzas e Olin Wright sobre o tema das classes sociais, se deu, em primeiro lugar, em decorrência da importância da crítica do sociólogo norte-americano aos conceitos de classe trabalhadora e classe produtiva de Poulantzas. Como pontuou Mozzicafreddo (1981, p. 6), “a mais importante crítica à formulação de Poulantzas, sobretudo no que diz respeito à delimitação das fronteiras entre as classes e à pertinência da inclusão dos critérios político e ideológicos, conjuntamente com o econômico, na determinação estrutural das classes” foi feita por Olin Wright. Não por acaso, Poulantzas, em conferência organizada Partido Comunista Inglês sobre “Classes e Estrutura das classes”, realizada em Novembro de 1976, em Londres (HUNT, 1982a), deu especial atenção às críticas de E. O. Wright ao seu trabalho (POULANTZAS, 1982). Além do valor histórico do debate – que por si só já se apresenta como uma justificativa plausível e meritória para escolha do objeto de estudo – a escolha deste tema decorreu de sua importância analítica e os contributos provenientes dele ao estudo das transformações econômicas, sociais e políticas do capitalismo contemporâneo.

O capitalismo em sua fase neoliberal tem produzido alterações significativas nas relações econômicas, sociais e políticas contemporâneas, de modo que elas, em grande medida, têm se apresentado aos cientistas sociais como uma espécie de enigma da esfinge: “decifra-me ou te devoro”. Por isso, entendemos que retomar a discussão entre Poulantzas e Olin Wright sobre as classes sociais, por um lado, ajudará a melhor situar a discussão sobre as classes sociais e, por outro lado, contribuirá com os trabalhos analíticos e as pesquisas empíricas sobre as diferentes classes e frações de classe.

1 Nicos Poulantzas, *Pouvoir politique et classes sociales*, 2 vols., Paris, Maspero, 1971. Neste trabalho utilizaremos a nova edição em língua portuguesa da obra: ver. Nicos Poulantzas, *Poder político e classes sociais*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1977.

Os dois autores deram seqüência à importantes escolas de pensamento dentro do marxismo – Nicos Poulantzas², especialmente nas obras analisaremos neste artigo, à escola althusseriana com a leitura estrutural das obras de Marx, enquanto Erik Olin Wright, a maior parte de sua produção teórica integrou a corrente do marxismo analítico –, e o contributo de suas reflexões são ainda atuais, com importantes e ricas análises sobre o Estado capitalista e as classes sociais³.

Dividiremos o trabalho em uma introdução, três partes e uma conclusão. Na primeira, apresentamos as principais ideias e análises de Poulantzas sobre as classes sociais e a luta de classes. Na segunda parte, apresentamos as críticas de Olin Wright à análise de Poulantzas e os conceitos alternativos apresentados pelo sociólogo norte-americano, como classes “contraditórias”. Na terceira e última parte, apresentamos a réplica de Poulantzas às críticas de Olin Wright. Por fim, a título de considerações finais, apresentamos alguns apontamos críticos com o objetivo de contribuir com o debate.

1 | AS CLASSES SOCIAIS NA OBRA DE NICOS POULANTZAS

Pouvoir Politique et Classes sociales (1968) é o texto que fundamenta teórica e analiticamente os trabalhos seguintes de Poulantzas, especialmente *Fascisme et dictature* (1970), *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd’hui* (1974), *Le crise des Dictatures - Portugal, Grèce, Espagne* (1975)⁴. O objeto de Poulantzas em seu trabalho de 1968, como o próprio título da obra indica, são o poder político de Estado e as classes sociais. Em sua análise deste objeto, o autor defende que o Estado, especialmente no modo de produção capitalista, é o resultado da articulação entre as estruturas econômica, política e ideológica, e cada uma dessas estruturas possuem autonomia relativa em relação às demais e, não menos importante, as classes sociais e a luta de classes se manifestam em

2 No caso específico da obra de Poulantzas, há contributos em diferentes áreas, desde a sociologia até a economia, passando pela ciência política e as relações internacionais. Os trabalhos de Poulantzas deram origem a uma linha específica de análise no campo da Ciência Política, que conjuga a análise das classes e frações de classe que estão em disputa pela hegemonia política no bloco no poder e a reflexão sobre o poder de Estado. Talvez o melhor exemplo dessa linha de pesquisa sejam os trabalhos desenvolvidos pela denominada “Escola Poulantziana de Campinas” (BER-RINGER, 2020) que têm produzido análises originais sobre as conjunturas brasileira e latino-americanas.

3 Não poderemos nos limites deste trabalho fazer um levantamento exaustivo das obras produzidas pelos autores e/ou derivadas diretamente de suas reflexões. Por isso, apontaremos apenas introdutoriamente alguns dos desdobramentos dos trabalhos de Poulantzas e Olin Wright. Conforme indica Motta (2009), nas duas últimas décadas, a obra de Nicos Poulantzas recuperou o prestígio no meio acadêmico internacional. Além das reedições das obras nos países de língua inglesa, alemã e espanhola, muitos trabalhos têm sido escritos a partir das reflexões e análises do filósofo radicado na França. A coletânea de artigos organizados por Aranowitz e Bratsis (2002), os trabalhos de Boito Jr. (2007, 2018, 2019a), Martin (2008), Saes (1998b, 1998a) Saes e Farias (2021), as *Jornadas de Estudos Nicos Poulantzas* e os dossiês especiais publicados pelas revistas *Crítica Marxista*, em 2008, e *Cadernos CeMarx*, em 2019. Em relação ao trabalho de Olin Wright, não ocorreu de forma diferente. Apenas para nos restringirmos aos exemplos das obras em língua portuguesa, os trabalhos do autor têm sido traduzidos (WRIGHT, 2013, 2019) e há uma vasta produção sociológicas baseada em conceitos derivados de suas reflexões. Mais recentemente, em 2021, a *Revista Crítica de Ciência Sociais* (n. 124), publicou um dossiê em homenagem ao trabalho do sociólogo norte-americano.

4 Já em seu último trabalho, *L’État, le pouvoir, le socialisme* (1978), Poulantzas abandona algumas teses de seu primeiro trabalho. Como aponta Boito Jr. (2019b, p. 12), Poulantzas, em seu último trabalho, “abandonou o conceito de Estado da sua obra anterior, particularmente a tese segundo a qual o Estado capitalista é uma instituição dotada de normas e valores característicos que correspondem, objetiva e necessariamente, às exigências da reprodução das relações de produção capitalista”.

cada um desses níveis. Por isso, Poulantzas busca elaborar nesse trabalho conceitos que deem conta de analisar como as classes e a luta de classes se manifestam nos níveis da superestrutura política e ideológica.

A tese defendida por Poulantzas é de que as classes sociais não são determinadas exclusivamente ao nível econômico, nas relações de produção, mas também nos níveis político e ideológico, isto é, a partir das relações sociais de produção. Com esta compreensão das classes sociais, Poulantzas opõe-se as interpretações “economicistas” presentes, inclusive dentro do próprio marxismo – especialmente entre os integrantes da II Internacional Comunista, como Kautsky e os dirigentes socialistas, e da III Internacional, especialmente Lukács (BOITO JR., 2007, p. 195) –, que restringiam a compreensão da classes sociais apenas à dimensão econômica. Segundo Poulantzas, para os adeptos da leitura economicista, “a classe social estaria localizada unicamente no nível das relações de produção, [...] ou seja, reduzida ao lugar dos agentes no processo de trabalho e às suas relações com os meios de produção” (POULANTZAS, 2019, p. 64). Poulantzas, em sua crítica ao economicismo, aponta que é possível verificar nas análises de Marx, no tocante às classes sociais, que há sempre referência “não simplesmente à estrutura econômica – relações de produção –, mas ao conjunto das estruturas de um modo de produção e de uma formação social, e às relações que aí mantêm os diversos níveis” (*Ibidem*, p. 65). Neste sentido, argumenta o autor, as relações de produção no modo produção capitalista são sobredeterminadas pelas superestruturas jurídico-política e ideológica, e, por isso mesmo, as classes e a luta de classes se manifestam tanto no nível da estrutura econômica quando nos níveis da superesturuta jurídico-política e ideológica – apesar de o econômico possuir determinação em última instância da luta de classes.

As classes sociais, portanto, dentro da análise poulantziana, apresentam-se como o “efeito de um conjunto de estruturas e relações, no caso; 1º) do nível econômico; 2º) do nível político; e 3º) do nível ideológico” (*Idem*, p. 65). Como a classe social se apresenta como efeito das estruturas e das relações nesses três níveis, em cada um desses níveis também é possível identificar o “efeito” da classe social. O fato de ser possível observar as classes sociais em cada um desses níveis, não significa nem que cada uma desses níveis ou instâncias tenham total autonomia em relação as demais nem que haja uma ordem de subordinação entre elas, cada uma possui, nas palavras do próprio autor, uma “autonomia relativa”, mas, como citamos anteriormente, há uma determinação em última instância pelo econômico (*Ibidem*, p. 65-66).

Poulantzas, em *Poder Político e Classes Sociais*, define classe social da seguinte forma:

De modo preciso, a classe social é um conceito que indica os efeitos do conjunto das estruturas, da matriz de um modo de produção ou de uma formação social sobre os agentes que constituem os seus suportes; esse conceito indica pois os efeitos da estrutura global no domínio das relações sociais. (POULANTZAS, 2019, p. 65, grifos do autor).

Desta definição de classe social deriva-se as seguintes considerações analíticas: (i) as classes sociais são efeito da luta de classes travadas nas diferentes instâncias de um modo de produção ou uma formação social; e ii) a determinação em última instância da luta econômica de classe pode se apresentar, inclusive, como um “um deslocamento do papel dominante para um outro nível da luta de classe - luta política, luta ideológica” (*Idem*, p. 66).

A análise de Poulantzas, neste sentido, transcende o “essencialismo”, que compreende haver apenas as duas classes fundamentais do modo de produção capitalista em disputa (burguesia e proletariado), o “economicismo” e o “empiricismo”, ao apontar que as classes sociais não são determinadas apenas pela “presença empírica” na relação de produção numa formação social específica.

Poulantzas procura demarcar a distinção entre as lutas econômicas e as lutas políticas e o conseqüente efeito destas sobre a análise da luta de classe. Para o autor, as classes se manifestam, sobretudo, no nível político. Esta afirmação nem diminui a importância do econômico na determinação das classes sociais nem altera o fato de que a determinação em última instância da classe social é econômica.

O desafio que se apresenta na leitura poulantziana das classes sociais é o de “determinar o modo de presença das classes no interior de uma formação social” (*Idem*, p. 74). O próprio Poulantzas reconhece a complexidade desta determinação, uma vez que “certas classes distintas, concebíveis na análise dos modos de produção ‘puros’ que compõem uma formação, apresentam-se frequentemente ente na formação social dissolvidas e fundidas com outras classes, como frações” (*Idem*, p. 75). O critério que o autor utiliza para apontar a presença de uma classe ou fração de classe não apenas ao nível econômico, mas também aos níveis político e ideológico é através dos *efeitos pertinentes*. Segundo Poulantzas, “poder-se-á dizer que esta presença existe sempre que a relação com as relações de produção, o lugar no processo de produção, se reflete sobre os outros níveis por efeitos pertinentes”. O autor completa ainda que, “estes ‘efeitos pertinentes’ podem, aliás, ser referenciados tanto nas estruturas políticas e ideológicas como nas relações sociais políticas e ideológicas de classe” (*Idem*, p. 76). A verificação dos “efeitos pertinentes” permite aferir tanto a existência quanto a ação de uma classe ou fração de classe nas instâncias política e ideológica mesmo que esta esteja não esteja necessariamente representada, ou mais precisamente, *subdeterminada*⁵ no nível da estrutura econômica. Nas palavras do autor, os “efeitos pertinentes” permitem “localizar de forma precisa o limiar a partir do qual uma classe subdeterminada existe, isto é, funciona, em uma formação, como classe distinta, com força social” (POULANTZAS, 2019, p. 79–80).

É importante ver bem que a existência de uma classe numa formação supõe a sua presença no nível político por «efeitos pertinentes», que não precisam,

5 A subdeterminação de algumas classes sociais é o resultado, segundo Poulantzas, da “dominação, em uma formação social, das classes do modo de produção dominante, por um lado, e a relação entre as estruturas políticas e ideológicas de uma formação e a classe ou as classes dominantes do modo de produção dominante, por outro” (POULANTZAS, 2019, p. 79).

no entanto, se estender até a organização política «própria», estritamente falando, ou a constituição de uma ideologia «própria» dessa classe. Com efeito, a dominação, numa formação social, das classes do modo de produção dominante, por um lado, e a relação entre as estruturas políticas e ideológicas de uma formação e a(s) classe(s) dominante(s) do modo de produção dominante, por outro lado, explicam a subdeterminação frequente das outras classes. (POULANTZAS, 2019, p. 80).

Como vimos até aqui, Poulantzas busca desenvolver uma análise complexa das classes e da luta de classes, com a articulação entre os diferentes níveis econômico, político e ideológico, e mostrar que há uma intrincada e complexa relação entre classes, frações de classe e camadas sociais em cada um desses níveis. Para analisar a relação de cada classe e fração de classe, o autor busca fazer a distinção entre fração de classe e camada social (POULANTZAS, 2019, p. 82). Esta distinção é pertinente sobretudo no nível político. Poulantzas aponta que as frações de classe podem, por meio de seu *efeito pertinente* a nível político, se apresentar como forças sociais em presença, com possibilidade de influenciar o curso da política de Estado. O mesmo não ocorre com as camadas sociais, que, apesar de possuírem importância a nível da estrutura econômica, não se transformam em forças sociais com efeitos pertinentes a nível político, por isso não se constituem como frações de classe com capacidade de se apresentarem como uma força social a nível político. Poulantzas, para ilustrar a definição entre essas duas categorias, cita como exemplo a análise de Lênin, em *O Imperialismo: fase superior do capitalismo* (2000), sobre a “aristocracia operária” e mostra como esta camada social, apesar dos efeitos produzidos sobre a prática política da classe trabalhadora, não constituía uma “força social”. Neste sentido, conclui Poulantzas, as camadas sociais se apresentam como “efeitos secundários da combinação dos modos de produção, certas franjas-limites das classes, categorias e frações que podem, sem ser forças sociais, influir sobre a prática política daquelas”(POULANTZAS, 2019, p. 83)⁶.

Essa distinção é importante para mostrar (i) que as conjunturas concretas sempre se apresentam como uma combinação complexa dos modos de produção, de classes e frações de classe; (ii) que no interior de uma classe social pode haver diferentes tipos de divisões e segmentações e nem sempre estas divisões se apresentam como expressão do fracionamento de classe; e (iii) que a luta de classes nem sempre une uma mesma classe, podendo, a depender da conjuntura econômica, social e política do período produzir

6 A partir desta distinção de Poulantzas, entendemos que se abre um vasto campo de investigação e reflexão sobre a realidade social. Vejamos apenas um exemplo: os trabalhadores contemporâneos que têm sofrido profunda precarização econômica e social por conta da ascensão das novas formas de trabalho, como, por exemplo, os “uberês”, eles devem ou não ser caracterizados como uma “camada social” da classe trabalhadora, uma vez que estão na “franja-limite” desta classe? E os jovens precarizados – que, apesar de possuírem alto grau de escolarização, não possuem nem empregos nem perspectivas de tê-los –, eles devem ser caracterizados apenas como uma “camada social” ou, contrariamente, devem ser classificados e analisados como uma “fração de classe autônoma”? Esses jovens, vale lembrar, possuem relações intermitentes com o mercado de trabalho, ora como integrantes da classe trabalhadora ora como (pseudos) empreendedores. Em todo caso, a despeito dessa condição incerta e de insegurança em relação ao mercado de trabalho e ao futuro, esses jovens precarizados já apresentam-se como uma força social não desprezível e seu “efeito pertinente” tem sido perceptível no nível da superestrutura política de diferentes Estados-nação.

posições aparentemente contraditórias no seio de uma mesma classe.

A compreensão deste fato será fundamental para análise desenvolvida por Poulantzas em *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Neste trabalho o autor dará ênfase à luta política das classes sociais e procurará evidenciar como as diferentes classe e frações de classe atuam na cena política e como os diferentes tipos de fracionamento no interior de uma mesma classe podem produzir efeitos contraditórios na luta política.

Talvez a tese mais polêmica desenvolvida por Poulantzas neste trabalho – e que deu origem ao debate travado tanto com Olin Wright (1976) quanto com Stuart Hall (1982) e com Alan Hunt (1982b) – seja a distinção entre classe operária e nova pequena burguesia. Poulantzas argumenta que apesar de estas classes distintas não deterem a posse dos meios de produção, e se apresentarem no âmbito econômico como integrantes da “classe assalariada”, elas possuem posições distintas em âmbito econômico, político e ideológico, o que produz profundas implicações ao movimento socialista e à luta de classes. Noutros termos, a nova pequena burguesia faz parte da classe assalariada, mas não faz parte da classe operária. Em âmbito econômico, a classe trabalhadora produz trabalho *produtivo*, enquanto a nova pequena burguesia produz trabalho *improdutivo*. Para Poulantzas a distinção central entre trabalho produtivo e improdutivo não é a exploração do trabalho, uma vez que em ambos se constata a exploração pela classe burguesa, mas a extração de mais-valia. Poulantzas defende a produção de mais-valia está ligada diretamente ao trabalho produtivo, enquanto o trabalho de “gerência”, “supervisão” e “controle” exercidos sobre a produção não produzem mais-valia.

Esta distinção entre classe produtiva e nova pequena burguesia torna-se mais evidente quando observamos os efeitos dessas classes nas superestruturas política e ideológica, por meio das lutas política e ideológica de classes. No âmbito político, argumenta Poulantzas, as atividades de supervisão e de gerência representam o controle e a dominação política do capital sobre a classe operária. Ainda que a nova pequena burguesia no nível das relações econômicas de produção seja explorada tal qual a classe operária, no nível político ela participa da dominação política da classe operária.

No nível ideológico, Poulantzas aponta a distinção existente entre *trabalho manual*, característico da classe operária, e *trabalho mental*, característico da nova pequena burguesia. É no nível ideológico que a nova pequena burguesia se afirma enquanto classe distinta. A nova pequena burguesia possui a mesma relação ideológica que a pequena burguesia tradicional tem com a luta de classes entre a burguesia e o proletariado.

Essa classe busca se afastar da classe proletária, pois teme a “proletarização”, e, por outro, se aproximar da burguesia. Isto evidencia a posição instável desta classe, que, como veremos mais adiante, levou Olin Wright a denominá-la de “classes contraditórias”. A pequena burguesia busca se afirmar enquanto classe distinta a partir da ideologia. Os elementos centrais da ideologia tanto da nova quanto da pequena burguesia tradicional são

o reformismo, o individualismo, o fetichismo do poder e a “meritocracia”.

O problema levantado por Poulantzas sobre a denominada “nova pequena burguesia” é, na realidade, o problema da “especificação da fronteira da classe operária. Por isso, salienta o autor, “não é um problema meramente teórico”, mas “envolve questões política da maior importância referentes ao papel da classe operária e das alianças na transição para o socialismo” (POULANTZAS, 1982, p. 129).

Esta distinção entre está no centro da polêmica entre Poulantzas e Wright, como veremos a seguir.

2 I AS CLASSES SOCIAIS NA OBRA DE OLIN WRIGHT

Olin Wright desenvolve seus estudos sobre as classes sociais apoiado nos contributos de diferentes tradições do marxismo, desde a escola althusseriana e sua análise sobre a relação entre as distintas instâncias estruturais do modo de produção capitalista, até o marxismo analítico, com os trabalhos de Gerald Cohen e Adam Przeworski.

Erik Olin Wright entende que o marxismo é composto por três vértices conceptuais que estão em interligação: (i) marxismo como teoria normativa emancipatória; (ii) marxismo como análise de classes; e (iii) marxismo como teoria da história (1992b, 1992a, p. 21–22, 2013). A partir desta matriz analítica, Olin Wright desenvolve uma análise da luta de classes que não estivesse restrita apenas aos aspetos estruturantes, como o fez Nicos Poulantzas, que deu grande ênfase em sua obra às estruturas econômica, política e ideológica, mas a partir da inter-relação entre estrutura de classe, formação de classe e luta de classes. Olin Wright entende as classes sociais não devem ser definidas apenas por suas posições numa estrutura social, mas como forças sociais que são moldadas pelas estruturas sociais e que também exercem influência sobre elas. Esta é, em nosso entender, a característica principal do trabalho do sociólogo norte-americano.

Sua investigação sobre a denominada “classe média” buscava dar uma resposta, ou mais precisamente, apresentar uma interpretação marxista para o fenômeno que já era alvo de estudo de diferentes correntes sociológicas (WRIGHT, 2013, p. 38). Porém, em sua visão, a divisão de classe proposta por alguns estudiosos marxistas, entre eles Poulantzas, não dava conta deste novo fenômeno nem compreendia com precisão a situação real da classe trabalhadora. A divisão poulantziana entre classe operária e nova pequena burguesia, na visão de Olin Wright, produzia uma compreensão distorcida sobre o tamanho da classe trabalhadora. Quando os conceitos poulantzianos eram aplicados a uma situação concreta havia uma “não correspondência” com os dados estatísticos. De acordo com o sociólogo, seguindo a divisão de classe proposta por Poulantzas, a classe operária norte-americana na década de 1970 estaria reduzida a cerca de 20% do total da força de trabalho do país, o que seria muito pouco para um país como os Estados Unidos (WRIGHT, 1976).

Este é o ponto que está no centro da divergência entre Olin Wright e Poulantzas⁷. Segundo o sociólogo estadunidense, a tipologia proposta por Poulantzas é problemática e não possui operacionalização:

A tipologia de classe de Poulantzas é construída em torno da intersecção de três critérios básicos: trabalho produtivo/não produtivo, trabalho manual/mental e supervisão. Destes, o mais problemático é o primeiro. Particularmente em termos de ocupações, existem muitos casos onde é um tanto ambíguo se uma determinada posição deve ou não ser considerada produtiva ou improdutiva nos termos de Poulantzas. Ao classificar as ocupações em termos de distinção entre trabalho produtivo/não produtivo [...] apresentei assim, explicitamente uma categoria ambigualmente produtiva. Na construção de uma variável de trabalho não produtivo para operacionalização no conceito de classe de Poulantzas a categoria ambígua foi combinada com as ocupações produtivas (WRIGHT, 2013, p. 326).

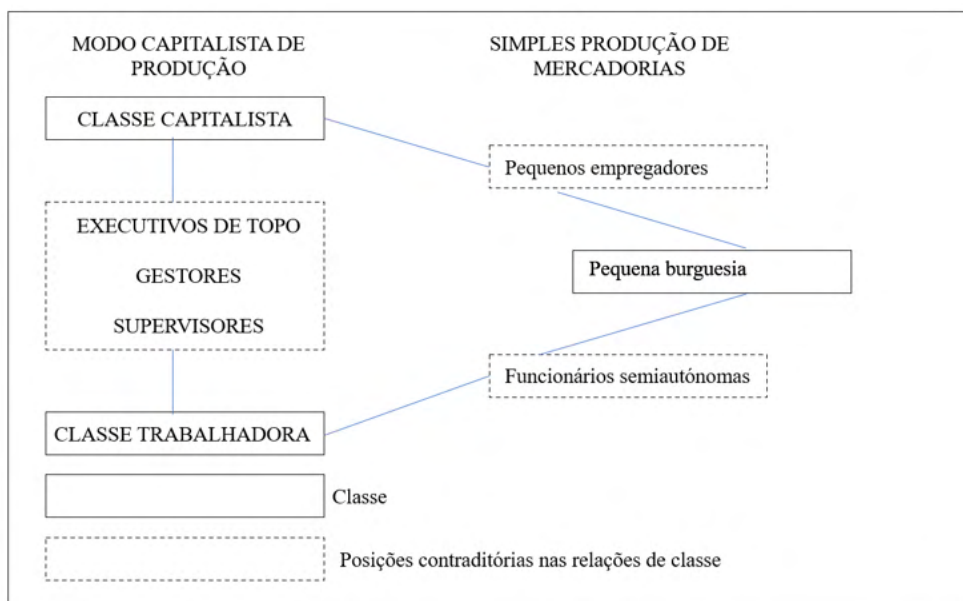
As críticas levantadas por Olin Wright ao trabalho de Poulantzas são pertinentes e apontam para problemas reais da análise das conjunturas concretas. O trabalho de Carmo e Matias (2019) é um exemplo da dificuldade de classificação desses jovens trabalhadores precarizados a partir do binômio trabalho produtivo/não produtivo. Como indicam Carmo e Matias (2019), muitos dos jovens que participaram da pesquisa de campo trabalharam ou estavam a trabalhar como motoristas de aplicativos ou em *call centers*, e segundo a classificação poulantziana de trabalho produtivo/não produtivo, esses jovens estariam a exercer atividades “não produtivas”, mas, nem por isso, entendemos, que eles deveriam ser classificados como “nova pequena burguesia”. Por outro lado, questiona Olin Wright, algumas atividades de Estado, nas quais há uma clara exploração da força de trabalho, como, por exemplo, professores e enfermeiros, também deveriam ser enquadradas como integrantes de uma nova classe, a nova pequena burguesia?

Alternativamente à conceituação poulantziana, Olin Wright defende entre as duas classes fundamentais do capitalismo, burguesia e proletariado, há um conjunto de atividades em posições intermediárias, ambíguas, que podem estar situadas simultaneamente em mais de uma classe, a depender de sua posição no processo produtivo e na relação de produção. Esta classe ou, mais precisamente, estas frações de classe, na visão de Wright, possuem “posições contraditórias” nas relações de classe (WRIGHT, 2013, p. 61–64). Este é o caso por exemplo, dos executivos, dos gestores e dos supervisores que, apesar de não possuírem a posse da propriedade econômica, podem ter seus rendimentos atrelados aos resultados da empresa ou indústria. Outro exemplo, é de gestores que recebem parte de seus rendimentos com ações da empresa. O fato de deterem a posse de ações da companhia que dirigem não os tornam proprietários dela. Neste sentido, observa Olin Wright (1976), tais posições acabam por ter comportamentos “contraditórios” tanto em

7 O debate entre Poulantzas e Olin Wright, em grande medida, é uma continuidade da divergência existente no seio do marxismo entre as escolas de pensamento anglo-saxônica e francesa. Outros importantes e interessantes debates travados entre essas duas escolas de pensamento foram os protagonizados por Althusser e Thompson, em torno do papel da Teoria e da História, e entre Poulantzas e Miliband, em torno do Estado e sua autonomia relativa.

âmbito econômico quanto político.

O quadro a seguir indica precisamente o entendimento de Olin Wright sobre as atividades que possuem “posições contraditórias nas relações de classe”. O autor distingue três diferentes grupos de atividades que possuem posições contraditórias: a primeira é a dos diretores e gestores, que possuem uma posição contraditória entre a burguesia e a pequena burguesia tradicional. O segundo grupo é formado por *pequenos empregadores*, que, apesar de empregar mão de obra terceira, também têm que trabalhar para completar a renda. Já o terceiro grupo são dos *funcionários semiautônomos*, que possuem posição contraditória entre a classe trabalhadora e a pequena burguesia. Essas diferentes categorias podem se desdobrar em diferentes tipos de organização e estruturação. Por outro lado, a depender das conjunturas econômicas, políticas e ideológicas, entendemos que pode resultar em diferentes tipos de comportamento dessas classes e frações de classe que ocupam posições contraditória. Poulantzas, em sua crítica ao conceito de classe contraditória de Olin Wright, dará especial atenção aos aspectos político e ideológicos.



Quadro 1 – Modo capitalista de produção.

Fonte: Wright (2013, p. 63).

3 I RÉPLICA DE POULANTZA À OLIN WRIGHT

Em conferência sobre as classes e estrutura de classes organizada pelo Partido Comunista Inglês, em 1976, Poulantzas deu especial atenção às críticas de Olin Wright ao seu trabalho. Por limitação de espaço, não abordaremos detalhadamente todas as questões elencadas por Poulantzas, antes focaremos em apenas nas três principais: a primeira,

metodológica, relacionada a operacionalização e aplicabilidade de seus conceitos aos casos concretos; a segunda, relacionada ao conceito de “classe contraditória”; e a terceira, política e estratégica, concernente às implicações políticas da utilização do conceito de “classe contraditória”.

Como vimos, Olin Wright critica a aplicabilidade dos conceitos poulantzianos às análises concretas. Segundo ele, se o conceito de classe operária de Poulantzas fosse aplicado ao caso concreto dos Estados Unidos, a parcela de trabalhadores que se enquadrariam nesta categoria seria muito baixa. Poulantzas, por sua vez, rebate argumentando que Olin Wright estava a compreender o conceito de modo muito limitado e, por isso mesmo, equivocado. Levando em consideração que o modo de produção capitalista, em sua fase monopolista, divide a produção industrial por diferentes partes do mundo, não seria correto, nesta situação, adotar uma visão restrita sobre o processo social. Por isso, argumenta Poulantzas, seu conceito de classe operária deveria ser utilizado dentro de uma compreensão ampliada da divisão social do trabalho, ou seja, entendê-lo como um processo ampliado, somente assim, seria possível aplicar seus conceitos à análise concreta de maneira correta.

A segunda questão diz respeito à crítica de Poulantzas ao conceito de “posição contraditória” proposto por Olin Wright. Segundo Poulantzas:

Podemos resolver o problema teórico afirmando que alguns agentes têm uma posição de classe contraditória? Isso implica que esses agentes possam ocupar posições de classe diferentes e alteráveis; sugere que podem ocupar um lugar vazio, um *no man's land* entre a burguesia e a classe operária. [...] Marx fez, afinal, uma importante constatação, no contexto desta dupla natureza do processo de trabalho, sobre o trabalho do próprio capitalista; afirma que, visto que a partir do momento em que a atividade capitalista diz respeito à direção e coordenação necessárias a todo o processo de trabalho e produção enquanto tais, pode-se dizer que o capitalista efetua um trabalho produtivo. Mas poderemos afirmar que o capitalista tem uma posição de classe contraditória, que é tanto “trabalhador” como “capitalista”? Seria um absurdo perfeito. Este conjunto de argumentos indica a natureza geral da minha resposta ao artigo de Wright. (POULANTZAS, 1982, p. 134–135).

A terceira questão que o debate entre Poulantzas e Olin Wright diz respeito ao “importante problema da transição para o socialismo, assim como o problema da hegemonia da classe operária” (POULANTZAS, 1982, p. 136). Poulantzas defende que as divisões entre trabalho produtivo/não produtivo e trabalho mental/manual, diferentemente da forma que fora analisado por Olin Wright, não deve ser limitado à esfera econômica, antes deve ser entendido a partir de uma compreensão ampliada do modo de produção, que envolva também as esferas políticas e ideológicas. Ainda que no âmbito econômico a classe operária e a nova pequena burguesia assumam posições bem próximas, nos âmbitos político e ideológicos, as posições são distintas. Como observou Juan Mozzicafreddo (1981, p. 27), mesmo que a situação social do trabalho da nova pequena burguesia tenha tendência a

assemelhar-se à da classe operária, “nem por isso as práticas [políticas e ideológicas] se assemelham”.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho discorreremos sobre o debate travado entre Nicos Poulantzas e Erik Olin Wright em torno dos conceitos de classes e luta de classes. Os dois autores trouxeram grandes contributos ao estudo das classes sociais, em geral, e ao marxismo, em específico. Por isso, retomar este debate adquire especial importância na atual conjuntura do capitalismo contemporâneo marcada por profundas transformações econômicas, sociais e políticas.

Analisar as classes sociais não apenas em sua dimensão econômica, mas também política e ideológica e mostrar como a luta de classe se manifesta nas superestruturas política e ideológica, entendemos que é o grande contributo de Poulantzas. Por outro lado, aplicar conceitos analíticos às análises das conjunturas concretas é uma importante lição de Olin Wright que deve ser guardada por todos os cientistas sociais. Mozzicafreddo (1981, p. 27), em sua intervenção no debate, indica que deve haver a complementaridade analítica entre conjuntura e estrutura, orientação subjetiva e condicionantes objetivos.

Entendemos que este seja o grande desafio que o debate entre Poulantzas e Olin Wright nos apresenta: desenvolver análises que articulem conjuntura e estrutura, orientação subjetiva e condicionantes objetivos.

REFERÊNCIAS

ARONOWITZ, Stanley; BRATSKIS, Peter. **Paradigm lost: state theory reconsidered**. Minneapolis: University of Minnesota, 2002.

BERRINGER, Tatiana. A Escola de Campinas: análise poulantziana da política brasileira. **Crítica Marxista**, [s. l.], n. 51, p. 37–56, 2020.

BOITO JR., Armando. Bobbio crítico de Poulantzas. **Cadernos Cemarx**, [s. l.], v. 1, n. 12, p. 19–35, 2019a.

BOITO JR., Armando. **Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e históricos**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

BOITO JR., Armando. Prefácio à edição brasileira. In: POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2019b.

BOITO JR., Armando. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas, SP: Editora da Unicamp / São Paulo, SP: Editora da Unesp, 2018.

CARMO, Renato Miguel; D'AVELAR, Maria Madalena. The weight of time and the unemployment experience: Daily life and future prospects. **Current Sociology**, [s. l.], v. 69, n. 5, p. 742–760, 2021.

CARMO, Renato Miguel; MATIAS, Ana Rita. As dimensões existenciais da precariedade: jovens trabalhadores e os seus modos de vida. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s. l.], n. 118, p. 53–78, 2019.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo; DUTRA, Renata. Distinções e aproximações entre terceirização e uberização: os conceitos como palco de disputas. **Caderno CRH**, [s. l.], v. 34, 2021. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/ccrh/a/T8x9Jj3ZkGRHjccQQcc57qc/?lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2022.

HALL, Stuart. O “político” e o “econômico” na teoria de classes marxista. In: HUNT, Alan (org.). **Classes e estrutura das classes**. Lisboa: Edições 70, 1982. p. 19–70.

HUNT, Alan (org.). **Classes e estrutura das classes**. Lisboa: Edições 70, 1982a.

HUNT, Alan. Teoria e política na identificação da classe operária. In: HUNT, Alan (org.). **Classes e estrutura das classes**. Lisboa: Edições 70, 1982b. p. 93–128.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. O imperialismo : fase superior do capitalismo. In: Lisboa: Avante!, 2000.

LIMA, Jacob Carlos; BRIDI, Maria Aparecida. TRABALHO DIGITAL E EMPREGO: a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade. **Caderno CRH**, [s. l.], v. 32, p. 325–342, 2019.

MARTIN, James (org.). **The Poulantzas Reader. Marxism, Law and the State**. London: Verson, 2008.

MOTTA, Luiz Eduardo. Nicos Poulantzas, 30 anos depois. **Revista de Sociologia e Política**, [s. l.], v. 17, n. 33, p. 221–228, 2009.

MOZZICAFREDDO, Juan. Sobre a teoria das classes sociais. As contribuições de Erik Olin Wright e Nicos Poulantzas. [s. l.], n. 6, p. 5–46, 1981.

POULANTZAS, Nicos. A nova pequena burguesia. In: HUNT, Alan (org.). **Classes e estrutura das classes**. Lisboa: Edições 70, 1982. p. 129–142.

POULANTZAS, Nicos. **Fascisme et Dictatures: la Ille Internationale face au fascisme**. Paris: Françoise Maspero, 1970.

POULANTZAS, Nicos. **L' État, le pouvoir, le socialisme**. Paris: PUF, 1978.

POULANTZAS, Nicos. **Le crise des Dictatures - Portugal, Grèce, Espagne**. Paris: Maspero, 1975.

POULANTZAS, Nicos. **Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui**. Paris: Editions Seuil, 1974.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. 2. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2019.

POULANTZAS, Nicos. **Pouvoir Politique et Classes sociales**. Paris: Maspero, 1968.

SAES, Décio. A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas. **Crítica Marxista**, [s. l.], v. 1, n. 7, p. 46–66, 1998a.

SAES, Décio. **Estado e democracia: ensaios teóricos**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998b.

SAES, Décio; FARIAS, Francisco Pereira de. **Reflexões sobre a teoria política do jovem Poulantzas**. Marília: Editora Lutas Anticapital, 2021.

WRIGHT, Erik Olin. Análise de Classes, História e Emancipação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s. l.], n. 40, p. 15–51, 1992a.

WRIGHT, Erik Olin. Class Boundaries in Advanced Capitalist Societies. **New Left Review**, [s. l.], n. 1/98, p. 3–41, 1976.

WRIGHT, Erik Olin. **Classes**. Lisboa: Edições Pedagogo, 2013.

WRIGHT, Erik Olin. **Como ser anticapitalista no século XXI?** São Paulo: Boitempo, 2019.

WRIGHT, Erik Olin. **Reconstructing Marxism**: Londres: Verso, 1992b.

CAPÍTULO 7

AS POSTAGENS FALAM: UM ESTUDO SOBRE OS POSTS DE MAIOR ALCANCE DE MOVIMENTOS ANTICORRUPÇÃO NO BRASIL

Data de aceite: 01/04/2022

Davi Barboza Cavalcanti

Doutor em Ciência Política (UFPE).
Professor de ensino superior nos cursos de
Comunicação, Marketing e Publicidade do
Centro Universitário Brasileiro (Unibra-PE).
ORCID: 0000-0003-1335-1291

Demétrius Rodrigues de Freitas Ferreira

Doutor em Sociologia (UFPE). Integra o grupo
de Métodos e Técnicas de Pesquisa em
Ciência Política (MPCP) e é cofundador do
Observatório de Saneamento e Meio Ambiente
do Recife (OSAR).
ORCID: 0000-0001-7949-0695

Sheila Borges de Oliveira

Doutora em sociologia na UFPE. Professora na
UFPE.
ORCID: 0000-0001-8733-7973

RESUMO: Este trabalho analisa as origens e as principais pautas do Movimento Brasil Livre (MBL) e do Vem pra Rua (VPR) - dois fortes articuladores das manifestações antigovernamentais brasileiras, de 2015 e 2016. Tais manifestações foram responsáveis, em parte, por criar um clima de insatisfação geral contra o governo de Dilma Rousseff, desempenhando um papel essencial no processo de *impeachment*. Metodologicamente, foi feito um levantamento e análise de milhares de postagens dos grupos estudados no *Facebook*. Entre os resultados, destacamos que a crise do Partido dos Trabalhadores (PT) e o crescimento do

ciberativismo no Brasil podem ser bons caminhos para se compreender o desenvolvimento do MBL e do VPR, uma vez que os assuntos com maior alcance nesses grupos fazem fortes críticas à corrupção associada a governos petistas. A temática é relevante por contemplar desafios contemporâneos de mobilizações recentes e por abordar o crescimento de movimentos de direita no Brasil - País com fortes influências sociopolíticas na América Latina.

PALAVRAS-CHAVES: Redes sociais virtuais, Ciberativismo, Facebook, MBL e VPR, Impeachment no Brasil.

POSTS SPEAK: A STUDY ON THE MOST RANGE POSTS OF ANTI-CORRUPTION MOVEMENTS IN BRAZIL

ABSTRACT: This work analyzes the origins and main guidelines of the Movimento Brasil Livre (MBL) and Vem Pra Rua (VPR) - two strong articulators of the Brazilian anti-governments demonstrations of 2015 and 2016 that put millions of people on the streets. Such demonstrations were responsible, in part, for creating a climate of general dissatisfaction with Dilma Rousseff's government, playing a key role on impeachment process. Methodologically, it was done a data collection of thousands of postings of the groups studied on Facebook. Among the results, we highlight that the Partido dos Trabalhadores (PT) crisis and the growth of cyber-activism may be good ways to understand the development of MBL and VPR, because the main posts of these groups (on Facebook) are related to criticize the corruption associated with PT governments. The thematic is relevant to contemplate the

contemporary challenges of recent mobilizations and to discuss the growth of right wing movements in Brazil -country with strong sociopolitical influences in Latin America.

KEYWORDS: Virtual social networks, Cyberactivism, Facebook, MBL and VPR, Impeachment in Brazil.

1 | INTRODUÇÃO

Quais as origens e as principais pautas do Movimento Brasil Livre (MBL) e do Vem pra Rua (VPR)? A partir de um acompanhamento no *Facebook*, este trabalho, resultado de uma pesquisa exploratória, estuda dois dos principais articuladores das manifestações antigovernamentais brasileiras de 2015 e 2016. Devido à lacuna na literatura sobre o MBL e o VPR, sobretudo por causa da idade desses movimentos, fundados em 2014, também se espera compreender o surgimento de uma nova direita no Brasil, que ganhou de forma sem precedentes as ruas da esquerda tradicional.

As análises estão divididas em duas partes. Numa primeira, teórica, abordaremos a (I) crise da esquerda no Brasil, o (II) surgimento de uma onda conservadora no País e (III) as possibilidades que as redes novas mídias proporcionam a grupos políticos nacionais. Numa segunda, serão examinadas informações das *fanpages* do MBL e VPR. A partir de dois recortes temporais distintos, um de 2017 e outro de abril de 2016 (período crucial para o *impeachment* de Dilma Rousseff), analisaremos milhares de postagens dos grupos em questão, verificando aspectos como: a) o tipo do *post* (vídeo, foto, link etc.), a b) quantidade de *likes*, comentários, reações e compartilhamentos e c) o conteúdo. Além disso, nuvens de palavras serão exploradas para verificarmos a evolução das pautas dos movimentos.

Entre os impactos que as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) causam está a transformação das práticas e relações dentro da esfera pública (ESCOBAR, 2009). Portanto, esta pesquisa torna-se relevante principalmente por analisar os agentes da esfera pública virtual¹ e as formas de interação em um desses espaços, o *Facebook*, maior rede social virtual do mundo com: 1,8 bilhão de usuários ativos mensais no mundo (acesso à rede ao menos uma vez por mês); 1,19 bilhão de usuários ativos diários no mundo (acesso ao menos uma vez por dia); 111 milhões de usuários ativos mensais no Brasil²; e 82 milhões de usuários ativos diários no Brasil³.

Ademais, a temática é relevante por contemplar discussões contemporâneas de mobilizações políticas recentes, como os Ocupas, as Jornadas de Junho de 2013 e os movimentos anti e *pró-impeachment* nacionais (ALI et al., 2012; CASTELLS, 2013; SOUSA e SOUZA, 2013). Para executar o desenho de pesquisa, este artigo está organizado da

1 Esfera pública virtual é entendida aqui como a dimensão - nesse caso, a internet - na qual os assuntos públicos são discutidos pelos atores públicos e privados.

2 Esse número merece destaque. Mostra que mais da metade da população brasileira entra no *Facebook* ao menos uma vez por mês.

3 Dados oficiais divulgados pelo *Facebook*. Disponíveis em: <<http://br.newsroom.fb.com/company-info/>>. Acesso em 16.05.2017.

seguinte maneira: origens do MBL e VPR, principais pautas dos grupos e considerações finais.

2 I ORIGENS DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE E DO VEM PRA RUA

As Jornadas de Junho de 2013 foram, possivelmente, o ponto de partida para a articulação de cidadãos que se sentiam excluídos das decisões políticas do período em que o Partido dos Trabalhadores (PT) chefiou o executivo nacional (2003-2015). Após a acirrada disputa eleitoral entre a candidata à reeleição Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB), em 2014, MBL e VPR ganharam força⁴ e começaram a promover manifestações pelo Brasil. Mas foi em 2015 que esses grupos ficaram mais conhecidos, articulando mobilizações que reuniram centenas de milhares de pessoas nas principais cidades brasileiras nos dias 15 de março, 12 de abril e 16 de agosto⁵. Segundo pesquisas, tais manifestações foram as maiores registradas na história do Brasil⁶.

MBL e VPR não foram os únicos organizadores dessas grandes mobilizações, mas foram os principais, atuando fortemente na convocação de pessoas através das redes virtuais. Mas o que fez com que MBL e VPR alcançassem tamanha relevância de maneira tão repentina?

Na sociedade em rede (CHRISTAKIS, 2009) o rápido crescimento de grupos políticos, quase que por contágio, é mais viável, especialmente quando há um somatório de demandas, ou melhor, indignações (CASTELLS, 2013) compartilhadas por parte significativa da população. O fio condutor deste trabalho, como mencionado, é exatamente analisar as origens e principais pautas (ou discursos) do MBL e VPR, o que pode nos ajudar a compreender, até em pesquisas futuras, o alcance e a capacidade de mobilizar recursos dos mesmos.

2.1 Crise política brasileira e perda de apoio do PT

Para compreender o surgimento do MBL e VPR é fundamental ter em mente a conjuntura política brasileira recente, cujo executivo federal estava desde 2003 sob as rédeas do PT. Segundo Singer (2012), durante o governo Lula há uma reviravolta no perfil do eleitorado do ex-presidente, cujo marco significativo foi o afastamento da classe média tradicional⁷ após o escândalo do Mensalão (PEREIRA, 2011).

Contudo, com políticas sociais - Bolsa Família, valorização do salário mínimo e

4 O MBL surgiu em novembro de 2014, quando promoveu uma manifestação em São Paulo pedindo a investigação dos envolvidos na Operação Lava Jato. O Vem pra Rua é fundado em outubro de 2014.

5 Sobre um apanhado das manifestações, ver matéria do G1. Disponível em: <g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/manifestantes-protestam-contra-o-governo-dilma-em-cidades-do-brasil.html>. Acesso em 22.03.2017.

6 Disponíveis em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/03/protestos-de-domingo-13-foram-o-maior-ato-politico-da-historia-do-brasil.html>> e <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/03/1749713-maior-manifestacao-politica-da-historia-de-sp-reune-500-mil-na-paulista.shtml>>. Acesso em 11.06.2017.

7 Classe média tradicional é entendida aqui como a que, com origem na classe média, consegue se reproduzir. A ascensão e o fortalecimento de setores ligados à classe trabalhadora serão chamados neste ensaio de “nova classe média” (POCHMAN, 2014).

acesso facilitado ao crédito - Lula praticou um programa de distribuição de renda inédito no Brasil, conquistando o subproletariado, ou seja, dezenas de milhões de brasileiros excluídos do mercado de trabalho e consumo que outrora se mantinham distantes da esquerda. Portanto, as mudanças promovidas durante os governos do PT alteraram a trajetória eleitoral do principal líder do PT, até então mais forte em centros urbanos e em estratos sociais de maior renda e instrução.

Embora tenha tido relevantes conquistas sociais, a conclusão de Singer é que no Brasil houve um reformismo fraco, que reproduziu e avançou as contradições nacionais, bem distante do que pregava “a primeira alma do PT”, do Colégio de Sion⁸. Mesmo assim, com o fiel apoio do subproletariado e dos mais pobres, o PT continuava conseguindo bons resultados em eleições presidenciais. Nos últimos anos, porém, além de perder a classe média tradicional, fenômeno que ocorre desde 2005, Lula, Dilma e o PT estariam sendo largados pelas classes mais baixas da sociedade, responsáveis em grande medida por elegê-los (SINGER, 2012).

Além disso, na fórmula petista de governar não estava só fazer alianças com os mais pobres, mas também com as elites nacionais. No governo Dilma, entretanto, perdeu-se a confiança das classes rentistas e do setor produtivo (empresários e trabalhadores), com o ativismo estatal exagerado resultando numa forte unidade antidesenvolvimentista ao desagradar a todos os setores econômicos, o que só poderia ser evitado com uma aliança interclassista e/ou mobilização dos trabalhadores - o que não aconteceu (SINGER, 2015).

Com as manifestações populares e a Operação Lava Jato⁹ batendo à porta do núcleo duro palaciano e do PT, inclusive de Lula, esse processo de degradação junto ao eleitorado acelerou-se. Em 2005/2006, a economia mundial, o boom das commodities e o fator Lula ajudaram a superar a tensão pós-Mensalão, mas com o Brasil novamente em crise, e claras dificuldades de Dilma em lidar com o Congresso nas mãos do pemedebismo (NOBRE, 2014), uma saída harmônica para a crise não foi mais possível. Longe disso. Após perder a classe média tradicional e o pouco apoio que tinha das elites econômicas, restara a Dilma a nova classe média e os mais pobres – estratos sociais que também enfrentavam embates e tinham motivos para tal.

Segundo Souza e Lamounier (2010), a ida à “classe média” promovida por Lula trouxe vários impactos além da economia, como a demanda por serviços e por novos valores sociais, políticos e até ambientais. E essa sustentabilidade na nova classe média teria um preço a se pagar, dependendo de um conjunto de três aspectos (id.): fatores

8 Segundo Singer, o Colégio Sion, onde o PT foi fundado em 1980, representa a “primeira alma” do partido, a qual propunha um reformismo forte (taxação das grandes fortunas e heranças, salário mínimo ao valor do Dieese etc.) e um rompimento maior com o capital financeiro em prol dos mais pobres. Já a “segunda alma” do PT se inicia com a Carta ao Povo Brasileiro, 2002, a qual procura acalmar o mercado sugerindo a continuidade do tripé econômico de Fernando Henrique Cardoso e alianças estratégicas.

9 Operação em andamento pela Polícia Federal brasileira, iniciada em março de 2014, que apura um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou bilhões de reais em propina. Outras informações em <<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>>. Acesso em 07.07.2017.

econômicos (ritmo e composição do crescimento econômico), recursos “weberianos” (educação, empreendedorismo etc.) e recursos políticos (capacidade de articular seus interesses, a exemplo do capital social de Putnam).

Com o reformismo fraco e o fracasso de Dilma em sair da crise, as classes mais baixas também abandonaram Dilma, com medo de perder as conquistas recentes. Como a classe média tradicional já havia pulado do barco, Dilma perdeu o que lhe restara, com forte rejeição em todos os estratos sociais¹⁰. Assim, MBL e VPR tiveram um terreno fértil, em um momento em que as forças políticas de esquerda nacionais estavam desunidas e o PT sofria a maior crise política de sua história.

Portanto, entre outros fatores, o surgimento e o crescimento do MBL e VPR podem estar ligados à queda do petismo, à inabilidade política de Dilma Rousseff em governar - diante de um sistema presidencialista de coalizão que necessita de um presidente forte (PEREIRA, 2011) -, e à composição do Congresso Nacional mais conservador desde 1964¹¹, cujas algumas lideranças de partidos como DEM e PSDB (adversários históricos do PT) possuíam/possuem boas relações com o MBL e o VPR.

Em entrevista à BBC, Steven Levitsky afirmou que o avanço na direita no Brasil pode ser explicado a partir de uma crise com duas outras dimensões – além das já mencionadas. Nas palavras do autor: a pior recessão na história do país e o maior escândalo de corrupção entre os países democráticos¹². Segundo Levitsky, o avanço da direita no Brasil ocorreu porque o governo era de esquerda e foi visto com o responsável pela crise. Ou seja, mais um motivo para a queda do petismo.

2.2 O boom móvel e a mobilização de pessoas

A exemplo do que ocorreu em outras partes do mundo, como nas Paneladas (Islândia), Primavera Árabe¹³ (Norte da África e Oriente Médio), Indignados (Espanha), Ocupas e diversos protestos na América do Sul (SORJ e FAUSTO, 2016), só para citar alguns, as NTIC tiveram papel fundamental para a difusão do MBL e VPR - movimentos que se utilizam principalmente do *Facebook* para a divulgação de ideias, embora também possuam site, canal no *Youtube*, redes no *Whatsapp* etc.

Atualmente, vivemos a era do ciberativismo (ALCÂNTARA, 2015), termo utilizado para o uso da internet por indivíduos, ou grupos politicamente motivados, que buscam

¹⁰ Pesquisa Datafolha realizada entre os dias 16 e 17 de março de 2015, logo após a primeira grande manifestação antigovernamental daquele ano (15 de março), apontou que Dilma perdia votos em todos os segmentos analisados, enfrentando índices mais altos de rejeição a seu governo entre os eleitores com escolaridade média (66%), entre aqueles com renda mensal familiar de 2 a 5 salários mínimos (66%), na fatia dos que possuíam renda de 5 a 10 mínimos (65%), nas regiões Sudeste (66%) e Centro-Oeste (75%), e em cidades com mais de 200 mil habitantes (66%). Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/03/1604505-reprovacao-ao-governo-dilma-atinge-62-e-e-mais-alta-desde-collor.shtml>>. Acesso em 05.05.2021.

¹¹ Disponível em: <www.valor.com.br/politica/3843910/nova-composicao-do-congresso-e-mais-conservadora-desde-1964>. Acesso em 22.05.2021.

¹² Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45829323>> Acesso em 19.07.2021.

¹³ Na Primavera Árabe, por exemplo, o papel das novas mídias foi reconhecidamente tão importante que o governo de Mubarak cortou o acesso à internet numa tentativa de sanar a crise no Egito, deixando *Facebook* e *Twitter* inacessíveis em todo o país.

difundir informações, ideias e reivindicações.

Existem inúmeras formas de ciberativismo, indo de ações mais simples e sem a ida às ruas, como campanhas de apoio on-line (abaixo-assinados), plataformas de consulta ao cidadão e clique-ativismo (conhecidos pejorativamente como “manifestantes de sofá”), até manifestações sociais organizadas, a exemplo de manifestações-bloqueio (Black Blocs e Anonymous) e das marchas (Grito dos Excluídos, Marcha da Maconha e Marcha das Vadias). Ressalta-se, evidentemente, que o MBL e o VPR várias vezes praticam mais de um tipo de ativismo.

Pesquisa Datafolha¹⁴ constatou um significativo crescimento da internet no Brasil em 2015, período chave para o desenvolvimento do MBL e VPR. Naquele ano, 65% da população brasileira com mais de 12 anos estava na internet, ou seja, 107 milhões de pessoas. Desse total, 87 milhões acessavam a internet pelo celular.

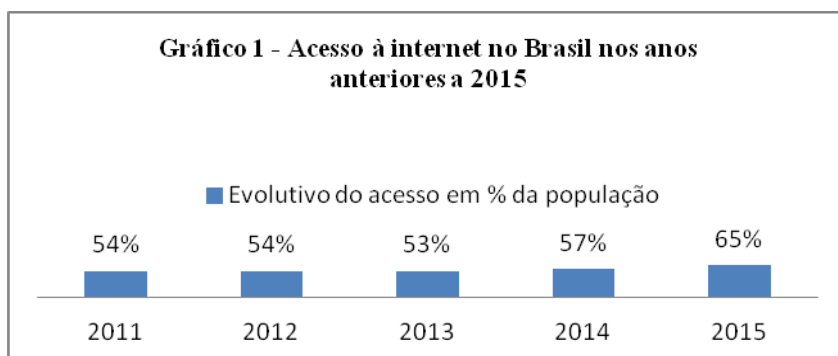


Gráfico 1 – Acesso à internet no Brasil nos anos anteriores a 2015.

Fonte: F/Nazca Saatchi & Saatchi e Datafolha. Elaborado por Cavalcanti (2016).

Diante das grandes mobilizações populares de 2015, a mesma pesquisa avaliou a temática mobilização, mostrando que naquele ano 45 milhões de brasileiros já haviam participado de movimentos sociais, sendo 13,7 milhões *só pela internet*, 18,2 milhões *só presencialmente* e 13,1 milhões de *ambas as maneiras*. O estudo também identificou as redes sociais virtuais como sendo fontes substanciais de informação e conhecimento: sete, em cada 10 internautas, ficaram sabendo pela internet de movimentos sociais. O Gráfico 2 indica os principais locais onde essas pessoas se informaram.

Gráfico 2 – Onde as pessoas ficaram sabendo de movimentos sociais na internet.

¹⁴ Aplicaram-se questionários à população brasileira com 12 anos ou mais, pertencente a todas as classes econômicas. Foram realizadas 2.296 entrevistas em 144 municípios brasileiros. O nível de confiança, segundo os realizadores, é de 95%. O campo foi realizado entre os dias 11 e 13 de março de 2015.

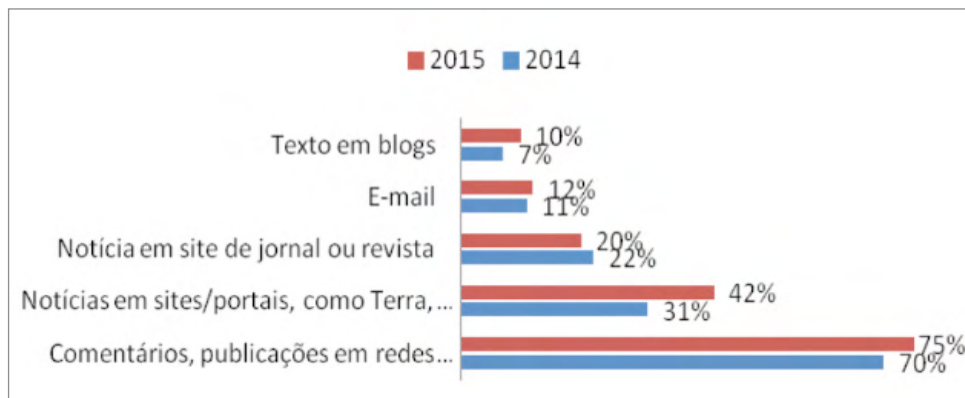


Gráfico 2 - Onde as pessoas ficaram sabendo do movimento sociais na internet.

Fonte: F/Nazca Saatchi & Saatchi e Datafolha. Elaborado por Cavalcanti (2016).

A pesquisa também apontou que o *Facebook*, em 2015, já era a principal rede social virtual utilizada por brasileiros, seguida por *Whatsapp*, *Google+*, *Instagram* e *Twitter*, respectivamente. Nesse sentido, com o impulso das redes sociais virtuais, MBL e VPR cresceram bastante, e passaram a agir de maneira parecida. Entre outras ações, esses grupos costumam pressionar instituições públicas e políticos, realizam convocações para as suas ocupações, postam vídeos e fotos dos seus líderes (incentivando um sentimento de identidade), organizam bate-papos virtuais ao vivo numa busca por um canal direto com a população, pedem doações a partir da venda de produtos próprios – canecas, shorts, camisetas etc.- e buscam atrair novos integrantes e criar núcleos específicos em cidades estratégicas¹⁵. Além disso, possuem grupos no *Whatsapp* com notícias para seguidores que se interessam por suas ações.

| Grupos | MBL | VPR |
|---|---|---|
| Fundação | Novembro de 2014 | Outubro de 2014 |
| <i>Facebook</i> | - 3.441.029 seguidores - 3.234.148 pessoas gostam da página ¹⁶ | - 2.235.675 seguidores - 2.077.113 pessoas gostam da página |
| Como se definem em suas <i>fanpages</i> | “O Movimento Brasil Livre é uma entidade que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera.” | “VemPraRua manifestar sua indignação conosco. Nossa bandeira é a democracia, a ética na política e um estado eficiente e desinchado.” |

¹⁵ Documento que ensina a como se filiar ao MBL. Disponível em: <pt.scribd.com/doc/277263728/Manual-de-Filiais-do-MBL>. Acesso em 23.04.2021.

¹⁶ O número de participantes do MBL e VPR foi obtido nas páginas *on-line* dos grupos, no dia 26.07.2019. Disponíveis em: <www.facebook.com/mblivre?fref=ts> e <www.facebook.com/VemPraRuaBrasil.org?fref=ts>.

| | | |
|--|---|--|
| Bandeiras que compartilham | <ul style="list-style-type: none"> - Contrários à intervenção militar Apoio: <ul style="list-style-type: none"> - Ao <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff - Ao Movimento Escola sem Partido - À Lava Jato - Às 10 medidas do Ministério Público de combate à corrupção | |
| Divergência: Governo Temer após a delação da JBS | Pedem para aguardar as investigações | Exigem a saída imediata de Temer |
| Algumas ações | <ul style="list-style-type: none"> - Acampamento em frente do TCU para exigir a celeridade e reprovação das contas de 2014 do Governo Federal - Marcha pela Liberdade: de São Paulo a Brasília pelo impedimento de Dilma Rousseff. No Congresso, após cerca de 1000 km de caminhada, protocolaram um pedido de <i>impeachment</i> - Contra as ocupações das escolas: Ações para desocupar as escolas no Paraná | <ul style="list-style-type: none"> - Mapa do <i>impeachment</i>: ferramenta <i>on-line</i> que disponibilizou o posicionamento dos parlamentares sobre a votação - Muro da vergonha: painel colocado ao lado da Fiesp, que mostrou parlamentares contrários ou indecisos quanto ao <i>impeachment</i> - Mapa Afasta Temer: ferramenta criada para mobilizar a sociedade civil visando o afastamento de Michel Temer da Presidência da República |
| Organizadores (porta-vozes) | <ul style="list-style-type: none"> Kim Kataguiri Renan Santos Fernando Holiday Arthur Moledo do Val | Rogério Chequer (afastou-se temporariamente do VPR para disputar as eleições de 2018) |

Quadro 1 – Comparativo entre o Movimento Brasil Livre e o Vem pra Rua.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com o paulatino aumento do MBL e do VPR, algumas pesquisas começaram a estudá-los. Moura e Yamamoto (2016) analisam o discurso do MBL no *Youtube* levando em consideração os ideais de liberdade e de País expressos pelo grupo. A conclusão é que há uma produção de sentido, cujo efeito é uma comunidade imaginada *verde-amarela*, a partir da constituição/articulação de três campos semânticos: um que trata dos (a) *ideais de mudança*; outro do movimento tendo a figura do salvador, o (b) *campo do messias*, e, por fim, o (c) *campo da liberdade*, o qual engloba os ideais do grupo.

Firmino (2016), por sua vez, explora os pontos de contato que o MBL e VPR estabelecem com a “classe média intermediária” e a “alta classe média”, chegando à conclusão de que a crítica difusa ao petismo, à corrupção e aos governos do PT servem como mola propulsora para esses movimentos. No entanto, sente-se falta na literatura, ainda, de análises mais substanciais desses grupos, com base em *big data* do *Facebook* ou até acerca das conexões estabelecidas por eles, o que a Análise de Redes Sociais (ARS) teria muito a contribuir. Nesse sentido, aqui se tenta dar o primeiro passo. A seguir se iniciam as nossas análises, buscando, com base em informações do *Facebook*, compreender

melhor as bandeiras do MBL e VPR.

3 I AS PAUTAS E OS DISCURSOS EM RECORTES TEMPORAIS DISTINTOS

Conforme mencionado, as postagens analisadas dos grupos foram de dois recortes temporais distintos, um em 2017, com o intuito de capturar o atual momento do MBL e VPR, sobretudo com o agravamento da crise política envolta ao presidente Michel Temer, e outro de abril de 2016, quando a Câmara Federal autorizou a abertura do processo do *impeachment* de Dilma Rousseff. Assim, a escolha desses recortes foi intencional, buscando contemplar como esses grupos se comportaram em momentos políticos díspares: o primeiro em um governo de centro-esquerda (Dilma) e o segundo em um liberal reformista (Temer). O *software* utilizado para o levantamento do material foi o Netvizz, ferramenta que extrai dados de diferentes seções do *Facebook* (grupos, páginas, pesquisas) para fins de pesquisa.

No primeiro recorte temporal foram recolhidas as últimas 999 postagens do MBL e VPR a partir do dia 23.06.2017. O MBL teve 999 postagens em 25 dias, média de 40 posts por dia; enquanto o VPR demorou 62 dias para chegar a esse número, média de 16 posts/dia. Comparando as 999 postagens, o MBL teve mais comentários e o VPR mais *likes*, reações e compartilhamentos – o que surpreende, uma vez que o MBL possuía um maior número de seguidores no período acompanhado.

| Grupos | Dias necessários para 999 posts | Média por dia | Likes | Reações | Comentários | Compartilhamentos |
|--------|--------------------------------------|---------------|-----------|-----------|-------------|-------------------|
| MBL | De 30/05/2017 a 23/06/2017 (25 dias) | 40 | 3.269.554 | 4.100.581 | 410.533 | 1.580.463 |
| VPR | De 23/04/2017 a 23/06/2017 (62 dias) | 16 | 3.750.850 | 4.515.827 | 344.406 | 2.713.068 |

TABELA 01 - Comparativo entre 999 postagens do MBL e VPR.

Fonte: Elaborada pelos autores.

O passo seguinte da pesquisa foi verificar as postagens com maior *engajamento*, métrica que mensura a interação do público com as publicações na página, através de cliques, *likes*, comentários e compartilhamentos, cada um com peso diferente. A Tabela 02 exhibe, também, as primeiras linhas da descrição das postagens exatamente como estavam na *fanpage*.

| Ordem | Engajamento | Tipo | Conteúdo/Descrição feita pelo grupo |
|-------|-------------|-------|--|
| | 78.885 | Vídeo | “Um vereador de Recife inventou uma nova língua para ler as atas das sessões - ou está debochando dos pagadores de impostos de sua cidade” |
| | 67.324 | Foto | “Crivella quer cortar metade da verba das escolas de samba, que ameaçam cancelar de vez o desfile do carnaval do ano que vem” |
| | 59.181 | Link | “É assim que se faz” |
| | 57.741 | Foto | “Pela primeira vez, desde a redemocratização do país, há um político declaradamente de direita liderando as pesquisas para presidente da República. Jair Bolsonaro aparece em primeiro em um cenário sem Lula - que deve ser preso até lá” |
| | 56.764 | Vídeo | “O legado da política econômica pode ser ainda pior que o legado da corrupção” |

TABELA 02 - As postagens com maior *engajamento* do MBL.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Entre as cinco postagens com maior *engajamento* do MBL, analisamos uma por uma com ênfase em como se relacionavam com as bandeiras do grupo. O *post* com maior *engajamento* foi um vídeo de um vereador lendo as atas de uma sessão na Câmara de maneira incompreensível, “inventando” um idioma próprio. Esse vídeo foi amplamente compartilhado nas redes virtuais brasileiras e o MBL o postou para criticar o vereador que estaria debochando do povo ao não levar o cargo público a sério.

O segundo *post*, por sua vez, tratou de cortes de verbas públicas para o Carnaval do Rio de Janeiro, o que gerou uma discussão no grupo acerca se o Estado tem de financiar festas como o Carnaval, ou se isso é dever da iniciativa privada. Tal pauta se relaciona com a bandeira do grupo de contestar o tamanho do Estado brasileiro, o qual deveria ser menos intervencionista segundo vídeos que costumam ser compartilhados nas *fanpages* do MBL e VPR. O terceiro *post* com maior *engajamento* foi acerca de uma discussão entre um apresentador de TV de direita no espectro político e uma deputada federal de esquerda (PT), destacando que o primeiro deu uma “lição de cidadania” na deputada.

A quarta postagem compartilhou a notícia, de fonte duvidosa¹⁷, de que pela primeira vez desde a redemocratização haveria um político declaradamente de direita liderando as pesquisas para a presidência: Jair Bolsonaro. Deputado federal, Bolsonaro é um militar da reserva conhecido por defender a ditadura militar e por ter considerado a tortura uma prática legítima, tendo posições políticas alinhadas a discursos da extrema-direita.

Por fim, o quinto *post* condenou o legado da política econômica do PT, sugerindo que teria sido “ainda pior que o legado da corrupção” do partido. Nesse ponto, é válido pensar sobre reflexões já realizadas neste artigo, de que o MBL parece ser um grupo liberal cuja uma de suas principais bandeiras é a crítica a governos petistas.

Agora, vamos às postagens do VPR.

¹⁷ Vale ressaltar que esses grupos, a exemplo de outros movimentos sociais em rede, inclusive os de esquerda, costumam compartilhar *fake news*, uma vez que compartilham matérias de sites e jornais pequenos que não apuram a notícia de maneira adequada.

| Ordem | Engajamento | Tipo | Conteúdo/Descrição feita pelo grupo |
|-------|-------------|------|---|
| | 153.521 | Foto | "Lula diz ao juiz Sérgio Moro que não ia ficar com o triplex do Guarujá porque 'Marisa Letícia não gostava de praia'. Mentira!" |
| | 119.434 | Foto | "Obrigado ministro que está honrando os brasileiros de bem" |
| | 101.343 | Foto | "Petistas conseguiram a proeza de eleger três presidentes corruptos. Já podem pedir música no Fantástico!" |
| | 74.732 | Foto | "Adote essa ideia e vem pra rua no dia 21/5: pela prisão de todos os corruptos" |
| | 71.552 | Foto | "Pois é... seria cômico se não fosse quase trágico" |

TABELA 03 - As postagens com maior engajamento VPR.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Do VPR, o primeiro *post* foi de uma investigação de corrupção contra Lula, mencionando que o ex-presidente mentiu ao afirmar que não seria o dono de um apartamento no Guarujá, litoral de São Paulo. Portanto, o PT apareceu já na postagem com maior *engajamento* do grupo. O segundo *post* fez elogios a um ministro (Herman Benjamin) que julgou as contas da chapa Dilma/Temer, afirmando que o mesmo realizou um excelente trabalho ao pedir a cassação da coligação por supostamente utilizar recursos ilícitos de empresas como a empreiteira Odebrecht¹⁸.

O terceiro *post* trouxe novamente o PT à discussão, com uma piada acerca de o partido ter elegido três presidentes corruptos: Lula, Dilma e Temer. A quarta postagem abarcou uma bandeira que o VPR vem tentando difundir, embora às vezes sem tanto sucesso, a de que exige a prisão de todos os corruptos, e não apenas os políticos de partidos à esquerda. Por último, o quinto *post* abrangeu que parte da população brasileira "admira corruptos", uma vez que políticos como Lula ainda possuem alta aprovação popular.

Como comentários gerais acerca das postagens com maior *engajamento* do MBL e VPR, pôde-se constatar que elas confirmam que os movimentos mantêm fortes críticas ao PT e a bandeiras de combate à corrupção, o que será mais bem debatido ao fim da próxima seção.

3.1 Época do *impeachment*

O outro recorte temporal analisado foi o período de aprovação do *impeachment* na Câmara dos Deputados, o mais determinante para a queda de Dilma Rousseff. Essa época foi escolhida para se verificar as semelhanças e diferenças entre o MBL e o VPR daquele período e o atual. As postagens dos grupos foram acompanhadas dez dias antes do dia do julgamento na Câmara (17.04.2017) e dez dias depois. Comparando-as, o MBL foi bem mais ativo em número de *posts*, tendo como consequência disso muito mais *likes*, reações, comentários e compartilhamentos.

18 Outras informações sobre o financiamento da campanha de 2014 podem ser vistas em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2017/03/marcelo-odebrecht-confirma-caixa-dois-para-chapa-dilma-temer-em-2014.html>>. Acesso em 05.07.2021.

| Grupos | Período acompanhado | Posts | Média por dia | Likes | Reações | Comentários | Compartilhamentos |
|--------|-----------------------------------|-------|---------------|-----------|-----------|-------------|-------------------|
| MBL | 07/04/2016 a 27/04/2016 (21 dias) | 908 | 43 | 8.065.471 | 8.631.799 | 433.604 | 3.986.347 |
| VPR | 07/04/2016 a 27/04/2016 (21 dias) | 274 | 13 | 2.881.442 | 3.067.685 | 161.454 | 1.797.054 |

TABELA 4 – Acompanhamento no MBL e VPR durante o impeachment.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Em seguida vimos as postagens com maior *engajamento* no período. Dos cinco posts com maior *engajamento* do MBL (Tabela 05), três se referiram ao *impeachment* como uma “vitória” (postagens 1,3 e 5). O segundo *post*, por sua vez, discorreu sobre atores anti e pró-Dilma, ressaltando que os críticos da ex-presidenta seriam pessoas mais centradas, conscientes. A quarta postagem se referia a Sérgio Moro, juiz idolatrado pelo MBL/VPR e criticado pela esquerda por supostamente persegui-la.

| Ordem | Engajamento | Tipo | Conteúdo/Descrição feita pelo grupo |
|-------|-------------|-------|--|
| | 255087 | Foto | “Sim ao impeachment! Vitória do Brasil! Todos nas ruas agora para comemorar!” |
| | 170012 | Foto | “Ary Fontoura foi ao Faustão e criticou Dilma. Zé de Abreu foi ao Faustão, defendeu Dilma, e apresentou o cuspe como método de diálogo. Um é mito, outro é lixo” |
| | 169915 | Foto | “GANHAMOS! O Brasil deu hoje um grande passo para a aprovação do impeachment de Dilma Rousseff” |
| | 156756 | Vídeo | “Juiz Sérgio Moro, da Lava Jato, é homenageado em Nova York” |
| | 155230 | Foto | “Avenida Paulista agora” |

TABELA 5 - As postagens com maior engajamento MBL.

Fonte: Elaborada pelos autores.

As postagens do VPR (Tabela 06) também trataram do *impeachment*, porém a maioria foi feita antes de o processo ser aprovado na Câmara dos Deputados, com *links* sobre a convocação para as ruas no dia 17 de abril (postagem com maior *engajamento*), do impedimento sendo uma “vitória” (segunda e quarta) e do passo a passo para o *impeachment* (quinta), mostrando como a população deveria pressionar os deputados federais através de ligações e emails, por exemplo. A terceira postagem, relativa a convites para um evento, criticou uma possível censura do *Facebook* ao grupo.

| Ordem | Engajamento | Tipo | Conteúdo/Descrição feita pelo grupo |
|-------|-------------|--------|--|
| | 237992 | Foto | “Vamos pra rua no domingo! Juntos somos muitos!” |
| | 136433 | Foto | “Parabéns povo brasileiro, essa vitória é de vocês!” |
| | 114697 | Foto | “Comunicado importante” |
| | 113361 | Foto | “Agora sim! Por 38 a 27 a Comissão do Impeachment aprovou o encaminhamento do impeachment de Dilma Rousseff” |
| | 110773 | Status | Três ações para conseguirmos o impeachment de Dilma |

TABELA 6 - As postagens com maior engajamento do VPR.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Comparando os dois recortes temporais, algumas observações podem ser feitas em relação (I) às postagens e (II) às pautas dos grupos. Quanto ao primeiro ponto, a média de postagem nos dois períodos acompanhados foi parecida. No *impeachment*, o MBL teve média de 43 postagens por dia, quando atualmente tem média de 40; o VPR, por sua vez, teve 13 e hoje em dia faz 16. Também se verificou que a maioria das 20 postagens com maior *engajamento* foram fotos (15), seguidas de vídeo (três), *link* (uma) e *status* (uma).

Em termos de atuação, o MBL foi muito mais ativo no período do *impeachment* do que o VPR, realizando cerca de quatro vezes mais postagens (908 ante 274) e, conseqüentemente, tendo mais *likes*, reações, comentários e compartilhamentos. Atualmente, embora o MBL poste mais que o VPR (alcançando 999 posts em 25 dias, enquanto o VPR demorou 62 dias), o segundo teve no período acompanhado mais *likes*, reações e compartilhamentos, e perdeu apenas em número de comentários.

Em relação às pautas, o que este trabalho esteve mais preocupado em abordar, sempre de maneira exploratória, vale lembrar, viu-se que são parecidas e que o combate ao PT e à corrupção dominaram. Nas cinco postagens do MBL com maior *engajamento* entre as 999 analisadas deste ano, três abordaram diretamente o PT já no enunciado; no VPR foram quatro.

No recorte temporal do *impeachment* (abril de 2016), por sua vez, três *posts* dos cinco com maior *engajamento* do MBL mencionaram a “vitória” do *impeachment* e outro criticava Dilma. No VPR, todos os cinco trataram do *impeachment*. Assim, essas informações nos conduzem a algumas reflexões. A primeira é que o fato de as críticas ao PT e à corrupção estarem presentes nos dois períodos analisados indica que as postagens com maior interação e alcance desses grupos são aquelas que abordam/abordaram, talvez, o maior inimigo desses movimentos: o PT. Em segundo lugar, é válido questionar o porquê de, neste ano, após várias denúncias de corrupção contra Temer e aliados, a exemplo do ex-presidenciável Aécio Neves, não ter se observado entre as postagens com maior *engajamento* esses assuntos.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo estudou, de maneira exploratória, dois grupos liberais organizadores de grandes mobilizações brasileiras, através de reflexões teóricas e da análise das postagens dos grupos no *Facebook*. Buscando responder “quais as origens e as principais pautas do MBL e do VPR?”, chegou a algumas conclusões.

A primeira é que aspectos abordados neste *paper*, como a crise do PT (SINGER, 2012 e 2015) e o crescimento do ciberativismo (CASTELLS, 2013; DATAFOLHA, 2015) podem ter sido fatores importantes para a origem e o crescimento desses movimentos, que atualmente possuem milhões de seguidores. Tais acontecimentos foram estudados de maneira modesta, podendo ser mais bem explorados, em pesquisas futuras, por meio de técnicas de Análise de Redes Sociais (MOLINA, 2011) ou até através de entrevistas/questionários com membros do MBL e VPR.

Em segundo lugar, viu-se que, entre as postagens com maior *engajamento*, a maioria delas faz críticas ao PT e à corrupção de governos petistas, indicando que os membros desses grupos sentem um maior interesse/identificação por pautas nesse sentido. Vale ressaltar que uma análise de conteúdo entre todas as postagens analisadas certamente traria contribuições pertinentes à discussão, porém o objetivo aqui foi mais restrito: analisar as principais postagens, de cada grupo, com maior *engajamento* em períodos políticos díspares. Além disso, mostrou-se que após o *impeachment* de Dilma, MBL e VPR aumentaram as críticas a Lula, com o ex-presidente recebendo um espaço considerável em suas agendas e *fanpages*.

Por fim, continuar estudos sobre a temática é relevante devido a desafios contemporâneos do ciberativismo e dos novos movimentos sociais. Para o caso brasileiro, por exemplo, após anos da esquerda tendo o domínio das ruas, é interessante observar como grupos liberais (entre eles MBL e VPR) ganharam, mesmo que momentaneamente, a luta nesses espaços, e também como a disputa pela hegemonia acontece no ambiente virtual.

Esses movimentos adquiriram boa capacidade de articulação e mobilização fazendo oposição ao PT e ao impopular governo de Dilma Rousseff, ou seja, “surfaram na onda”, em uma linguagem popular. Portanto, o questionamento que fica em aberto é se MBL e VPR terão a mesma capacidade de mobilização em outros períodos, como nos primeiros meses de 2017, quando os brasileiros estavam mais reticentes em ir às ruas.

Para fazer reflexões nessa direção é fundamental estabelecer um diálogo com acontecimentos/protestos nacionais e internacionais exteriores ao MBL e VPR. Pois, um movimento social, ou seja, ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (GOHN, 2011), não se trata de um processo isolado, mas sim de caráter político-social. Para estudá-los, portanto, “devem-se buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na

prática cotidiana e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do País quando as articulações acontecem” (id, p. 333).

Com o desenvolvimento de técnicas de *big data* um novo mundo se abre para estudiosos do ciberativismo. Afinal, o tema é relevante na medida em que nos coloca desafios teóricos e metodológicos importantes, como o de compreender, de um lado, como as mobilizações mediadas pela internet acontecem, e, de outro, como essas práticas se comunicam com as tradicionais (CAVALCANTI, 2016), uma vez que sempre existe a articulação entre processos de sociabilidade mediados pela web e aqueles ancorados nas tradicionais interações face a face.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, M. L (2015). Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. Aurora: *Revista de arte, mídia e política*. São Paulo, v.8, n.23, p. 73-97, jun-set.

ALI et al. (2012) *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo Editorial.

ALONSO, A (2009). As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova [on-line]*. São Paulo, N.76, p. 49-86.

CASTELLS, M (2013). *Redes de indignação e esperança*. Rio de Janeiro: Zahar editora.

CAVALCANTI, B. D (2016). Redes sociais virtuais como instrumentos de mobilização política: uma análise do grupo “Direitos Urbanos/Recife” no Facebook. Recife. Dissertação (mestrado em sociologia). UFPE. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17781>>. Acesso em 24.03.2017.

CHRISTAKIS, N (2009). *Connected: the surprising Power of our social networks and how they shape our lives*. New York: Little Brown Co.

Datafolha. *Democracia e consumo [on-line]*. 15ª edição, maio de 2015. Disponível em: <http://www.fnazca.com.br/wp-content/uploads/2015/10/f_radar-2015-revisado.pdf>. Acesso em 01.02.2017.

ESCOBAR, A; OSTERWIEL, M (2009). Movimientos sociales y la política de lo virtual. Estrategias deleuzianas. *Tabula Rasa*. Bogotá (Colômbia), nº 10, p. 123-161, enero-junio.

FIRMINO, G. C (2016). Conservadorismo liberal e classes médias: uma análise do ‘Vem Pra Rua’ e do ‘Movimento Brasil Livre’. In: X Seminário do Trabalho. Trabalho, crise e políticas sociais na América Latina, 2016, Marília/SP. *Anais X Seminário do Trabalho*. Trabalho, crise e políticas sociais na América Latina.

GOHN, G. M (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, nº 47, maio-ago.

MARWELL, G; OLIVER, E. P (1989). Social Networks and Collective Action: A Theory of the Critical Mass. *American Journal of Sociology*, Chicago, vol. 94, nº 4.

MOLINA, J. L (2001). *El análisis de redes sociales: una introducción*. Barcelona: Bellaterra.

MOURA F. J; YAMAMOTO Y. E (2016). A criação de uma comunidade imaginada e o verdeamarelismo: análise do discurso do ideal de Brasil e de liberdade do Movimento Brasil Livre. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Curitiba - PR.

NOBRE, M (2014). *Imobilismo em movimento: Da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras.

OLSON, M (1965). *The Logic of Collective Action: public goods and the theory of groups*. Cambridge: Harvard University Press, 1st ed.

PEREIRA, C (2011). Coalitional presidentialism and side payments: Explaining the Mensalão **scandal in Brazil**. In *Corruption and Democracy in Brazil: The Struggle for Accountability*, edited by Timothy Power and Matthew Taylor, University of Notre Dame Press, 31-55.

POCHMAN, M (2014). *O mito da grande classe média – Capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo.

SORJ, Bernardo; FAUSTO Sergio (2016) (Orgs.). *Ativismo político em tempos de internet*. São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2016.

SINGER, A (2012). *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Editora Companhia das Letras.

_____ (2015). *Cutucando onça com varas curtas – O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2001-2014)*. Novos Estudos, julho.

SOUSA, M. C; SOUZA A. A (2013). (Orgs.). *Jornadas de junho: repercussões e leituras*. Campina Grande-PB, Eduepb.

SOUZA, A; LAMOUNIER, B (2010). *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Elseiver.

CAPÍTULO 8

ATIVISMO JUDICIAL E JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Data de aceite: 01/04/2022

Clidenor Marcos Vaz Campelo

Especialista em Direito Constitucional e Administrativo pela Faculdade Ademar Rosado, Especializando em Ciência Política e Políticas Públicas pela Faculdade Ademar Rosado, Bacharel em Direito pela Faculdade Estácio de Sá, pesquisador na linha Judicialização da Política, Neoconstitucionalismo e Separação dos Poderes
<http://lattes.cnpq.br/2944657637927782>

Artigo Científico apresentado na seleção do edital para publicação de trabalhos referentes ao II Congresso de Direito e Liberdade.

RESUMO: O artigo trata sobre o ativismo judicial e judicialização da política no STF, passando pela história da Corte e identificando a promulgação da constituição como o grande marco da sua história. Apresentada a pesquisa de Thamy Pogrebinski sobre o quantitativo de ativismo judicial no STF e comentários do autor Lenio Streck sobre o estudo. A teoria da separação dos poderes é brevemente explicada através de uma metáfora. Ao cabo, é reconhecida a função contramajoritária e iluminista do STF, alertando, porém, que a instituição pode já dar sinais de arbitrariedade no uso do ativismo judicial e em decisões de política judicializada.

PALAVRAS-CHAVE: Ativismo judicial; STF; judicialização da política; separação dos poderes; direitos fundamentais.

ABSTRACT: This article is about judicial activism and judicialization of politics in the Brazilian Supreme Court (STF). It analyzes its history and identifies the 1988 Constitution as its turning point. Thamy Pogrebinski's research on judicial activism statistics in the Court is presented along with author Lenio Streck's comments. The separation of powers theory is briefly explained through a metaphor. In the end, the Court's counter-majoritarian and Enlightenment function is recognized, however, it is noted the institution may already have shown signs of abuses in the use of judicial activism and in decisions of judicialized policy.

KEYWORDS: Judicial activism; STF; judicialization of politics; separation of powers; fundamental rights.

1 | INTRODUÇÃO

Em retrospectiva, percebe-se ter o Supremo Tribunal Federal desempenhado um papel de protagonismo na história contemporânea brasileira. As decisões advindas da suprema corte quanto a grandes questões nacionais têm levantado a sociedade a aplausos e outras vezes a críticas. É conveniente esclarecer não ser o enredo originalmente tupiniquim, já que em inúmeros outros palcos pelo mundo, em épocas diversas, cortes constitucionais destacaram-se em determinadas quadras históricas como protagonistas, através de decisões judiciais que envolveram questões de largo alcance político,

implementação de políticas públicas ou escolhas morais em temas controversos na sociedade.¹

No Pós-Segunda Guerra Mundial, o mundo ocidental assistiu um avanço da jurisdição constitucional sobre o espaço da política majoritária, que é aquela feita no âmbito do Legislativo e do Executivo, poderes alicerçados no voto popular. No Canadá, a Suprema Corte foi chamada a se manifestar sobre a constitucionalidade de os Estados Unidos fazerem testes com mísseis em solo canadense. A eleição presidencial de 2000 nos EUA teve seu final escrito pela Suprema Corte, no julgamento de Bush vs. Gore. Em Israel, a Suprema Corte decidiu sobre a compatibilidade, com a Constituição e com atos internacionais, da construção de um muro na fronteira com o território palestino. A Corte Constitucional da Turquia tem desempenhado um papel vital na preservação de um Estado laico, protegendo-o do avanço do fundamentalismo islâmico. Na Hungria e na Argentina, planos econômicos de largo alcance tiveram suas validades decididas pelas Cortes altas daqueles países. Na Coreia, a Corte Constitucional devolveu o mandato de um presidente que havia sido destituído por *impeachment*². Todos estes casos ilustram a fluidez da fronteira entre Política e Direito no mundo contemporâneo.

No Brasil, essa tendência, por sua vez, está intimamente ligada à conjuntura do panorama político-social contemporâneo regido pela Constituição Federal de 1988, carta confeccionada ainda em meio ao fantasma da ditadura que assolou o Brasil por quase 20 anos, que além dos necessários dispositivos de natureza democrática, trouxe em seu texto um catálogo generoso de direitos, principalmente de cunho social e fundamental.

Por motivos como deficiência na realização de políticas públicas pelo executivo, inércia do legislativo, fragilidade econômica do país, má gestão de recursos públicos com recorrentes casos de corrupção, ou simplesmente pela prolixidade da carta, demasiadamente do tipo analítica, muitos direitos elencados na constituição cidadã não foram efetivamente gozados apenas com a sua promulgação em 1988, alguns destes direitos precisaram do prestígio atribuído ao Poder Judiciário, em especial do Supremo Tribunal Federal, agora fiador dos direitos fundamentais, para concretizá-los. Criou-se um imaginário jurídico-político-social generalizado no qual o gozo dos direitos constitucionais passou a ser dependente de respostas judiciais.

Diante do protagonismo do STF, com a vultosa quantidade e variedades de questões políticas sendo judicializadas, surge o dilema de como as questões judicializadas são decididas, uma vez que ante a postura de guarnecer a Constituição, combinada com a inércia do Poder Legislativo e a falta de atuação do Poder Executivo, perpetuou-se uma cultura jurídica - aparentemente revestida de legalidade - que confere aos julgadores a liberdade de “decidirem” com base em precedentes de “justiça”.³ Neste diapasão,

1 BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, Ativismo judicial e legitimidade democrática. Disponível em: <https://www.direitofranca.br/direitonovo/FKCEimagens/file/ArtigoBarroso_para_Selecao.pdf>. Acesso em 22/06/2020, p. 1.

2 Ibid., p. 1-2.

3 NUNES, Leandro Lovato. A (I)Legitimidade do ativismo judicial praticado pelo STF: Uma reflexão à luz dos ditames de

sedimenta-se o entendimento de ter o Supremo Tribunal Federal competência para depurar o sistema político brasileiro mesmo em prejuízo do equilíbrio da relação com os demais poderes.

Hodiernamente, não são raras as vezes que o STF é qualificado de vanguardistas, iluminista, sempre pronto para atuar diante da inércia dos demais poderes, sob a justificativa de ser o guardião da Constituição Federal, e sempre fazendo a leitura, em “voz alta”, que a magna carta não serve apenas para conter o poder do Estado, mas, em igual medida, para impedir que a vontade da maioria se sobreponha às garantias das minorias, imprimindo à Suprema Corte o papel contramajoritário.

2 | MARCOS HISTÓRICOS DO STF

Inicialmente, é importante mencionar recortes históricos do comportamento do Supremo Tribunal Federal antes e depois da Constituição Federal de 1988 e, para tal análise, houve uma pesquisa bibliográfica de literatura que se propôs revelar a suprema corte brasileira, naqueles cortes temporais.

Para a análise do período anterior a 24 de outubro de 1988, recorremos a Aliomar Baleeiro⁴ cuja obra trata, já no título, a suprema corte pelo pronome indefinido “outro” (aquele que se encontra fora do âmbito do falante e do ouvinte) e pelo adjetivo “desconhecido” (aquele que se conhece pouco ou de que não se tem nenhum conhecimento, por ignorância ou por falta de experiência, de uso). O livro revela um tribunal desconhecido da maioria da sociedade brasileira, em oposição aos demais poderes, uma instituição de acesso restrito e ainda de poder acanhado. Naquela época, o Supremo não era visto como parte da disputa política que envolvia o país.

Baleeiro relata em sua obra quando percebeu a existência do STF, narrativa que possibilita entender como a sociedade enxergava a corte em 1918, quando o autor ainda era um impúbere, episódio no qual Rui Barbosa foi à Bahia em campanha eleitoral para a presidência da República, diante de intimidações ao candidato e impedimentos para fazer campanha naquele Estado, socorreu-se ao Supremo através de um Habeas Corpus-HC. O HC foi concedido e Rui Barbosa desembarcou calmamente na Bahia:

Ouvi, sem perder uma palavra, ao lado de meu pai, no Politeama baiano, a longa conferência do maior dos brasileiros, interrompida, de minuto a minuto, por tempestades de aplausos. Logo, nos primeiros momentos, Rui entoou um hino ao Supremo Tribunal, que possibilitara a todos o exercício do direito de reunião pacífica naquele momento. Rompeu um côro ensurdecedor de vivas à Côrte egrégia. Foi assim que tomei consciência do Supremo Tribunal Federal e de sua missão de sentinela das liberdades públicas, vinculado a imagens

um Estado Democrático de Direito. 2013. 63 p. Monografia. Graduação em Direito. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS). Santa Maria/RS. Disponível em: <[https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2947/A%20\(I\)LEGITIMIDADE%20DO%20ATIVISMO%20JUDICIAL%20PRATICADO%20PELO%20STF.pdf](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2947/A%20(I)LEGITIMIDADE%20DO%20ATIVISMO%20JUDICIAL%20PRATICADO%20PELO%20STF.pdf)>. Acesso em 01/07/2021, p. 8.

4 BALEEIRO, Aliomar. Supremo Tribunal Federal, esse outro desconhecido. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

imperecíveis na minha memória (...)⁵

O autor descreve o sentimento da sociedade ao conhecer o STF: viam um soldado armado que guardava um posto, sentinela, e a vigia era das liberdades públicas.

Recondo⁶ traz outra passagem histórica do STF, também em período anterior à constituição de 1988, mais uma vez com a participação de Rui Barbosa, que ajuda revelar a corte daquele momento:

(...) 1892, em meio aos conflitos na República recém-proclamada, o STF foi submetido a um severo teste. O advogado Rui Barbosa, um dos responsáveis por dar contornos ao tribunal na primeira constituição republicana, enviou à instituição uma petição de habeas corpus (HC 300) em favor dos generais que haviam se rebelado contra a deposição de governadores pelo presidente da República, o marechal Floriano Peixoto, e que por isso estavam presos (...)

Apesar de sólidos argumentos, o relator do caso, ministro Costa Barrada, concluiu que o Supremo não poderia intervir numa questão essencialmente política. Iniciada a tomada de votos, acompanharam o relator os ministros Anfilóbio, Macedo Soares e Barros Pimentel. Em seguida, Pisa e Almeida divergiu dos colegas e votou por conceder o habeas corpus. A seu ver, não se tratava de uma questão política que não pudesse ser submetida ao Supremo. Recordava, aos colegas que, mesmo durante o Império, a legislação previa que o governo só poderia mandar prender e conservar alguém preso sem processo judicial enquanto perdurarem o estado de sítio.

Os fatos narrados nos primeiros anos de República revelam que já havia no STF o debate quanto à amplitude da jurisdição constitucional, e no julgado acima a corte concluiu, por dez votos a um, que não poderia intervir numa questão essencialmente política.

Ainda na obra de Recondo⁷, se descortina o STF durante a ditadura militar revelando que os ministros não sabiam como os militares reagiriam a suas decisões, e, que lendo os documentos da época percebe-se a preocupação do colegiado com a possibilidade de ter suas decisões descumpridas e deslegitimadas, considerando ocupar o Judiciário uma posição desconfortável em relação aos demais poderes:

Olhar o STF de então com olhos de hoje levaria o observador a conclusões embaraçadas. O Supremo, até 1988, era um poder que, na realidade política do país, se encontrava abaixo dos demais. Não havia equilíbrio entre os três. Executivo e Legislativo, nessa ordem, sempre preponderaram sobre o Judiciário. É com essa régua que se deveria medir a atuação do Supremo nos anos de chumbo ou nos primeiros anos da República. O Tribunal conviveu com a ditadura militar. Não tinha capacidade de fazer sua agenda. E não foram os casos de liberdade civil que dominaram a pauta do STF de 1964 a 1974. Esses processos esporádicos chegaram ao tribunal pela via do habeas corpus e mostraram os suspiros de uma corte apertada pelo torniquete da ditadura.

5 BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ação Declaratória de Constitucionalidade 12 Distrito Federal. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=606840>>. Acesso em 01/07/2021, p. 10-11.

6 RECONDO, Felipe. Tanques e Togas - O STF e a Ditadura Militar. São Paulo: Companhia Das Letras, 2018, p. 53-62.

7 RECONDO, op. cit., p. 227-232.

Neste período o Supremo tornou-se mero espectador. “Ativismo Judicial”, “Judicialização da política e das relações sociais”, “Ditadura do Judiciário”, “Juristocracia”, “Criatividade Judiciária” e “Supremocracia” não eram se quer pronunciados em 1964, pois a instituição não era vista por atores políticos daquela época como árbitro capaz nem mesmo de cumprir sua missão de resguardar a Constituição, tão pouco de contracenar na política.

Com um salto histórico, chegamos ao ano de 1988, promulgação da Constituição Cidadã, que se apresenta com um catálogo de direitos básicos e fundamentais, que propiciou o estabelecimento de uma cultura de exigibilidade de direitos e, ainda, com dispositivos de contenção de poder do Executivo, deixando claro que fatos históricos como a segunda guerra mundial e a ditadura militar brasileira haviam marcado visíveis cicatrizes nas sociedades que também repercutiam no ordenamento jurídico.

O STF começou a procurar o seu lugar no amadurecimento da democracia brasileira, a corte entendeu que o arranjo institucional dos poderes apresentado na CF/88 a colocou no núcleo protagonista deste cenário democrático, de busca da sociedade por um novo patamar civilizatório.

Para conhecer mais deste STF dos dias de hoje, vamos recorrer novamente da literatura, Recondo e Weber⁸, também no título da obra, mostram o quanto a corte mudou. Os autores em publicado com pretensão de desvelar os bastidores e crises do STF fazem uso do título “Os Onze” sem medo de terem seu livro confundido com um compilado de histórias dos jogadores titulares da seleção brasileira, por quem tomasse a obra pelo título, uma vez que este era o grupo de onze que por longo tempo foi o mais conhecido da sociedade brasileira. Os autores diante da pesquisa sobre a suprema corte brasileira não tubearam em concluir que o interesse e visibilidade sobre os onze ministros do STF já superaram a notoriedade da seleção canarinho.

Aquele período no qual o poder judiciário não tinha condições políticas e base social para cumprir seu papel, havia ficado para trás. Alinhado com a movimentação político-social do Brasil o STF passou de uma corte desconhecida para um colegiado concretizador de direitos fundamentais.

Além da Constituição de 1988, diversas outras circunstâncias ajudaram a moldar este STF que conhecemos, tais como: mudanças na realidade política brasileira e a forma e intensidade que as competências dos demais Poderes foram exercidas. Revelando que as instituições não nascem prontas, estão suscetíveis ao acomodamento da sociedade.

Encontramos o Supremo Tribunal Federal de hoje, cotidianamente, nas manchetes de jornais e portais, chamadas de telejornais ou posicionado no topo dos *trending topics* de redes sociais, e em notícias relacionadas a política, economia, ciências, polícia, isto é um fenômeno novo, que identifica o movimento centrífugo da visibilidade da suprema corte.

Enquanto em quase todo o mundo as audiências das supremas cortes são

⁸ RECONDO, Felipe; WEBER, Luiz. Os onze: o STF, seus bastidores e sua crise. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

reservadas, a portas fechadas, aqui o STF tem seus julgamentos do plenário transmitidos pela TV Justiça, através de sinal de televisão e plataformas de *streaming*, ao vivo, controle social nunca visto antes. Diante desta visibilidade, os onze julgadores podem ter um *feedback* da sociedade, imediatamente ao julgado, através das redes sociais, e não são raras as vezes que são surpreendidos ao se virem em papéis trocados: de julgadores a réus, naquelas redes.

Recondo e Weber⁹ explicam como o STF chegou ao espaço no qual se encontra atualmente, que é para alguns uma posição de protagonismo enquanto para outros de acomodação diante do desenho institucional previsto pela CF/88:

Não há explicação simples para essa ascensão. A carta de 1988 regulou inúmeros temas da vida brasileira, canalizando conflitos sociais para o STF, o tribunal com competência para interpretar, quando motivado, a letra da lei. A Constituição ainda abriu as portas do tribunal para que partidos políticos e organização da sociedade civil questionasse, por meio das "ações diretas de inconstitucionalidade", a constitucionalidade das leis, antes prerrogativa do procurador-geral da República – demissível pelo presidente. Ou seja, a Constituição alçou o Supremo à última arena das disputas políticas do país, uma Corte muito diferente do tribunal que os anos de ditadura militar apequenaram.

As transformações não ocorreram de forma linear, nem decorreram apenas da nova Constituição. O Congresso aprovou leis que, ao reformarem o controle de constitucionalidade, aumentaram o poder de fogo do tribunal. Foram também os parlamentares que começaram a levar ao Supremo demandas pendentes no Congresso, ou usar o STF como campo de disputa política. Tudo isso em meio à corrosão progressiva da imagem do Executivo e do Legislativo.

Mas esse são fatores exógenos. E que devem ser somados às variáveis internas, como as preferências das composições do tribunal por mais ou menos ativismo, por autocontenção ou avanço na forma e no alcance de suas decisões, pela realocação do STF no equilíbrio entre os Poderes (...).

Esse é o histórico do STF, corte com poderes em teste, acusada por muitos de ativismo judicial e judicialização da política, de ter atravessado a praça dos três poderes e assumido competências do Congresso e do Executivo, enquanto outros, paralelamente, veem apenas uma instituição a procura do seu espaço no amadurecimento da democracia brasileira, se estabilizando diante de um desequilíbrio histórico em relação aos demais poderes, e, sobretudo, exercendo legítimas funções intrínsecas às cortes constitucionais: vanguardista, iluminista e contramajoritária.

3 | JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA, ATIVISMOS JUDICIAL E STF

Nos dias atuais, qualquer análise do Supremo Tribunal Federal trará a reboque os temas judicialização da política e ativismo judicial, com ênfase no avançar do Judiciário sobre a política, na perspectiva da tensão entre democracia e judicialização da megapolítica

⁹ Ibid., p. 510-520.

no Brasil.

O STF, no gozo do poder mais prestigiado pela opinião pública brasileira, *status* auferido por uma confiança pública geral de imparcialidade política, tem decidido sobre questões políticas e morais centrais do país, seja por autoconfiança da corte em poder resolver temas sensíveis através da lei, seja pelo uso escamoteado do prestígio do Poder Judiciário pelos demais poderes para fazer política, considerando a falta de confiança daqueles junto à sociedade.

O debate do tema não é apenas do público geral, é recorrente na sociedade científica, considerando que o comportamento da corte constitucional brasileira de adentrar na megapolítica, na identidade da nação, de esbulhar aquele núcleo mínimo de deferência aos demais poderes, provoca desalinhamentos profundos nos limites da separação dos poderes. Atinge a soberania popular, ao decidir entre os onze iluminados do STF a própria definição da nação em detrimento dos representantes eleitos diretamente pelo povo, nas arenas populares.

Faz-se premente a busca pelos motivos do apoio tácito que ocorre por parte dos atores políticos ao comportamento expansivo do Supremo Tribunal Federal, pois pode ser um sintoma de um sistema político disfuncional, transferência voluntária de responsabilidade ao Judiciário como parte de manobras políticas.

O STF, imprescindível para o arranjo democrático brasileiro, ao assumir tal postura pode descobrir ao final do processo que o agigantamento da instituição foi nefasto e que tomou um tamanho fora da base principiológica das teorias democráticas, ou seja, de difícil sustentabilidade, sendo o tombo inevitável e levando consigo, ao chão, a democracia no Brasil.

Ao tratar do Supremo Tribunal Federal é recorrente a discussão sobre o quantitativo de ativismo judicial praticado naquela corte, para alguns o fenômeno é recorrente provocando desequilíbrio entre os poderes, para outros não, o Judiciário tem apenas exercido, oportunamente, seu mister de leão de chácara da constituição, dos direitos fundamentais e do próprio regime democrático.

Pogrebinschi¹⁰ levanta a tese que seria pífio o quantitativo de ativismo judicial no STF considerando que o número de decisões naquele tribunal em controle de constitucionalidade que declaram a inconstitucionalidade ser baixo em relação às denegatórias, ou seja, para a autora, ao contrário do que se diz, o STF reforça a vontade majoritária representada no Congresso Nacional, isto porque ele vem confirmando a constitucionalidade das leis e atos normativos em 86,68% das ADIs e ADPFs.

Diante da pesquisa acima Streck lança a indagação: “O ativismo judicial existe ou é imaginação de alguns?” E finaliza fazendo a seguinte análise do estudo da autora supracitada:

10 POGREBINSCHI, Thamy. *Judicialização ou Representação? Política, direito e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, Konrad Adenauer e Ed. Campus, 2012, p. 11.

Dizer, por exemplo, que o STF reforça a vontade majoritária do Poder Legislativo pode ser um enunciado que sofre de anemia significativa. Será que, como sustenta, por exemplo, Thamy Pogrebinschi, 14% de ações consideradas procedentes de uma produção legislativa de 21 anos é efetivamente pouco? Qual é o critério para o “pouco” ou “muito”? Não quero jogar com esses dados. Mas não afirmaria, *tabula rasa*, que tais números representa(ri)am um reforço do Legislativo.

(...)

Por vezes, números enganam. E muito. Há pesquisas — e a mais detalhada, efetivamente, é a da brilhante Professora Thamy Pogrebinschi na obra citada — que apenas demonstram, por números, que, olhando os resultados dos julgamentos do STF, ele mais julga a favor do parlamento e do executivo do que contra. Mas, atenção: esses números escondem os demais julgamentos do STF. Mais do que isso, colocam uma cortina de fumaça sobre o imenso contingente de julgamentos ativistas dos Tribunais da República, que vão desde o simples descumprimento de direitos fundamentais (ativismo às avessas, pois não?) até decisões descontroladas fornecendo xampu para calvos. Ou seja, o que é isto, o ativismo? O que é isto, a judicialização? ¹¹

É conveniente trazer que a recorrente judicialização debatida em âmbito do Supremo Tribunal Federal é decorrente do modelo de Constituição extensiva e do sistema de controle de constitucionalidade abrangente que passou a vigorar no país a partir da redemocratização em 1988, que permitiu demandas com cerne político e moral fossem trazidas ao Poder Judiciário sob a forma de ações judiciais, enquanto, o ativismo judicial, por sua vez, expressa uma postura do intérprete, um modo proativo e expansivo de praticar a hermenêutica constitucional, indo além, e outras vezes, até diverso do legislador.

4 | BREVE DISCUSSÃO QUANTO À SEPARAÇÃO DOS PODERES

Em regra, nos debates, estudos, pesquisas sobre ativismo judicial e judicialização da política, alega-se recorrentemente a questão do quanto os fenômenos atingem a separação dos poderes, e sem pretensão de ser exceção por aqui, discutiremos brevemente do potencial do ativismo e da judicialização em desequilibrar a citada teoria.

A separação dos poderes possui como cerne a limitação do poder estatal feita através da fórmula de freios e contrapesos, vigia recíproca exercida por um poder em relação ao outro.

O instituto como é de conhecimento comum ganhou notoriedade com Montesquieu em sua obra o Espírito das Leis. O autor sabia que o poder praticamente ilimitado do rei era algo conclusivamente incômodo para uma sociedade aspirante a maiores níveis de desenvolvimento e principalmente de liberdade e, nesta linha conceitual, projetou a repartição desse poder político como forma de se conceber uma nova estrutura política, bem como social. Ou seja, a teoria busca evitar o arbítrio e limitar os poderes. ¹²

¹¹ STRECK, Lenio Luiz. O ativismo judicial existe ou é imaginação de alguns? Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2013-jun-13/senso-incomum-ativismo-existe-ou-imaginacao-alguns>>. Acesso em 01/07/2021.

¹² MINHOTO, Antonio Celso Baeta. Ativismo judicial em foco: o Supremo Tribunal Federal na busca do equilíbrio entre

Continua Celso Baeta Minhoto:

O âmago da necessidade de tal separação, portanto, não está exatamente na avaliação estrita e rigorosa do desempenho das funções tidas como típicas de cada poder estatal. Nem mesmo na observação detida dos limites de cada poder na articulação de suas ações peculiares ou próprias, mas, com muito mais força, no equilíbrio e no convívio harmônico entre tais poderes.¹³

Os recortes acima mostram um poder estatal único, com suas funções tripartidas conforme a teoria da separação dos poderes, na fuga do arbítrio e para limitá-lo. Logo, esses ruídos frequentes de que qualquer choque entre os poderes são possíveis ameaças à harmonia, não são reais, senão vejamos: imaginem um poder uno, dividido em três partes que passam a orbitar em um campo de energia. Oriundos de um todo, esses poderes sempre guardarão lembranças que os levam ao encaixe de outrora, como imãs, no entanto, a busca é ininterrupta por um posicionamento independente, sem encaixe, e mais, precisam gravitar neste campo em harmonia, evitando que o movimento desordenado de um poder empurre outro para fora deste espaço.

A metáfora é para explicar que as funções/poderes não possuem limites rígidos, e que os choques e a proximidade são quase inevitáveis, logo, apenas os movimentos mais bruscos de um poder, com força suficiente para empurrar um outro para fora do campo de energia, e não qualquer embate, deve ser classificado como ameaça à separação e à harmonia entre os poderes, ou seja, os pequenos toques ou sutis hostilidades de um chefe de poder para com outro são apenas as engrenagens de freios e contrapesos em pleno funcionamento, no contexto contemporâneo de um Estado Democrático de Direito, sendo desarrazoado classificar qualquer contenda do Poder Judiciário com os demais poderes como ameaça à Democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Salta aos olhos da sociedade brasileira a vultosa quantidade de decisões oriundas do STF nas quais a corte faz uso do ativismo judicial, em algumas, busca ampliar o limite da jurisdição constitucional, em outras, faz uso da hermenêutica criativa com a qual o poder inovador do intérprete judicial chega a um nível praticamente normativo, além das decisões concretizadoras de políticas públicas, e, por último, o colegiado chega até à política pura.

Paralelamente às decisões do STF que fizeram uso de todas as dimensões do ativismo judicial e no bater de martelo da corte em questões de política judicializada, surge o debate sobre possível tensão deste comportamento do STF e a democracia brasileira. Diante da tensão, apresentam-se as justificativas para a atual posição do colegiado no cenário jurídico-político-social do país: reflexo do perfil da constituição vigente; o

inclusão social e respeito ao livre mercado. Revista Jurídica da Presidência. Brasília, v.17, n. 113, out - 2015 / jan - 2016, p. 629-656. Disponível em: <<https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/1175>>. Acesso em 01/07/2021, p.633.
13 Ibid., p.635.

Judiciário, e em especial o Supremo Tribunal Federal, é o guardião da Constituição e, em nome dos direitos fundamentais e da própria democracia, deve preservá-la, inclusive em face dos outros poderes; ao último intérprete da constituição, o STF, não é permitido omissão diante da inércia do Poder Legislativo e do Poder Executivo quanto a demandas de direitos fundamentais; numa sociedade complexa, plural, em que temas controvertidos ou relacionados a minorias são esquivados pela classe política, resta ao STF exercer uma função contramajoritária; diante da crise de representatividade, credibilidade, pela qual passam os demais poderes, em observação ao baixos níveis de popularidades dos ocupantes de cargos majoritários, cabe mais uma vez ao STF ocupar vácuos de poder; e, por fim, o pró-ativismo traz ainda que não há nenhum risco à separação dos poderes a prática do ativismo judicial e da judicialização da política, afinal, o poder é uno, o que há é a separação das funções. Assim, com suas petições recheadas dos fundamentos acima citados, diversos grupos da sociedade avançam ao Judiciário para realizar direitos e fazer política.

A linha argumentativa supra apresentada forma uma redoma de sensação de proteção para a sociedade, na qual a segurança de todos está a cargo do Super Poder Judiciário, no entanto, todos os argumentos que servem como base estrutural desta redoma quando afrontados com os conceitos de Estado Democrático de Direito, limites do Poder Judiciário, origem do poder, nos termos da CF/88 em seu Art. 1º § 1º - “Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido”, ela desmorona. Fica evidente que é um grande equívoco entregar a democracia brasileira apenas ao Judiciário, senão vejamos, esvaziar os poderes Executivos e Legislativo diante de crises de representatividade é tornar sem efeito a vontade popular, que é a origem de todo poder. Transformar o Judiciário em Super Poder é provocar insegurança democrática, pois apesar dos resultados das urnas, que devem ser o norte para o qual uma sociedade quer caminhar, quem decide numa Juristocracia é a suprema corte do país, poder distante dos resultados dos escrutínios gerais e populares. Criam-se rachaduras perigosas na própria democracia.

Há entendimento consolidado que a instituição STF traçada pela constituição cidadã guarda a função de depuração do sistema político brasileiro, no entanto, questiona-se o modo controvertido que a corte a exerce, conduzindo a sociedade a delegar o exercício da cidadania ao Poder Judiciário, os cidadãos deixam de se organizarem politicamente, optam por peticionar a procura de todo e qualquer valor inserto na constituição, e o Poder Judiciário envaidecido deixa de enxergar que o exercício da cidadania é indelegável, que seu dever enquanto vigilante da democracia é não deixar que a sociedade esqueça o quão é imprescindível a participação dela na política.

O STF, como representante último do Judiciário deveria insuflar os demais poderes a ocuparem seus respectivos espaços, se recusando a bater o martelo em demandas não alcançadas pela capacidade institucional judiciária, cujos efeitos sistêmicos quando decididas pelo Judiciário atinjam o equilíbrio entre os poderes e, principalmente, quando a

matéria tratada na demanda, um outro poder, órgão ou entidade teria melhor qualificação para decidir¹⁴, a autocomposição entre a sociedade e o poder afeto à demanda deveria ser a prioridade. No entanto, optou-se pelo exercício do ativismo judicial, prática evidenciada como uma exteriorização da vontade do julgador, postura que muitas vezes podem resultar respostas - aparentemente - justas e adequadas ao sentimento do ordenamento jurídico e das partes envolvidas, mas não se amolda no sentido democrático proposto pela Constituição, onde o que deve prevalecer é a primazia da lei, não havendo previsão legal para subjetividade ou ato de vontade, que podem sinalizar arbitrariedade.

A Supremocracia, expressão popularizada pelo cientista político Oscar Vilhena, usada para retratar a centralidade e a autoridade do STF como instituição sobre os demais poderes, é a mais perigosa forma de poder totalitário, primeiro porque chega escamoteada de todas aquelas fundamentações da linha pró ativismo judicial apresentadas acima, ou seja, de difícil identificação arbitrária, e, por ser o Judiciário o poder mais distante do voto popular, logo, com larga chance de falta de paralelismo com os anseios da sociedade.

Destarte, a tensão entre democracia e o controle judicial da política pelo STF, com o uso de soluções legais e constitucionais para dilemas essencialmente políticos, revela prejuízos profundos à separação dos poderes e à própria democracia, provocando um processo de transição para uma Juristocracia, já que tais questões deixam de ser decididas pela população e seus representantes eleitos e migraram para o crivo dos juízes, gerando decisões que afetam o âmago da sociedade dissociadas da vontade popular ou da cultura política de uma nação, com larga chance de serem descumpridas pela sociedade, além de provocar fissuras na relação povo-judiciário.

Observa-se no Supremo Tribunal Federal fortes sinais de sedimentação da identidade ativista, uma corte apresentando cotidianamente soluções para questões políticas judicializadas, protagonizando o cenário político apesar de ainda não ter exposto à sociedade os fundamentos teóricos e legais desta faceta exercida pelo tribunal de vértice, oportunidade na qual, inclusive, explicitaria os limites deste mister, mas, ao contrário, torna o assunto insular e distante do entendimento da maioria, parece não aceitar ser visto como político pela sociedade, senão vejamos, do que trata o alcinhado inquérito das *fake news*, ou “inquérito do fim do mundo” (INQ 4781), como afirmou o ministro Marco Aurélio em voto contrário à legalidade do procedimento investigatório, por reconhecer violação do sistema penal acusatório. O caso é emblemático para revelar o quanto falta à corte trato para lidar com os reflexos do uso da sua atribuição política, diante de críticas mais veementes esquece todos os votos já prolatados naquele plenário pela liberdade de expressão, escanteia o sistema penal acusatório sem qualquer cerimônia e deixa patente o quanto é incipiente e ainda atabalhoada a manipulação da função política da corte pelos ministros, a autocontenção é um sofisma, o STF é composto por homens tão suscetíveis aos vícios do poder quanto aos do Executivo e Legislativo.

¹⁴ BARROSO, op. cit., p.18.

REFERÊNCIAS

BALEEIRO, Aliomar. Supremo Tribunal Federal, esse outro desconhecido. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, Ativismo judicial e legitimidade democrática. Disponível em: <https://www.direitofranca.br/direitonovo/FKCEimagens/file/ArtigoBarroso_para_Selecao.pdf>. Acesso em 22/06/2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 01/07/2021.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ação Declaratória de Constitucionalidade 12 Distrito Federal. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=606840>>. Acesso em 01/07/2021.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Sessão em homenagem ao centenário de nascimento do Ministro Aliomar Baleeiro. 2005. p. 10-11. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacao/PublicacaoInstitucionalCentenarioNascime/anexo/Plaqueta_Centenario_Nascimento_AliomarBaleeiro_NOVACAPA.pdf>. Acesso em 01/07/2021.

MAGALHÃES, Pedro Naves. Ativismo Judicial e os reflexos no processo civil. Dissertação de mestrado em direito. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2014. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2137/tde-15122015-143227/pt-br.php>> Acesso em 01/07/2021.

MARSHALL; CUNHA, Luis Machado apud ALMEIDA, Vicente Paulo de. Ativismo Judicial, 2011. Trabalho Acadêmico. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/19512/ativismo-judicial/1>>. Acesso em 01/07/2021.

MINHOTO, Antonio Celso Baeta. Ativismo judicial em foco: o Supremo Tribunal Federal na busca do equilíbrio entre inclusão social e respeito ao livre mercado. Revista Jurídica da Presidência. Brasília. v.17.n.113. out-2015/ jan-2016. p. 629-656. Disponível em: <<https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/1175>>. Acesso em 01/07/2021.

MINHOTO, Antonio Celso Baeta. O ativismo judicial em face do tenso e frágil equilíbrio entre inclusão social e livre iniciativa: o papel do Poder Judiciário na construção de políticas públicas e sua intervenção no domínio econômico. Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional. Curitiba, 2014, vol. 6, n. 10, Jan.-Jun. p. 167-184. Disponível em: <<http://www.abdconst.com.br/revista11/ativismoAntonio.pdf>>. Acesso em 01/07/2021.

NUNES, Leandro Lovato. A (I)Legitimidade do ativismo judicial praticado pelo STF: Uma reflexão à luz dos ditames de um Estado Democrático de Direito. 2013. 63 p. Monografia. Graduação em Direito. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS). Santa Maria/RS. Disponível em: <[https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2947/A%20\(I\)LEGITIMIDADE%20DO%20ATIVISMO%20JUDICIAL%20PRATICADO%20PELO%20STF.pdf](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2947/A%20(I)LEGITIMIDADE%20DO%20ATIVISMO%20JUDICIAL%20PRATICADO%20PELO%20STF.pdf)>. Acesso em 01/07/2021.

POGREBINSCHI, Thamy. Judicialização ou Representação? Política, direito e democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, Konrad Adenauer e Ed. Campus, 2012.

RECONDO, Felipe. Tanques e Togas - O STF e a Ditadura Militar. São Paulo: Companhia Das Letras, 2018.

RECONDO, Felipe; WEBER, Luiz. Os onze: o STF, seus bastidores e sua crise. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

STRECK, Lenio Luiz. Decisão Jurídica, [Entrevista concedida ao] Jornal Carta Forense, São Paulo, 3 out. 2013. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/entrevistas/decisao-juridica/12151>>. Acesso em: 01/07/2021.

STRECK, Lenio Luiz. O ativismo judicial existe ou é imaginação de alguns? Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2013-jun-13/senso-incomum-ativismo-existe-ou-imaginacao-alguns>>. Acesso em 01/07/2021.

STRECK, Lenio Luiz. Lenio Streck fala sobre hermenêutica e jurisdição em tempos de solipsismo. TV e Rádio Unisinos. 2017. (45m18s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PrSI9umZWRw&t=2082s>>. Acesso em 24/06/2021.

VALLE, Vanice Regina Lírio do (org.). Ativismo Jurisprudencial e o Supremo Tribunal. Laboratório de Análise Jurisprudencial do STF. Curitiba: Juruá. 2009.

A CARACTERIZAÇÃO DO MERO ABORRECIMENTO COMO UM CRITÉRIO PARA CONTER A INDÚSTRIA DOS DANOS MORAIS

Data de aceite: 01/04/2022

Juliano Ralo Monteiro

Doutor em Direito Civil pela Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo

Maria Auxiliadora Pinto de Lima

Graduanda de Direito da Universidade Federal
do Amazonas

RESUMO: Em breve análise sobre o tratamento direcionado a alguns casos de danos morais, se verificou que não existiam critérios objetivos para a configuração destes na seara cível, fato que poderia ocasionar quebra da isonomia e ameaça à segurança jurídica. Desta forma, se fez necessário a demonstração dos limites, sentido e alcance do mero aborrecimento para tentar tornar objetiva a delimitação dos danos morais. 2. Os objetivos da pesquisa foram: a) geral, verificar a possibilidade e viabilidade de serem definidos critérios objetivos para configuração do dano moral; e b) especificamente, verificar quais os padrões decisórios dos Tribunais para caracterização dos danos morais e se seria possível a utilização dos parâmetros trabalhistas de configuração de danos extrapatrimoniais, previstos no art. 223-G, incisos I a XII, da CLT, na determinação de danos morais cíveis. 3. O método adotado foi o dialético, que consiste na contraposição de informações para obter um panorama da aplicação do tema em análise. 4. O exame dos resultados finais demonstrou que a ausência de critérios objetivos para a configuração de danos morais tem gerado discrepâncias

jurisprudenciais, tendo em vista que, a fim de suprimir essa lacuna, cada um dos Tribunais está decidindo de acordo com critérios próprios. Ademais, demonstrou que, existe a possibilidade de serem utilizados critérios objetivos trabalhistas para auferir danos extrapatrimoniais na seara cível quando da configuração de danos morais, porém os Tribunais não o têm adotado.

PALAVRAS-CHAVE: Danos morais; Critérios objetivos dos danos morais; Mero aborrecimento e danos morais.

THE CHARACTERIZATION OF MERE ANGER AS A CRITERION TO CONTAIN THE MORAL DAMAGE INDUSTRY

ABSTRACT: In a brief analysis of the treatment directed to some cases of moral damages, it was found that there were no objective criteria for the configuration of these in the civil area, a fact that could cause a breach of isonomy and a threat to legal certainty. In this way, it was necessary to demonstrate the limits, meaning and scope of mere annoyance to try to make objective the delimitation of moral damages. 2. The research objectives were: a) general, to verify the possibility and feasibility of defining objective criteria for the configuration of moral damages; and b) specifically, to verify the decision-making standards of the Courts for characterizing moral damages and whether it would be possible to use the labor parameters for the configuration of off-balance sheet damages, provided for in art. 223-G, items I to XII, of the CLT, in the determination of civil moral damages. 3. The method adopted was the dialectic, which consists of comparing information to obtain an overview

of the application of the topic under analysis. 4. The examination of the final results showed that the absence of objective criteria for the configuration of moral damages has generated jurisprudential discrepancies, considering that, in order to eliminate this gap, each of the Courts is deciding according to its own criteria. In addition, it demonstrated that there is the possibility of using objective labor criteria to obtain off-balance sheet damages in the civil area when configuring moral damages, but the Courts have not adopted it.

KEYWORDS: Moral damages; Objective criteria for moral damages; Mere annoyance and moral damage.

1 | INTRODUÇÃO

Atualmente, não há presença de critérios objetivos para distinção entre mero aborrecimento e danos morais. Em decorrência dessa ausência, os Tribunais e órgãos do Poder Judiciário acabam por suprir essa demanda com analogia, costumes e princípios gerais do direito, conforme orientação da LINDB, dentre outros critérios estabelecidos pela jurisprudência e doutrina.

No entanto, a ausência destes requisitos objetivos pode gerar uma quebra na isonomia e da segurança jurídica, posto que para suprir a demanda de norma reguladora são utilizados critérios subjetivos, logo podem variar conforme o livre convencimento do juiz.

Com a ausência dos supramencionados, várias ações foram remetidas ao Judiciário com o intento de auferir danos morais por simples descumprimentos contratuais que não teriam condão de causar nada além de desconforto à parte, inflando, desta forma, a máquina judiciária de processos.

Em consequência aos fatos narrados, começaram a surgir decisões diferentes para casos semelhantes, como pode ser visto a seguir.

Cite-se como exemplo a ação movida no TJ-SP - Apelação Cível: AC 1004775-90.2017.8.26.0084 SP, pleiteando danos morais por vício de produto, envio de calçado de qualidade inferior, e que culminou em agravamento de quadro clínico da unha da parte autora, o qual restou improvido, pois, conforme palavras do próprio magistrado, contrariedade, desconforto, irritação ou aborrecimento não são capazes de configurar dano moral, sob pena de ocorrer banalização.

Em contrapartida, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul TJ-RS - Recurso Cível: 71006962534 RS julgou procedente o pedido de danos morais por vício de produto (colchão) que era diverso do solicitado, de qualidade inferior e foi entregue após o prazo, divergindo da decisão narrada anteriormente.

Desta forma, é nítida a necessidade do estabelecimento de critérios objetivos para consolidar a jurisprudência e assegurar maior segurança jurídica. A ausência dos referidos acarreta em risco de industrialização dos danos morais, além de insegurança às decisões proferidas.

Convém mencionar que, após análise bibliográfica e jurisprudencial, observa-se que vários tribunais do país tentaram obter meios de coibir o crescimento exacerbado de ações cujo teor tivesse o objetivo nítido de galgar indenizações. Um dos exemplos que chama a atenção é a súmula nº 75 do TJRJ, que enunciava que o simples descumprimento de dever legal, em princípio, não configura danos morais, salvo se houvesse alguma circunstância atentatória à dignidade da parte.

A referida súmula apenas firmava entendimento já consolidado em muitos outros tribunais relativo à configuração de mero aborrecimento, isto é, quando a infração contratual não constituir ato capaz de ensejar qualquer lesão a direito da personalidade não haveria danos morais, no entanto, a referida súmula foi cancelada e surgiu a preocupação sobre o efeito dessa ação na jurisprudência.

Todavia, o cancelamento da referida súmula não gerou o esperado efeito dominó. Sendo aplicado o mero dissabor até o presente momento em decisões onde o órgão julgador não vislumbra danos morais.

Por todo o exposto, se faz imprescindível demonstrar os limites, sentido e alcance do mero aborrecimento para tornar objetiva a forma de configuração dos danos morais, sendo esta a principal justificativa para o estudo do tema em apreço.

2 | OBJETIVOS

O presente estudo teve como objetivo geral, prioritariamente, verificar a possibilidade de serem estabelecidos critérios objetivos para configuração do dano moral, com fulcro em decisões cujo teor possam assegurar um padrão decisório isonômico e com segurança jurídica para situações semelhantes.

Além do exposto, se dedicou, especificamente, a verificar quais os padrões decisórios dos Tribunais para configuração de danos morais e se estes utilizam parâmetros fundamentados apenas em critérios subjetivos, como o livre convencimento do juiz, por exemplo, ou se há moldes com base em legislação positivada que podem servir de base para torna objetivos os critérios dos supra.

Ademais, se é possível a utilização dos critérios estabelecidos na CLT para auferir danos extrapatrimoniais analogamente na seara cível no julgamento de danos morais.

3 | METODOLOGIA

De forma objetiva, o presente estudo teve como fonte o uso de livros acadêmicos, artigos de algumas bases de dados, doutrina e legislações. Utilizou-se também a jurisprudência, tanto dos Tribunais quanto do STJ e STF. Após a reunião das fontes de pesquisa, as informações foram dispostas em contraposição em método dialético, para que da análise de autores e jurisprudência diversificada pudesse ser obtida a síntese sobre o

tema em apreço. As marcações realizadas nas citações foram realizadas por autoria desta pesquisadora.

4 | RESULTADO FINAL

A análise da maioria dos artigos acadêmicos referentes ao tema, da legislação, da jurisprudência do STJ, STF e dos Tribunais confirmam que não há critérios objetivos padronizados para a configuração do dano moral na seara cível, fato que torna possível a industrialização dos danos morais, no entanto existem critérios estabelecidos pela CLT para auferir danos extrapatrimoniais que se estudou se poderiam ser utilizados de forma análoga.

Pela citada inexistência na seara cível, cada órgão julgador, adotou critérios próprios para estabelecer se existe ou não danos morais.

As Turmas da Seção de Direito Privado do STJ, por exemplo, vêm adotando um critério bifásico para garantir o arbitramento equitativo da quantia indenizatória, sopesando tanto o interesse jurídico da parte lesada quanto às circunstâncias do caso, afim de minorar o julgamento apenas subjetivo, conforme pode-se auferir do julgamento do Recurso Especial 959780 /ES:

Ementa: RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MORTE. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. **CRITÉRIOS DE ARBITRAMENTO EQUITATIVO PELO JUIZ. MÉTODO BIFÁSICO. VALORIZAÇÃO DO INTERESSE JURÍDICO LESADO E DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO.** 1. Discussão restrita à quantificação da indenização por dano moral sofrido pelo esposo da vítima falecida em acidente de trânsito, que foi arbitrado pelo tribunal de origem em dez mil reais. 2. Dissídio jurisprudencial caracterizado com os precedentes das duas turmas integrantes da Segunda Seção do STJ. 3. **Elevação do valor da indenização por dano moral na linha dos precedentes desta Corte, considerando as duas etapas que devem ser percorridas para esse arbitramento.** 4. **Na primeira etapa, deve-se estabelecer um valor básico para a indenização, considerando o interesse jurídico lesado, com base em grupo de precedentes jurisprudenciais que apreciaram casos semelhantes.** 5. **Na segunda etapa, devem ser consideradas as circunstâncias do caso, para fixação definitiva do valor da indenização, atendendo a determinação legal de arbitramento equitativo pelo juiz.** 6. Aplicação analógica do enunciado normativo do parágrafo único do art. 953 do CC/2002. 7. Doutrina e jurisprudência acerca do tema. 8. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (Processo: REsp 959780 / ES, RECURSO ESPECIAL 2007/0055491-9, Relator(a) Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO (1144), Órgão Julgador: T3 - TERCEIRA TURMA, Data do Julgamento: 26/04/2011, Data da Publicação/Fonte: DJe 06/05/2011, RSTJ vol. 223 p. 322). (Destques dos pesquisadores).

Convém esclarecer que, apesar do supracitado REsp ser antigo (06/05/2011), o entendimento emanado dele é aplicado até os dias atuais pelo STJ, conforme jurisprudência que data de 26/06/2020:

Ementa: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. CANCELAMENTO DO CONTRATO NO PERÍODO DE REMISSÃO. ABUSIVIDADE. DANO MORAL VERIFICADO. SÚMULAS 5 E 7/STJ. 1. O Tribunal de origem assentou que o cancelamento do contrato de plano de saúde no período de remissão violou as cláusulas contratuais, revelando-se conduta abusiva, sobretudo por estarem as beneficiárias em tratamento médico. Desse modo, insindicação a conclusão do Tribunal por esta Corte Superior, ante os óbices das Súmulas 5 e 7/STJ. 2. (...) Informações Complementares à Ementa “[...] **o montante compensatório a título de dano moral deve ser fixado considerando o método bifásico, norteador do arbitramento equitativo exercido pelo juiz, o qual analisa o interesse jurídico lesado e as peculiaridades ocorridas no caso para a definição do valor**”. Referência Legislativa. LEG:FED SUM:***** ANO:**** ***** SUM(STJ) SÚMULA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA SUM:000005 SUM:000007 Jurisprudência Citada **(DANO MORAL - VALOR DA INDENIZAÇÃO - CRITÉRIOS DE ARBITRAMENTO - MÉTODO BIFÁSICO) STJ - REsp 959780-ES** (PLANO DE SAÚDE COLETIVO - CANCELAMENTO - ATO ABUSIVO DA ESTIPULANTE - DANO MORAL) STJ - AgInt no AREsp 1475736-PR, AgInt no AREsp 1457860-RJ. (Processo AgInt no AREsp 1562124/SP, AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2019/0236455-8, Relator(a) Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO (1144), Órgão Julgador, T3 - TERCEIRA TURMA, Data do Julgamento 22/06/2020, Data da Publicação/Fonte DJe 26/06/2020). (Destques dos pesquisadores).

Quanto aos artigos, houve tentativas de se estabelecer critérios objetivos para configuração de danos morais, conforme pode ser extraído da Revista de Informação Legislativa do Senado:

Ávio Brasil (1944, p. 103-115), em trabalho publicado no ano de 1944, após análise do direito brasileiro e também de alguns sistemas jurídicos estrangeiros, considera que o melhor método de valoração do dano moral é o arbitramento judicial. Então, apresenta **cinco regras que devem ser observadas pelo juiz no procedimento de fixação da indenização do dano moral**.

A primeira regra visa à **satisfação pecuniária da vítima**, contudo sem que ocorra o empobrecimento indevido do ofensor. O doutrinador em questão sustenta a aplicação dessa regra a todos os casos de arbitramento do dano moral. Cuida-se de impedir o enriquecimento ilícito, fundamento moral extraído da premissa de que ninguém poderá locupletar-se à custa de outrem. Esclarece que não é contra o enriquecimento da vítima, mas que tal ocorrência não signifique o empobrecimento injustificado do ofensor. O juiz deve calcular uma quantia que não seja irrisória, a ponto de agravar ou expor ainda mais ao ridículo a vítima, mas que represente uma compensação diante do que perdeu ou sofreu.

A segunda regra se refere à **necessidade de equilibrar o caso concreto às normas gerais**, considerando **três aspectos distintos**. O primeiro aspecto cinge-se à **curva de sensibilidade em relação**: a) à **vítima**; b) ao **homem normal**; c) ao **grau de educação da vítima**; d) aos **princípios religiosos da vítima**. O segundo aspecto leva em conta a **influência do meio**, avaliando a **repercussão pública da ofensa** e a **posição social da vítima**. O último aspecto considera se houve **lesão à honra ou se o fato constitui-**

se em simples emotividade pessoal. Argumenta, nesse passo, quanto à impossibilidade de encontrar um valor que corresponda com exatidão ao dano moral, mas que são aceitáveis todos os critérios, sejam subjetivos ou objetivos, que conduzam à manutenção do princípio racional do *neminem laedere*. A terceira regra determina que deverá ser considerada a **espécie do fato**, ou seja, **se é de ordem puramente civil, comercial ou penal**. O autor citado arrola várias circunstâncias objetivas, entre elas a idade, sexo, grau educacional e de inteligência da criança (vítima), no caso de morte em tenra idade; número de filhos dos autores da ação; se a pretensão é vertida em juízo por ambos os pais ou se por apenas um deles; e a condição econômica dos pais. Indaga-se, ainda, se o fato também constitui crime ou contravenção; se o mesmo é afiançável ou não, observando-se a pena mínima e máxima; se houve consumação ou apenas tentativa; se houve dolo ou culpa; e se há circunstâncias agravantes ou atenuantes.

A quarta regra dispõe que a **extensão da repercussão pública seja em triplo à repercussão da notícia que resultou o dano**. Sustenta que é possível adotar, nos casos de reparação dos danos morais, o critério da pena-base utilizado pelo Código Penal.

A última regra versa sobre a **constatação, nos casos de simples acidente, se, além do prejuízo físico da perda do órgão ou membro, há prejuízo de ordem estética, levando em conta, entre outros fatores, se ocorre diminuição da capacidade laboral da vítima e que o valor do dano estético deve ser encontrado mediante análise da condição social da vítima**. (Destques dos pesquisadores).

Entretanto, tais critérios culminaram por serem estudados de forma isolada e sem uma lei que os positivasse.

Além do exposto, houve uma tentativa de estipulação de critérios objetivos para configuração de danos morais através da Lei de Imprensa, conforme dispunha:

Art. 53. **No arbitramento da indenização em reparação do dano moral, o juiz terá em conta, notadamente:**

I - A intensidade do sofrimento do ofendido, a gravidade, a natureza e repercussão da ofensa e a posição social e política do ofendido;

II - A intensidade do dolo ou o grau da culpa do responsável, sua situação econômica e sua condenação anterior em ação criminal ou cível fundada em abuso no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação;

III - A retratação espontânea e cabal, antes da propositura da ação penal ou cível, a publicação ou transmissão da resposta ou pedido de retificação, nos prazos previstos na lei e independentemente de intervenção judicial, e a extensão da reparação por esse meio obtida pelo ofendido.

Todavia, a referida lei não foi recepcionada pela Constituição de 1988, sendo declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em análise da ADPF 130.

Ademais, alguns pesquisadores mostraram-se completamente aversos à possibilidade de se estabelecer tais critérios para tanto, sendo criada, inclusive, uma teoria denominada de Desvio Produtivo de autoria do Dr. Marcos Dessaune, segundo a qual

todo o tempo despendido para a solução de um conflito gerado por uma má prestação de produto ou serviço é considerado dano moral que deve ser indenizado.

Contudo, ratificar o entendimento da Teoria do Desvio Produtivo poderia ter consequências desastrosas ao Judiciário, com indenizações distribuídas de forma arbitrária, podendo ocasionar em enriquecimento ilícito e perda da natureza da sanção.

O STF, reconhecendo que a ausência de critérios de cunho objetivo para verificar a ocorrência de danos morais tem o condão de causar violação de princípios e direitos, lança mão de alguns recursos, conforme Julgamento de Recurso Extraordinário com Agravo ARE 1172628 / ES - ESPÍRITO SANTO de 14 de novembro de 2018:

PLANO DE DESLIGAMENTO FUNDAMENTADO EM IDADE. DISCRIMINAÇÃO ETÁRIA. DANO MORAL. "QUANTUM" INDENIZATÓRIO. **Inexistem critérios objetivos para aferição do dano moral, devendo ser analisadas as particularidades do caso concreto a fim de se exercer um juízo de equidade,** pelo qual o órgão julgador deve exercitar as qualidades inerentes à sua função: sensatez, equanimidade, ponderação, imparcialidade. **A lacuna legislativa na seara laboral quanto aos critérios para fixação leva o julgador a lançar mão do princípio da razoabilidade, cujo corolário é o princípio da proporcionalidade, pelo qual se estabelece a relação de equivalência entre a gravidade da lesão e o valor monetário da indenização imposta, de modo que possa propiciar a certeza de que o ato ofensor não fique impune e servir de desestímulo a práticas inadequadas aos parâmetros da lei.** É oportuno registrar que a jurisprudência desta Corte vem se direcionando no sentido de rever o valor fixado nas instâncias ordinárias a título de indenização apenas para reprimir valores estratosféricos ou excessivamente módicos. Nessa linha de entendimento, releva notar que, pelo princípio da razoabilidade, os comandos resultantes das normas jurídicas devem ser interpretados segundo critério que pondere o adequado equilíbrio entre meios e fins a elas vinculados, de acordo com um juízo de verossimilhança, sensatez e ponderação.

(Destaques dos pesquisadores).

Além da análise dos entendimentos firmados pelos Tribunais Superiores, dos artigos relacionados e das tentativas para positivar os critérios objetivos, para melhor análise da situação quanto aos requisitos para configuração dos danos morais, se vislumbrou a necessidade de verificar quais os parâmetros adotados por cada Tribunal Regional Federal para verificar a ocorrência ou não de danos extrapatrimoniais.

Assim, para o TRF1, conforme foi visto, os critérios para a aferição de dano moral decorrem de critérios subjetivos intrínsecos à parte lesada, sem os quais não há que se falar em danos extrapatrimoniais cíveis. Nesse sentido:

TRF1

PROCESSUAL CIVIL, CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA. SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO. PAGAMENTO DECORRENTE DE ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. ART. 184, I, LEI 1.711/52. INDEVIDA PARAMETRIZAÇÃO. REPOSIÇÃO AO ERÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. RECEBIMENTO DE BOA-FÉ. SUSPENSÃO DE DESCONTO. DEVOLUÇÃO

DOS VALORES DESCONTADOS. VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL AFASTADA. HONORÁRIOS FIXADOS CONFORME CRITÉRIOS LEGAIS. DANO MORAL NÃO CARACTERIZADO. SENTENÇA MANTIDA. HONORÁRIOS. DIREITO INTERTEMPORAL. TEORIA DO ISOLAMENTO DOS ATOS PROCESSUAIS. TEMPUS REGIT ACTUM. INCIDÊNCIA DO CPC/1973. (...) 6. **Para se caracterizar o dano moral é preciso estar-se diante de situação que exorbite o patamar do socialmente aceitável. Nessa linha de princípio, só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar.** o que não restou caracterizado. A parte autora não narrou, tampouco comprovou, abalos extraordinários à sua esfera extrapatrimonial que pudessem ensejar a caracterização de prejuízo moral. Trata-se, na verdade, de mero dissabor, oportunamente remediado. A conduta da ré decorre de um juízo da autoridade, sendo inerente à atividade administrativa, crendo estar observando a lei (art. 46 da Lei 8.112/90) e não direcionada à produção de qualquer prejuízo extrapatrimoniais à parte autora. (...) (AC 0038468-07.2006.4.01.3800, JUIZ FEDERAL WAGNER MOTA ALVES DE SOUZA, TRF1 - PRIMEIRA TURMA, e-DJF1 17/08/2016 PAG.) (Destques dos pesquisadores).

Ao compulsar a jurisprudência do TRF2, foi possível verificar que, em regra, quase não são utilizados critérios objetivos pré-estabelecidos para a configuração de danos morais, sendo apreciado caso a caso se é cabível ou não subjetivamente. Nesse sentido:

TRF2

Ementa: ADMINISTRATIVO - MILITAR - RESPONSABILIDADE CIVIL - DANOS MORAIS - ÓBITO EM UNIDADE MILITAR- FILHO MENOR - NEXO CAUSAL E CULPA CONFIGURADOS - PENSÃO - INDEMONSTRDO QUE A VÍTIMA FOSSE ORIUNDA DE FAMÍLIA DE BAIXA RENDA. Trata-se de remessa necessária e de recurso de apelação interposto pela UNIÃO FEDERAL, nos autos da ação ordinária, ajuizada por GRASIELE NASCIMENTO DA SILVA, objetivando :” (...). **-Quanto a indenização do dano moral, diversamente do que se verifica em relação ao dano material, não visa a recompor a situação jurídico-patrimonial do lesado, mas sim à definição de valor adequado, em razão de alguma das violações às dimensões da dignidade da pessoa humana, como a liberdade, a integridade físico-psíquica, a solidariedade, a isonomia, pois o fim não é tornar insubsistente os efeitos da lesão, mas compensar os danos, que no caso são profundos com a morte de um filho menor de idade, constatando, assim o abalo moral. -Na espécie, a indenização a esse título deve ser fixada em termos razoáveis, não se justificando que a reparação venha a constituir-se em enriquecimento indevido, com manifestos abusos e exageros, devendo o arbitramento operar-se com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa e ao porte econômico das partes, orientando-se o Juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e bom senso, atento à realidade da vida, notadamente à situação econômica atual e às peculiaridades 2 de cada caso. A fixação do valor pertinente deve atender, dentre outros critérios, o caráter preventivo, punitivo, pedagógico, e compensatório, orientados pelo princípio do devido processo legal substantivo. -Assim sendo, atento que a fixação do valor do dano moral tem duplo conteúdo, de sanção e**

compensação, entendo ser o valor arbitrado proporcional ao caso, razão pela qual mantenho o mesmo no patamar fixado - R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) (...). (TRF4, AC nº 2006.71.03.002270-3/RS, Relator Valdemar Capeletti, Public. 03/03/2009). –(...) (0028175-20.2009.4.02.5101 (TRF2 2009.51.01.028175-8) Órgão julgador: 6ª TURMA ESPECIALIZADA, Data de decisão: 06/03/2020, Data de disponibilização: 10/03/2020, Relator: POUL ERIK DYRLUND).

Ementa: DIREITO CIVIL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. RODOVIA FEDERAL. OBRAS E DESNÍVEL NA PISTA. AUSÊNCIA DE SINALIZAÇÃO. OMISSÃO DO DNIT COMPROVADA. DENUNCIÇÃO DA LIDE. PRECLUSÃO. DANO MORAL E MATERIAL. REDUÇÃO. PENSÃO MENSAL. NÃO CABIMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA. IPCA-E. 1. (...) 5. **Considerando a condição socioeconômica das vítimas** (porteiro, 49 anos; do lar, 45 anos e estudante, 19 anos), as **circunstâncias do fato**, sob o enfoque dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, o quantum indenizatório deve ser reduzido para R\$ 70mil para cada um (R\$ 20mil em razão do acidente e R\$ 50mil pelo óbito do filho/irmão). 6. (...) (002475-75.2014.4.02.5001 (TRF2 2014.50.01.002475-5) Classe: Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho, Órgão julgador: 7ª TURMA ESPECIALIZADA, Data de decisão: 06/03/2020, Data de disponibilização: 12/03/2020, Relator: NIZETE LOBATO CARMO).

Salienta-se ainda que, o uso do Instituto do mero aborrecimento é aplicado de forma recorrente, logo, pelo menos no egrégio Tribunal, não houve o efeito dominó esperado com o cancelamento da súmula 75 do TJRJ nem mesmo no Rio de Janeiro, consoante jurisprudências do TRF2, ambas de abril do ano corrente, e do TJRJ, fevereiro de 2020, logo posteriores ao evento:

Ementa: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CADASTRAMENTO DE MESMO NÚMERO DO PIS PARA PESSOAS DISTINTAS. CEF. INSS. LEGITIMIDADE. RETIFICAÇÃO DE DADOS. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. DESPROVIDA. APELAÇÃO DO AUTOR E DO INSS DESPROVIDAS. APELAÇÃO DA CEF PARCIALMENTE PROVIDA. 1. (...) 4. Descabido o pagamento de indenização por danos morais, devendo ser reformada a 1 Sentença. **Embora trate-se de evidente transtorno causado ao Autor, é caso de mero dissabor, não chegando a causar dano moral passível de ser indenizado, cujo ônus da prova lhe pertencia e não foi demonstrado**, nos termos do art. 373, I, do CPC/15. 5. Apelação do Autor e do INSS conhecidas e desprovidas. Apelação da CEF conhecida e parcialmente providas. Honorários fixados na Sentença mantidos, ante a sucumbência mínima. Honorários Recursais pelo Autor e pelo INSS, de 1% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15. (Processo: 0025872-33.2009.4.02.5101 (TRF2 2009.51.01.025872-4) Classe: Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho, Órgão julgador: 8ª TURMA ESPECIALIZADA, Data de decisão: 17/04/2020, Data de disponibilização: 22/04/2020, Relator: GUILHERME DIFENTHAELER).

Ementa: ADMINISTRATIVO. MILITAR. REFORMA. ESQUIZOFRENIA AUXÍLIO-INVALIDEZ INDEVIDO. DANOS MORAIS INDEVIDOS. 1. (...) 4. Quanto aos danos morais, entendo incabíveis no caso. Isso porque não ficou demonstrada a ocorrência de qualquer lesão a direito da personalidade da parte autora. De salientar, ainda, que **o mero aborrecimento não causa dano moral**. Ficam afastados os danos morais. 5. (...).

(0001925-13.2010.4.02.5101 (TRF2 2010.51.01.001925-2) Classe: Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho, Órgão julgador: 8ª TURMA ESPECIALIZADA, Data de decisão 17/04/2020, Data de disponibilização: 24/04/2020, Relator: MARCELO DA FONSECA GUERREIRO).

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RELAÇÃO DE CONSUMO. AUSÊNCIA DE DANO MORAL. MERO ABORRECIMENTO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. 1. (...) 3. **Inexistência de dano moral. A conduta irregular do réu, por si só, não é apta a gerar dano moral. Os dissabores experimentados pela autora não acarretaram lesão à direito da personalidade, caracterizando-se como mero aborrecimento cotidiano.** 4. Manutenção da sentença de improcedência. NEGATIVA DE PROVIMENTO AO RECURSO. Conclusões: "Por unanimidade, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Des. Relator." (Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Câmaras Cíveis, Vigésima Câmara Cível, Dgjur - Secretaria da 20ª Câmara Cível, Conclusões de Acórdão, 029. APELAÇÃO 0028482-12.2017.8.19.0210).

(Destaques dos pesquisadores).

Em contrapartida aos TRF1 e TRF2, o TRF3 tentou estabelecer padrões que possuem mais objetividade de julgamento para verificar a ocorrência ou não de danos extrapatrimoniais, conforme nítido na seguinte jurisprudência:

TRF3

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS DE INADIMPLENTES. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. ARBITRAMENTO. CRITÉRIOS DE RAZOABILIDADE. MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. A matéria devolvida a este Tribunal diz respeito à indenização por danos morais devida pelo banco réu ao autor em razão da inscrição de seu nome nos cadastros de inadimplentes. 2. É firme a orientação jurisprudencial no sentido de que a **fixação do valor da condenação por dano moral, deve o julgador atender a certos critérios, tais como nível cultural do causador do dano; condição sócio-econômica do ofensor e do ofendido; intensidade do dolo ou grau da culpa (se for o caso) do autor da ofensa; efeitos do dano no psiquismo do ofendido e as repercussões do fato na comunidade em que vive a vítima**. 3. (...) 6. Nesse sentir, o montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) se mostra mais adequado para **dissuadir** a CEF da **prática de novo fato antijurídico** e, por outro lado, para **propiciar uma compensação ao ofendido a fim de mitigar os aborrecimentos e transtornos suportados pela parte Autora**. 4. Apelação parcialmente provida. (Processo Ap - APELAÇÃO CÍVEL - 2101211/SP 0006467-03.2014.4.03.6105, Relator(a) DESEMBARGADOR FEDERAL WILSON ZAUHY, Órgão Julgador PRIMEIRA TURMA, Data do Julgamento 29/01/2019, Data da Publicação/Fonte e-DJF3 Judicial 1 DATA:05/02/2019).

(Destaques dos pesquisadores).

Quanto ao TRF4, verifica-se que também houve uma tentativa por parte deste em estabelecer critérios mais objetivos para aferir danos morais, consoante:

TRF4

Ementa: ADMINISTRATIVO. DUPLICATA MERCANTIL. NULIDADE. AUSÊNCIA DE ACEITE E DE NEGÓCIO JURÍDICO SUBJACENTE. DANO MORAL CONFIGURADO. INDENIZAÇÃO. CRITÉRIOS DE ARBITRAMENTO. 1. (...) 3. O protesto indevido de título de crédito enseja indenização por danos morais, sendo dispensável a prova do prejuízo. 4. **O arbitramento do valor da indenização pelo dano moral é ato complexo para o julgador que deve sopesar, dentre outras variantes, a extensão do dano, a condição socioeconômica dos envolvidos, a razoabilidade, a proporcionalidade, a repercussão entre terceiros, o caráter pedagógico/punitivo da indenização e a impossibilidade de se constituir em fonte de enriquecimento indevido.** (Classe: AC - APELAÇÃO CIVEL, Processo: 5005956-57.2015.4.04.7009, UF: PR, Data da Decisão: 04/04/2019, Órgão Julgador: TERCEIRA TURMA.).

No que tange ao TRF5, o egrégio Tribunal adotou critérios exclusivamente subjetivos para aferir danos extrapatrimoniais, conforme se pode verificar:

TRF5

EMENTA: PROCESSO CIVIL. CIVIL. REPARAÇÃO. DANO MORAL. FALSIFICAÇÃO GROSSEIRA DE ASSINATURA APOSTA EM CONTRATO DE FIANÇA BANCÁRIA. PERÍCIA. CONDUTA ILÍCITA DE SÓCIO QUE ASSINOU NO CONTRATO. NEGLIGÊNCIA BANCÁRIA. FALHA DO SERVIÇO PRESTADO. CONFIGURAÇÃO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. FIXAÇÃO DENTRO DOS CRITÉRIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. 1. (...) 3. **Para a caracterização do dano moral, cabe averiguar a ocorrência de perturbação nas relações psíquicas, nos sentimentos, nos afetos e na tranquilidade de uma pessoa, em decorrência do ato cometido por terceiro, resultando em afronta ao direito do bem estar emocional, afetivo e psicológico, que importa em diminuição do gozo destes bens, o que leva ao dever de indenizar.** (...) 5. O **valor da indenização** deve ser lastreado em dois **parâmetros** básicos, quais sejam, a **repressão da conduta ilícita do agente** (o caráter pedagógico) e a devida **compensação pelo sofrimento causado à vítima do ato lesivo**. Assim, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) fixado a título de indenização por danos morais encontra-se em patamar razoável e proporcional ao dano causado, sobretudo se for levado em conta o considerável tempo que o nome figurou ilicitamente como fiadora em contrato. (...) 7. Apelação provida para condenar as Recorridas ao pagamento de danos morais no importe de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), bem como honorários advocatícios no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), *pro rata*. (ACÓRDÃO - AC - Apelação Cível - 576216, Origem: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 5ª REGIÃO, Classe: AC - Apelação Cível - 576216, Número do Processo: 00015082320124058200, Data do Julgamento: 18/02/2016, Órgão Julgador: Terceira Turma, Relator: Desembargador Federal Carlos Rebêlo Júnior).

Desta forma, é de clareza solar que, apesar de controversas às opiniões sobre a estipulação de critérios objetivos para a configuração de danos morais, atualmente se faz imprescindível estudar com cautela essa possibilidade, posto a ausência desses acarretar em danos à isonomia e a segurança jurídica, conforme nítido nas decisões do STJ, STF e dos Tribunais.

Por todo o exposto convém informar que, a análise dos resultados finais demonstrou

que, a ausência de critérios objetivos para a configuração de danos morais tem gerado discrepâncias jurisprudenciais, tendo em vista que, a fim de suprimir essa lacuna, cada um dos Tribunais está decidindo de acordo com critérios próprios.

O STF estabelece a relação de equivalência entre a gravidade da lesão e o valor monetário da indenização imposta, de modo que possa propiciar a certeza de que o ato ofensor não fique impune e sirva de desestímulo a práticas inadequadas aos parâmetros da lei.

As Turmas da Seção de Direito Privado do STJ vêm adotando um critério bifásico para garantir o arbitramento equitativo da quantia indenizatória, sopesando tanto o interesse jurídico da parte lesada quanto às circunstâncias do caso, afim de minorar o julgamento apenas subjetivo.

Quanto aos Tribunais, tanto Regionais Federais quanto Estaduais, adotam critérios dissonantes entre si, sendo definidos requisitos mais rigorosos em alguns e flexíveis ou semi-flexíveis em outros, ou, ainda, inexistentes.

E, tendo em vista, todo o contexto que atualmente envolve o tema da pesquisa em apreço, verificou-se que existe na legislação parâmetros para o estabelecimento de danos extrapatrimoniais, porém não são utilizados na seara cível.

Com o advento da Lei Nº 13.467 de 2017 que alterou a CLT, foram estabelecidos critérios objetivos para auferir os danos extrapatrimoniais, sendo a previsão expressa realizada no Art. 223-G, conforme:

Art. 223-G. Ao apreciar o pedido, o juízo considerará:

- I - a **natureza do bem jurídico tutelado**;
- II - a **intensidade do sofrimento ou da humilhação**;
- III - a **possibilidade de superação física ou psicológica**;
- IV - os **reflexos pessoais e sociais da ação ou da omissão**;
- V - a **extensão e a duração dos efeitos da ofensa**;
- VI - as **condições em que ocorreu a ofensa ou o prejuízo moral**;
- VII - o **grau de dolo ou culpa**;
- VIII - a **ocorrência de retratação espontânea**;
- IX - o **esforço efetivo para minimizar a ofensa**;
- X - o **perdão, tácito ou expresso**;
- XI - a **situação social e econômica das partes envolvidas**;
- XII - o **grau de publicidade da ofensa**.

Apesar do Código Civil não ter estabelecido critérios objetivos para a estipulação de danos morais, através da Teoria do Diálogo das Fontes, segundo a qual, nas palavras de Carlos Alexandre Moraes¹, “uma norma jurídica não excluiria a aplicação da outra, como

¹ MORAES, Carlos Alexandre. A Aplicação da Teoria do Diálogo das Fontes no Direito do Consumidor Brasileiro. <http://>

acontece com a adoção dos critérios clássicos para solução dos conflitos de normas” poderia haver uma comunicação entre o direito civil e a legislação trabalhista a fim de suprir essa lacuna.

Tendo em vista a nítida necessidade de serem estabelecidos critérios objetivos para a configuração de danos morais e a eficácia do disposto no art. 223-G, incisos I-XII, na seara trabalhista para a configuração de danos extrapatrimoniais, com base na Teoria do Diálogo das Fontes, o presente estudo vislumbrou a possibilidade de “emprestar” os referidos requisitos para auferir os referidos danos em âmbito cível.

Por fim, se faz imprescindível pontuar que, mesmo que haja a adoção dos critérios estabelecidos pela CLT, pode haver uma flexibilidade quanto a necessidade de afastamento de determinado critério para melhor adequação ao caso concreto, desde que devidamente fundamentado, em respeito aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, isonomia e motivação das decisões judiciais.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Código Civil, LEI Nº 10.406, Brasília, 13 de julho de 2017, publicado no D.O.U. de 14.7.2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm. Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. Código de Processo Civil, LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015, publicado no DOU de 17.3.2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm.

BRASIL. Código de Processo Civil, LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973, publicado no DOU de 17.1.1973 e republicado em 27.7.2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5869impressao.htm.

BRASIL. Consolidação das Leis Trabalhistas, LEI Nº 13.467, Brasília, 10 de janeiro de 2002, publicado no D.O.U. de 11.1.2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm.

BRASIL. Constituição (1988), CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2020.

BRASIL. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro – LINDB, DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942, publicado no DOU de 9.9.1942, retificado em 8.10.1942 e retificado em 17.6.1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657compilado.htm. Acesso em: 6 jan. 2020.

DIAS, Luciano Souto. Apontamentos sobre o dano moral e o mero dissabor. Disponível em: <https://www.unifeg.edu.br/revista/artigos-docentes/2015/Luciano_Souto_Dias_pontamentos_sobre_o_dano_moral_e_o_mero_dissabor.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2019.

Ministro Carlos Ayres Britto vota pela extinção total da Lei de Imprensa. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=105656&caixaBusca=N>.

genjuridico.com.br/2018/05/23/a-aplicacao-da-teoria-do-dialogo-das-fontes-no-direito-do-consumidor-brasileiro/

PESSOA, Janice; BERBICZ, Rafael Baggio. DANO MORAL: **INEXISTÊNCIA DE CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO**. Revista Jurídica Uniandrade – nº 22 – vol. 01 - 2015 Página 352. Disponível em: <https://www.uniandrade.br/revistauniandrade/index.php/juridica/article/view/221/154>.

PISKE, Oriana. Proporcionalidade e Razoabilidade: Critérios de Intelecção e Aplicação do Direito - Juíza Oriana Piske. Portal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/artigos-discursos-e-entrevistas/artigos/2011/proporcionalidade-e-razoabilidade-criterios-de-inteleccao-e-aplicacao-do-direito-juiza-oriana-piske>

PRADO, Sergio Malta. Da teoria do diálogo das fontes. Portal Migalhas. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/171735/da-teoria-do-dialogo-das-fontes>. Acesso em: 19 fev. 2020.

Schonblum, Paulo Maximilian W. M. Efeitos do cancelamento da súmula sobre “mero aborrecimento” do TJ-RJ. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-dez-20/paulo-maximilian-efeitos-cancelamento-sumula-75-tj-rj>. Acesso em: 17 jan. 2020.

SILVA, Marina Domingos da. Inadimplemento contratual: **análise da jurisprudência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina entre 2011 e 2016, sobre a caracterização do dano moral ante o princípio in re ipsa e a configuração do mero aborrecimento**. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/5103>. Acesso em: 20 jan. 2020.

STIBAL, Joicy Lima Mota. Atrasos salariais dos servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro: **análise crítica: mero aborrecimento para quem?** Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/8371>. Acesso em: 07 jan. 2020.

Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário com Agravo ARE 1172628 / ES - ESPÍRITO SANTO** de 14 de novembro de 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listar-Jurisprudencia.asp?s1=%28%28CRIT%C9RIOS+OBJETIVOS+PARA+CONFIGURA%C7%C3O+-DE+DANOS+MORAIS%29%29+NAO+S%2EPRES%2E&base=baseMonocraticas&url=http://tinyurl.com/udz3mvp>.

Supremo Tribunal Federal. Supremo julga Lei de Imprensa incompatível com a Constituição Federal. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/vernoticiadetalhe.asp?idconteudo=107402>.

TARTUCE, Flávio. Manual de Responsabilidade Civil: volume único. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

Tribunal de Justiça de São Paulo. **Apelação Cível 10047759020178260084**. Disponível em: <https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/803158412/apelacao-civel-ac-10047759020178260084-sp-1004775-9020178260084/inteiro-teor-803158431?ref=serp>.

CAPÍTULO 10

O PERFIL DA TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO MUNICIPAL: AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DOS EXECUTIVOS E LEGISLATIVOS DA REGIÃO FUNCIONAL DE PLANEJAMENTO 7 (RF-7)

Data de aceite: 01/04/2022

Tiago Rodrigo Lutzer Tizotte

Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNIJUI. Participa do Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania – GPDeC/UNIJUI.

Mateus Zouner Marques

Graduado em Ciências Contábeis pela UNIJUI.

Nelson José Thesing

Doutor em Integração Regional. Professor do Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional, faz parte do Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania – GPDeC/UNIJUI, professor na Graduação.

RESUMO: Este trabalho dedica-se ao estudo das práticas de *accountability*, e-gov (governo eletrônico), apresenta a situação da transparência dos sites institucionais dos Executivos e Legislativos municipais da Região Funcional de Planejamento 7 (RF-7). Este estudo buscou verificar a efetividade do cumprimento por parte dos entes municipais os preceitos da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº. 12.527/2011) e da Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente na parte alterada pela Lei de Transparência da Gestão Fiscal (Leis Complementares Federais nº. 101/2000 e 131/2009). Constata-se, que os entes estão atendendo de maneira satisfatória a legislação. Ao final, foram difundidas sugestões

para futuros estudos.

PALAVRAS-CHAVE: *Accountability*; Governo Eletrônico; Lei de Responsabilidade Fiscal.

THE PROFILE OF TRANSPARENCY IN MUNICIPAL MANAGEMENT: EVALUATION OF EXECUTIVE AND LEGISLATIVE PORTALS OF THE FUNCTIONAL PLANNING REGION 7 (RF-7)

ABSTRACT: This work is dedicated to the study of *accountability* practices, e-gov (electronic government), presents the situation of transparency of institutional websites of municipal Executives and Legislatives of the Functional Planning Region 7 (RF-7). This study sought to verify the effectiveness of compliance by municipal entities with the precepts of the Access to Information Law (Federal Law No. 12,527/2011) and the Fiscal Responsibility Law, especially in the part amended by the Fiscal Management Transparency Law (Federal Complementary Laws No. 101/2000 and 131/2009). It appears that the entities are meeting the legislation satisfactorily. At the end, suggestions for future studies were disseminated.

KEYWORDS: *Accountability*; Electronic Government; Fiscal Responsibility Law.

INTRODUÇÃO

O modo de divulgação das informações oriundas da contabilidade pública é uma questão crucial para os usuários externos, pois estes necessitam de informações claras e fidedignas das ações tomadas pelos gestores,

já que não possuem acesso direto à informação. Para garantir a transparência e qualidade das informações divulgadas pelos entes públicos, a legislação brasileira dispõe da Lei nº. 4.320 de 1964, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para além, a Lei Complementar 101 de 2000 (LC 101/2000), e recentemente a Lei Complementar nº. 131 de 2009 e a Lei nº. 12.527 de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI).

A Lei de Responsabilidade Fiscal é a principal referência em normatização para a prestação de contas dos entes públicos, contudo existem outras legislações que buscam complementar as lacunas desta e aumentar a responsabilidade dos entes em apresentar informações ao público em geral de maneira eficiente. Com a consolidação da internet como ferramenta de difusão da informação em grande escala, torna-se possível a disseminação de uma quantidade de informação, aliada a facilidade de acesso para inúmeros usuários, surge o e-gov (governo eletrônico), o uso das tecnologias de informática e comunicação. Esse conjunto de sistemas de informação e softwares, torna as informações públicas, de acesso mais fácil, promovendo desta forma a inclusão da população na política e aumentando a transparência na gestão pública.

Atenta-se desta forma para a Pesquisa sobre Governo Eletrônico de 2020, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que indica o Brasil como o 20º, entre 193 países, com melhor oferta de serviços públicos digitais (BRASIL, 2020) O Brasil ficou em primeiro lugar neste quesito na América do Sul, em segundo nas Américas, à frente de países importantes como Canadá, Chile e Uruguai, atrás somente dos Estados Unidos, revelando um avanço significativo quando comparado ao ano de 2008, onde ocupava o 45º lugar geral no mesmo ranking, e o terceiro lugar entre os países da América do Sul.

Tem-se presente que o conceito de *accountability*, - termo em inglês sem tradução direta para o português – é usualmente entendido como a ação de prestar contas. Neste sentido Nakagawa (2005, apud SLOMSKI, 2003, p. 367) destaca:

“Sob a Teoria dos Contratos, sempre que alguém (principal) delega parte de seu poder ou direitos a outrem (agente), este assume a responsabilidade de, em nome daquele, agir de maneira escorreita com relação ao objeto da delegação e, periodicamente, até o final do mandato, prestar contas de seus desempenhos e resultados. Esta dupla responsabilidade, ou seja, agir de maneira escorreita e prestar contas de desempenhos e resultados, dá-se o nome de *accountability*”. (NAKAGAWA, 2005, apud SLOMSKI, 2003, p. 367).

Portanto, ao aplicar o conceito de *accountability* à gestão pública, Akuisu e Pinho (2002 apud LOCK, 2003, p. 17): registram que “somente com *accountability* plena, ou seja, com informações públicas e prestações de contas confiáveis por parte dos governantes, devidamente auditadas pelos controles internos dos órgãos públicos, os cidadãos podem participar ativamente das decisões públicas”. Desta forma, o ponto central deste estudo está na *accountability* na gestão pública municipal, cujo objetivo é constatar o nível de *accountability* na gestão pública municipal pela da avaliação dos Portais dos Executivos e Legislativos da Região Funcional de Planejamento 7 (RF-7).

Por conseguinte, no setor público faz-se necessário verificar se os dispositivos legais são realmente aplicados e respeitados e se a população possui meios de acesso as informações da gestão pública. Essa inquietação se apresenta como justificativa para o presente estudo, uma temática a ser explorada, uma investigação que possa contribuir em um melhor acesso e transparência das informações públicas, e consequentemente aumentar a *accountability* e garantindo aos usuários maior participação na gestão pública, pela prestação de contas.

A necessidade por transparência na prestação de contas é extremamente importante para o exercício da democracia e, afim de se definir perfil da transparência na gestão municipal pela avaliação dos portais dos Executivos e Legislativos de acordo com o exigido na legislação, o que aponta o seguinte problema: **Qual o nível de avaliação dos portais dos poderes Executivos e Legislativos municipais da Região Funcional de Planejamento 7 (RF-7)?**

PARÂMETROS NORMATIVOS

Adotou-se, como linha de pesquisa o parâmetro de análise dos portais, entes públicos, preceitos expressamente previstos na Constituição da República (art. 70), na Lei Complementar nº 101/2000 (arts. 48 e 48-A), no Decreto nº 7.185/2010 (arts. 2º, 4º e 7º) e na Lei nº 12.527/2011 (arts. 7º, 8º, 9º, 10 e 30).

Também foram utilizadas regras decorrentes do princípio da publicidade, de natureza constitucional, bem como outras regras implícitas presentes na Lei de Acesso à Informação, como as diretrizes para a consolidação da cultura da transparência (derivadas do artigo 3º), e o conteúdo mínimo de dados a serem colocados à disposição da sociedade (§ 1º do art. 8º).

A LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 E O DECRETO Nº 10.540/2020

A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) inaugurou a exigência de disponibilização na Internet de instrumentos de transparência da gestão fiscal, tais como: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária; e o Relatório de Gestão Fiscal (art. 48 e seguintes).

Em 27 de maio de 2009, foi publicada a Lei Complementar nº. 131, que conferiu nova redação ao parágrafo único do artigo 48 e acrescentou o artigo 48-A à LRF. Por meio dessas modificações, passou-se a estabelecer que órgãos e entidades disponibilizassem, em tempo real e em meios eletrônicos de acesso público, informações pormenorizadas sobre sua execução orçamentária e financeira, isto é, informações sobre suas receitas e despesas. De maio de 2013, todos os entes das três esferas de governo ficaram sujeitos à implementação de suas disposições.

Já com a publicação da Lei Complementar nº. 156, em 28 de dezembro de 2016, introduziu-se, entre outras alterações, o parágrafo segundo ao artigo 48 da LRF, prevendo que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem disponibilizar suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, com a divulgação em meio eletrônico de amplo acesso público. Nesse sentido, o Tribunal de Contas passou a verificar se os Executivos e os Legislativos Municipais estão publicando, em seus sites, os seguintes demonstrativos contábeis: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais e Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

A publicação dessas peças deve ser feita de forma individualizada por poder (ou seja, não consolidada), de acordo com a Parte V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), gerado pelo sistema do órgão. Os dispositivos antes mencionados são regulamentados pelo Decreto nº. 10.540 de 5 de novembro de 2020, que revogou o Decreto nº. 7.185, de 27 de maio de 2010, estabelecendo o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle.

A LEI Nº 12.527/2011

A Lei nº. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI) foi editada em novembro de 2011, entrou em vigor no mês de maio de 2012, indicando a obrigatoriedade de os órgãos públicos apresentar à sociedade dados que, embora produzidas e mantidas pela Administração Pública, são de interesse da sociedade, na sua condição de destinatária e fiscal dos serviços prestados pelo poder público.

Além de regulamentar a obrigatoriedade de publicização destes dados, a Lei de Acesso à Informação (LAI), indica a necessidade da disciplina, pela qual devem ser disponibilizados a informações à sociedade, como, por exemplo, apontando e divulgando na rede mundial de computadores, seja por parte da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com população superior a 10 mil habitantes conforme dispõem o artigo 8º, § 2º.

Portanto, referente ao conjunto dos conteúdos dessas informações, a Lei nº. 12.527/2011 (art. 8º, §1º) estabelece que sejam divulgados, “no mínimo, o registro das competências e da estrutura organizacional das entidades e dos órgãos públicos, os endereços e telefones das respectivas unidades, bem como os horários de atendimento ao público”. Ainda devem ser publicados os repasses e/ou transferências de recursos financeiros e os dados sobre despesas e licitações, até mesmo os editais, seus resultados e os respectivos contratos. Ordena, também, que sejam fornecidas informações gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras.

Conforme expõem a lei, um conjunto de informações explicativas, no entanto, essas não se esgotam por parte dos órgãos públicos, ao disponibilizar os dados elencados no artigo 8º, § 2º, da LAI, sim, há a necessidade e o dever de o poder público prestar todas as informações de interesse da sociedade, inclusive de forma ativa quando houver viabilidade técnica para tanto.

ESTUDOS ANTERIORES

No quadro a seguir constam estudos anteriores os quais possuem relação como temática, objeto do presente estudo, ou-seja, *accountability* no setor público, como tema central, indicando o autor, ano, objetivo e respectivo resultado do estudo:

| Autor (es) | Ano | Estudo | Objetivo | Resultado |
|--|------|---|---|---|
| ROCHA, Arlindo Carvalho. | 2011 | <i>Accountability</i> na Administração Pública: Modelos teóricos e abordagens. | Buscou não só conhecer o significado da <i>accountability</i> , mas, e principalmente, compreender como e porque a <i>accountability</i> assume determinadas características quando vista à luz dos modelos de administração pública desenvolvidos por Ketll (2000) e por Denhardt e Denhardt (2007). | Considerando que a prática e o próprio conceito de <i>accountability</i> são questões novas no âmbito da sociedade brasileira, é necessário considerar os novos desafios propostos pelo tamanho e pela crescente complexidade das sociedades modernas aliados às novas visões da administração pública trazidas por esses modelos. |
| SLOMSKI, Valmor; CAMARGO, Guilherme Bueno de; AMARAL FILHO, Antonio Carlos Cintra do; SLOMSKI, Vilma Geni. | 2011 | A Demonstração do Resultado Econômico e Sistemas de Custeamento como Instrumentos de Evidenciação do Cumprimento do princípio Constitucional da Eficiência, Produção de Governança e <i>Accountability</i> no Setor Público: Uma aplicação na Procuradoria-Geral do Município de São Paulo. | Este artigo discorre sobre a demonstração do resultado econômico e sistemas de custeamento como instrumentos de evidenciação do cumprimento do princípio constitucional da eficiência, produção de governança e <i>accountability</i> no setor público para a minimização da assimetria informacional entre o Estado e a sociedade. | A pesquisa empírica sugere que a demonstração do resultado econômico (R\$ 184.836.115,11) possibilita a evidenciação do cumprimento do princípio constitucional da eficiência, ao comparar a receita econômica produzida (R\$ 302.894.295,11) aos custos e despesas incorridos na sua prestação (R\$ 118.058.180,00), e cria novo paradigma relacionado aos aspectos de governança e <i>accountability</i> na gestão pública, capaz de produzir informação à sociedade e ao administrador público para a tomada de decisões gerenciais. |
| CENEVIVA, Ricardo. | 2007 | Avaliação e <i>Accountability</i> no Setor Público: Um vínculo possível e desejável. | Discutir o papel que a institucionalização de sistemas de avaliação de programas e políticas públicas podem desempenhar na criação ou aperfeiçoamento de mecanismos de <i>accountability</i> na gestão pública. | Analisando os casos do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) e sistema de monitoramento e avaliação do Programa Estadual de DST/AIDS (PE - DST/AIDS) arriscamos uma hipótese para os diferentes graus de <i>accountability</i> proporcionados por tais mecanismos de avaliação. |

Quadro 1 – Estudos anteriores.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base na pesquisa.

A metodologia empregada neste estudo para a análise dos dados coletados são apresentados na seção a seguir.

METODOLOGIA

Os caminhos metodológicos trilham a compreensão dos dados que alimentam o presente estudo, sendo extraídos dos dados disponíveis no processo avaliativo, nos portais dos Executivos e Legislativos Municipais do Estado do Rio Grande do Sul do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) do ano de 2020. Os dados colhidos foram coletados nos sites dos Executivos e Legislativos Municipais.

Os critérios foram analisados em 17 Municípios com mais de 10 mil habitantes. Já nos municípios com uma população inferior, que soma 60 municípios, a análise contemplo os itens referente às Leis Complementares Federais nº 101/2000 e nº 131/2009, tendo em vista a dispensa prevista no artigo 8º, § 4º, da Lei nº 12.527/2011¹. As diretrizes da avaliação são oriundas da Cartilha Acesso à Informação na Prática – O que publicar no Portal? Do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS). A pesquisa foi realizada mediante o uso do questionário padrão, destacado a seguir, com 24 critérios totais, alguns comuns e outros exclusivos de cada poder.

¹ Por força do art. 8º, § 4º, da Lei nº 12.527/2011, os Municípios com população de até 10.000 (dez mil) habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet a que se refere o § 2º, mantida a obrigatoriedade de divulgação, em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira, nos critérios e prazos previstos no art. 73-B da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

| | |
|--|--|
| Quesito: | |
| 1) Pedido de informações por meio da Internet | |
| 2) Relatório de pedidos de informação | |
| 3) Informações organizacionais: | 3.1) Registro de Competências |
| | 3.2) Estrutura Organizacional |
| | 3.3) Endereço da Unidade |
| | 3.4) Telefone da Unidade |
| | 3.5) Horário de Atendimento |
| 4) Registro de repasses ou transferências: | 4.1) Existência de histórico das informações Atualizadas |
| | 4.2) Ferramenta de pesquisa |
| | 4.3) Gravação de relatórios em diversos formatos |
| | 4.4) Existência de informações atualizadas |
| 5) Registro de despesas: | 5.1) Número e o valor de empenho, liquidação e pagamento |
| | 5.2) Classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, a função, a subfunção, a natureza da despesa e a fonte dos recursos |
| | 5.3) Pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento |
| | 5.4) Procedimento licitatório, bem como a sua dispensa ou inexigibilidade |
| | 5.5) Bem fornecido ou serviço prestado |
| | 5.6) Ferramenta de pesquisa |
| | 5.7) Gravação de relatórios em diversos formatos |
| | 5.8) Existência de informações atualizadas |
| | 5.9) Existência de histórico das informações |
| 6) Registro de receitas: | 6.1) Natureza da receita |
| | 6.2) Previsão dos valores da receita |
| | 6.3) Valores da arrecadação, inclusive recursos extraordinários |
| | 6.4) Ferramenta de pesquisa |
| | 6.5) Gravação de relatórios em diversos formatos |
| | 6.6) Existência de informações atualizadas |
| | 6.7) Existência de histórico das informações |
| 7) Relatórios da transparência da gestão fiscal: | 7.1) A prestação de contas (Relatório Circunstanciado) do ano anterior |
| | 7.2) Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) dos últimos 6 meses |
| | 7.3) Relatório de Gestão Fiscal (RGF) dos últimos 6 meses |
| | 7.4) Existência de histórico das informações |
| 8) Informações sobre licitações e seus editais e resultados: | 8.1) Existência de histórico das informações |
| | 8.2) Ferramenta de pesquisa |
| | 8.3) Gravação de relatórios em diversos formatos |
| | 8.4) Existência de informações atualizadas |

| | |
|---|---|
| 9) Informações sobre contratos celebrados | 9.1) Existência de histórico das informações |
| | 9.2) Ferramenta de pesquisa |
| | 9.3) Gravação de relatórios em diversos formatos |
| | 9.4) Existência de informações atualizadas |
| 10) Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras: | 10.1) Existência de histórico das informações |
| | 10.2) Ferramenta de pesquisa |
| | 10.3) Gravação de relatórios em diversos formatos |
| | 10.4) Existência de informações atualizadas |
| 11) Administração do patrimônio público – Imóveis | 11.1) Existência de histórico das informações |
| | 11.2) Existência de informações atualizadas |
| 12) Administração do patrimônio público – Veículos | 12.1) Existência de histórico das informações |
| | 12.2) Existência de informações atualizadas |
| 13) Recursos humanos | 13.1) Relação dos servidores |
| | 13.2) Indicação de cargo e/ou função desempenhada por cada servidor |
| | 13.3) Indicação da remuneração nominal de cada servidor |
| | 13.4) Tabela com o padrão remuneratório dos cargos e funções |
| | 13.5) Existência de informações atualizada |
| | 13.6) Existência de histórico das informações |
| 14) Diárias | 14.1) Nome do beneficiário |
| | 14.2) Cargo do beneficiário |
| | 14.3) Número de diárias usufruídas por afastamento |
| | 14.4) Período de afastamento |
| | 14.5) Motivo do afastamento |
| | 14.6) Local de destino |
| | 14.7) Tabela ou relação que explicita os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme legislação local |
| | 14.8) Existência de informações atualizadas |
| | 14.9) Existência de histórica das informações |
| 15) Publicação de respostas a perguntas mais frequentes | |
| 16) Ferramenta de pesquisa | |
| 17) Canal de comunicação com o cidadão (“Fale Conosco” – Ouvidoria) | |
| 18) Medidas para garantir atendimento a usuários com necessidade especiais | |
| 19) Instrumento normativo local que regulamente a LAI | |
| 20) Serviços e atividades de interesse coletivo – Executivo: | 20.1) Disponibilização de três serviços e atividades |
| | 20.2) Disponibilização superior a 6 serviços e atividades |

| | |
|--|--|
| 21) Serviços e atividades de interesse coletivo – Legislativo | 21.1) Leis municipais e atos infra legais (resoluções/decretos) |
| | 21.2) Projetos de leis e de atos infra legais, bem como as respectivas tramitações |
| | 21.3) Pauta das Comissões e das Sessões do Plenário |
| | 21.4) Votações nominais, quando cabíveis |
| | 21.5) Pauta das Comissões e das Sessões do Plenário |
| | 21.6) Existência de informações atualizadas |
| | 21.7) Existência de histórico das informações |
| 22) Ato que aprecia as Contas do Prefeito (Decreto) e o teor do julgamento (Ata ou Resumo da Sessão da Câmara que aprovou ou rejeitou as contas) | |
| 23) Instrumentos da Gestão Fiscal: | 23.1) Existência de PPA (Lei do Plano Plurianual) |
| | 23.2) Existência do Anexo do PPA |
| | 23.3) Existência de LDO (Lei do Diretrizes Orçamentárias) |
| | 23.4) Existência do Anexo da LDO |
| | 23.5) Existência de LOA (Lei Orçamentária) |
| | 23.6) Existência do Anexo da LOA |
| 24) Demonstrativos Contábeis: | 24.1) Balanço Orçamentário |
| | 24.2) Balanço Financeiro |
| | 24.3) Balanço Patrimonial |
| | 24.4) Demonstração das Variações Patrimoniais |
| | 24.5) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) |

Quadro 2 – Questionário Padrão: Cartilha Acesso à Informação na Prática do TCE-RS.

Fonte: Acesso à informação na prática: orientações para prefeituras e câmaras (TCE-RS, 2020).

Conforme metodologia utilizada pelo TCE-RS, os Municípios com mais de 10 mil habitantes, foi contemplado a totalidade do questionário (...) para os Municípios com menos de 10 mil habitantes, foram verificados os critérios 5, 6, 7, 23 e 24 nos Executivos, já nos Legislativos foram identificados os itens 5 e 24, em função do disposto no art. 8, § 4º, da Lei nº 12.527/2011” (TCE/RS, 2020). No processo avaliativo para a escola das respostas, foram contempladas as seguintes convenções: “S”, para quesitos atendidos; e “N”, para quesitos não atendidos.

RESULTADOS

A tabela 1 demonstra a avaliação do grupo de Executivos e Legislativos, para os municípios com mais de 10 mil habitantes, considerando-se os quesitos avaliados pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS). Dentre os 17 portais dos Poderes Executivos 14 obtiveram percentual de itens atendidos de 100% e dentre os portais dos Poderes Legislativos 15 tiveram a totalidade dos itens atendidos. Desta forma, entre

os portais dos municípios com mais de 10 mil habitantes 82,35% dos Poderes Executivos e 88,24% dos portais dos Poderes Legislativos da Região Funcional de Planejamento (RF-7) tinham em sua integralidade atendidos todos os itens avaliados.

| Município | Executivo | | | Legislativo | | |
|---------------------------|--------------------------|--------------------------|-------------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------------|
| | Total de itens avaliados | Total de itens atendidos | Percentual de itens atendidos | Total de itens avaliados | Total de itens atendidos | Percentual de atendimento |
| Cerro Largo | 46 | 46 | 100% | 29 | 29 | 100% |
| Criciúmal | 46 | 46 | 100% | 29 | 29 | 100% |
| Giruí | 46 | 46 | 100% | 29 | 29 | 100% |
| Horizontalina | 46 | 44 | 96% | 29 | 29 | 100% |
| Ijuí | 46 | 46 | 100% | 29 | 29 | 100% |
| Panambi | 46 | 46 | 100% | 29 | 29 | 100% |
| Porto Xavier | 46 | 46 | 100% | 29 | 29 | 100% |
| Redentora | 46 | 46 | 100% | 29 | 29 | 100% |
| Santa Rosa | 46 | 46 | 100% | 29 | 29 | 100% |
| Santo Ângelo | 46 | 46 | 100% | 29 | 29 | 100% |
| Santo Antônio das Missões | 46 | 38 | 83% | 29 | 26 | 90% |
| Santo Augusto | 46 | 46 | 100% | 29 | 29 | 100% |
| Santo Cristo | 46 | 46 | 100% | 29 | 29 | 100% |
| São Luiz Gonzaga | 46 | 44 | 96% | 29 | 26 | 90% |
| Tenente Portela | 46 | 46 | 100% | 29 | 29 | 100% |
| Três de Maio | 46 | 46 | 100% | 29 | 29 | 100% |
| Três Passos | 46 | 46 | 100% | 29 | 29 | 100% |

Tabela 1 – Avaliação dos Executivos e Legislativos da Região Funcional de Planejamento (RF-7) acima de 10 mil habitantes - Percentual de atendimento.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), 2020.

No conjunto de municípios com mais de 10 mil habitantes, em 13 destes a divulgação das informações nos portais dos Poderes Executivos não atingiu a totalidade das obrigações avaliadas. Horizontalina e São Luiz Gonzaga de um total de 46 itens avaliados atenderam a 44 (96%), e Santo Antônio das Missões atendeu a 38 (83%). Já na avaliação dos portais dos Poderes Legislativos Santo Antônio das Missões e São Luiz Gonzaga não atenderam a totalidade dos itens avaliados, acatando 26 itens para um total de 29 itens avaliados.

Na tabela 2 temos a avaliação do grupo de Executivos e Legislativos, para os municípios com mais de 10 mil habitantes, considerando os quesitos avaliados pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS). Entre os 60 portais dos Poderes Executivos 43 obtiveram percentual de itens atendidos de 100% e dentre os portais dos Poderes Legislativos 53 tiveram a totalidade dos itens atendidos. Desta forma, dentre os

portais dos municípios com mais de 10 mil habitantes 71,66% dos Poderes Executivos e 88,33% dos portais dos Poderes Legislativos da Região Funcional de Planejamento (RF-7) tinham em sua totalidade atendidos 100% dos itens avaliados.

| Município | Executivo | | | Legislativo | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------------------|-------------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------------|
| | Total de itens avaliados | Total de itens atendidos | Percentual de itens atendidos | Total de itens avaliados | Total de itens atendidos | Percentual de atendimento |
| Ajuricaba | 27 | 26 | 96% | 12 | 12 | 100% |
| Alecrim | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Alegria | 27 | 21 | 78% | 12 | 12 | 100% |
| Augusto Pestana | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Barra do Guarita | 27 | 25 | 93% | 12 | 12 | 100% |
| Boa Vista do Buricá | 27 | 25 | 93% | 12 | 12 | 100% |
| Bom Progresso | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Bossoroca | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Bozano | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Braga | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Caibaté | 27 | 27 | 100% | 12 | 7 | 58% |
| Campina das Missões | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Campo Novo | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Candido Godoi | 27 | 27 | 100% | 12 | 11 | 92% |
| Catuípe | 27 | 25 | 93% | 12 | 11 | 92% |
| Chiapetta | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Condor | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Coronel Barros | 27 | 22 | 81% | 12 | 12 | 100% |
| Coronel Bicaco | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Derrubadas | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Dezesseis de Novembro | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Doutor Maurício Cardoso | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Entre-Ijuís | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Esperança do Sul | 27 | 26 | 96% | 12 | 12 | 100% |
| Eugênio de Castro | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Garruchos | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Guarani das Missões | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Humaitá | 27 | 24 | 89% | 12 | 12 | 100% |
| Independência | 27 | 26 | 96% | 12 | 12 | 100% |
| Inhacorá | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Joia | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Mato Queimado | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |

| | | | | | | |
|------------------------|----|----|------|----|----|------|
| Miraguaí | 27 | 25 | 93% | 12 | 12 | 100% |
| Nova Candelária | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Nova Ramada | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Novo Machado | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Pejuçara | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Pirapó | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Porto Lucena | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Porto Mauá | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Porto Vera Cruz | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Rolador | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Roque Gonzáles | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Salvador das Missões | 27 | 26 | 96% | 12 | 12 | 100% |
| São José do Inhacorá | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| São Martinho | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| São Miguel das Missões | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| São Nicolau | 27 | 19 | 70% | 12 | 10 | 83% |
| São Paulo das Missões | 27 | 25 | 93% | 12 | 12 | 100% |
| São Pedro do Butiá | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| São Valério do Sul | 27 | 26 | 96% | 12 | 7 | 58% |
| Sede Nova | 27 | 26 | 96% | 12 | 7 | 58% |
| Senador Salgado Filho | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Sete de Setembro | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Tiradentes do Sul | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Tucunduva | 27 | 24 | 89% | 12 | 7 | 58% |
| Tuparendi | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Ubiretama | 27 | 25 | 93% | 12 | 12 | 100% |
| Vista Gaúcha | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |
| Vitória das Missões | 27 | 27 | 100% | 12 | 12 | 100% |

Tabela 2 – Avaliação dos Executivos e Legislativos da Região Funcional de Planejamento (RF-7) abaixo de 10 mil habitantes - Percentual de atendimento.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), 2020.

No conjunto de municípios com menos de 10 mil habitantes, em 17 destes a divulgação das informações nos portais dos Poderes Executivos não atingiu a totalidade das obrigações avaliadas. Os portais dos Executivos de São Nicolau (70%) Alegria (78%) e Coronel Barros (81%) encabeçam a lista dos portais que obtiveram pior avaliação, atendendo respectivamente 19, 21 e 22 itens dos 27 avaliados. Não atenderam a totalidade dos itens avaliados ainda os portais dos Poderes Executivos de Tucunduva e Humaitá com 24 itens (89%), Barra do Guarita, Boa Vista do Buricá, Catuípe, Miraguaí, São Paulo das Missões

e Ubiretama com 25 itens (93%) e por fim Ajuricaba, Esperança do Sul, Independência, Salvador das Missões, São Valério do Sul e Sede Nova com 26 itens atendidos dos 27 avaliados (96%).

Já na avaliação dos portais dos Poderes Legislativos 7 entes não atenderam a totalidade dos itens avaliados, os portais dos Poderes Legislativos de Caibaté, São Valério do Sul, Sede Nova e Tucunduva, atenderam 7 dos 12 itens o que representa 58% de atendimento dos itens avaliados. O portal do Poder Legislativo de São Nicolau atendeu 10 dos 12 itens avaliados (83%), por fim, os portais dos Poderes Legislativos de Candido Godoi e Catuípe atenderam 11 dos 12 itens avaliados (92%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou identificar qual o nível de avaliação dos portais que contemplam os Executivos e Legislativos municipais da Região Funcional de Planejamento 7 (RF-7), ao buscar a compressão dos dados, extraídos da avaliação dos portais dos Executivos e Legislativos Municipais do Estado do Rio Grande do Sul do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) do ano de 2020. Os critérios foram analisados, pertinentes aos 17 Municípios com mais de 10 mil habitantes, já nos municípios com menos 60 mil habitantes, a análise manteve os itens referente às Leis Complementares Federais nº. 101/2000 e nº. 131/2009, tendo em vista a dispensa prevista no artigo 8º, § 4º, da Lei nº. 12.527/2011.

As diretrizes da avaliação são oriundas da Cartilha Acesso à Informação na Prática – O que publicar no Portal? Do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS). A revisão bibliográfica feita buscou identificar os dispositivos legais que regulamentam a divulgação das informações públicas nos entes públicos, como a Lei nº. 4.320/1964, a Lei Complementar nº. 101/2000, a Lei Complementar nº. 131/2009, Lei nº. 12.527/2011, e o Decreto nº. 10.540/2020. Neste levantamento foi identificado que existem dispositivos diversos que asseguram a divulgação das informações contábeis em meio eletrônico dos entes públicos.

O estudo possui alguns fatores limitantes, o primeiro deles é o tamanho da amostra, as publicações dos 77 Portais dos Executivos e Legislativos da Região Funcional de Planejamento 7 (RF-7), devido o fator limitante e a complexidade do mesmo, apresentou os resultados já expostos, sendo que uma amostra maior ou diferente poderia prover resultados com alguma diferença. Por fim, os resultados obtidos através da tabulação dos *check lists* do questionário padrão da cartilha de Acesso à Informação na prática do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS), foi identificado que a avaliação dos Portais dos Executivos e Legislativos da Região Funcional de Planejamento 7 (RF-7), respondem ao atendimento à legislação, ou seja, a divulgação das informações está ocorrendo de maneira satisfatória, mas existem deficiências em alguns tipos de

relatórios, como nos balanços contábeis e em alguns anexos dos relatórios oriundos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

É necessário lembrar que este estudo não avaliou a qualidade das informações publicados, avaliando apenas a divulgação das mesmas, uma possível linha de pesquisa é avaliar as informações em si e sua eficiência em passar a informação desejada. Uma segunda linha de pesquisa é avaliar os meios de elaboração e sistemas de informação dos entes, além de estender a pesquisa para uma amostra maior, e até mesmo avaliando as características das informações pode gerar resultados significativos para o tema.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. **Decreto nº. 10.540 de 5 de novembro de 2020**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10540.htm#art19. Acessado em 29/07/2021.

BRASIL. **Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acessado em 29/07/2021.

BRASIL. **Lei Complementar nº. 131, de 27 de maio de 2009**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Acessado em 29/07/2021.

BRASIL. **Lei Complementar nº. 156, de 28 de dezembro de 2016**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp156.htm. Acessado em 29/07/2021.

BRASIL. **Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm. Acessado em 29/07/2021.

BRASIL. **Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acessado em 29/07/2021.

CASA CIVIL. **Governo eletrônico: ONU classifica Brasil entre os 20 países com melhor oferta de serviços públicos digitais**. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2020/julho/governo-eletronico-onu-classifica-brasil-entre-os-20-paises-com-melhor-oferta-de-servicos-publicos-digitais>. Acessado em 29/07/2021.

CENEVIVA, Ricardo. **Avaliação e Accountability no Setor Público: Um vínculo possível e desejável**. Revista Alcance. V 14, nº. 1 (jan-abr) (2007). Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/ra/article/view/114>. Acessado em 29/07/2021.

PRADO, Otávio; LOUREIRO, Maria Rita Garcia. **Governo Eletrônico e Transparência: Avaliação da publicização das contas públicas das capitais brasileiras**. Revista Alcance. V 13, nº. 3, 2006. Disponível em: <http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/ra/article/viewFile/126/106>. Acessado em 29/07/2021.

ROCHA, Arlindo Carvalho. **Accountability na Administração Pública: Modelos teóricos e abordagens**. JAMG Journal of Accounting, Management and Governace. V 14, nº. 2 (2011). Disponível em: <https://www.revistacgg.org/contabil/article/view/314>. Acessado em 29/07/2021.

SLOMSKI, Valmor; CAMARGO, Guilherme Bueno de; AMARAL FILHO, Antonio Carlos Cintra do; SLOMSKI, Vilma Geni. **A Demonstração do Resultado Econômico e Sistemas de Custeamento como Instrumentos de Evidenciação do Cumprimento do Princípio Constitucional da Eficiência, Produção de Governança e Accountability no Setor Público**: Uma aplicação na Procuradoria-Geral do Município de São Paulo. Revista de Administração Pública – RAP. Jul/ago (2010). Disponível em: <https://www.scielo.br/rjrap/a/VwpbtnKx9jmNTb67GbytgLq/abstract/?lang=pt&format=html>. Acessado em 29/07/2021.

TCE/RS. **Relatório da Transparência ativa dos Municípios Gaúchos Avaliação Realizada em 2019**. Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul. Disponível em: https://portal.tce.rs.gov.br/docs/transparencia_2019/relatorio_transparencia_2019.pdf. Acessado em 29/07/2021.

TCE/RS. **Acesso à informação na prática: orientações para prefeituras e câmaras**. Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. – 3. ed. – Porto Alegre: 2021. 40 p.

TCE/RS. **Histórico da Transparência nos Portais de Internet dos Municípios**. Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://portalnovo.tce.rs.gov.br/cidadao/historico-transparencia-portais/>. Acessado em 29/07/2021.

UNITED NATIONS (DPEPA/UNDESA). **Un Global Readiness Report 2008. From E-government to E-indusin**. New York: 2008. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/UN/UNPAN028607.pdf>. Acessado em 29/07/2021.

POLÍTICA TRIBUTÁRIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A GUERRA FISCAL COMO OBSTÁCULO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO

Data de aceite: 01/04/2022

Data de submissão em: 05/04/2022

Kauly Furiama Santos

Mestre em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos pela UEMS; Graduado em Relações Internacionais (UFGD) e em Direito (UEMS); Professor do Curso de Direito da Unifasipe – Sinop/MT
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2862849240721674>;
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2496-9142>.

Maria Juraci Teresa Sampaio dos Santos

Pós-graduanda em Direito Civil e Processo Civil e Pós-graduanda em Direito e Gestão do Agronegócio; Bacharel em Direito pela Unifasipe; Advogada. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8556576615016328>

RESUMO: O objetivo do presente trabalho é apresentar dentro do contexto de política tributária os efeitos da denominada guerra fiscal ao desenvolvimento regional. Partindo-se da hipótese de que a mesma constitui como um obstáculo a políticas públicas econômicas expressivas para o desenvolvimento, principalmente dos estados da federação, pois diminui a arrecadação global e ataca elementos de legalidade e constitucionalidade. Assim, o texto apresenta em seu desenvolvimento o marco teórico macroeconômico que serve de referência para o objeto em análise (a guerra fiscal), a contextualização trajetória temporal prévia e consolidada da guerra fiscal, além de

análise dos efeitos práticos. Neste sentido, a relevância da pesquisa está na necessidade de se pensar a tributação de forma crítica como elemento essencial para a consolidação do desenvolvimento regional. Para tanto, utilizou-se no texto uma abordagem metodológica estruturalista, em um esforço hipotético-dedutivo, através de uma pesquisa documental e bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra Fiscal; Desenvolvimento Regional; Legalidade e Constitucionalidade

TAX POLICY AND REGIONAL DEVELOPMENT: “THE FISCAL WAR” AS AN OBSTACLE TO PUBLIC POLICIES OF DEVELOPMENT

ABSTRACT: The aim of this paper is to present, within the context of tax policy, the effects of the called “fiscal war” on regional development. Starting from the hypothesis that it constitutes an obstacle to expressive economic public policies for development, principally to the states of the federation, by reducing the global collection and attacking elements of legality and constitutionality. Therefore, in the development of the text will present the macroeconomic theoretical framework that serves as a reference for the objects under analysis (the fiscal war), the contextualization of the previous and consolidated temporal trajectory of the fiscal war, in addition to the analysis of the practical effects. In this sense, the relevance of the research is at the need to think about taxation critically as an essential element for the consolidation of regional development. In this sense, a structuralist

methodological approach was used in the text, in a hypothetical-deductive effort, through documentary and bibliographic research.

KEYWORDS: Fiscal War; Regional Development; Legality and Constitutionality.

INTRODUÇÃO

Nas teorias econômicas clássicas pouco se abordavam sobre o elemento “espaço”, pois pressupunham a mobilidade perfeita dos fatores de produção, bens, serviços e pessoas. Os primeiros estudos com apontamentos acerca de diferenças entre regiões surgem a partir do século XIX, ainda influenciados pela perspectiva clássica, tendo como enfoque as firmas (unidades econômicas de produção), estas teorias foram denominadas “teorias da localização” ou de “escola alemã”, autores como Von Thunen (1966) e Weber (1929) apontavam a concentração espacial dessas firmas como consequência dos custos de transportes envolvidos nas suas respectivas produções (proximidade à fornecedores e clientes), ponto que detinha o foco de análise desses estudos.

No entanto, a partir dos anos de 1950, eclodiram trabalhos de autores que aprofundaram nas causas dessa distribuição desigual dos fatores econômicos nas diversas regiões, dos quais se destacam os trabalhos de Perroux (1977), Hirschman (1977) e Myrdal (1960), que deram enfoque também ao papel do Estado na desigualdade regional. Esses trabalhos e de outras correntes do chamado “desenvolvimentismo” foram importantes influências aos planos e estratégias de desenvolvimento regional de forte intervenção estatal que ascende no governo Vargas na década de 1950 e segue até o início da redemocratização no final da década de 1980.

O esgotamento do modelo de desenvolvimento regional de forma planejada pelo Estado, que no Brasil se destacaram no âmbito das superintendências de desenvolvimento (SUDECO, SUDENE, SUDAM, etc.), bem como o abandono do desenvolvimentismo teórico aplicado nas políticas dos países latino-americanos inicia-se segundo Bresser Pereira (2016) com as crises do segundo choque do petróleo na década de 1970, o avanço do endividamento público, inflação e estagnação econômica. É nesse contexto econômico que avança o pensamento neoliberal na América Latina, que no Brasil convergiu-se juntamente com a redemocratização que teve como um dos marcos a promulgação da atual Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88).

A CRFB/88 trouxe consigo uma maior descentralização do Estado Brasileiro, ampliando o rol de competência e preponderância aos seus entes menores (estados e municípios). A fragilidade econômica e financeira não só da União mas também dos estados e municípios, conjuntamente com a extinção das superintendências, e essa maior autonomia dentro de um contexto de adoção de políticas liberais desencadearam a chamada “guerra fiscal”.

Partindo da conjuntura acima como marco inicial temporal deste trabalho, e tendo

a “guerra fiscal” (conceito que será abordado no desenvolvimento) como objeto, toma-se como objetivo principal deste estudo apresentar os efeitos dessa “guerra” para o desenvolvimento regional brasileiro, a partir da hipótese de que está é um obstáculo e não uma política pública para o desenvolvimento regional, em especial na política tributária exercidas nos estados referentes aos créditos tributários do ICMS. Em termos mais sintéticos, a pesquisa busca responder o questionamento acerca de quais os efeitos dos benefícios fiscais para o desenvolvimento regional? A relevância desta pesquisa está na necessidade de compreender um instrumento importante nas políticas públicas, que é a constituição de seus recursos, grande parte originários da tributação.

Neste sentido, a estrutura deste artigo está dividida além desta introdução, nos seguintes elementos: a descrição metodológica; o desenvolvimento com um item destinado a apresentar um recorte de duas partes do pensamento econômico brasileiro, o liberalismo e o desenvolvimentismo, outro item destinado a compreender a trajetória que levou à um estado de guerra fiscal, e um com as consequências jurídicas e econômicas dela. Por fim, apresentamos as conclusões e as referências deste estudo.

METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, a análise será efetuada de forma estruturalista, em que para a compreensão de um determinado objeto de estudo é necessário o entendimento sistêmico, holístico, da estrutura em que está inserido este objeto, e a modificação de um dos elementos desse sistema acarreta a modificação dos demais.

Dessa forma, no método estruturalista “o estudo de um fato isolado é insignificante (SOUZA NETTO, 2007, p.3) devendo constituir a análise a partir da integração dos fatos numa totalidade. É nesse sentido que o presente estudo não busca isolar um fato (dentro do conjunto acerca da guerra fiscal) e analisa-lo, mas sim entender a complexidade dos fatos intrínsecos à Guerra Fiscal, no âmbito político, jurídico e econômico, para poder apresentar resultados e conclusões.

Ademais, o método estruturalista apresenta impactos substanciais em análises de política interna e naquelas com o objetivo de identificar consequências de desequilíbrios estruturais, conforme Chenery:

A abordagem estruturalista tem tido substancial impacto em ambas (análises) políticas externas e internas de desenvolvimento. Em ambas instancias esta foca em identificar as consequências de diversos tipos de desequilíbrios estruturais. Nas políticas domésticas, os principais fenômenos examinados tem sido os efeitos de mão-de-obra excedente, alocação de recurso, e mais recente a interpretação da piora da distribuição de renda como resultado de um conjunto de condições de desequilíbrio. (CHENERY, 1975, p.311, tradução nossa).

Assim, seguindo essa abordagem metodológica, o presente estudo utilizou-se da

pesquisa bibliográfica aquela “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002,p. 44) e também recorreu-se a pesquisa documental que conforme Gil (2002) apresenta fontes de documentos sem um tratamento analítico. Neste sentido, foram utilizados artigos, doutrinas, e demais trabalhos científicos como fontes bibliográficas, e legislações e jurisprudências como fontes documentais.

Aspectos Gerais da Tradição Liberal na trajetória do pensamento econômico brasileiro e o marco Desenvolvimentista das Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional

Para contextualizar o fenômeno da Guerra Fiscal, este tópico retomará a história do pensamento econômico brasileiro e a sua influência nas políticas públicas econômicas que foram determinantes para a ocorrência do referido fenômeno. Previamente, porém, é primordial entender de início o conceito de Guerra Fiscal, para isso recorre-se a definição dada por Piancastelli & Perobelli:

A concessão generalizada de incentivos fiscais via ICMS, e seu acoplamento à concessão de créditos subsidiados e vinculados ao recolhimento de ICMS, constituíram a chamada “guerra fiscal” [...] Conceitualmente, é difícil a definição rigorosa do que venha a se chamar de “guerra fiscal”. De maneira geral, o termo caracteriza os procedimentos de concessões fiscais e creditícias implementados pelos estados. Como tem sido um procedimento generalizado e que beneficia praticamente todo e qualquer investimento, seja em capital fixo (maquinaria e equipamentos), edificações e obras civis, capital de giro, desenvolvimento tecnológico e pesquisa, não há critério de seletividade do investimento e, muito menos, fica explícita que áreas ou segmentos econômicos os governos estaduais desejam realmente incentivar. (PIANCASTELLI & PEROBELLI, 1996, p. 26).

A partir da explicação apresentada, surge a indagação do porquê dessa prática, se como o próprio nome traz o termo “guerra” o que não remete à algo bom é preciso entender as justificativas que levam a ela. Neste sentido, a explicação histórica remonta à trajetória do pensamento econômico brasileiro e as práticas políticas surgidas a partir dela.

Em um primeiro momento dessa trajetória, conforme Bielschowsky (2000), é consenso entre os historiadores que desde o início do século XIX até os anos 30 a tradição ideológica econômica brasileira foi liberal, traduzido também como a teoria econômica clássica, pode-se colocar como principal expoente desta corrente Adam Smith, que como já falado, as elaborações teóricas eram concentradas nas firmas e no mercado, como breve síntese de uma das posições deste pensamento, o mercado (a partir das trocas e negócios) garantiria a conjunção e satisfação de interesses da sociedade.

O homem, entretanto, tem necessidade quase constante da ajuda dos semelhantes, e é inútil esperar esta ajuda simplesmente da benevolência alheia. Ele terá maior probabilidade de obter o que quer, se conseguir interessar a seu favor a auto-estima dos outros, mostrando-lhes que é vantajoso para eles fazer-lhe ou dar-lhe aquilo de que ele precisa. E isto o

que faz toda pessoa que propõe um negócio a outra. Dê-me aquilo que eu quero, e você terá isto aqui, que você quer - esse é o significado de qualquer oferta desse tipo; e é dessa forma que obtemos uns dos outros a grande maioria dos serviços de que necessitamos[...] Assim como é por negociação, por escambo ou por compra que conseguimos uns dos outros a maior parte dos serviços recíprocos de que necessitamos, da mesma forma essa mesma propensão gera a divisão do trabalho. (SMITH, 1996).

Todavia, o liberalismo econômico e político encontrou limites conforme Bielschowsky (2000) no plano econômico com a crise internacional de 1929, além de sociais e políticas. Quanto aos fatores sociais e políticos que ocasionaram no declínio do modelo decorreram do tripé que sustentou as chamadas revoluções burguesas e a ascensão do liberalismo: “liberdade; igualdade e fraternidade”.

Neste sentido, são amplamente válidos os ensinamentos de Eros Grau, que apresenta a crítica dada a cada um desses elementos no modelo liberal clássico.

O modelo clássico de mercado ignorava e recusava a ideia de poder econômico. Na prática, todavia, os defensores do poder econômico, porque plenamente conscientes de sua capacidade de dominação, atuando a largas braçadas sob a égide de um princípio sem princípios – o princípio do livre mercado -, passaram e desde então permanecem a controlar os mercados. [...] A *igualdade*, de outra parte alcançava concreção exclusivamente formal. Cuidava-se de uma igualdade à moda do porco de Orwell, no bojo da qual havia – como há – os “iguais” e os “mais iguais”. [...] Quanto a *fraternidade*, a toda evidência não poderia ser lograda no seio de uma sociedade na qual compareciam o egoísmo e a competição como motores da atividade econômica. O próprio Adam Smith sustentava que a melhor contribuição que cada um poderia dar à ordem social seria a contribuição do seu egoísmo pessoal. (GRAU, 2018, p. 19-23, grifo do autor).

A partir dessa conjuntura histórica que surgem, em reação ao pensamento liberal, conforme Bielschowsky (2000), diferentes concepções do desenvolvimento brasileiro. No que concerne aos elementos de política fiscal o referido autor divide em dois segmentos os desenvolvimentistas do “setor privado” e do “setor público”, quanto aos do “setor privado” as diretrizes “tinham, no compromisso com a preservação da taxa de lucro empresarial, uma das características básicas que distinguiam de seus colegas do setor público” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.97). Assim para essa vertente o investimento nacional era intrínseco a lucratividade privada.

Os desenvolvimentistas do “setor público” da qual se destaca Celso Furtado compreendiam que a elevação da renda em favor do capital privado não proporcionaria equivalentemente ganhos à poupança nacional. Neste sentido, “Furtado afirmara que os grupos de altas rendas consumiam excessivamente no Brasil, tornando por isso obrigatório que o Estado exercesse uma ação fiscal, de modo ativar o desenvolvimento” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.98).

Essa perspectiva desenvolvimentista de Celso Furtado que dava protagonismo ao setor público é também o fundamento daquilo que seria a principal política pública

de desenvolvimento regional exercida no Brasil a partir do fim da década de 1950 até a redemocratização, as Superintendências de Desenvolvimento e o próprio planejamento do desenvolvimento das regiões pelo Estado brasileiro.

A ascensão e declínio do modelo de desenvolvimento regional “desenvolvimentista” e o surgimento da Guerra Fiscal

A trajetória intelectual aliada a origem nordestina (Paraíba), fizeram segundo Diniz (2009) que Furtado se conscientizasse dos problemas da desigualdade do ritmo de desenvolvimento entre nações e também nos espaços sub-regionais. Desta forma, a obra “*Formação econômica do Brasil*” publicada em 1959, de Celso Furtado, consiste, nas palavras de Diniz (2009), na interpretação pioneira do desenvolvimento regional brasileiro, que já apresentava seus indicadores de um desenvolvimento desigual entre as regiões no Brasil, como se vê no trecho seguinte:

A tendência a concentração regional da renda é fenômeno observado universalmente, sendo amplamente conhecidos nos casos da Itália, da França e dos EUA. Uma vez iniciado o processo, sua reversão espontânea é praticamente impossível. Em um país da extensão geográfica do Brasil, é de se esperar que tal processo tenda a prolongar-se extremamente. (FURTADO, 2005, p.235).

Para Celso Furtado, assim como para os teóricos do desenvolvimentismo, seria um “grave equívoco supor que esses problemas de disparidades regional se resolverão espontaneamente, e que por isso não devem constituir preocupação central da política geral de desenvolvimento” (FURTADO, 2012, p. 61). As causas das disparidades econômicas regionais diagnosticadas por Furtado (2005) principalmente entre o Nordeste do país e o Centro-Sul eram históricas e geográficas, sendo uma consequência de um período anterior ao da industrialização brasileira, proveniente da incapacidade do sistema de romper com as estruturas coloniais de produção (monocultura imobilizada por um sistema latifundiário) e utilização de recursos, assim ao longo do tempo o crescimento demográfico da região somado a escassez de terras corroboraria para o agravamento da desigualdade.

Além de teórico Celso Furtado ainda contribuiu para a constituição de políticas públicas de desenvolvimento regional, é a partir de sua obra “*Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*” que se apresenta os fundamentos para a criação da Superintendência de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (SUDENE) em 1959 no governo Juscelino Kubitschek e que serviu de modelo para as fundações das demais superintendências de desenvolvimento como a SUDAM (desenvolvimento amazônico) e SUDECO (desenvolvimento do Centro-Oeste) em 1966 e 1967 respectivamente.

O protagonismo do Estado, em especial a União, na formulação e execução de grandes projetos de desenvolvimento regional se fortaleceram a partir da criação dessas superintendências, e ainda que anteriormente a elas houveram outras experiências como “A marcha para o Oeste” de Getúlio Vargas, o modelo desenvolvimentista se consolidou

como diretriz das políticas públicas de desenvolvimento econômico e regional do Brasil.

Com o apogeu do nacional-desenvolvimentismo no Regime militar, no denominado “milagre econômico”, o país experimentou uma série histórica de crescimento, assim como a expansão de atividades econômicas para eixos além do Sul e Sudeste. Todavia, o forte intervencionismo do Estado dentro nacional-desenvolvimentismo, ou até mesmo de um perfil Keynesiano encontrou seus limites nas décadas de 1970 e 1980, em grande parte pelo aumento da inflação, e ainda conforme Lessa (1997) e Bresser Pereira (2016) pela crise internacional do choque do petróleo, fato que reascendeu os ideários liberais, através de suas reformulações (neoliberais) pelas escolas monetaristas, da Universidade de Chicago e autores como Hayek e Friedman.

A hegemonia das ideias keynesianas sobre o controle da demanda agregada, como forma de evitar as profundas e prolongadas recessões observadas na primeira metade do século, introduziu viés inflacionário, que se manifestou com maior ou menor intensidade nas economias industrializadas, a partir da década de 60. Vozes isoladas de críticas do otimismo das possibilidades da administração macroeconômica da demanda agregada, Milton Friedman e a escola macroeconômica da Universidade de Chicago tiveram suas teses confirmadas pela evidência empírica dos anos 60 e 70. [...] O monetarismo saiu inequivocamente vitorioso sobre o keynesianismo ingênuo dos anos 50 e 60. (RESENDE, 1989).

Assim, Resende (1989) percebia que a inflação de mais de três dígitos da economia brasileira deveria ser combatida com políticas econômicas de perfil liberalizantes, o mesmo autor participou posteriormente do chamado Plano Real no início da década de 1990 que teve efetividade no combate à inflação.

Concomitante ao declínio do modelo de intervenção Estatal, o centralismo político do regime militar também sucumbe no Brasil com o período de redemocratização. No mesmo sentido, as instituições destinadas ao desenvolvimento regional também definharam até a extinção delas nos anos de 1990, havendo então “um completo desmonte do aparato governamental relacionado ao planejamento, em que sucumbiram também as instituições que haviam sido construídas com a finalidade de reduzir as desigualdades regionais” (CARGNIN, 2014, p.85).

Diante dessa conjuntura, de descentralização política pelo governo federal de um regime militar, para uma redemocratização consolidada com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, somada à extinção de organismos formuladores e executores de políticas de desenvolvimento regional proporcionou-se o ambiente para o surgimento da Guerra Fiscal.

Do histórico da Política de Desenvolvimento Regional, como visto antes da atribuição exclusiva da União, colecionam os escândalos da corrupção no Governo Federal, com destaque à Superintendências Regionais (SUDECO, SUDAM, SUDENE) que acabaram por serem extintas (Lei nº 8.029/1990 e MP nº2145/2001) diante da costumeira prática de desvio de recursos públicos. [...] Neste cenário de ausência do Governo Federal, no cumprimento de

seu mister constitucional de elaboração de planos nacionais e regionais de ordenação do território e desenvolvimento econômico e social (art. 21, IX, CF) os Estados lançaram seus próprios programas utilizando-se sobretudo, do ICMS como instrumento de política fiscal a promover industrialização de seus territórios. (BEVILACQUA, 2006, p.106).

Realizada essa breve contextualização tanto de parte do pensamento econômico brasileiro e dos elementos que antecederam e resultaram na Guerra Fiscal, podemos apresentar as características bem como alguns dos efeitos desta para o Desenvolvimento Regional.

A Guerra Fiscal política ou obstáculo ao desenvolvimento regional?

Ainda que para Prado a guerra fiscal consiste em uma “forma peculiar de políticas de desenvolvimento regional” (PRADO, 1999, p.7), a hipótese que se toma para é de que a mesma é um obstáculo ao desenvolvimento não somente das regiões, mas do conjunto federativo.

Antes de adentrarmos nos elementos que constituem essa hipótese, salienta-se o porquê do nome “Guerra Fiscal”, para tanto utiliza-se a explicação trazida por Varsano:

A guerra fiscal é, como o próprio nome indica, uma situação de conflito na Federação. O ente federado que ganha – quando de fato, existe algum ganho – impõe, na maioria dos casos, uma perda a algum ou a alguns dos demais, posto que a guerra raramente é um jogo de soma positiva. O federalismo, que é uma relação de cooperação entre unidades de governo, é abalado. Também a Federação – cara aos brasileiros a ponto de a Constituição conter cláusula pétreia que impede sua abolição – perde. (VARSANO, 1997, p.6).

Além da agressão ao pacto federativo supracitado, há outras ilegalidades nessas práticas da Guerra Fiscal, como a arbitrariedade dos entes federais em relação a concessão de isenção fiscal relativo ao ICMS, tendo em vista que para que ocorra essa concessão é necessária a autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

Ademais, é relevante mencionar que a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, dispõe quanto a concessão da isenção de ICMS, a qual retrata no §2º do artigo 2º que apenas haverá concessão do benefício fiscal caso haja unanimidade na decisão entre os entes federativos, casos que por diversas vezes são inobservados pelos entes concedentes.

Diante dessas práticas surgem inúmeras ações direta de controle de inconstitucionalidade, visto que a constituição federal no artigo 155, inciso XII, alínea g, retrata que a lei complementar regulará como irá ocorrer a concessão dos benefícios fiscais, e essa lei alude que apenas haverá mediante a concordância de todos os entes federativos. Nesse mesmo sentido é o entendimento da suprema corte, guardiã da carta magna, conforme o julgado:

Ação direta de inconstitucionalidade. Tributário 2. Decreto 31.109/2013, do Estado do Ceará, com as alterações promovidas pelos Decretos 31.288/2013 e 32.259/2017. 3. ICMS. Produtos derivados do trigo. 4. Instituição de regime de

substituição tributária com diferenciação da base de cálculo entre indústrias com produção no Estado do Ceará (indústria com produção integrada) e as demais indústrias. 5. Benefício fiscal. 6. Ausência de convênio interestadual, conforme exigido pelo art. 155, § 2º, XII, “g”, da Constituição Federal. 7. Tratamento diferenciado em razão da procedência. Afrenta ao art. 152 da Constituição Federal. 8. Ofensa ao princípio da neutralidade fiscal, previsto no art. 146-A da Constituição Federal. 9. Ação direta julgada procedente. (STF - ADI 6222, Relator: Min. GILMAR MENDES, Data de Julgamento 20/04/2020, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 11/05/2020).

[...] “Os convênios do ICMS têm a função de uniformizar, em âmbito nacional, a concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais pelos Estados (art. 155, § 2º, XII, *g*, da CF/88). Em última análise, trata-se de instrumento que busca conferir tratamento federal uniforme em matéria de ICMS, como forma de evitar a denominada guerra fiscal”. Eventuais benefícios, como créditos presumidos, podem incentivar investimentos em determinado Estado em detrimento dos demais. Daí a razão do controle. Há vários acórdãos do STF dizendo da invalidade de benefícios fiscais concedidos sem prévia autorização em convênio. Entende o STF que nem mesmo as Constituições Estaduais podem conceder benefícios de ICMS não autorizados por convênio, sob pena de inconstitucionalidade. (PAULSEN, 2017, p. 174).

Embora agravada pela guerra fiscal, a doutrina de Lukic (2017) aponta que o ICMS em sua essência já é uma tributação que prejudica o desenvolvimento dos estados de menor PIB, pois o imposto possui como fato gerador a circulação de mercadoria e serviços, assim “em regiões onde o PIB é menor, as receitas do ICMS serão igualmente baixas. Isso causa a desigualdade entre os estados, dado que os mais ricos têm, portanto, mais recursos fiscais advindos desse imposto.” (LUKIC, 2017, p.40).

Como já apontado, o desenvolvimento das regiões fica prejudicado ainda mais com a guerra fiscal, pois conforme pode-se observar dos estudos de Macedo (2013) e Bevilacqua (2006) Lukic (2017), apesar de ter alguns efeitos iniciais positivos (aumento da instalação de indústrias, comércio e diminuição da carga tributária) o esfacelamento do pacto federativo e o “leilão” de incentivos fiscais no longo prazo, quantitativamente e qualitativamente são nocivos ao conjunto nacional e individual das regiões. Do ponto de vista dos valores arrecadados, mesmo com outras variáveis a serem observadas, os estudos de Lukic (2017) e o Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de 2018 – Senado Federal (2018) demonstram em números e gráficos a diminuição do valor global da arrecadação do ICMS, no conjunto dos estados, em relação ao PIB na série histórica 1990-2017.

Do ponto de vista de políticas públicas e investimento em setores primordiais socioeconomicos a conclusão lógica é a de que “a guerra fiscal também promove distorções na eficiência alocativa dos recursos públicos vez que cada real utilizado na concessão de benefícios tributários, significa um gasto equivalente que deixou de ser efetuado em saúde, educação, transporte, etc.” (BEVILACQUA, 2006, p.108).

O entendimento já consolidado pela corte constitucional acerca da inconstitucionalidade de concessões de benefícios fiscais, em especial do ICMS, além

dos efeitos socioeconômicos já recorrentes de crise financeira dos estados, não foram suficientes para afastar as práticas da guerra fiscal, em próprios porta-vozes dos setores produtivos apresentam esses diagnósticos, como se observa no Diário do Comércio de São Paulo publicado em setembro de 2017 com o título “Por que a guerra fiscal está longe do fim” (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 2017).

Diante do problema e das consequências apresentadas, verifica-se que guerra fiscal é um elemento obstante ao desenvolvimento regional e não como uma política para se chegar a ele. Ainda que se não seja o enfoque desta pesquisa a relação muitas vezes em conluio entre os setores públicos e privados, ajustada a uma perspectiva de ascensão de uma perspectiva neoliberal de livre mercado parece ser uma diretriz que favorece esse cenário que toma em seu próprio nome a “guerra”.

CONCLUSÃO

O trabalho apresentado teve seus objetivos atingidos de contextualizar e demonstrar os efeitos da guerra fiscal para o desenvolvimento regional. Para tanto, observou-se não somente o contexto histórico em que ela ascendeu, mas também as condições prévias para a sua ocorrência.

Neste sentido, também buscou-se apresentar algumas das principais teorias que sustenta pensamentos acerca da macroeconomia brasileira que orientam as políticas públicas, em que o papel da tributação e as práticas que a circundam são determinantes para o desenvolvimento econômico e regional.

Assim, verifica-se do estudado que a estrutura política tributária da guerra fiscal não beneficia a ocorrência de políticas públicas de desenvolvimento regional, mas sim o oposto, obstaculiza.

Por fim, ainda que este trabalho não apresente soluções a este objeto de estudo que se verificou ser um problema, possui relevância no posicionamento acerca do tema, pois ainda que haja os defensores do que denominam “incentivos fiscais”, é preciso ter um olhar crítico a estes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Relatório de Acompanhamento Fiscal**. Instituição Fiscal Independente: 2018.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Modelos de estado desenvolvimentista**. In: Texto para Discussão 412. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – FGV-EESP. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Texto-Discuss%C3%A3o/350-Modelos-Estado-Desenvovimentista-TD412.pdf>

BEVILACQUA, Lucas. **ICMS e Guerra Fiscal**. In: Procuradoria Geral do Estado de Goiás, 2006. Disponível em: www.pge.go.gov.br/revista/index.php/revistage/article/download/96/80

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** – 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000
- CARGNIN, Antonio Paulo. **O sentido das políticas de desenvolvimento regional.** In: Rev. Econ. NE, Fortaleza, v.45, n.4, p. 83-95, out/dez 2014. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1489
- CHENERY, Hollis. **The structuralist approach to development policy.** In: The American Economic Review, vol 65 n°2. 1975. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1818870>
- DIARIO DO COMÉRCIO. **Por que a guerra fiscal está longe do fim.** São Paulo, 2017. Disponível em: <https://dcomercio.com.br/categoria/leis-e-tributos/por-que-a-guerra-fiscal-esta-longo-do-fim>
- DINIZ, Clélio Campolina. **Celso Furtado e o desenvolvimento Regional.** Nova Economia, Belo Horizonte, n.19, p.227-249, maio-agosto de 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/neco/v19n2/a01v19n2.pdf>
- FURTADO, Celso. **Perspectivas da economia brasileira.** Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Rio de Janeiro: 2012.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**/Antonio Carlos Gil. – 4ª ed. – São Paulo: Atlas, 2002
- GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988: (Interpretação e crítica.** 19ª ed. Atual. – São Paulo: Malheiros, 2018.
- HIRSCHMAN, Albert. **Transmissão Inter-Regional e Internacional do Crescimento Econômico,** 1958. In: SCHWARTZMAN, Jacques. (Org.) Economia Regional: Textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.
- LUKIC, M. S. R. **ICMS: entraves jurídicos e econômicos e propostas de melhoria. In: estudos, ideias e propostas : ICMS, seguridade social, carga tributária, impactos econômicos / organizador: Adolfo Sachsida.** – Brasília : Ipea, 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170512_livro_tributacao.pdf
- MACEDO, Fernando Cezar de.; ANGELIS, Ângelo de. **Guerra fiscal dos portos e desenvolvimento regional no Brasil.** In: REDES - Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v. 18, n.1, p. 185- 212, 2013.
- MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas,** 1957. In: Textos da economia contemporânea; Ministério da Educação e Cultura. Instituto Superior de Ensinos Brasileiros, Rio de Janeiro: 1960.
- PERROUX, François. **O conceito de polo de crescimento,** 1955. In: SCHWARTZMAN, Jacques. Org. Economia Regional: Textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977

PIANCASTELLI, Marcelo; PEROBELLI, Fernando. **ICMS: Evolução recente e guerra fiscal**. In: Texto para discussão nº 402, Brasília: IPEA, 1996. Disponível em: http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0402.pdf

PRADO, Sergio. **Guerra fiscal e políticas de desenvolvimento regional no Brasil**. In: Economia e Sociedade, 13 ed.; Campinas: 1999

RESENDE, André Lara. **Da inflação crônica à hiperinflação: observações sobre o quadro atual**. In: Revista de Economia Política, vol.9, nº1, janeiro-março. Rio de Janeiro: PUC RJ, 1989.

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações: Investigações sobre sua natureza e suas causas**, 1776. São Paulo: Editora Nova Cultura LTDA. 1996.

SOUZA, Nali Jesus de. **Economia Regional: Conceitos e fundamentos teóricos**. In: Perspectiva Econômica, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Ano XVI, v.11, n. 32, 1981, p. 67-102

SOUZA NETO, Arcanjo Ferreira de. MELLO, Sérgio C. Benício de. Olhando **Além Do “Primeiro Estruturalismo”**: Uma Breve Discussão Sobre os Conceitos Fundamentais e Princípios Gerais nas Análises Estruturais, Sua Relevância e Aplicabilidades Potenciais na Pesquisa em Marketing. In: XXXI Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, 2007.

VARSANO, Ricardo. **A Guerra Fiscal do ICMS: Quem ganha e Quem perde**. In: Planejamento e Políticas Públicas nº 15 – IPEA, 1997. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/127>

VON THUNEN, J. H. **The isolated state**. Oxford: Pergammon Press, 1966

WEBER, Alfred. **Theory of the location of Industries**, 1909. The University of Chicago Press. CHICAGO, 1929.

PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS – RELEVÂNCIA PARA O BRASIL

Data de aceite: 01/04/2022

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutor (UFSC). Docente, pesquisador e orientador no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale Rio do Peixe (Uniarp). Advogado (OAB/SC nº 4912)
<https://orcid.org/0000-0003396-972X>

Dreone Mendes

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Uniarp
<https://orcid.org/0000-0002-6150-0450>

Rubens Luis Freiburger

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Uniarp
<https://orcid.org/0000-0002-1520-1580>

RESUMO: A moderna disciplina de Relações Internacionais no Brasil, caminha no sentido de alcançar um “*status*” epistêmico, uma vez que esta ultrapassou importantes estágios em sua evolução epistemológica. Das primeiras abordagens idealistas passa-se a uma etapa com maior preocupação em se definir matrizes teóricas e metodológicas coerentes e articuladas. Nessa conjuntura de desenvolvimento dos estudos que procuram dar inteligibilidade a realidade complexa como é a política internacional, o realismo e o transnacionalismo ou interdependência complexa que se

apresentam como alternativas teóricas mais lúcidas, com o pensamento realista centrado nos conflitos interestatais e o transnacionalismo, com sua ênfase na articulação entre as diversas unidades que compõem o sistema. Essas duas escolas de pensamento foram importantes para a compreensão do sistema-mundo. Todavia, os elementos fundamentais levantados pelos realistas continuam tendo validade. Nesse ponto, é preciso analisar as premissas do transnacionalismo, essenciais para a compreensão do processo de mundialização da economia e a interação entre os diversos atores do canteiro internacional. Destarte, as duas linhas de análise podem ser utilizadas para o estudo das Relações Internacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Internacionais. Pesquisa. Política Internacional.

IN INTERNATIONAL RELATIONS – RELEVANCE TO BRAZIL

ABSTRACT: The modern discipline of International Relations in Brazil is moving towards achieving an epistemic status, since it has passed important stages in its epistemological evolution. From the first idealistic approaches we pass to a stage with greater concern in defining coherent and articulated theoretical and methodological matrixes. At this juncture of development of studies that seek to make intelligible the complex reality of international politics, realism and transnationalism or complex interdependence present themselves as more lucid theoretical alternatives, with realist thought centered on interstate conflicts and transnationalism, with its

emphasis on the articulation between the various units that make up the system. These two schools of thought have been important in understanding the world-system. However, the fundamental elements raised by the realists are still valid. At this point, it is necessary to analyze the premises of transnationalism, essential to the understanding of the economic globalization process and the interaction between the diverse actors of the international scene. Therefore, both lines of analysis can be used for the study of International Relations.

KEYWORDS: International Relations. Search. International Politics.

INTRODUÇÃO

As Relações Internacionais é uma ciência criada na segunda década do século XX, nascida no pós-guerra da I Guerra Mundial. Como disciplina de estudo está relacionada à Ciência Social no Reino Unido e Estados Unidos da América (EUA). (MENDES, 2019).

Em 1903, foi fundada a *American Political Science Association* (APSA), autores presumem que os fenômenos e fatos internacionais já vinham sendo estudados, sem o compromisso formal de compartilhar informações sobre o tema. Em 1910, foi criado o *International Conciliation*, pelo canal *Carnegie Endowment for International Peace*. O veículo de comunicação é tido, como um dos primeiros a publicar matérias sobre relações internacionais. (MENDES, 2019). O objetivo do *Carnegie* é auxiliar os países a enfrentar problemas globais e salvaguardar a paz, auxiliando-os a encontrar soluções estratégicas, apoiar a diplomacia mundial e ajudar a treinar futuros diplomatas e acadêmicos internacionais. (CARNEGIE, 2021).

Outros pesquisadores relatam que a primeira publicação sobre relações internacionais aconteceu em 1910, no veículo intitulado *Journal of Race Development*, posteriormente chamado, em 1919, *Journal of International Relations* e finalmente, em 1922, denominado *Foreign Affairs*. (MENDES, 2019). O veículo busca ser um lugar de debates sobre a política americana e uma gama de problemas (políticos, históricos, econômicos, etc.) mundiais. (FOREIGN AFFAIRS, 2021),

Segundo Mendes (2019), em 1919, surge à primeira cadeira da disciplina de Relações Internacionais na Universidade de Gales, no País de Gales, no Reino Unido. Na mesma época, nasce em 1920, o *Royal Institute of International Affairs* e em 1921, o *Council of Foreign Relations*, respectivamente em Londres e Nova Iorque.

As Relações Internacionais (RI) possuem suas raízes em outras ciências como a História, a Geografia, o Direito, a Economia, a Ciência Política, a Sociologia, entre outras. A ciência RI solidifica-se após a II Guerra Mundial, a partir das mudanças geográficas, políticas, sociais e econômicas, ocasionadas pelo papel dos EUA nas transformações globais e nas permanentes renovações. (MENDES, 2019).

O século XXI apresenta a necessidade e o desafio da atualização da RI com a necessidade da criação de instrumentos e estratégias para analisar a realidade mundial, destaca-se os papéis e a importância dos países do Terceiro Mundo e os países Índia,

China, Rússia, África do Sul e Brasil que compõe o *Building Better Global Economic* (BRICS) nas relações internacionais. (PECEQUILO, 2016).

As discordâncias que surgem nas RI entre os países, não podem ser resolvidos mediante decisão de um poder soberano que seja capaz de impor um ordenamento jurídico eficaz. As pretensas decisões devem ser discutidas com exaurimento, sob o risco dos Estados envolvidos serem obrigados a recorrerem à prova de força, armarem-se uns contra os outros ou, se não puderem confiar só em suas armas, a apoiarem-se nas armas alheias. (LOPES, 2019).

Este conceito das relações internacionais e da sua diferença quanto às relações internas, não é desmentido pela existência de um direito internacional, que muitos juristas consideram um ordenamento originário, plenamente vinculador para quantos lhe estão sujeitos. (BOBBIO *et al*, 1998).

Sendo assim, esse estudo se justifica, pois a produção de conhecimento científico na área se constitui ponto de partida para qualquer investigação sobre o assunto, ao mesmo tempo em que os resultados do trabalho evidenciam a necessidade de conhecer a realidade das Relações Internacionais no Brasil, nas áreas do ensino, da pesquisa e da profissionalização.

O objetivo do estudo consiste em identificar a importância da pesquisa para o aperfeiçoamento das diversas teorias, em especial das Relações Internacionais no Brasil, que tem por intuito a soberania do Estado.

Quanto à Metodologia empregada utilizou-se a pesquisa qualitativa, uma vez que se procura trabalhar com informações que não podem ser diretamente quantificadas, realizando-se um estudo aprofundado sobre o tema em questão, qual sejam as relações internacionais. Conforme Haguette (1997), o método qualitativo fornece uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais, enfatiza as especificidades de um fenômeno ou fato social em termos de suas origens e de sua ontologia.

Registra-se que na fase de investigação foi utilizado o método dedutivo, que se caracteriza por inferir, a partir de afirmações gerais estabelecidas pelas teorias científicas anteriores, consequências válidas que se aplicam a casos particulares, ou seja, ao objeto do presente estudo. (POZZEBON, 2004, p. 28). Nas diversas fases da pesquisa, foram acionadas as técnicas da pesquisa bibliográfica sistemática.

Conforme Santos (2007, p. 31), as formas mais comuns de coletar informações são: a pesquisa bibliográfica, o levantamento e a pesquisa experimental, que utilizam como fontes a bibliografia, o campo e o laboratório, respectivamente. Pesquisa documental, pesquisa *ex post facto*, pesquisa-ação e estudo de caso, constituem variações importantes daquelas formas fundamentais.

As fontes bibliográficas, os livros (de leitura corrente ou de referência, tais como dicionários, enciclopédias, anuários etc.), as publicações periódicas (jornais, revistas, panfletos, etc.), entre outros. A utilização total ou parcial de quaisquer dessas fontes

caracteriza a pesquisa como bibliográfica. Na pesquisa optou-se por utilizar artigos em português, na íntegra, publicados entre 2012 e 2022, em redes sociais *Google Acadêmico* e *Scientific Eletronic Library Online (SciELO)*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo dos anos é possível assistir a influência central na sociedade da ciência do Direito e a caracterização da ciência com normas que regulam a vida social, apresenta garantias de soluções para os problemas e conflitos na vida dos cidadãos, o que não seria diferente na sociedade brasileira. (SANTOS, 2018).

Na medida em que a ciência é sempre um “poder fazer”, certo domínio da natureza, ela se liga ao poder que o ser humano possui um sobre o outro. (TARNOWSKI, 2021). A ciência e a tecnologia tiveram uma parte significativa na organização da sociedade contemporânea. Para Fourez (1995, p. 207), o conhecimento é sempre uma representação daquilo que é possível fazer e, por conseguinte, a representação daquilo que poderia ser objeto de uma decisão na sociedade.

Fourez (1995) caracteriza a política a partir das relações entre ciência e ciências sociais, apresentando os conceitos de dois tipos diferentes de política: a científica e a tecnocrático.

A “política científica” é a política capaz de instituir atos, atitudes e decisões políticas com propósito de garantias para o desenvolvimento da ciência. “Os cientistas tendem a considerar desse modo a política científica como uma política que favorece o desenvolvimento da ciência”. (FOUREZ, 1995, p. 208).

Para o autor a política científica é aquela em que as decisões se pautam em, tornando-se determinadas ou legitimadas pela ciência. Sendo assim, quando um partido político fala de uma política científica infere que a política toma decisões utilizando a ciência. Trata-se nesse caso da “política pela ciência”.

A “política tecnocrática” é onde as decisões cabem aos especialistas, assim é importante aos países que adotam o sistema, estudar as relações internacionais. Fourez (1995, p. 208) salienta que na sociedade brasileira o modelo é bastante difundido, pois existe uma tendência a se recorrer aos especialistas nas busca de soluções para problemas sobre relações. No modelo tecnocrático, os conhecimentos científicos que determinam as políticas a serem seguidas, consideram as decisões sociopolíticas, graças aos conhecimentos científicos que se supõem neutros, evitando ao máximo as discussões e negociações sociopolíticas.

Dessa forma, Montenegro e Winter (2019) afirmam que muitos países buscam entender as diretrizes das Relações Internacionais (RI), para aplicarem em seus territórios atendendo a adequação das demandas complexas da sociedade internacional. A globalização e as relações nos mercados de negócio trouxeram novos atores sociais ao

intricado jogo de decisões

A importância do estudo do comércio e das finanças internacionais é reconhecida desde o século XVI, na era dos mercantilistas, quando se tornou evidente que, participando do comércio internacional, cada país podia fazer uso dos recursos de uma forma mais eficiente, especializando-se em determinadas atividades mais apropriadas à sua dotação de fatores e obtendo sensíveis economias de escala em sua produção. (ZANNOCHI, 2013).

Conforme entendimento de Foschete (2001, p. 13), como consequência o comércio entre as nações possibilitava um aumento da renda real de cada nação, acarretando uma melhoria de bem-estar entre a população produtiva. Verifica-se ainda, que o comércio internacional criou condições para que as melhorias tecnológicas desenvolvidas em um país fossem compartilhadas por outros países, seja pelo fato, de que vêm embutidas nos bens de capital importados, seja porque aumentam a eficiência produtiva e a qualidade do produto nos setores de exportação de cada país.

No que diz respeito às orientações disciplinares e escolhas teórico-metodológicas das relações internacionais, Almeida (2006, p. 64) assevera que uma análise sobre essas temáticas são seguidas nos estudos das relações internacionais e de política externa no Brasil. Não sendo possível, ser separada das condições concretas sob as quais trabalham os diferentes autores ao longo das últimas décadas, bem como das temáticas privilegiadas em seus trabalhos.

O autor acrescenta que os anos 1970, correspondem à política do regime militar de afirmação no Brasil, enquanto “potência emergente”, ou como “potência média”, condição que inspirou os primeiros estudos de relações internacionais, ainda em grande medida elaborados por brasilianistas como *Selcher*, *Perry* ou *Schneider*. O enfoque do multilateralismo, assim como a perspectiva “comparatista” ou “sistêmica”, esta presente em muitos dos trabalhos produzidos naquela época. Os estudos da época eram análise tradicional de cunho jurídico, utilizando metodologia histórico-descritiva com enfoque ecológico ou geopolítico.

Em 1974, criou-se o primeiro Curso de Graduação em Relações Internacionais, posteriormente o de Pós-Graduação, na Universidade de Brasília Até este momento, os assuntos da área eram estudados nas graduações das Ciências Sociais e Econômicas. (CARVALHO *et al.*, 2018).

O Brasil dos anos 80 assiste à crise do “modelo brasileiro de desenvolvimento”, com o aumento dos conflitos diplomáticos com a principal potência aliada, os Estados Unidos da América (EUA), o que inspira a elaboração de digressões acadêmicas sobre questões econômicas, como: dívida externa, informática, patentes, e estudos históricos ou de ciência política, sobre o processo de multilateralização das relações internacionais do Brasil. (ALMEIDA, 2006, p. 65).

Preocupado com o avanço das visões anglo-saxônicas no ensino das RI, o professor Amado Luiz Cervo apresenta as reflexões de *Renouvin* e *Duroselle* a seus alunos. A ideia do

professor Cervo foi apresentar conceitos que remetem as forças e sentimentos profundos emanados da coletividade propostos pelos professores franceses e buscando embasar as decisões da política externa do Brasil. No livro *Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*, o professor tem como objetivo “desmistificar o personalismo das decisões e fatos históricos em regime representativo”. (FRANCESCHINI, 2020, p. 122, *apud* CERVO, 1981).

Desse modo, Almeida (2006) afirma que os trabalhos de geopolítica ou de segurança estratégica, abandonaram o conceito de “reserva de mercado” dos profissionais militares, sendo cada vez mais acessados por um grupo de estudiosos acadêmicos, mesmo os trabalhos de pesquisa não direcionados para publicação comercial. Além dos próprios militares profissionais da ativa e/ou retirados, como Meira Mattos e Cavagnari, o autor ainda destaca outros pesquisadores que se debruçaram sobre temas militares, de segurança e de estratégia, como Héctor *Saint-Pierre*, René *Armand Dreifuss*, Renato *Dagnino*, Domicio Proença Júnior, Clóvis Brigagão, Thomaz Guedes da Costa e *Shiguenoli Miyamoto*.

O segundo livro publicado pelo professor Cervo em 1994, intitulado *O desafio Internacional* apresenta a história das RI no Brasil. O Brasil sempre se preocupou com as relações internacionais, inicialmente apresentando suas decisões pautadas sem teorias, observando apenas as questões políticas, intelectual e diplomática em suas escolhas. Os fundamentos das decisões do Brasil são então definidos pela a autonomia, o nacionalismo e o desenvolvimento. (FRANCESCHINI, 2020).

Nos anos 90, os estudiosos de relações internacionais brasileiros avançam em seus estudos, garantindo o amadurecimento dos sistemas internacional e regional, e sobre a política externa brasileira. O rigor metodológico é o grande diferencial nas diferentes subdisciplinas da área e dos centros de pesquisa. (ALMEIDA, 2006; MONTENEGRO; WINTER 2019).

O pós-guerra Fria e a internacionalização na área do comércio brasileiro impulsionam a autorização para novos cursos de graduação e pós-graduação, nas décadas de 90 e 2000. (CARVALHO; ARAÚJO, 2018).

Os brasileiros interessados nas RI frequentavam os cursos ávidos por informações sobre a temática, as oportunidades no mercado de trabalho em organizações internacionais, nas organizações não governamentais, a carreira diplomática, a prestação de assessorias pública ou privada em RI, o comércio exterior e o setor acadêmico/pesquisa. (CARVALHO; ARAÚJO, 2018).

As traduções tecnológicas de conhecimentos científicos ampliam a eficácia de vivermos nos mais variados ambientes, mas com isso, não só se modifica as relações do homem com a natureza, colocando-o cada vez mais dependente do uso da ciência e da técnica, como também os torna iminente ao risco de uma catástrofe ecológica. (CUPANI, 2016).

Os métodos adotados pelos especialistas brasileiros, a comparabilidade e

a historicidade das análises nos estudos em RI, nos indicam dois grandes blocos metodológicos e tendências analíticas: as correntes sistêmico-estruturais, de um lado, e a comunidade mais homogênea dos estudos históricos, do outro lado. (VASCONCELOS, 2002).

De acordo, com Vasconcelos (2002, p. 18) o homem tendo dominado o ambiente ecológico, desloca sua atenção para as questões de sobrevivência e para o plano das relações com seus semelhantes. As contribuições da Ciência não têm sido suficientes ou adequadas para afastar da civilização do risco real de sua própria extinção.

Por outro lado, salienta o mesmo autor, que a tradução tecnológica dos conhecimentos pela ciência apresenta novidades, como o conceito da expressão Relações Internacionais como um complexo das relações entre os Estados, ora como ator protagonista denominado “aparelhos” ora como “comunidades”. A distinção da esfera específica e da esfera das relações internas dos Estados pressupõe que:

Tal distinção está, com efeito, associada, mesmo a nível do sentir comum, à ideia de que existem importantes elementos de diferença entre as relações internas e as Relações Internacionais. Isto nos põe, portanto, diante da necessidade preliminar de esclarecer rigorosamente tais diferenças, isto é, de estabelecer um critério qualitativo de distinção das duas esferas de relações. Este critério não poderá fundar-se na diversidade dos atores, ou seja, pôr essencialmente a diferença no fato de que, no contexto das Relações Internacionais, os atores seriam os Estados, enquanto, no das relações internas, os atores seriam os indivíduos e os sujeitos coletivos não estatais, como os partidos, os sindicatos, as empresas, etc. Com efeito, junto com os Estados, possuem também um papel importante nas relações internacionais organismos de índole internacional (ONU, NATO e outros sistemas de alianças internacionais, COMECON, OPEC, etc.), organismos integrativos como as comunidades europeias, grupos de pressão como as empresas multinacionais e as internacionais partidárias e sindicatos, organizações como a OLP e por aí afora. Esse critério também não pode basear-se essencialmente na diferença relativa ao conteúdo, porque, no contexto internacional como no interno, existem relações de conteúdo político, econômico, social, cultural, etc., de caráter cooperativo ou conflituoso e, atendendo só a este aspecto, não se revelam diferenças tão claras e evidentes que possam servir de base a um clarificador critério de distinção. (BOBBIO, 1998, p. 1089).

Assim, em um país as relações internas e internacionais se regulam, as internas ocorrem normalmente com a utilização do diálogo em sincronia de discurso, enquanto a externa nunca está a sombra da utilização da violência e da guerra para defesa do monopólio da autoridade soberana. Há países, que sempre escolhem a segunda opção para resolver seus conflitos internos, estabelecendo a chamada “estabilidade” e nunca saem dela. (ALVES, 2014).

Dessa forma, Cervo (2008) entende que a sistemática dos conceitos reunidos por brasileiros em relação a RI e sua aplicação internacional sobre nosso país, vêm contribuindo sobremaneira no estudo das relações internacionais. Os conceitos individualmente e/ou

articulados entre si auxiliam no campo do conhecimento das relações internacionais, além de aproximar a teoria e a prática, facilitando o desenvolvimento de duas funções no ensino da disciplina: a explicativa e a valorativa.

O mesmo autor, explícita uma crítica à construção de teorias, apresentando na primeira parte do texto de seu cunho “a multiplicação de formulações com o fim de abarcar conjuntos explicativos e conjuntos valorativos diversos”. (CERVO, 2008, p. 13). O estudo e a construção de novas teorias, elaboradas por pesquisadores de um país, estado, nação, etc., deve levar em conta aspectos do território, além de culturais e sociais da população, adotando método pré-determinado, sob o risco de se inviabilizar a teoria, apresentado resultados em decorrência de vieses no estudo.

Os conceitos brasileiros lançam raízes em três segmentos da sociedade: os pensadores da nação, de seu destino e de seu lugar no mundo; os pensadores da vida política e da ação diplomática; enfim, o meio acadêmico e os centros de produção científica que analisam metodicamente a conexão entre o interno e o externo. Já a análise se baseia, no método tradicional com elaboração de teorias dedutivas com fragilidade em todos seus aspectos e no método construtivista com base na observação, com resultados apoiados em métodos históricos percorrendo um caminho entre o concreto - abstrato. (CERVO 2008; CAMPOS, VIGEVANI, 2020).

As democracias modernas e pluralistas, como o Brasil, sofrem o mal do discurso ideológico. Frases incompletas e inconclusivas, chavões verborrágico, palavras interpretadas erroneamente, muitas vezes utilizadas na transmissão de ideias em um discurso de mão única, é uma forma de poder e de difusão de comportamentos que nasce sem berço. (LAFER, 2018).

Na atual política do século XXI, no Mundo Contemporâneo, os discursos se sucedem, inclusive nas Relações Internacionais para justificar a realização de arbitrariedades contra seus semelhantes e parceiros econômicos, entre intelectuais que habitam sociedades complexas. Outros acionam o “*modus* avestruz ou política avestruz”, não fui eu ou não foi comigo, escondendo a cabeça na areia. Uma série de governantes opta pelo diálogo e sua postura intelectual faz assumir o papel de negociador. (LAFER, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todo país do globo terrestre, governantes desenvolvem o modelo de estratégias ideias do sistema internacional para negociação e funcionamento, bem como devem acontecer as relações do país com estruturas e conjunturas das demais nações. Para Cervo (2008), formalmente, o representante para negociar em nome de uma nação são os diplomatas, intelectuais formalmente moldados dentro do sistema educacional das relações internacionais do país, com objetivo de desempenhar as funções a eles designadas.

As correntes brasileiras do pensamento político e do pensamento diplomático

carregam como legado histórico a identidade pluralista em que nasceu, cresceu e amadureceu enquanto nação O Brasil, apresenta uma estrutura de substrato étnico-cultural múltiplo, as ideias políticas e a diplomacia brasileira aplicada às relações internacionais, encontram-se justificadas nessa multiplicidade cultural, o substrato oferece base real para transitar com desenvoltura em vários aspectos.

A moderna disciplina de Relações Internacionais no Brasil, caminha no sentido de alcançar *status* científico, observado, a partir de intelectuais e pesquisadores, que constata a ultrapassagem de vários estágios em sua evolução epistemológica. Das primeiras abordagens idealistas, passa-se a uma etapa com maior preocupação a de definição das matrizes teóricas e metodológicas coerentes e articuladas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. R. **O estudo das relações internacionais do Brasil**: um diálogo entre a diplomacia e a academia. Brasília: LGE Editora, 2006.

ALVES, B. S. F. **Por uma teoria crítica das relações internacionais**: as contribuições de *Jürgen Habermas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/126231/ISBN9788579836008.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BOBBIO, N.; MATTUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

CAMPOS, A. S. S.; VIGEVANI, T. Discutindo conceitos para uma escola brasileira de relações internacionais: um debate epistemológico - Audrey Alejandro e as formulações de Amado Cervo. **Intelligere**, v. 10, p. 91-110. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2447-9020.intelligere.2020.178403>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CARNEGIE - *Carnegie Endowment for International Peace. About Carnegie*. **carnegieendowment.org**, Washington, 2021. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/>

CARVALHO, P. N.; GONÇALVES, C. N. I.; ARAÚJO, R. P. Prática de pesquisa e ensino de relações internacionais: relatos sobre experiência de pesquisa em comércio internacional. **PRACS – Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 11, n. 1, p. 149-161, 2018.

CERVO, A. L. Conceitos em Relações Internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-732920080002000002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 29 jul. 2009.

CUPANI, A. **Filosofia da tecnologia**: um convite. 3. ed. Florianópolis : Editora da UFSC, 2016.

FRANSCECHINI, A. História das relações internacionais o Brasil: uma aventura metodológica. **Intelligere, Revista de História Intelectual**, n. 10, p. 111-126, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistaintelligere/article/view/177178/167381>.

FOREIGN AFFAIRS. About Foreign Affairs. **foreignaffairs.com**, Nova Iorque, 2021. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/about-foreign-affairs>.

FOSCHETE, M. **Relações econômicas internacionais**. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

FOUREZ, G. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e a ética das ciências. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1995.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LAFER, C. **Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira**: pensamento e ação. Brasília : FUNAG, 2018.

LOPES, Y. C. Final londrina em *Baku*. **internacionaldaamazonia**, Manaus, 2019. Disponível em: <https://internacionaldaamazonia.com/2019/05/11/final-londrina-em-baku/>. Acesso em: 26 jan. 2022.

MENDES, P. E. O nascimento das relações internacionais como ciência social: uma análise comparada do mundo Anglo-Americana e da Europa Continental. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 8, n. 16, p. 20-53, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/austral/article/viewFile/89031/54794>. Acesso em: 1 fev. 2022.

MONTENEGRO, J.; WINTER, L. A. C. Atuação internacional dos atores subnacionais: desafios e tendência no contexto brasileiro. **IUS Gentium**, v. 10, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/iusgentium/index.php/iusgentium/article/view/489>. Acesso em: 10 jan. 2022.

PECEQUILO, C. S. **Teoria das relações internacionais**: o mapa do caminho: estudo e prática. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

POZZEBON, P. M. G. **Mínima metodológica**. São Paulo: Alínea, 2004.

SANTOS, A. C. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Vitor Veloso e Barros. **As relações internacionais e a busca pela harmonização dos conflitos de normas entre Estados**: questões históricas do direito e da Convenção de Haia sobre Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças. 2018. Monografia (Especialista em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Interacionais, Instituto das Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

TARNOWSKI, K. S.; LAWALL, I. T.; DEVEGILI, K. L. O alinhamento da alfabetização científica e tecnológica com a base nacional comum curricular. **REVISTA DYNAMIS**, v. 27, n. 2, p. 117-135, 2021.

VASCONCELLOS, M. J. E. **Pensamento sistêmico**: o novo paradigma da ciência. Campinas: Papius, 2002.

ZANOCCHI, José Maria Mcall. **A proteção do meio ambiente no comércio internacional**: compatibilização de políticas públicas com o direito internacional. 2013. Mestrado (Dissertação em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal doCeará, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/12833/1/2013_dis_jmmzanocchi.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

A FORMAÇÃO DO OFICIAL AVIADOR NA FORÇA AÉREA: ANÁLISE SOBRE A CONFIGURAÇÃO CURRICULAR SOB A PERSPECTIVA DOS NORMATIVOS DE DEFESA

Data de aceite: 01/04/2022

Maria Alessandra Lima Moulin

Coordenadora Pedagógica na Escola Superior de Defesa, Doutoranda em Educação pela Universidade de Brasília, mestre em relações internacionais e ciência política com ênfase em poder aeroespacial pela Universidade da Força Aérea.

Paulo Pereira Santos

Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Aeroespaciais da Universidade da Força Aérea (UNIFA)

Cristina Massot Madeira Coelho

Professora Doutora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UNB)

RESUMO: O artigo apresenta o resultado da pesquisa realizada na Academia da Força Aérea (AFA) com o objetivo de verificar a existência de uma lógica pedagógica que preside os pressupostos curriculares do Curso de Formação do Oficial Aviador (CFOAV), e sua relação com o preconizado para o ensino de acordo com os documentos formais da Defesa e do Comando da Aeronáutica, de forma a contribuir para a consecução da missão da Força Aérea Brasileira, viabilizando a potencialização do preparo para o emprego dos princípios do Poder Aeroespacial. A análise dos dados pautou-se na abordagem crítico-interpretativa. Os procedimentos técnicos para a prática proposta foram embasados pela pesquisa documental e pela pesquisa de campo. A pesquisa foi desenvolvida por

meio de questionários e entrevistas que foram gravadas por empresa especializada (2017-2018). O público foi delimitado entre docentes (representados por todos aqueles envolvidos no ato de ensinar – instrutores militares, professores civis e professores militares); discentes e a equipe técnico-pedagógica. Como metodologia de análise optou-se pela análise de conteúdo, de forma a valorizar a objetividade e obter a quantificação na exploração qualitativa das entrevistas realizadas durante a pesquisa. Percebeu-se, nesse contexto, a ausência de harmonia e, portanto, a lacuna de uma lógica pedagógica orientando os pressupostos curriculares do CFOAV. Arelado ao resultado explicitou-se a necessidade em curto prazo de normativos que embasem o ensino de forma contextualizada por meio de um Projeto Pedagógico de Curso que demonstre claramente a intencionalidade da ação pedagógica e o desenvolvimento de competências que atendam principalmente a demanda dos normativos de alto nível da Defesa Nacional. A pesquisa contribuiu para a proposição de novos normativos para o ensino que foram elaborados (2020/2021) para os cursos da AFA.

PALAVRAS-CHAVE: Força Aérea Brasileira. Currículo. Defesa.

ABSTRACT: The article presents the result of the research carried out at the Air Force Academy (AFA) with the objective to assess the pedagogical logic that holds the assumption of the Officer Aviator Course curriculum (CFOAV) taught at the, and the relation with existing contents in the teaching proposals and formal documents

of Defense and Air Force Command. This analysis aims to contribute to the Brazilian Air Force mission achievement, and to the improvement of the Aerospace Power principles. Data analysis was done by critical-interpretive approach. Technical procedures were done using documentary research and survey. Questionnaires and interviews - transcribed by specialized company - were used during survey data collection(2017-2018). Those involved in teaching activities - military instructors, civilians and military teachers -, students and technical-pedagogical team were interviewed. Content analysis was the chosen method in order to enhance objectivity and to quantify the qualitative exploration of interviews carried out during the survey. In this context, it was observed the lack of coherence and, therefore, absence of pedagogic logical of the CFOAV curriculum. In addition, it was demonstrated the need for normative documents whose teaching support activities are contextualized by the Pedagogical Project of Course (2020/2021) that should clearly present the intention of pedagogical action and the development of skills that will match the high-level regulatory National Defense demands.

KEYWORDS: Brazilian Air Force, Curriculum, Defense.

1 | INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como base a dissertação de mestrado elaborada para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Aeroespaciais da Universidade da Força Aérea e apresenta os resultados da pesquisa realizada em 2017/ 2018 e suas ações decorrentes.

O objetivo geral da pesquisa foi investigar a análise da lógica pedagógica que preside os pressupostos curriculares da Academia da Força Aérea e sua relação com o preconizado para o ensino de acordo com os documentos formais da Defesa e do Comando da Aeronáutica.

A formação militar, de acordo com as diretrizes emanadas na Estratégia Nacional de Defesa (END), deve prover uma capacidade técnica operacional eficiente no atendimento das missões previstas para cada uma das Forças, salientando que a capacitação deve possibilitar a cooperação militar para atuação em rede, com combatentes e contingentes de outras forças; estimular integração da América do Sul por meio da criação de um Conselho de Defesa Sul-Americano destinado a prevenir conflitos e fomentar a cooperação militar entre países-membros (BRASIL, 2012).

A END, nesse contexto, traça diretrizes para embasar práticas e capacitações operacionais. Desta forma, além de equipar e financiar as Forças Armadas com a tecnologia e pessoal adequados, preconiza-se o preparo para o combate, mesmo em tempo de paz, transformando as ações e formação militares para a melhor adequação à defesa da pátria (BRASIL, 2012). Para atender a demanda dos normativos da Defesa, que balizam a formação necessária para os militares, é imprescindível a construção de currículos igualmente norteados por tais documentos. Nesse propósito procurou-se verificar a existência de coerência pedagógica entre o que se estabelece nos papéis e o que efetivamente se executa nos bancos acadêmicos.

A formação do militar que atenda aos pressupostos da END requer uma metodologia pedagógica diferenciada, que transcenda os mecanismos tradicionais de ensino, visto que a END (BRASIL, 2012) preconiza que o militar seja: capaz de atuar em rede; bem formado técnica e operacionalmente; capaz de aplicar, em situações reais, os conhecimentos adquiridos; capaz de dominar a técnica de comando e controle tendo como foco as habilidades de flexibilidade, adaptabilidade e audácia no campo de batalha.

Para atender aos pressupostos ressaltados pela Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2012), deve-se ater ao enfoque das competências atribuídas ao militar. Atendendo aqui para o que Perrenoud (2002) atribui ao conceito de competência, ou seja, a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.) para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações.

A partir dessa abordagem, as disciplinas ganham um novo contexto no processo de elaboração curricular. O foco deixa de ser na abordagem conteudista e instrucionista, passando para uma vertente mais ativa, em que é possível identificar a obtenção do conhecimento por meio da apresentação de determinada habilidade, formalizada nas atitudes/iniciativas necessárias a serem observadas no processo de formação.

Paralelo a esse estudo foi criado, por determinação da Diretoria de Ensino da Aeronáutica (DIRENS), um Grupo de Trabalho para a adequação curricular tendo como base as premissas acima ressaltadas e a atenção voltada para a intencionalidade da Força Aérea acerca da formação militar básica para o oficial aviador, com perspectiva na carreira da aviação na Aeronáutica. A execução do trabalho contou com a colaboração direta da equipe Subdivisão de Avaliação Institucional da DIRENS, seção a qual a primeira pesquisadora integrava à época.

Levando em consideração que organizações de ensino são sistemas complexos e multidimensionais, o processo de análise das relações que validam a teoria-prática pedagógica perpassa por aspectos dialógicos. Houve a necessidade, portanto, de focar o ciclo dinâmico e dialógico da realidade pesquisada, levando em consideração a mediação de significados na construção do conhecimento, bem como a complexidade dos objetos e atores envolvidos na pesquisa. Para atender à complexidade da proposta, foi utilizada a abordagem qualiquantitativa com critérios referenciados pela abordagem crítico-interpretativa.

Analisou-se o que está consolidado nos documentos escritos (currículos), sua relação com a realização em sala de aula (metodologia) e os resultados a serem obtidos (perfil do egresso). Mais que uma análise de documentos estanques, pretendeu-se a imersão em como esses processos são construídos, focando a pesquisa nos atores do processo: equipe técnico-pedagógica, docentes (professores civis e instrutores militares), equipe técnico-administrativa e discentes (cadetes). Objetivou-se, assim, uma articulação entre o plano micro – visão dos sujeitos envolvidos, e o plano macro – o currículo e sua construção.

Trata-se da relação de como se coadunam os processos de elaboração e realização do ato educativo na visão daqueles que o constroem, fundamentando determinada lógica pedagógica. Como metodologia de análise optou-se pela análise de conteúdo (BARDIN, 1977) de forma a valorizar a objetividade e obter a quantificação na exploração qualitativa das entrevistas realizadas durante a pesquisa.

Como ação decorrente, a Academia da Força Aérea passou por processos de mudanças significativas na forma de executar o ensino e na forma de organizar seus documentos pedagógicos atendendo às demandas do órgão central do Sistema de Ensino da Aeronáutica, ou seja, sua Diretoria de Ensino.

O trabalho ora apresentado contribui com a visão sobre a necessidade de um olhar mais criterioso e atento aos processos de formação profissional no âmbito dos sistemas de ensino militares, ressaltando a importância da elaboração de currículos que atendam aos normativos que estabelecem a atuação militar necessária para o contexto das Forças, apresentando a necessidade de atualização pedagógica balizada nas premissas presentes nos documentos que visam atender à sua respectiva missão de modo que o militar esteja preparado adequadamente dentro dos propósitos predefinidos pelos normativos de Defesa.

2 | DOCUMENTOS PEDAGÓGICOS

Para analisar a coerência entre o que se pretende e o que se configura como resultado do processo de ensino foi necessário entender quais documentos balizam a proposta curricular para o curso. Não há um documento único que promova essa imersão sobre a realidade dos cursos na Organização de Ensino.

No período da pesquisa, quatro normativos principais norteavam a organização do curso: a Norma Reguladora para os Cursos (NOREG), o Currículo Mínimo (CM), o Plano de Avaliação (PAVL) e os Planos de Unidades Didáticas (PUD). Como observado, para compreender como se estabelece o ensino do CFOAV é necessário se debruçar em diversos documentos, com versões e alterações constantes.

Há várias interpretações sobre o currículo e muitas não apresentam o real papel significativo do instrumento como mediador da formação. Macedo (2013) demonstra, em sua obra, Currículo: campo, conceito e pesquisa, toda uma preocupação com correntes que reduzem o papel do currículo como mero transmissor de informações no processo de ensinar-aprender.

O currículo, portanto, não é estanque, visto que “tem um campo historicamente construído, onde se desenvolve o seu argumento e o seu jogo de compreensões mediadoras. Há uma alteridade histórica que caracteriza este campo” (MACEDO, 2013. p. 22).

A fundamentação para elaboração de um currículo está atrelada ao projeto pedagógico do curso. O projeto pedagógico sinaliza o todo. O currículo apresenta o caminho para se chegar à totalidade proposta (MACEDO, 2013).

No período da pesquisa não havia na Academia nenhum normativo como o Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Conforme apresentado anteriormente, os normativos relacionados ao ensino são separados e estanques, não sendo possível a visão do todo, impactando, pois, no processo/percurso.

Essas questões são primordiais, visto que a lógica pedagógica, ou seja, o sentido que se quer para o ensino deve estar atrelado ao sentido do que se quer obter como resultado desse processo. O currículo, bem como as metodologias de ensino empregadas em sala para atender aos documentos de ensino são preponderantes nesse processo.

Para atender à demanda de um profissional que desenvolva uma visão holística, um raciocínio crítico, que tenha iniciativa, criatividade, seja aberto a mudanças, que reconheça, defina e analise problemas de interesse público, que esteja preparado para tomar decisões em diferentes graus de complexidade, entre outros aspectos (citados nos objetivos do curso do Oficial Aviador), é necessária uma metodologia de trabalho e de formação que possibilite o desenvolvimento de tais competências.

Vasconcellos (2009) realiza uma crítica ao que ele denomina “currículo disciplinar instrucionista”, ou seja, à redução do documento à fragmentação em disciplinas estanques ao processo pedagógico baseado em professor falando, falando e cobrando a reprodução dessa fala.

A apresentação do currículo do CFOAV é exatamente a forma criticada por Vasconcellos (2009): as disciplinas são apresentadas de forma estanque, não há sequer uma matriz que demonstre a sequência/ordenamento das disciplinas e sua interdependência, não há pré-requisitos, não é apresentado o caminho, o percurso que o cadete realizará durante os quatro anos em que estiver na Academia.

Há a necessidade da busca de sentido: o que se ensina e como se aprende. O professor necessita, nesse contexto, ter a noção e pensar acerca da intencionalidade de sua ação.

A pessoa age porque tem um sentido e age para chegar a um sentido; agimos porque vemos um sentido naquilo que nos propomos a fazer, e agimos para produzir um sentido, para avançar na compreensão da realidade (externa ou interna); no limite, agimos para concretizar um sentido. A partir do momento que desenvolvemos a função simbólica, a linguagem, tanto do ponto de vista filogenético quanto ontogenético, estamos “condenados” à produção de sentido, uma vez que nosso equipamento psicológico representacional está o tempo todo estabelecendo relações visando a elaboração de sentido. (VASCONCELLOS, 2009, p. 87).

Produzir sentido sobre o que se ensina requer conhecimento sistematizado do que se pretende ensinar. A produção de sentido acompanha a aprendizagem. O conhecimento não é mero reflexo da realidade na mente, mas a construção do sujeito por meio da simbolização evidenciada no sentido atribuído por ele.

Existem muitas discussões no meio civil acerca da área de Defesa Nacional e

essa discussão ainda é pouco difundida na Academia. Os cadetes pouco participam de congressos/encontros da área temática em questão e as disciplinas que versam um pouco sobre essa temática possuem carga horária não tão extensa que possibilite a imersão sobre esses e outros conteúdos. Essa é a área fim da formação do militar para a guerra, capacitando-o para atuar em tempos de guerra, de paz e durante as crises (DCA 1-1).

3 | DOCUMENTOS DE DEFESA

Ao planejar o ensino militar do Oficial Aviador é preciso ter como premissa uma série de diretrizes/normativos que apresentam os objetivos estratégicos de Defesa do país e, para além desses documentos, atentar-se para aqueles que são diretamente ligados ao ensino da Aeronáutica.

Com vistas a uma apresentação mais didática, optou-se pela contextualização por meio de uma hierarquia de documentos, como uma “cadeia de comando” de normativos/diretrizes que se inter-relacionam. A intencionalidade em demonstrar tal hierarquia respalda-se no enfoque que, ao serem elaboradas diretrizes de alto nível no âmbito do ensino, deve-se ter em mente que tais normativos respaldam o foco que se almeja para o perfil do militar nas Forças Armadas, portanto, no processo de orientação do ensino, esses documentos devem ser observados e respeitados no âmbito de sua competência.

A hierarquia ora apresentada se refere aos documentos presentes no Sistema de Planejamento de Defesa, ou seja: a Base Legal de Defesa, o Força Aérea 100 e o PEMAER. Além desses, têm-se a Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira, a Lei de Ensino da Aeronáutica e o Plano de Modernização do Ensino da Aeronáutica.

O Sistema de Planejamento Estratégico da Defesa é composto pelos seguintes documentos: Política Nacional de Defesa (PND); Estratégia Nacional de Defesa (END); o Livro Branco de Defesa.

A PND estabelece o que fazer e os objetivos nacionais da defesa do País. A END estabelece como fazer e quais as diretrizes a serem traçadas para atender à PND. O Livro Branco de Defesa vai prover publicidade ao meio civil, organismos internacionais e confiabilidade sobre a Defesa da Pátria.

Hoje há um cenário de incertezas e instabilidades em âmbito mundial. Existe a necessidade cada vez maior de compreensão profunda sobre a geopolítica e seus eixos de conhecimento: o geográfico, o político e o histórico. Os aspectos da geopolítica alicerçam o entendimento do Estado como provedor da segurança da população de um país e responsável por coordenar as ações relacionadas à Defesa Nacional.

O documento aborda o crescimento da visibilidade e importância do país nos campos diplomáticos e com maior representatividade nas decisões internacionais. A versão preliminar de 2016 (versão entregue em julho de 2020) aponta questões sobre a necessidade de atenção acerca de conflitos assimétricos.

A configuração internacional, caracterizada por assimetrias de poder, gera tensões e instabilidades que contribuem para o surgimento de grupos insurgentes e de organizações terroristas ou criminosas e que tendem a incrementar a guerra irregular. Ainda que a ocorrência de conflitos generalizados entre Estados tenha reduzido, renovam-se aqueles de caráter étnico e religioso, exacerbam-se os nacionalismos e fragmentam-se os Estados, cenário propício para o desenvolvimento da denominada “guerra híbrida”, que combina distintos conceitos de Guerra. (BRASIL, 2016. p. 9).

Além dos aspectos mencionados, a PND enfoca o crescimento econômico e populacional e seu impacto na urbanização desordenada e conseqüente ampliação de demanda por recursos naturais, evidenciando a necessidade de atuação no campo de disputas marítimas, domínio especial, fontes de água doce, alimentos, energia etc.. Ou seja, as crescentes demandas poderão impactar na sustentabilidade.

Finalizando o documento, são apresentados a concepção da Política de Defesa e os Objetivos Nacionais de Defesa, pontos sob os quais se deve atentar ao elaborar documentos que enfoquem o processo de formação de militares.

Nas Diretrizes apresentadas na END (BRASIL, 2012), algumas estão diretamente relacionadas à formação do militar, tais como:

- “a ampliação do potencial estratégico das capacitações operacionais de cada uma das Forças”. Realizar ações estratégicas perpassa por formação que possibilite visualização teórica e prática nos diversos cenários. Até que ponto nossos currículos enfatizam essa teoria-prática em uma análise crítica de estratégias e possibilidades nos contextos de manutenção da paz, bem como nos contextos de conflitos?
- “Fortalecer três setores de importância estratégica: o espacial, o cibernético e o nuclear”. A Escola Superior de Guerra, em seu Manual Básico (BRASIL, 2014), ressalta as cinco expressões do Poder Nacional: o político, o econômico, o militar, o psicossocial e o de ciência e tecnologia.

Na sociedade atual, predominantemente tecnológica, requer-se a disponibilidade de Recursos Humanos cada vez mais capazes, para fazer frente aos desafios crescentes que esta realidade apresenta. Isto porque as tecnologias modernas exigem uma base superior de conhecimento, ao lado de uma maior flexibilidade da mão-de-obra (BRASIL, 2014, p. 86).

Investir nessa área, no processo de ensino, só é possível por meio do incentivo às atividades de pesquisa. Para Toffler(1980), as guerras do futuro estarão pautadas em guerra de informação. As de primeira voga voltadas para a revolução agrária, as da segunda voga, controle da capacidade produtiva, as guerras da terceira voga controle do conhecimento. Cruz (2015, p. 19), nesse aspecto, enfatiza que “a maioria das forças militares no mundo desenvolvido tem, em maior ou menor desenvolvimento, ferramentas de planejamento e organização operacionais para a Cyberwarfare”. Cabe investigar como hoje essas questões estão presentes nos currículos e qual sua interação em diferentes segmentos/fases de ensino de formação e pós-formação da Aeronáutica.

De acordo com o PEMAER (BRASIL, 2010),

[...] as atividades de ensino praticadas no COMAER deverão ser sistematicamente avaliadas quanto à adequação dos aspectos pedagógicos utilizados em relação aos objetivos para o qual foram criadas e, principalmente, verificação da qualidade do seu produto final. (BRASIL, 2010, p.23).

Percebe-se a importância de estudos desses documentos serem difundidos no âmbito da AFA. Esse conhecimento preliminar, tendo início no berço da formação do Oficial da Aeronáutica, é adequado ao projeto de capacitação que vise a um processo de ensino continuado para qual o aviador estará capacitado. É preciso compreender sistematicamente como o Estado prove significado à Defesa da Pátria, estudar os documentos e promover cursos de formação e capacitação necessários para atuação preconizada nos documentos.

Planejar o ensino militar com treinamento específico para a consecução da missão da Aeronáutica é capacitar os recursos humanos da Força adequados a uma conjuntura determinada, realizando atualizações mediadas pelos objetivos a serem atingidos e consequentemente obtendo resultados mais eficazes.

No documento Força Aérea 100 (BRASIL, 2017), estão delineados os objetivos e principais desafios que a Força Aérea Brasileira (FAB) deve alcançar nos próximos anos. Entre as metas, está a qualificação dos profissionais do Comando da Aeronáutica. Conforme afirma o Tenente Brigadeiro Rossato, “militar da FAB em 2041 deverá ser de alta capacitação operacional e administrativa, sendo referência para outras instituições da área governamental” (BRASIL, 2017). O Planejamento Estratégico Militar é condicionado pela Política e Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2012), Política Militar e Defesa, Estratégia Militar de Defesa e pela Doutrina Militar de Defesa.

A Doutrina Básica da FAB (DCA 1- 1) (BRASIL.2012) é o documento que apresenta os princípios e conceitos que orientam o preparo e o emprego da Força Aérea. Ela é vinculada ao Planejamento Estratégico Militar e abrange três níveis: o Nacional, o Setorial e o Subsetorial. Esse normativo apresenta definições de suma importância, entre eles, o Planejamento do Emprego e o Planejamento do Preparo.

Outras abordagens presentes na DCA 1-1 (2012) são: as definições de paz, crise e guerra; os níveis de decisão na guerra; o histórico do Poder Aeroespacial e seus pensadores; os princípios da guerra sob a ótica do Poder Aeroespacial; as características e os fundamentos do Poder Aeroespacial; as capacidades, tarefas básicas e ações da Força Aérea. Outro normativo na escala de hierarquia, mas nem por isso em menor grau de importância, é o Plano de Modernização de Ensino da Aeronáutica (PCA 37-11), que apresenta a necessidade de elaboração de normativos de alto nível para o ensino. Quais sejam:

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – que é o instrumento de planejamento e gestão que considera a identidade da Organização de Ensino no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, sua missão, diretrizes pedagógicas que orientam

suas ações, sua estrutura organizacional e as atividades que desenvolve e/ou pretende desenvolver; o Projeto Pedagógico (PP), que visa estabelecer as orientações gerais e específicas que norteiam as ações de ensino nos cursos da FAB; o mapeamento curricular para estabelecer o ensino continuado – verificando a articulação entre o ensino de formação e pós-formação da Força Aérea; o estabelecimento de um currículo por competências; entre outros.

O que se pretende ao trazer o arcabouço da PND, END, PEMAER e demais normativos de alto nível é demonstrar que a formação militar tem um objetivo específico que é, entre outros, a Defesa da Pátria. Essa formação deve promover o desenvolvimento de competências ou de aspectos iniciais que fomentarão o desenvolvimento dessas competências no futuro. Deixar a formação do cadete aviador sem um necessário aprofundamento no campo teórico e prático da ação militar é permitir uma defasagem de um conhecimento que se revela indispensável para o cumprimento de sua missão.

PESQUISA DE CAMPO

Foram realizadas 66 entrevistas e respondidos 872 questionários: 601 cadetes (todos os esquadrões – turmas/ano); 94 instrutores de voo; 29 instrutores do CCAer; 104 instrutores da DE e professores civis; 13 profissionais da equipe técnico-pedagógica (pedagogos, psicóloga, psicopedagoga); 31 da equipe técnico-administrativa (apoio e auxiliares do ensino). Os dados foram apresentados de acordo com os grupos de entrevistados e as questões que mais chamaram atenção para o propósito da pesquisa.

A apresentação engloba os resultados relacionados ao currículo e suas características, as metodologias e suas nuances na formação do cadete e os aspectos relacionados aos possíveis impactos no perfil do egresso (tripé objeto da presente pesquisa). A tabela 1 apresenta os aspectos presentes nas questões, delimitadas nos questionários e nas entrevistas, bem como o motivo que levou a pesquisadora a enfatizar tais aspectos.

| Aspectos presentes nas questões | Fundamentação (motivo) |
|---|---|
| O currículo e as alterações curriculares. | Coerência entre o que está escrito nos documentos e a possibilidade de impacto no resultado da formação. |
| A verificação da existência ou não de normativos (como Projeto Pedagógico) que orientam o curso pedagogicamente. | Coerência entre o que está escrito nos documentos e a possibilidade de impacto no resultado da formação. |
| A realização ou não de avaliação formativa para verificar o processo de formação continuada e validação do currículo. | Ênfase nas formas de auxiliar a execução da capacitação explicitada nos objetivos apontados no currículo. |
| As práticas metodológicas e sua adequação ao que se pretende como resultado da formação: didática em sala de aula. | Apresentação das metodologias de forma que seja possível fazer uma comparação entre o que existe e o que se pretende para o ensino. A coerência do que está enunciado no currículo e a realidade de sala de aula. |

| | |
|--|--|
| Relação Quantificada professor-aluno. Relação nº de alunos/ nº de professores. | Apresentação das metodologias de forma que seja possível fazer uma comparação entre o que existe e o que se pretende para o ensino. A coerência do que está enunciado no currículo e a realidade de sala de aula |
| Carga horária de estudo e carga horária de descanso do cadete. | Ênfase nas formas de auxiliar a execução da capacitação explicitada nos objetivos apontados no currículo. |

Tabela 1: Aspectos presentes nas questões da pesquisa e sua fundamentação.

Fonte: MOULIN (2018).

4 | ALGUNS RESULTADOS

Na pesquisa final foram apresentados, ao todo, 32 gráficos que embasaram as considerações do estudo. Para fins do presente artigo apresentaremos alguns desses resultados para demonstrar a visão dos Docentes, Equipe Técnico-Pedagógica e Discentes, de forma resumida, acerca dos normativos de ensino e metodologias bem como sua interpretação acerca do resultado pretendido na formação do cadete.

4.1 Corpo Docente

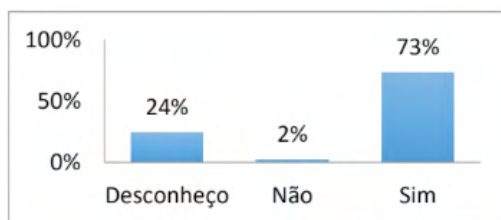


Gráfico 1: Existem documentos que estabelecem metas específicas para o ensino?

Fonte: Moulin (2018).

Após essa pergunta, questionou-se quais normativos estabelecem metas para o ensino. Por ser uma questão aberta, a tabulação dos dados foi um pouco mais complexa, mas demonstrou um conflito entre a resposta da questão apresentada no gráfico 4. Dentre os respondentes, 76% sinalizaram como documentos que apresentam metas para o ensino: O Plano de Unidade Didática e o Currículo Mínimo. Também foi sinalizado por um percentual menor, 12%, o Plano de Avaliação. Porém, esses documentos não apresentam metas para o ensino. O documento mais próximo dessa categoria atualmente é o Plano de Trabalho Anual da organização. Compreender os normativos que estabelecem metas para o ensino, entender os objetivos do ensino da organização onde atua é de extrema importância para a execução da função docente com maior nível de articulação entre a intencionalidade e a ação pedagógica.

Uma das premissas da referida pesquisa trata da ausência de coerência entre o que está escrito nos documentos, que fundamentam o ensino, e a realidade em sala de aula.

Como apresentado, há um desconhecimento, por parte dos responsáveis pela atividade de ensino, acerca dos documentos que balizam a atividade da instituição onde atuam.

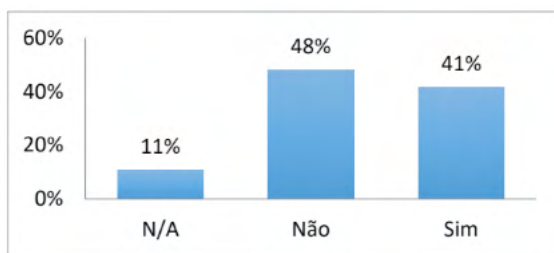


Gráfico 2: Projeto Pedagógico de Curso.

Fonte: MOULIN (2018).

O resultado dessa questão chamou a atenção devido a não existência de um Projeto Pedagógico de Curso (PPC) na Academia. Atualmente os documentos que respaldam o cotidiano da instituição no concernente aos processos pedagógicos são o CM, o PUD e o PAVL. Porém, 41% dos entrevistados sinalizaram que o PPC é um dos normativos que orienta o curso pedagogicamente.

Vale ressaltar que o maior percentual de respondentes sinalizou a inexistência do PPC como ferramenta de embasamento e também informou que o documento Não se Aplica (N/A) à realidade atual da AFA.

Retomando o enfoque da pesquisa acerca da lógica pedagógica, como manter uma coerência entre o que esboça o currículo como resultado pretendido para o processo de formação sem a linha condutora desse processo?

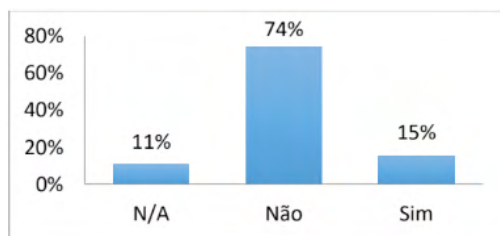


Gráfico 3: Plano de Modernização da Aeronáutica.

Fonte: MOULIN (2018).

O Plano de Modernização do Ensino é um documento que norteia o que se pretende para o ensino da Aeronáutica como um todo. Vários aspectos são apresentados no documento que respaldam alterações na forma de condução dos processos pedagógicos, administrativos e de infraestrutura das Organizações de Ensino Subordinadas à DIRENS.

Porém, percebe-se a pouca visibilidade do documento bem como a não utilização do mesmo para embasar as ações pedagógicas na Academia da Força Aérea. Pelo menos,

na visão dos docentes mais de 80% compreendem que o documento não se aplica ou não embasa pedagogicamente os cursos da AFA.

4.2 Corpo Técnico-Pedagógico

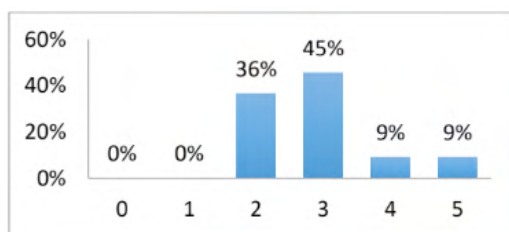


Gráfico 5: Dê uma nota de 0 a 5 para as práticas metodológicas (em sala de aula/ laboratórios/ atividades práticas/ entre outros) considerando o quanto atendem ao perfil do profissional que se pretende formar.

Fonte: MOULIN (2018).

Sobre as práticas metodológicas ressalta-se uma diferença entre as respostas dos docentes, dos discentes e da equipe técnico-pedagógica. Para os docentes, 44% sinalizam que as práticas atendem ao perfil profissional que se pretende formar. Há que salientar que essa questão foi respondida por instrutores militares que trabalham na atuação mais prática e que alguns professores conseguem realizar atividades com metodologias mais ativas de maneira a atender os objetivos respaldados no currículo para a formação.

Os gráficos relacionados a essa questão, sinalizados posteriormente no estudo, confirmam essa discrepância. Corroboram ainda as entrevistas onde são citados pelos próprios docentes a dificuldade de usar metodologias mais ativas e atividades práticas devido ao pouco tempo de estudo do cadete e a dinâmica exaustiva da formação como um todo.

4.3 Corpo Discente

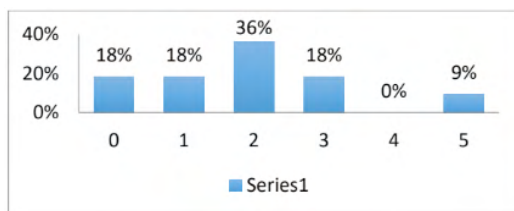


Gráfico 6: Dê uma nota de 0 a 5 para a carga horária destinada ao descanso do discente.

Fonte: MOULIN (2018).

70% dos entrevistados consideraram o tempo destinado ao descanso do discente como ruim a péssimo. Esse dado é confirmado pela equipe técnico-pedagógica, pelos discentes e pelos docentes. Durante a entrevista vários entrevistados enfatizaram essa

questão. Segue trecho de uma dessas percepções:

[...] O ideal seria que a gente dormisse 22h, né, para acordar às 6h, 5h50. Mas, assim, acho que na maioria das vezes (ininteligível – 00:29:00), não tem como o cadete dormir 22h, (ininteligível – 00:29:04). [Cadete chegar no quarto], fazer o que tem que fazer e dormir, ele não vai fazer isso. No mínimo ele vai ligar para casa, vai falar com alguém da família e tal. Acho que seria mais para 1 do que 2, na verdade (horas de descanso). Não tem como o cadete chegar no quarto e dormir 22h. Só no pernoite que ele entra [em forma às 19h] e é liberado às 20h30. Até o cadete ajeitar o uniforme para outro dia, sei lá, se tiver que estudar... se tiver que estudar, esquece. Mas ajeitar o uniforme para o outro dia, ligar para casa, falar com, sei lá, pai e mãe... não tem como ele dormir 22h. Acho que o descanso é... devido a isso, né, é [pouco]. (CADETE. Diagnóstica AFA, 2017).

Retomando o tripé da pesquisa, acerca da lógica pedagógica como obter o resultado preconizado no CM do CFOAV, sem o devido tempo para estudo? Como capacitar um oficial que: trabalhe por meio de **metodologias com fundamentação científica**; possua **visão holística, raciocínio crítico**; tenha **iniciativa, criatividade, determinação, abertura ao aprendizado permanente e às mudanças**; **apresente soluções para processos complexos**; **desenvolva consciência quanto a compreensão do ethos republicano e democrático**; **esteja preparado para participar do processo de tomada de decisão e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas?**

O horário de estudo do cadete, após a exaustiva rotina, fica a cargo do próprio aluno nos horários que seriam destinados a seu descanso. Para que o processo de aprendizagem ocorra é necessário um tempo de descanso para o corpo e para a mente.

Vale salientar que o objetivo de realizar uma prova e ter bons resultados é atingido, por meio da repetição. Porém, a aprendizagem efetivamente tem ocorrido nesse processo?

Com pouco tempo de estudo e poucas atividades que envolvam grupos de discussão e metodologias mais ativas de aprendizagem o resultado esperado (conforme palavras em destaque) fica indubitavelmente comprometido.

CONCLUSÕES

A partir do estudo observou-se a ausência de coerência e, portanto, a inexistência de uma lógica pedagógica que preside os pressupostos curriculares do CFOAV. Arelada a essa premissa ressalta-se a necessidade premente de normativos que embasem o ensino de forma contextualizada por meio de um Projeto Pedagógico de Curso que demonstre claramente a intencionalidade da ação pedagógica e o desenvolvimento de competências que atendam principalmente a demanda dos normativos de alto nível da Defesa Nacional.

A análise indica que para atender a nova configuração educativa e a necessidade do preconizado nos documentos de Defesa, acerca das competências necessárias ao militar do século XXI, é necessário repensar o currículo.

O desafio atual é estruturar um currículo, pensando nessas vertentes teóricas, aliado ao que é preconizado nos documentos da Defesa, visto que a formação na AFA refere-se ao profissional capacitado para atuar em tempos de guerra, de crise e de paz.

A análise do currículo da AFA demonstra trechos de diversas abordagens teóricas, porém sem uma consistência metodológica. Isso se deve ao fato de os executores do currículo não estarem, em sua maioria, debruçados sobre pensar o currículo como caminho, construção e não apenas pensa-lo como documento estrutural para o processo de ensino. Dessa forma, caso não se tenham diretrizes explícitas em PPC, alterações constantes e reelaboração de currículos sem objetivos continuarão sendo uma realidade frequente na Academia. Os currículos precisam, portanto, ser mais que conjunto de disciplinas.

Há a necessidade de se pensar em eixos estratégicos para o ensino. Alguns debates vêm sendo realizados na própria Universidade da Força Aérea (UNIFA), enfocando a necessidade de estudos em três grandes colunas: Política e Defesa (1); Poder Aeroespacial (2); Gestão Institucional (3), com foco específico na aplicação conceitual na atividade-fim, ou seja, operações militares.

Propõe-se, assim, uma reflexão para quem, o que, por que e como ensinar e aprender, pautados em interesses, história e cultura da Aeronáutica. Há a necessidade de pensar o ensino de forma profissional, com aprofundamento teórico necessário e verificação da intencionalidade pedagógica. As ações não podem ser inopinadas, sem o devido grau de maturidade e fundamentação.

Outro fato que corrobora a necessidade de maiores estudos acerca do currículo e sua intencionalidade refere-se à distribuição de carga horária de atividades para o cadete. Existe uma cultura organizacional na Academia em manter uma carga horária alta na área de educação física, enfocando como primordial a necessidade de atividades físicas diárias. Os momentos em que o cadete poderia vir a ter tempo livre são destinados à educação física e/ou a atividades que o mantenham “ocupado”. Não há uma priorização para tempo de descanso e tempo de estudo.

O ócio criativo, temática apresentada por Domenico de Masi (2000), enfatiza que:

[...] existe um ócio alienante, que nos faz sentir vazios e inúteis. Mas existe também um outro ócio, que nos faz sentir livres e que é necessário à produção de ideias, assim como as ideias são necessárias ao desenvolvimento da sociedade (MASI, 2000. p.38).

A importância do ócio refere-se à necessidade de educar o indivíduo a trabalhar o seu ‘tempo livre’, de forma que ele visualize suas próprias mudanças, suas experimentações, ampliando seu território no campo pessoal e profissional.

Para que haja coerência entre o que se escreve e o que se pratica, ou seja, o estabelecimento de uma lógica pedagógica, o currículo deverá primar por aspectos que hoje não estão contemplados no corpo do documento do CM do CFOAV. Desta forma, a partir do trabalho realizado indica-se:

- a) Analisar a concepção de aprendizagem relacionando coerentemente o que está escrito nos normativos de alto nível (da Defesa e do COMAER) e o projeto pedagógico de curso.
- b) Promover práticas metodológicas coerentes com o que está escrito nos documentos e com os resultados pretendidos para o ensino.
- c) Organizar os conteúdos curriculares de forma a considerar o itinerário de ampliação do conhecimento por meio de graus de complexidade.
- d) Potencializar ações para trabalhar a inter e a transdisciplinaridade contextualizadas na política de redes e de conhecimentos não estanques.
- e) Promover a discussão acerca de um currículo baseado em competências.
- f) Estruturar um referencial metodológico coerente, aproximando as práticas educativas mais significativas.
- g) Deixar clara a intencionalidade pedagógica buscando contribuir para a formação integral do cadete, tendo como base todos os campos de conhecimento (geral, técnico-especializado e militar).

A Diretoria de Ensino da Aeronáutica produziu normativos em 2020 e 2021 auxiliando as OE a cumprirem suas respectivas missões. O Plano de Modernização de Ensino da Aeronáutica (PMEA) traçou uma série de ações importantes visando essa nova abordagem. E, por meio da elaboração do Plano de Desenvolvimento Estratégico para o Ensino (PDEE), normativo de alto nível proposto no PMEA, a DIRENS traçou as metas para o ensino.

Por meio do PDEE as OE iniciaram em 2020 as construções de seus Projetos Institucionais e Pedagógicos. Essa é uma ação que visa consolidar os aspectos de maior importância para o ensino e possibilitará o acompanhamento sistemático do que é desenvolvido nas Organizações, minimizando impactos no percurso e nos resultados pretendidos.

Após a elaboração desses normativos a construção do currículo apresentará a tendência de ser mais fundamentada. Todos os envolvidos no ensino da AFA devem compreender a importância desse documento e sua constituição.

Não são disciplinas isoladas que compõem um documento, mas sim disciplinas que devem se interligar e se complementar visando à elaboração de uma matriz curricular e metodologias de aprendizagem que propiciem o desenvolvimento de competências predeterminadas coadunando-se com os preceitos estabelecidos pelos normativos de Defesa.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. _____. Decreto n.º 5.484, de 30 de junho de 2005. **Aprova a Política de Defesa Nacional** e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm> acesso em: 17 nov. 2017.
- _____. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2. ed. Brasília-DF, 2012. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>> acesso em: nov. 2018
- _____. Comando da Aeronáutica. **Força Aérea 100 anos**. 2017. Disponível em <<http://www.fab.mil.br/Download/arquivos/FA100.pdf>> acesso em: 20 nov. 2017.
- _____. Lei n.º 12.464, de 5 de agosto de 2011. **Dispõe sobre o ensino na Aeronáutica** e revoga o Decreto-Lei no 8.437, de 24 de dezembro de 1945, e as Leis nos 1.601, de 12 de maio de 1952, e 7.549, de 11 de dezembro de 1986. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/L12464.htm> acesso em: 24 ago. 2015.
- _____. **Plano Estratégico Militar da Aeronáutica 2010-2031 – PEMAER**. Ministério da Defesa. Força Aérea Brasileira. Comando da Aeronáutica Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.fab.mil.br/cabine/publicacoes/pemaer.pdf>> acesso em: 24 ago. 2015.
- _____. **Portaria DEPENS nº 31/DE-1**, de 7 de janeiro de 2016. Aprova a 2ª modificação do Currículo Mínimo do Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV), da Academia da Força Aérea (AFA), ICA 37-113. Disponível em <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/497342/RESPOSTA_PEDIDO_ICA37-113_CM_AVIADORES.pdf> acesso em: 20 jul. 2017.
- _____. _____. **Plano de Modernização do Ensino da Aeronáutica – PMEA**, PCA 37-11, PORTARIA DEPENS Portaria DEPENS nº 450/DE-6, de 17 de novembro de 2015. Brasília, 2015.
- _____. _____. **Currículo Mínimo do Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV)**, ICA 37-113/2017. PORTARIA DEPENS Nº 135 / DPL, de 14 de março de 2017. Brasília, 2017.
- _____. _____. **Doutrina** Básica da Força Aérea Brasileira. DCA 1-1, PORTARIA Nº 278/GC3, DE 21 de junho de 2012. Brasília, 2012.
- CRUZ, A.. **Cyberwarfare: o futuro é hoje**. Ideias em Destaque. Instituto Histórico-cultural da Aeronáutica. Nº 45 – jan/jun 2015, 354.73(05) (81) p.15-26.
- MACEDO, R. S. **Currículo: campo, conceito e pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- MOULIN, M. A. L.. **Princípios do poder aeroespacial e a formação do profissional na força aérea: concepções curriculares em foco**. Orientador Paulo Pereira Santos, Coorientadora Cristina Massot Madeira Coelho. 2018. 122p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências Aeroespaciais, Universidade da Força Aérea, 2018.
- PERRENOUD, P. **As competências para ensinar no século XXI: A formação dos professores e desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- SILVA, M. R. **Currículo e competências: a formação administrada**. São Paulo: Corte, 2008.
- TOFFLER, A.. **A terceira onda**. Record, Rio de Janeiro, 1980.
- VASCONCELLOS, C. **Currículo: a atividade humana como princípio educativo**. Ed. Libertad: São Paulo, 2009.
- VEIGA, I. P. A. **Educação Básica e Educação Superior: projeto político pedagógico; Educação superior: projeto político pedagógico**. Papyrus: Campinas, SP, 2010.

CAPÍTULO 14

POLÍTICA NACIONAL FRENTE A LA TRATA DE PERSONAS Y SUS FORMAS DE EXPLOTACIÓN EN LA PROVINCIA DE SAN ROMÁN - PERÚ

Data de aceite: 01/04/2022

Data de submissão: 18/03/2022

Enrique Gualberto Parillo Sosa

Universidad Nacional de Juliaca
Juliaca - Perú
<https://orcid.org/0000-0003-0198-987X>

Virginia Guadalupe Pacompia Flores

Universidad Nacional del Altiplano
Juliaca - Perú
<https://orcid.org/0000-0002-0303-4631>

Carmen Eliza Zela Pacori

Universidad Nacional de Juliaca
Juliaca - Perú
<https://orcid.org/0000-0002-2063-325>

Illich Xavier Talavera Salas

Universidad Nacional de Juliaca
Juliaca - Perú
<https://orcid.org/0000-0002-4258-9162>

José Oscar Huanca Frias

Universidad Nacional de Juliaca
Juliaca - Perú
<https://orcid.org/0000-0003-0638-2129>

Juan Manuel Tito Humpiri

Universidad Nacional de Juliaca
Juliaca – Perú
<https://orcid.org/0000-0002-9965-2484>

Lucio Ticona Carrizales

Universidad Nacional de Juliaca
Juliaca – Perú
<https://orcid.org/0000-0003-2073-8857>

RESUMEN: La investigación tuvo como objetivo describir la intervención de la Política Nacional Política nacional frente a la trata de personas y sus formas de explotación en la provincia de San Román. Se trata de un estudio que permite analizar la política contra la trata de personas en el distrito fiscal de Puno. Los resultados obtenidos muestran que el distrito fiscal de Puno para el año 2019 se ubica en el segundo lugar con mayor número de casos, así mismo para ese mismo año se registra un incremento importante con denuncias recibidas por el Ministerio Público, por otra parte, la finalidad que tienen los tratantes con las víctimas es la explotación sexual, y el mecanismo de captación está vinculado con la oferta laboral.

PALABRAS CLAVE: Trata de personas, política nacional, víctimas, explotación sexual.

NATIONAL POLICY AGAINST HUMAN TRAFFICKING AND ITS FORMS OF EXPLOITATION IN THE PROVINCE OF SAN ROMÁN - PERÚ

ABSTRACT: This document presents the research that aimed to describe the intervention of the National Policy National Policy against human trafficking and its forms of exploitation in the province of San Román. This is a study that allows analyzing the policy against human trafficking in the fiscal district of Puno. The results obtained show that the fiscal district of Puno for the year 2019 is located in the second place with the highest number of cases, likewise for that same year there is a significant increase with complaints received by the Public Ministry, on the

other hand, the The purpose of the traffickers with the victims is sexual exploitation, and the recruitment mechanism is linked to the job offer.

KEYWORDS: Human trafficking, national policy, victims, sexual exploitation.

INTRODUCCIÓN

Uno de los fenómenos criminales de mayor envergadura mundial es la trata de personas. Así, conforme lo muestra un último estudio internacional, se ha detectado que 124 países del mundo sufren este execrable delito. Si bien la trata de personas cobra ciertas características dependiendo del contexto social en la que se desarrolla, la información a nivel mundial ha permitido identificar los siguientes elementos constitutivos de este delito: los actos, los medios y los fines para los cuales se realiza (CONAPOC, 2015).

La trata de personas es un fenómeno delictivo que se encuentra extendido por todo el mundo: miles de personas víctimas de este delito, particularmente mujeres, niñas y niños, son captados, trasladados, vendidos y comprados con fines de explotación (Comisión Nacional de Derechos Humanos, 2013). La ausencia de intervenciones del Estado en estos ámbitos, permite a los tratantes la anulación de la voluntad de las víctimas mediante el uso de la violencia, la amenaza u otros tipos de coacción, la privación de la libertad, el fraude, el engaño, el abuso de poder o de una situación de vulnerabilidad, o de la concesión o pagos de beneficios, con la finalidad de recibir un beneficio a través de la explotación (sexual, laboral o comercial) de las víctimas (CONAPOC, 2015).

El Estado peruano, junto con 166 países a nivel mundial, es parte del Protocolo para Prevenir, Reprimir y Sancionar la Trata de Personas, Especialmente Mujeres y Niños de las Naciones Unidas (2002). Esto ha permitido al Perú avanzar en la implementación de este instrumento desde entonces, por ejemplo, a través de la promulgación de la Ley N° 28950, “Ley contra la Trata de personas y el Tráfico Ilícito de Migrantes” (2007), así como la promulgación del Decreto Supremo N° 004-2011-IN que aprueba el “Plan Nacional de Acción contra la Trata de Personas 2011-2016 (PNAT)”.

En el Perú, la Política Nacional contra la Trata de Personas y sus Formas de Explotación² identificó algunas características de este delito como, por ejemplo, que el mayor número de denuncias fiscales se concentra en las regiones de Lima, Loreto, Madre de Dios, Cusco y en la Provincia Constitucional del Callao (NUÑOVERO CISNEROS, 2018). Las víctimas son trasladadas desde un país de origen hasta otro de destino, y a veces, en función de la distancia entre los mismos, pueden existir regiones de tránsito donde los autores deciden realizar una parada en el camino (CORTES NIETO et al., 2011). Los tratantes engañan a mujeres, hombres y niños de todos los rincones del planeta y los someten diariamente a situaciones de explotación (GARCÍA-MARBELLA & GARCÍA-ROSAS, 2017).

En el país se han registrado 4 mil 150 denuncias de trata de personas en el periodo

2010-2016, según información proporcionada por el Ministerio Público. En el año 2016 registró 1 mil 144 denuncias, aumentando en 255 con relación al año 2015; este incremento se debe fundamentalmente a los operativos realizados por la Policía Nacional del Perú, así como a la implementación de fiscalías especializadas a nivel nacional (INEI, 2016). Por ende, el objetivo de este estudio es describir la intervención de la política de trata de personas en el distrito fiscal de Puno.

MATERIALES Y MÉTODOS

Se realizó un análisis de estadísticas de Trata de Personas del 2015-2020 del Instituto Nacional de Estadística e Informática, referido al número de denuncias en el Ministerio Público a nivel nacional, Denuncias en el distrito fiscal de Puno, La finalidad y modalidad de captación de las víctimas de trata de personas.

Diseño del estudio

Se realizó un estudio cuantitativo, con diseño no experimental, de corte transversal, de alcance descriptivo (BERNAL, 2010; CARICOTE, 2008; HERNÁNDEZ, R., FERNÁNDEZ, C., & BAPTISTA, 2014; VARA, 2010).

Población y muestra

La muestra de estudio lo constituyo las denuncias recibías por el Ministerio Público en las comisarías del Perú, en los últimos años de estudio proporcionados por el Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI) a través de las.

Recolección de datos

El proceso de recolección de datos fue de la base de datos del Ministerio Público, de la base de datos de la Policía Nacional del Perú, los cuales fueron analizados y procesados.

Para procesar los datos se realizó una base de datos de Microsoft Office Excel 2016 (Microsoft, Seattle, WA) y el programa SPSS 25 (IBM, Armonk, New York).

RESULTADOS Y DISCUSIÓN

Se observa en la figura 1, el registro de denuncias en el Ministerio Público en el distrito de Lima en el año 2019 alcanzo 295, en Puno 156, seguido de Madre de Dios con 101 denuncias.

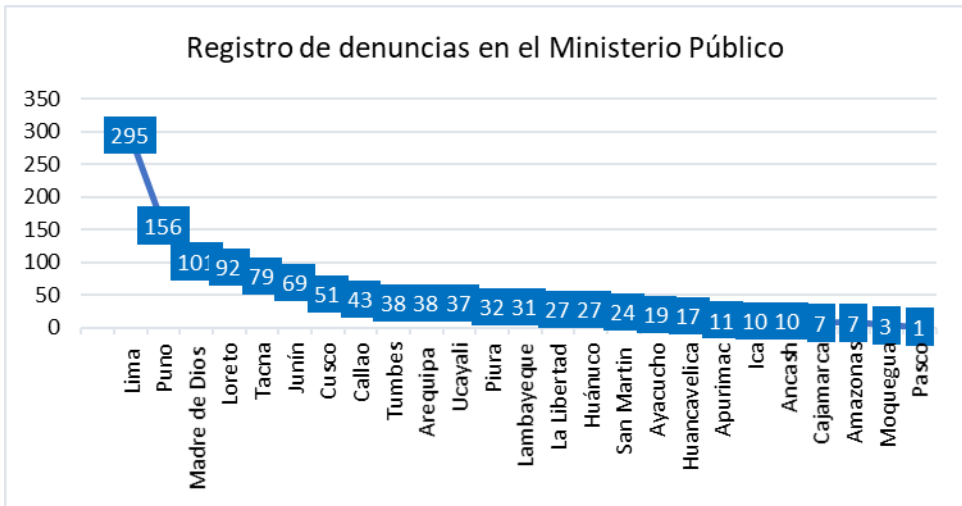


Figura 1. Denuncias por el delito de trata de personas registradas en el Ministerio Público, según distrito fiscal, 2019 -2020.

Se observa en la figura 2, el registro de denuncias por delito de trata de personas en el distrito fiscal de Puno, desde el año 2015 hubo un continuo incremento hasta el año 2019 con 156 denuncias, pasando luego a 53 en el año 2020.

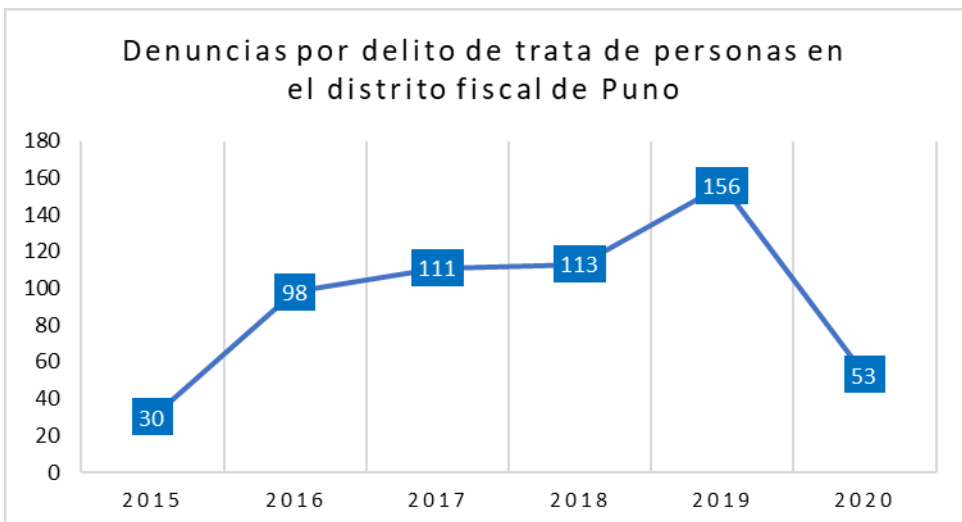


Figura 2. Denuncias por el delito de trata de personas, según distrito fiscal de Puno 2015 - 2020.

Se observa en la figura 3, las denuncias por el delito de trata de personas registradas por la Policía Nacional del Perú, por la finalidad del tratante en el departamento de Puno en los años 2019 – 2020, donde 37 casos fueron con la finalidad de explotación sexual a las víctimas de trata de personas para el año 2019. Para el año 2020 no se registra casos

similares.

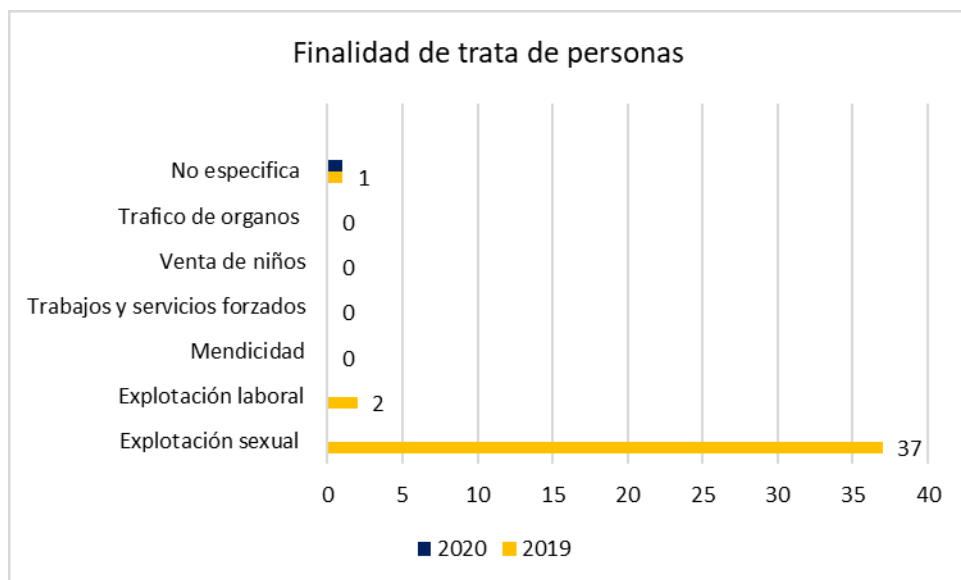


Figura 3. Denuncias por el delito de trata de personas registradas por la Policía Nacional del Perú, por finalidad en el departamento de Puno, 2019 – 2020.

Se observa en la figura 4, las denuncias por el delito de trata de personas registradas por la Policía Nacional del Perú, por la modalidad de captación de las víctimas en el departamento de Puno en los años 2019 – 2020, donde 28 casos fueron por oferta de trabajo en el año 2019. Para el año 2020 no se registra casos similares.

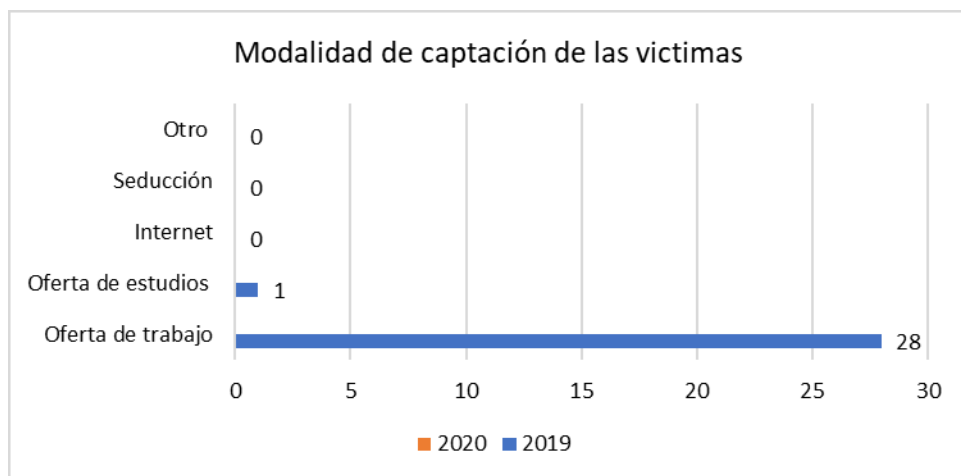


Figura 4. Denuncias por el delito de trata de personas registradas por la Policía Nacional del Perú, por modalidad de captación, según departamento de Puno, 2019 - 2020.

DISCUSIÓN

Los tratantes engañan a mujeres, hombres y niños de todos los rincones del planeta y los someten diariamente a situaciones de explotación (GARCÍA MARBELLA & GARCÍA ROSAS, 2017). Constituye principalmente una vulneración del orden público y de la dignidad de las personas debido a su gravedad (CORTES NIETO et al., 2011). En el Perú es un fenómeno creciente producto de la dinámica migratoria y el aumento en el intercambio de bienes y servicios como resultado de la globalización, y los diversos factores de vulnerabilidad a los que se encuentran expuestas numerosas personas (COMISIÓN NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS, 2013).

El incremento del problema de trata de personas en ciudades comerciales se encuentra asociada a una serie de factores sociales, culturales y económicos e incluso causas políticas (STAFF WILSON, 2004). En muchos casos este delito está ligado a otras formas delictivas como la minería ilegal, el narcotráfico, el contrabando o el terrorismo, ya sea creando cadenas de entretenimiento sexual o explotando la fuerza laboral de hombres y mujeres preferentemente jóvenes (LARCO-HERRERA, 2010). También se encuentra asociado a zonas urbanas o semiurbanas en las que existe un amplio movimiento económico tanto formal como informal (SALAZAR, 2016).

En relación a la finalidad del tratante en el departamento de Puno, la mayoría de casos fue la explotación sexual de las víctimas de trata, con esta tendencia podemos señalar que los distintos tipos de explotación que tiene como *modus operandi* común a todos ellos la debilitación de la víctima mediante su desubicación, como todo el *inter criminis* que comienza en el país de origen con la captación de víctimas y concluye con su explotación material, como la explotación sexual (MAPELLI, 2013).

El hecho de que haya un mayor número de víctimas de trata con fines de explotación sexual, y la mayor vulnerabilidad de las mismas (son, en su mayoría, mujeres y niños), explica el interés de la investigación por esta forma de explotación, así como el elevado número de estudios promovidos por las administraciones y las organizaciones sociales que trabajan en el área (REQUENA ESPADA et al., 2012).

(MAPELLI, 2013) plantea que la víctima o la persona en el delito de trata de personas, primeramente, es captado por otra persona, luego la víctima es trasladada, asimismo es acogida en una casa u algún lugar donde pueda tener una atención y en casos particulares las víctimas pueden ser retenidos/as contra su voluntad. Finalmente la víctima es objeto de explotación (explotación sexual, laboral, mendicidad, trabajos forzados, venta de niños, niñas y adolescentes, tráfico de órganos y reclutamiento forzoso) (GONZA, 2016).

La Trata de Personas está considerada, además, como la esclavitud del siglo XXI, un sometimiento sin grilletes, ni cadenas, donde se amenaza a la persona, se intimida a su familia, y en muchas ocasiones las condiciones de vulnerabilidad en las que se encuentran las víctimas son aprovechadas para vender falsos ideales y sueños (LARCO-HERRERA,

2010).

A nivel nacional existen dos principales zonas de explotación: en la región de Madre de Dios, específicamente la zona que va a lo largo de la Carretera Interoceánica, desde la Pampa y Mazuco hasta Iberia, pasando por la capital Puerto Maldonado; y en la ciudad de Lima los distritos de Lurigancho - Chosica, San Juan de Lurigancho, San Juan de Miraflores, Ate Vitarte, San Borja, Miraflores, Surquillo y Barranco (NUÑOVERO CISNEROS, 2018).

CONCLUSIONES

Se concluye que el segundo departamento por el delito de trata de personas con mayor número registradas por el ministerio público de Perú es el departamento de Puno con 156 denuncias, después de Lima con 295 denuncias, dicho problema es posible debido a la explotación minera ilegal y otros ya que las utilizan para la explotación sexual con el supuesto de la oferta de trabajo.

La mayoría de las víctimas identificadas en denuncias formalizadas de la FISTRAP Lima son mujeres (81%) y menores de edad (70%) que presentan necesidades económicas (68%) y problemas en el entorno familiar (59%) como, por ejemplo, ausencia o vínculo débil con uno de los padres, padres adoptivos, enfermos o fallecidos, alcoholismo, entre otros. Todas las víctimas de trata de personas que fueron captadas con fines de explotación doméstica procedían del interior del país.

En cuanto a los datos, existen algunas estimaciones de la magnitud global del problema, como la realizada en 2005 por la Organización Internacional del Trabajo (OIT), que señaló que, a nivel mundial, al menos doce millones de personas se encontraban en condición de trabajo forzado y que un quinto de estas eran víctimas de explotación y de trata de personas.

REFERENCIAS

BERNAL, C. A. *Metodología de la investigación*. Tercera edición. Colombia : Prentice Hall, 2010.

CARICOTE, N. *Cómo investigar sin complicaciones*. Primera. ed. Lima: ucw, v. 1, 2008.

CONAPOC. *Política nacional frente a la trata de personas y sus formas de explotación*. [S.l.]: [s.n.], 2015.

CORTES, N. et al. *¿Cuál es el problema de la trata de personas? Revisión de las posturas teóricas desde las que se aborda la trata*. [S.l.]: Nova et vitera, 2011.

GARCIA, M.; GARCIA, R. *La trata de personas en la modalidad de trabajo infantil Human*. [S.l.]: Revista de derecho uninorte, 2017.

GONZA, J. *Políticas públicas del Estado para la reintegración de víctimas de trata de personas con fines de explotación sexual en la región Puno - 2015*. Primera. ed. Juliaca: Universidad Andina, v. 1, 2016.

HUMANOS, C. N. D. D. *Diagóstico sobre la situación de la trata de personas en México*. Primera. ed. México: [s.n.], v. 1, 2013.

Hernández Sampieri, Roberto, y otros. *Metodología de la investigación*. sexta edición. México : McGrawHill, 2014.

INEI. *Instituto Nacional de Estadística e Informática*, 2016. Disponível em: <https://www.inei.gob.pe/media/MenuRecursivo/boletines/boletin_trata_de_personas.pdf>.

LARICO HERRERA, V. *La trata de personas en el Perú. Manual para conocer el problema*, 2010. Disponível em: <https://www.trabajo.gob.pe/migrante/pdf/trata_personas_peru_manual.pdf>.

MAPELLI, B. *La trata de personas. Teoría. Revista Del Colegio de Filosofía*, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.22201/ffyl.16656415p.2011.23.399>>.

NUÑOVERO CISNEROS, L. *La respuesta del Ministerio Público frente a la Trata de Personas. Evidencia de mercados, uso de tecnología y delitos conexos*. Primera. ed. [S.I.]: Jas Impresiones digitales, v. 1, 2018.

REQUENA ESPADA, L.; GIMENEZ SALINAS, F.; ESPINOZA, J. *Estudiar la trata de personas: Problemas metodológicos y propuestas para su resolución*. [S.I.]: Revista electronica de ciencia penal y criminología, 2012.

SALAZAR, K. *Delito de trata de personas con fines de explotación sexual en la region Puno*. [S.I.]: Universidad Andina "Néstor Cáceres Velásquez.", 2014.

STAFF WILSON, M. *Recorrido histórico sobre la trata de personas. Universidad Andina Simón Bolívar*, 2004. Disponível em: <<http://www.uasb.edu.ec/UserFiles/369/File/PDF/CentrodeReferencia/Temasdeanalis2/violenciasyderechoshumanos/staff.pdf>>.

VARA, A. *Desde la idea hasta la sustentación: 7 pasos para una tesis exitosa Un método efectivo para las ciencias empresariales* (Universidad San Martín de Porras, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1192/bjp.112.483.211-a>>.

CAPÍTULO 15

ANÁLISE DE UMA SOCIEDADE ONDE A ARISTOCRACIA E A MONARQUIA PREVALECIAM COMO FORÇA SOCIAL POLÍTICA E ECONÔMICA

Data de aceite: 01/04/2022

Luciene Guisoni

RESUMO: A série *Downton Abbey* é rica em acontecimentos históricos e sociais. Assisti-la foi o mote para a realização deste ensaio que se propõe analisar muitos dos seus acontecimentos que julgamos pertinentes para os dias atuais. A série, que retrata o passo a passo de uma monarquia decadente, mostrou como a nobreza se arrastou para permanecer num “conto de fadas” onde o “contra pelo” deixou à mostra que sustentar este modo de vida, resquício do feudalismo, e que está calcado no capitalismo será sempre um objeto para críticas profundas e prementes enquanto prevalecer a desigualdade social vigente no mundo.

PALAVRAS-CHAVES: Sociedade. Ócio. Servidão.

DOWNTON ABBEY, UM TIPO DE SOCIEDADE EM DECLÍNIO?

ABSTRACT: The *Downton Abbey* series is rich in historical and social events. Watching it was the motto for the realization of this essay, which is proposed to analyze many of its events that we consider relevant to the present day. The series, which portrays the step by step of a decadent monarchy, showed how the nobility dragged itself to remain in a “fairy tale” where the “against by” showed that sustaining this way of life, remnant of feudalism, and which is based on capitalism

will always be an object for deep and pressing criticism so as long as the prevailing social inequality prevails in the world.

KEYWORDS: Society. Leisure. Easement.

INTRODUÇÃO

Início do século XX; Luxo, Privilégios e Castelos para algumas famílias na Inglaterra, como também empregados para todo o tipo de serviço nas herdades, benefícios passados de geração em geração desde o período do feudalismo sendo o primogênito de cada família abastada e com título de nobreza é quem receberá o cargo de gerir a propriedade e gastar a fortuna herdada em vestimentas, banquetes, bailes e outras futilidades como caçar animais indefesos e patrocinar jantares regados a todo tipo de vinho e espumante caros. Porém, a ameaça de uma guerra envolvendo os ingleses se conjectura nas mentes dos imperialistas europeus. Neste ensaio despretensioso iremos mergulhar no emaranhado de acontecimentos de uma destas famílias retratada na série inglesa *Downton Abbey* (2010) cujo herdeiro, um Conde, está com a responsabilidade de administrar os bens materiais, o próprio título e as tradições atávicas de séculos passados, mas para nos situarmos no tempo desta família com suas excentricidades devemos fazer um pequeno recuo na história da Inglaterra do século XVII a fim de lembrar alguns fatos

históricos que levaram a classe aristocrática e a nascente burguesia a uma posição econômica bastante favorável fazendo com que muitos camponeses passassem a servi-los durante longos períodos de suas vidas com poucas, ou quase nenhuma, perspectivas de melhora.

No século XVI, a Inglaterra sob a regência de Elizabeth I (Dinastia Tudor- 1485/1603) tinha na sua indústria têxtil e na produção do carvão uma base forte para sua economia. Com a morte de Elizabeth I assume o poder seu primo Jaime I (1603) Rei da Inglaterra, este era o início do século XVII no qual Eric Hobsbawm (1995) nos explica que o comércio marítimo inglês que ganhava força e investimentos competia com a marinha holandesa pelo Atlântico em busca dos preciosos minérios das Américas e da cana-de-açúcar das ilhas na costa oeste da África como também do Brasil, mas em solo inglês dois grupos sociais com influência na economia inglesa iniciavam uma disputa pela lã da região de Flandres (entre França e Bélgica) e pelos gêneros agrícolas produzidos pelos dois grupos no qual a marinha mercante inglesa revendia para os quatro cantos da terra: na própria Europa, Ásia, África e Américas. Os dois grupos eram formados pelos Yeomen (pequenos e médios proprietários) e os Gentry (pequena nobreza rural) estes grupos aumentaram a produção da lã e dos alimentos como o trigo de uma forma muito autocrática. A pequena nobreza e os pequenos e médios proprietários de terra foram expulsando os camponeses de suas terras e num misto de supremacia e jogo de interesses com os monarcas e a igreja anglicana tomaram deliberadamente as terras que antes os camponeses podiam cultivar, esta ação ficou denominada de Cercamentos. Esta ação elevou, automaticamente, o padrão financeiro destes grupos e empobreceu os camponeses que passaram a trabalhar nas manufaturas, oficinas ou estaleiros recebendo um baixo salário, concomitantemente muitos camponeses sem perspectivas de vida passaram a serem andarilhos ou mendigos levando cidades como Londres a ter taxas altas de adultos, crianças e velhos vivendo de forma precária.

Os Enclosures foram os cercamentos das terras de uso comum de onde os camponeses retiravam sua subsistência, estes cercamentos realizados arbitrariamente pelos grupos majoritários transformaram tais terras em pastos para as ovelhas (produtoras de lã) e áreas onde se cultivavam cereais, frutas e vegetais destinados à venda. Alguns camponeses se submeteram ao trabalho em suas antigas terras que passaram a pertencer à pequena nobreza rural e aos pequenos e médios proprietários de terra, mas o salário era muito baixo. Toda esta nova conjuntura social e econômica favoreceu esta classe chamada de burguesia, que se enriquecia a cada dia com o comércio mercantil e suas manufaturas. A monarquia passou a estabelecer uma política regulamentadora e monopolista frente ao avanço econômico dos burgueses. Obviamente a monarquia não deixaria de obter seus lucros com um comércio tão rentável quanto aquele que os enclosures estavam garantindo para a burguesia. A fórmula dos cercamentos foi eficaz para o enriquecimento daqueles grupos: Gentry e Yeomen. Hobsbawm (1995) relata que iniciaram os atritos

entre a burguesia e a monarquia devido a tais rendimentos e mais a questão religiosa. Os burgueses queriam uma política que favorecesse a liberdade de comércio sendo estes de base religiosa Calvinista chamados de Puritanos, eles se consideravam “eleitos de deus” segue-se daí a ideologia de que o deus calvinista estabeleceu que eles (os burgueses) deveriam ter os privilégios de toda sorte, principalmente os econômicos que lhes davam prestígio social facilitando a compra de títulos e mais propriedades.

Porém, a monarquia inglesa não dará os privilégios requeridos pelos comerciantes burgueses, a religião entra como pano de fundo nesta luta que trará uma divisão no parlamento inglês que durante a dinastia dos Stuart com Jaime I (1603) o anglicanismo foi adotado como religião oficial do Estado inglês. O filho e sucessor de Jaime I chamado Carlos I seguiu a linha arbitrária absolutista de seu pai aumentando os impostos, entre outras decisões, esta ação o levou a entrar em choque com o Parlamento. Este Parlamento era composto pela **Câmara dos Comuns** (Gentry) os Yeomen e pelos **Lordes** (Alta Nobreza e Alto Clero) cada qual exprimindo seus interesses no comércio marítimo com as colônias americanas, africanas e das Índias Orientais bem como nas manufaturas internas e nas terras cultivadas, bastante lucrativas.

O Rei Carlos I com sua arbitrariedade combateu a Escócia que era de base Calvinista e que havia invadido a Inglaterra que por sua vez sustentava o Anglicanismo, porém esta guerra traria dividendos aos cofres ingleses, então Carlos I decidiu pedir ajuda ao Parlamento para aumentar ainda mais os impostos a fim de sustentar a guerra contra os escoceses, mas o Parlamento não atendeu às reivindicações de Carlos I. Num ímpeto de fúria o Rei invade a Câmara dos Comuns a fim de prender seus líderes que já haviam se unido aos escoceses para derrubar o absolutismo do Rei inglês, instala-se daí em diante uma guerra civil na Inglaterra, daquele período histórico. De um lado o Rei, a Alta Nobreza, alguns burgueses favorecidos pelo Rei, o clero anglicano e católico e o Exército Real. De outro lado os Gentry e os Yeomen e o Exército Parlamentar comandado por Oliver Cromwell.

Nesta guerra saiu vencedor os componentes da Câmara dos Comuns e o Rei Carlos I fora decapitado. Entre as mais importantes mudanças realizadas pelos vencedores estavam a abolição da monarquia e da Câmara dos Lordes com a proclamação da República. Segundo o historiador inglês Eric Hobsbawm (1995) Oliver Cromwell, calvinista puritano e autoritário, assumiu o governo da Inglaterra entre 1653 a 1658, ele se tornou o líder do Conselho de Estado chamado de Commonwealth promulgando em 1651 os “Atos de Navegação”. Cromwell lutou contra os holandeses pela liderança do comércio exterior e do comércio marítimo. Após a morte de Cromwell seu filho Ricardo Cromwell assumiu o poder e mostrou-se incapaz de controlar os movimentos populares e religiosos entre Protestantes, Anglicanos e Católicos que fervilhavam na Inglaterra republicana, devido a estas fragmentações no Parlamento muito conflituosas e sua incapacidade de governar. O Conselho de Estado decidiu aprovar o retorno da monarquia colocando como Rei o filho de Carlos I (o primogênito) sendo chamado de Carlos II (1660/1685) que não teve

herdeiros logo seu irmão Jaime II (1685/1689) assumiu o trono, esta dinastia apoiava a religião católica.

O Parlamento (de maioria Protestante) se sentiu desafiado por um segmento de base católica (abrimos um parêntese para fazermos um comentário); os conflitos constantes entre Escócia, Inglaterra e, também Irlanda, em questões religiosas dentro e fora da vida monárquica estarão presentes nestes Estados até um período do século XX). Descontentes e inseguros com o monarca inglês Jaime II o Parlamento “convida” o Príncipe holandês Guilherme de Orange, casado com a filha de Jaime II chamada Maria Stuart que, por sua vez, era de base religiosa protestante, a combater com seu Exército a Inglaterra, e em 1688 Guilherme de Orange derrota o sogro Jaime II sendo declarado Rei da Inglaterra. Jaime II e sua consorte fogem para a França. Todas estas movimentações no jogo de interesses dos dois grupos iniciais burgueses (Gentry e Yeomen) pelo controle comercial na costa inglesa e no Atlântico levou um rei a ser decapitado e outro a ser derrotado em guerra, o apoio dos camponeses nestas lutas intestinas foi utilizado em larga escala. Esta guerra civil ficou conhecida como a Revolução Gloriosa e a Câmara dos Comuns consegue implantar o liberalismo econômico.

No século seguinte (XVIII) a Inglaterra se prepara para um grande salto econômico: A Revolução Industrial que terá a junção de burgueses e monarcas liberais no poder. A burguesia inglesa não mediu esforços para alcançar o seu objetivo em se tornar a classe social que iria ditar as regras do jogo econômico, mas as tradições monárquicas estarão lado a lado com este nicho social onde os conflitos e divergências de opiniões serão sempre bafejados pelos interesses de um “novo” tipo de poder; A Monarquia Parlamentar. A Declaração dos Direitos assinada por Guilherme de Orange e Maria Stuart que dera total poder ao Parlamento não favoreceu os ex-camponeses apoiadores da tal Revolução Gloriosa que deu à classe nobre (antigos senhores feudais) e à classe burguesa o direito de serem proprietários de terra, os ex-camponeses foram empurrados para um caminho bem diferente, é o que veremos a seguir.

Seguindo as mudanças na vida social, econômica e política da sociedade inglesa vamos perceber através das pesquisas de Virginia Rau (1982) a estrutura da economia portuguesa influenciada pela estrutura econômica construída pela monarquia parlamentar inglesa (que tinha interesses com a coroa portuguesa devido às riquezas extraídas em suas colônias na África e América e também devido aos acordos de comércio entre as monarquias inglesa e portuguesa na Europa) fixando o salário de muitos camponeses que haviam sido obrigados a entregar a terra que para eles era fonte de subsistência.

Estes ex-camponeses passaram a serem considerados como operários estabelecendo aí uma nova classe social que deveria prestar serviços nas cidades lotadas de gente. Estas cidades se estabeleceram como alternativa na busca de melhores condições de vida para muitos, mas esta alternativa de vida traria uma realidade diferente: Ganhar pouco e trabalhar muito. A exploração desta classe que ficará mais evidente depois da

Revolução Gloriosa será a realidade diferenciada e vivenciada pelos ex-camponeses que tinham na terra comunal uma liberdade de vida. A nova classe social que recebe o nome de operários passou a se ocupar dos trabalhos na zona urbana, ou outros serviços que poderiam render um melhor salário como, por exemplo, servir os nobres. Aqueles que não pudessem provar que serviam aos nobres deveriam trabalhar como mão de obra no campo tendo um contrato de trabalho para ser cumprido, outros tantos passam a ser ociosos, ou pedintes nas cidades como Londres. A vida precária dos pedintes e dos ociosos acabou por trazer um problema social até então não imaginado. Os pequenos crimes e roubos, para “resolver” tal desordem o Parlamento institui leis contra aqueles considerados vagabundos com penas de morte por enforcamento, açoites e prisões.

No século XIV O monarca inglês Eduardo III já teria tentado aplicar uma lei trabalhista (uma das primeiras no mundo) que obrigasse os camponeses a permanecerem na terra com salários baixos e muita exploração nos feudos, mas devido a peste negra que grassava na época, trazendo prejuízos nas plantações, os camponeses que continuaram no campo tiveram uma relativa paz onde puderam levar uma vida relativamente produtiva. Neste período pós Revolução Gloriosa o quadro se mostra favorável para que a lei do século XIV, adaptada para o momento, possa vigorar. Sem nenhuma interrupção nas prerrogativas estabelecidas os rendimentos dos burgueses crescem em tal medida gerando o acúmulo de capital ao mesmo tempo favorecendo a consolidação do sistema capitalista (século XVIII) um projeto econômico liberal onde a Inglaterra será a catalisadora deste projeto. Entrando no século XIX, especificamente em 1833, a abolição da escravatura foi sancionada pelo parlamento inglês com o fito de que os negros representavam um contingente enorme de pessoas para movimentar ainda mais este sistema econômico.

Então, como a série *Downton Abbey* tem relação com este breve histórico da Inglaterra? Sim, a série da televisão britânica de 2010 e 2015 criada e co-escrita pela escritora Julian Fellowes se passa no início do século XX e conta a estória de uma família aristocrata inglesa que luta para manter o título, o Castelo e as mordomias transmitidas há três gerações que puderam vivenciar, cada uma delas em seu tempo, os processos da Abolição da Escravatura, Revolução Gloriosa, Revolução Industrial e as lutas religiosas entre católicos e protestantes na Inglaterra onde os *Crawley* foram influenciados por estes acontecimentos e estes acontecimentos estarão refletidos na forma de pensamento e conduta destes para com os serviçais em todos os episódios culminando com as transformações sociais e econômicas pelas quais eles passarão, resultado Primeira e Segunda Guerra Mundial. A família *Crawley* é composta pelo Pai, a Mãe e suas três filhas sendo que a filha mais velha receberá como herança a herdade com todos os seus problemas financeiros, depois que seu primo mais próximo e futuro marido falecer em um acidente de carro. E por último destacamos o projeto burguês do século XVII (*Enclosures*) presente na própria herdade que tem uma grande extensão de terras improdutivas, mas que pertencem a esta família desde gerações passadas.

Outros acontecimentos históricos que aparecem na série foram; A Primeira Guerra Mundial (1914) e a Revolução Russa (1917) que modificam paulatinamente o tempo e o espaço da vida dos Crawley trazendo uma sujeição indesejada para as herdades inglesas com suas famílias detentoras de títulos e riquezas, arranjo de casamentos seguindo os interesses da nobreza, governantas e lacaios sempre a postos, gastronomia francesa servida em banquetes nos jantares cotidianamente, os rituais de todas as noites no vestir, comer, beber, conversar e depois dormir eram costumes que deixariam de existir ao longo dos anos até a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1936) que colocou um fim neste modo de vida em muitas destas herdades.

Outro olhar será sobre a criadagem (os de baixo) que poderia chegar ao número de quarenta pessoas, que por sua vez, mantinham em suas relações a mesma hereditariedade de postos e comandos aprendidos pelos “de cima”, como também, os relacionamentos, as intrigas e discussões entre a criadagem eram, muitas das vezes, camuflados, ou expostos sem nenhum constrangimento. Os “segredos” e o jogo de interesses entre os criados por melhores salários e melhores cargos no castelo eram maquinados entre eles imitando os seus senhores na hipócrita convivência uns com os outros nos bailes, jantares e conversas em família sendo os motivos das conversas os mais variados e que às vezes chegavam a provocar sérios atritos, porém estes atritos deveriam ser sufocados custando o que custasse em favor, em nome do status e das aparências. Um momento que exemplifica muito bem a questão das aparências será o episódio que envolve a filha do meio e sua maternidade, ela manterá a gravidez, o parto e a criança escondida de todos por um tempo.

O questionamento dos conceitos tradicionais por parte da filha do meio e da outra mais nova levaram o conde e sua mãe (guardiã das tradições milenares desta família) a se sujeitarem a conviver com aquilo que eles denominavam de “coisas dos tempos modernos”. Tudo poderia desabar, até mesmo se a fortuna não pudesse ser preservada as tradições deveriam ser mantidas por todos.

A administração econômica e o entendimento sobre questões políticas e sociais não faziam parte dos interesses dos membros destas famílias é o que vamos ver em dois episódios interessantes que envolvem em primeiro lugar a filha mais nova do Conde e o chofer de etnia irlandesa que tinha simpatia pelo socialismo leninista, em segundo lugar o jantar no qual uma professora do vilarejo local é convidada a participar e oferece gratuitamente uma aula rápida de socialismo abalando a ideologia das ladies e lordes que viviam no “mundo de conto de fadas” sempre amparado pela criadagem e pelas transações comerciais ultramarinas entre as quais destacamos Portugal e Inglaterra na exploração da colônia na América do Sul. O racismo terá seu lugar de destaque. Numa sequência de supostos debates que seguem a vida dos ingleses vamos ver os livros e escritos de Karl Marx sendo discutidos e debochados pelo conde e senhor do castelo batizado de Dawnton Abbey porque, como dissemos anteriormente, a intelectualidade não fazia parte da vida dos nobres e sim o vazio das comodidades amparadas pelo ócio.

Não pretendemos fazer uma supra-análise de cada cena em particular, o que nos propomos a realizar é uma reflexão do conjunto da série, destacando aquilo que mais nos chamou a atenção. Começamos com a primeira temporada desta série que se reúne em número de seis. O episódio se inicia com a notícia do naufrágio do célebre navio Titanic em águas do Atlântico quando se dirigia de Southampton (Inglaterra) para Nova Iorque nos Estados Unidos em Abril de 1912. No navio estavam os futuros herdeiros de Dawnton Abbey que foram vítimas do naufrágio, logo a preocupação constante do lorde Crawley e sua mãe era com o futuro da propriedade. Mas, para acalmar os ânimos da família e do mordomo (que mais se parecia com um membro da família como ele mesmo se considerava, apesar de que para os lordes ele não passava de um mordomo que deveria executar sua tarefa do modo mais discreto possível, ter um mordomo na família era algo que denotava poder e riqueza) chegou ao Castelo, para o jantar, o primo mais próximo da filha mais velha do conde acompanhado de sua mãe (uma senhora formada em enfermagem e viúva de um senhor que fora médico) mãe e filho trabalhavam algo surpreendente que contrariava as tradições desta aristocracia medieval. Porém, para o desânimo dos lordes e da condessa-mãe, a futura herdeira (que deveria escolher o futuro marido o mais rápido possível) não simpatizou com o Advogado (o primo).

Na verdade o trabalho, seja qual for, era visto como coisa a ser realizada pelos pobres e famintos, o que se verifica é o sentido de que o ócio (bem diferente da conotação grega) seria uma “ação” para os nobres que era legitimada pelo simples motivo em se ter um título de nobreza, o que estes nobres ociosos faziam eram investir capital, como exemplo podemos destacar que as ferrovias construídas no Ocidente e Oriente estavam recebendo investimentos destes lordes que depositavam suas fortunas em negócios rentáveis como a locomotiva a vapor. O episódio segue com a rivalidade de pensamentos e postura de vida do Advogado e sua prima (ladie Mary) que ostentava a todo o momento sua posição na nobreza. Notamos bem os caprichos desta filha mais velha acostumada a ser satisfeita em tudo e por todos, a contar pelo mordomo que mantinha uma posição de laçao fiel, uma espécie de bajulador da aristocracia.

A trama seguirá até que esta filha primogênita (ladie Mary) comete um ato que escandalizou sua mãe, numa bela noite ela permitiu que um dos lordes, hóspede no castelo, se dirigisse ao seu quarto com a intenção de realizar um ato sexual que não pudesse “macular” a virgindade da moça, ela que deveria se casar virgem porque a virgindade era proclamada pela igreja católica como o ponto máximo de “pureza” para o escolhido. No momento em que iniciaram o ato o hóspede teve um ataque fulminante no coração e morreu, haverá toda uma manobra de mãe e filha para esconder o caso. Percebe-se a franca hipocrisia de tradições seculares presentes nas ações libidinosas que deveriam ser abafadas a fim de preservar a imagem da família e muito mais daquela que deveria desposar alguém para assumir os fardos tradicionais de longas datas. Uma estratégia foi articulada com um bom e dispendioso baile para “aplar” todas as suspeitas, e assim

a vida seguirá para esta família com seu séquito de criados que ficavam a postos para realizarem todo tipo de serviço como camareiras, arrumadeiras e criadas que vestiam, calçavam, maquiavam, penteavam, escovavam e banhavam suas ladies e seus lordes. Ao soar os sininhos (desde o amanhecer até o anoitecer que ficavam dependurados num quadro localizado no refeitório dos criados com os respectivos nomes de cada membro da família e de cada cômodo da grande casa) os serviços tinham que correr.

Havia também o trabalho na área externa do castelo onde ficavam as cocheiras, as lenhas para o fogão de lenha moderno, os chalés dos criados que residiam próximo do castelo, os estábulos com seus cavalos de raça cuidadosamente alimentados e escovados para o lazer dos lordes e ladies nas caçadas aos pombos e cervos na extensa propriedade que havia sido um dos feudos da monarquia de séculos anteriores.

O drama apresenta também a autoridade e o orgulho de casta da condessa-mãe orquestrando as providências a serem tomadas pelo filho conde. Este orgulho somente cederá ao confronto perspicaz da prima enfermeira que tinha no seu filho advogado o seu grande e precioso parceiro, como ele também poderia contar com sua mãe. Depois de muitos pretendentes ao “trono” de herdeiro da propriedade, ladie Mary se rende aos encantos e bravura do Advogado, que por sua vez não se ilude com os caprichos da moça. Enquanto isso a irmã mais nova especula sobre uma sociedade mais igualitária, foi aí que um chofer é admitido nos serviços de condução dos veículos. A filha caçula apaixonou-se pelo chofer irlandês, este se mostrou destemido frente aos intocáveis nobres, ele responde aos confrontos dos lordes com seus ideais socialistas, apaixonou-se pela moça recusando o conforto e as mordomias de sua família em nome do seu amor e da sua crença em outra forma de vida. O jovem casal se casa contrariando as tradições de longas datas. Neste momento temos a presença de uma juventude reformadora dos ditames da época, juventude esta exemplificada pelo chofer, pela filha caçula e por sua prima (em segundo grau) da Escócia, esta prima era filha de outro lorde que passava pela crise financeira, crise que irá abalar a aristocracia no pós-guerra.

Os pais da prima de segundo grau da Escócia cujo matrimônio (fruto de um casamento arranjado e fracassado que levou a esposa a desconfiar na filha e no marido toda a revolta de uma falência iminente) tentam resolver o problema financeiro buscando ajuda na colônia do Oriente- A Índia que estava submetida ao jugo imperialista inglês. Não só os parentes escoceses estavam em falência como a base de sustentação econômica da família Crawley começou a ruir também, eles teriam que realizar o que denominamos de arrendamento de terras para que sua propriedade, com grandes extensões de hectares, pudesse ser viável administrativamente dando rendimentos que os nobres não poderiam alcançar, pois nunca trabalhavam. O que mais podiam fazer a não ser alugar lotes de terra para aqueles que sabiam trabalhar a terra? Esta forma de domínio sobre o outro se repetiu em todos os lugares que a Inglaterra dominou como a Índia que mais se parecia com um “bosque quente e pobre” cheio de sal e com um litoral gigante para as vantagens

do comércio marítimo europeu que pudesse aliviar os problemas da aristocracia britânica com arranjos políticos.

A dominação inglesa na Índia deixou marcas sangrentas na vida dos indianos daquele período. Utilizando a filosofia da Não Violência Mahatma Gandhi conseguirá a independência da Índia na histórica caminhada pela liberdade do seu povo em 1948, mas ainda hoje indianos em sua grande maioria estão empobrecidos e são explorados pela falsa e manipulada filosofia das castas se tornando um terreno fértil para o capitalismo.

Como resultado do arrendamento das terras improdutivas as gerações mais novas daqueles camponeses destituídos a séculos dos seus campos, aceitam as condições dos nobres pagando aluguel com os rendimentos da sua força de trabalho. A primeira grande guerra levou os Crawley a serem empurrados para outra realidade até então ignorada com muitos homens perdidos na multidão e sem sentido para a vida, este foi o saldo da guerra, os feridos, os destituídos e uma Alemanha falida com dividas gigantescas a pagar para os aliados. Mas, junto com esta fatalidade a indústria promoveu uma transformação social que chegou a galope, eletrodomésticos nunca imaginados como geladeira, bateadeira de bolo, secador de cabelo e telefone passaram a fazer parte da vida daqueles que poderiam pagar por estes artigos de luxo em meio a toda esta discrepância social o entregador de cartas continuava a chegar quase todos os dias em sua bicicleta.

A indústria inglesa contou com os benefícios financeiros da guerra. Durante a guerra a condessa (esposa) passou a se dedicar pelo controle dos gastos da herdade em relação aos alimentos e fármacos utilizados para manter o pessoal do alto escalão do exercito britânico que ficou alojado no Castelo, todas as herdades tiveram que ceder espaços de suas grandes e luxuosas residências enquanto a guerra durou. As três filhas ajudavam na enfermaria, e o conde com sua farda de herói (não se sabe herói de quê) desfilava pelo salão da residência que em uma das cenas percebe-se em sua aparência a sensação de inutilidade diante de todos que estavam realizando algum tipo de assistência, mas ele conseguiu uma ocupação, dispôs a receber afagos de uma criada que não se preocupou em ser despedida quando a guerra acabou nesta passagem vemos a ilusão da plebeia em relação ao lorde, mesmo que esta ilusão lhe causasse danos econômicos e sociais a serviçal se envolveu com o nobre e no final deste envolvimento o que restou fora apenas um passa tempo e diversão para o nobre.

Os prejuízos econômicos como resultado da guerra foram, também, o declínio dos pesos e medidas entre políticos e nobres da Inglaterra como nos diz Hobsbawm que a “Primeira Guerra Mundial assinalou o colapso da civilização ocidental do século XIX” (1995-p. 16). Os conservadores capitalistas bafejando os ares do século XX resistiram em aceitar que a mudança seria contínua e alguns membros da família Crawley (Conde e a condessa-mãe) foram os derradeiros a estenderem as “mãos à palmatória”.

Enquanto a vida de ladie Mary transcorria sem empecilhos, depois que se rendeu ao amor do advogado que teria herdado a propriedade dos Crawley, a irmã do meio, sempre em

contendas com Mary que a tratava como uma pessoa indesejada, buscou um casamento a todo custo, a ideia de ficar solteira e dependente dos caprichos da irmã herdeira não lhe agradava depois de algumas tentativas frustrantes, ela se apaixonou e sem programar teve uma filha, fruto de um romance passageiro devido à morte do parceiro dono de uma revista na qual ela herdou, porém muitos percalços a esperava, ter uma filha considerada bastarda (fora de um casamento devidamente elaborado) não era bem visto pela sociedade conservadora católica e protestante da época e muito menos para os costumes da nobreza (que escondia seus encontros noturnos).

O casamento era a única forma que os filhos não considerados primogênitos, ou mais novos das famílias ricas, tinham ao seu alcance para conquistar uma posição utilitária frente à sociedade. A segunda filha consegue triunfar frente à irmã (primogênita) com um casamento que lhe deu o título de marquesa sua maternidade fora aceita pelo marquês que, por sua vez, precisava do apoio da moça para enfrentar a batalha em manter sua propriedade com rendimentos, caso isso não acontecesse ele poderia decretar a falência, o que para a geração de lordes seria um fim trágico. Temos aqui o preconceito contra as mulheres que foi abafado no pós-guerra, porém seu fim ainda não será conquistado neste momento.

Seguindo as temporadas vamos ter a condessa-mãe (avó paterna) realizando negociatas com gente influente de Londres para que ela continuasse no comando do hospital local que, após a guerra, passou a ter a direção vinculada com pessoas em Londres. Os acordos não são aceitos e a subdireção ficou a cargo da condessa que trazia consigo agilidade, inovação e empatia com os moradores locais, algo que a condessa-mãe desconhecia como pensamento e muito mais como prática. As mudanças ocorrem continuamente. Dois funerais são vividos na Dawntom Abbey e um aborto causado, meticulosamente, por uma criada (nem todos os criados eram vítimas, o medo e a desconfiança na vida diária deles faziam com que alguns se tornassem vilões disfarçados).

Outro aspecto importante a destacar eram as inclinações de muitos criados para outras atividades como: Secretariado, ministrar aulas, casar e constituir família de forma independente dos lordes e o dom para gastronomia todas estas inclinações aparecem na série como forma de mostrar que os criados eram pessoas que tinham seus desejos, seus ideais mesmo que sua vida particular fosse sempre invadida por todos da grande casa, principalmente pelo mordomo e a governanta que a tudo e a todos vigiavam dia e noite.

Para conquistar um “lugar ao sol” alguns criados com pendores e ideais tinham que esconder seus objetivos e economizar bastante a fim de conseguirem alcançar seus sonhos. Outros poderiam ter a chance de serem ajudados por algum membro da família nobre que tivesse um olhar humanitário, foi o que aconteceu com uma criada dos Crawley que se tornou secretária de um escritório contábil e que depois de alguns anos retornou à grande casa com seu chefe, eles foram convidados para um jantar, o que surpreendeu a todos (inclusive ao mordomo) foi quando souberam quem era aquela moça que antes era

a serviçal e naquele momento estava em outra posição sentada à mesa e sendo servida pelos antigos colegas. A perplexidade da condessa-mãe mostrou a dificuldade em aceitar que serviçais poderiam conquistar trabalhos melhores e diferenciados, quanto mais para uma jovem mulher.

Os episódios intrigantes que envolveram os criados Ana e Bates numa cilada, levando Bates para a prisão, deixaram os Crawley em má situação, a condenação ou absolvição do criado afetará os nobres, primeiro porque a criada Ana conseguiu realizar o trabalho de duas criadas (o que era vantajoso para os nobres) aja visto que a casa grande começou a perder alguns serviçais que foram em busca de seus sonhos e porque o conde não poderia manter tantas pessoas trabalhando na casa devido aos seus investimentos perdidos em ferrovias após a guerra e, em segundo lugar Ana era esposa do inocente Bates. Para resolver o impasse o conde financia a defesa do criado e mantém os dois na casa grande. A ajuda será nitidamente por interesse e por algum tipo de consideração.

Bom, sobre os jantares, receber os convidados quase todas as noites era algo aterrorizante para as cozinheiras que deveriam preparar um cardápio francês (a culinária francesa estava na moda) todos ficavam em polvorosos para os tais banquetes luxuosos, muita comida, vinho e futilidades o tempo todo, jogos de carta, fofocas o que nos faz lembrar os bailes das monarquias de séculos passados onde o luxo e a fartura ficavam a cargo do suor da criadagem. Os lacaios (que serviam no jantar) apesar do trabalho exaustivo estavam sempre na escuta das conversas de todos ao redor da mesa. Estas conversas eram sobre negócios, caças, encontros, viagens e intrigas também. Tudo era colocado por todos na hora do jantar, as regras de etiqueta comandavam nos olhares ameaçadores de uns para os outros. O jantar parecia o momento onde quase tudo deveria ser exposto com discrição porque se algo desse errado tudo ficaria suspenso no ar em nome da “elegância” regada a hipocrisia em torno da comida farta.

Outro ponto interessante foi a vida conjugal passageira do chofer irlandês com a filha mais nova dos Crawley, eles acabaram se casando na Irlanda e por lá ficaram até que um dia a filha resolveu visitar sua mãe, ela estava grávida e durante o parto sofreu uma eclampsia vinda a falecer, interessante notar que a medicina da época tinha conhecimento deste problema que acometia algumas mulheres. A eclampsia é algo que sempre esteve presente na vida humana como outras doenças e males. Nota-se nesta passagem da série que o médico do vilarejo alerta o conde para o problema, ao seu lado e disputando a confiabilidade dos nobres está o médico londrino e reconhecido pela monarquia, o veredicto final foi dado por este que disse não se tratar de nada grave, porém a moça apresentava sinais de gravidade e o fim foi trágico.

O médico de Londres pediu desculpas apesar de a condessa o incriminar juntamente com seu marido (o conde) pela morte da filha até que o médico do vilarejo esclareceu aos pais da jovem que a medicina não teria como salvá-la, não havia tratamento para o caso. O chofer que ficou viúvo permaneceu no castelo e aos poucos os Crawley viram nele

um indivíduo que poderia ajudar a salvar Downton Abbey, suas ideias para administrar a propriedade lembraram a atuação dos camponeses em cuidar da terra e fazê-la produzir, ele deixou claro que sua opinião seria em dividir a terra em lotes e alugar estes lotes para os interessados, podemos entender isto como hoje denominamos de reforma agrária? A partir daí o ex-chofer se torna sócio nos negócios da propriedade dos Crawley que tudo fariam para que ele permanecesse por ali. Note-se que o status do médico da capital se sobrepõe até mesmo em relação ao mesmo profissional do vilarejo que percebeu a gravidade do problema, porém não teve os créditos como seu “colega” londrino. Outro ponto a destacar será a aceitação do ex-chofer na direção dos negócios da família, percebemos a transformação acontecendo neste tipo de sociedade devido à queda financeira da família.

Os tempos realmente trouxeram mudanças que os nobres de muitas famílias jamais sonhavam, no entanto, tais mudanças deveriam e foram abraçadas rapidamente se eles não quisessem perder o que lhes restava. Seguindo com o final vamos ter a professora da escola primária do vilarejo jantando com os Crawley, a arrogância e empáfia nos assuntos sobre a classe operária, durante o jantar, fizeram com que a professora proferisse, em poucas palavras, uma explicação socialista do caso, ela realçou a ignorância da realidade de vida por todos na mesa e que a realidade era o comum para as pessoas da vila, colocou em xeque a indiferença, a ociosidade, as futilidades, e a perda de tempo das classes -nobreza e monarquia- que estavam em decadência. A fala da professora provocou a ira do conde, ela não se abateu permanecendo firme em sua posição respondendo aos insultos indiretos da condessa-mãe, foi defendida pela enfermeira que era mãe do advogado falecido, este momento foi marcante na série.

Note-se que a realidade da vida é algo assustador para aqueles que vivem imersos no luxo, poder e riqueza, porém eles são sustentados por aqueles que vivem a realidade crua do dia a dia, eles contribuem para manter os caprichos dos pequenos grupos da nobreza e burguesia sabendo, ou não, do prejuízo que isto provoca a eles mesmos, estamos falando da alienação que segundo Karl Marx “o trabalhador perde a noção do seu próprio valor” (VIANA, 1995).

Finalizando este ensaio ressaltamos a queda econômica e política de muitas famílias nobres inglesas, após a segunda guerra mundial, mas, ao mesmo tempo, a resistência inglesa em manter uma monarquia de aparências irá continuar até os dias atuais tanto que em 1952 subiu ao trono da monarquia na Inglaterra outra senhora da realeza com o título de Elizabeth II dando seguimento a este estado de coisas. Ainda no ano de 2021 seu marido, falecido aos noventa e nove anos, deixa esta viúva de quase cem anos à espera do seu próprio funeral, talvez ela seja a última monarca da história inglesa, talvez esta monarquia seja o último resquício de um tempo de exploração e absurdos sociais da humanidade, talvez com o fim desta forma de vida outras monarquias europeias sigam o mesmo caminho, talvez uma parte do povo inglês que mantém financeiramente este espetáculo grotesco possa aceitar a realidade da vida sem subterfúgios economicamente

inviáveis que o capitalismo atual sustenta. Como agravante deste tipo de sociedade vemos na geração mais nova dos Windsor toda uma falácia de família exemplar que em plena pandemia, fome e miséria no mundo, problemas governamentais seríssimos apoiam a prodigalidade de um cortejo fúnebre (de contos de fadas) do cadáver de um morto que deixou uma lista de frases preconceituosas, arrogantes e soberbas. O que foi analisado na série inglesa se confirma em muitas das notícias que envolvem os Windsor mesmo que a monarquia inglesa do século XXI tenha na tecnologia um diferencial, algo que no capitalismo do início do século passado era inimaginável.

Assistir a série em questão pode ser importante a fim de conseguirmos distinguir, nos pontos elencados neste ensaio, muitos questionamentos de relevância social que permanecem sem solução. Questionamentos como estes; Ainda vivenciamos estados de fome e miséria de muitos indivíduos em vários países como Índia, África e Brasil, vivenciamos a exploração da mão de obra, a alienação da classe trabalhadora, o aumento da riqueza de pequenos grupos, governos das potências mundiais favorecendo as elites em meio a miséria de tanta gente, o monopólio dos bancos e latifundiários nas transações comerciais, o controle da economia mundial nas mãos de algumas famílias abastadas financeiramente que pelo celular em seus iates luxuosos dão o sinal verde, ou vermelho para os governantes decidirem sobre a vida de muitas pessoas. O que falta para que o “*status quo*” que prevalece desde o feudalismo possa ser derrubado? Podemos acreditar numa esperança ativa onde a cooperação, colaboração entre uns e outros possa dar outro rumo para as sociedades atuais que estão mergulhadas no capitalismo que não dá brechas para uma transformação?

Encontramos um caminho que talvez possa dar uma solução, a saber, no pensamento do filósofo grego Epicuro em sua Carta a Meneceu (341 a.C-270 a.C) onde ele defende uma vida simples, onde podemos viver plenamente com simplicidade na alimentação, no prazer medido (aquele que traz qualidade) buscando, de fato, um sentido maior para a existência humana, um sentido real para a vida boa, vida boa que não passa pela superfície do sentir, do fazer, do trabalhar, do estudar, de tudo aquilo que envolve as ações de qualquer pessoa em sociedade, em comunidades, das famílias enfim da vida do ser humano. Nesta carta encontramos uma passagem que fala sobre o Jardim de Epicuro (local da residência do filósofo) onde todos eram bem-vindos à medida do entendimento, da aceitação da filosofia construída e proposta por ele. A frugalidade no comer, a ausência de mecanismos que pudessem atordoar a mente que pensa e escolhe o seu caminho, porque é livre, está presente no pensamento epicurista.

A felicidade é um bem humano, precisamos buscá-la de igual forma. Para se ter uma vida boa é preciso que a vida tenha qualidade e qualidade para todos. E por fim, Epicuro diz que a prudência é a melhor das virtudes, na ausência dela não haverá justiça, beleza e felicidade. Ficamos então, com esta lição legada a nós por Epicuro. O viver com simplicidade pode ser um caminho seguido por toda a humanidade.

REFERÊNCIAS

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: O breve século XX*. São Paulo Companhia das Letras, 1995.

RAU, Virgínia. *As sesmarias medievais portuguesas*. Lisboa: Presença, 1982.

EPICURO. *Carta sobre a Felicidade (A Meneceu)*. Editora Unesp. 3ª edição. 2002.

Série britânica Downton Abbey. 2010. Produção: Companhia Carnival Films. Acesso em janeiro /2021. Canal da Netflix.

VIANA, Nildo. Alienação e fetichismo em Marx. In: *Revista Fragmentos de Cultura*. Ano 11, n. 05, maio de 1995.

CAPÍTULO 16

CONSTRANGIMENTOS E DESAFIOS DOS MODELOS DE REASSENTAMENTO EM MOÇAMBIQUE (2009-2018)

Data de aceite: 01/04/2022

Mário Mubango Cossane

Doutorando em estudos de Desenvolvimento
pela Universidade APOLITÉCNICA de
Moçambique
Maputo-Moçambique

Paulo Domingos Muenda Muereembe

Doutorando em Ciência Política e Relações
Internacionais pela Universidade Católica de
Moçambique
Docente na Universidade Licungo
Faculdade de Economia e Gestão
Beira-Sofala-Moçambique
<http://lattes.cnpq.br/5224394716321720>

RESUMO: O artigo tem por objectivo, avaliar as implicações dos modelos de reassentamentos adoptados para compensar às populações afectadas pelos projectos de actividade extractiva em Moçambique, relativamente ao desenvolvimento sócio económico das comunidades abrangidas pela mineração, olhando para o papel dos investidores no processo e do Estado, do ponto de vista de legislação sobre matéria, no período entre de 2009-2018. A problemática do reassentamento na legislação moçambicana, apresenta uma ambiguidade criteriosa, o que gera conflitos sucessivos entre os investidores, Estado e a população. Os modelos de reassentamento adoptados não garantem uma sustentabilidade as famílias deslocadas e conseqüentemente o desenvolvimento sócio-económico das

comunidades afectadas pela mineração em Moçambique torna-se cada vez mais utópico e longe das necessidades dos afectados e dos ganhos que o país se deve beneficiar no geral. O artigo sugere medidas de como o país se deve lidar com a situação, tendo em conta propostas de modelos de reassentamento adequado para as populações afectadas pela actividade extractiva. **PALAVRAS-CHAVES:** Modelos de Reassentamento; desenvolvimento sócio económico; investimento; população; comunidades.

RESETTLEMENT MODELS IN MOZAMBIQUE (2009-2018)

ABSTRACT: The article aims to evaluate the implications of the resettlement models adopted to compensate the populations affected by extractive activity projects in Mozambique, in relation to the socio-economic development of communities covered by mining, looking at the role of investors in the process and of the State, from the point of view of legislation on the matter, in the period between 2009-2018. The issue of resettlement in Mozambican legislation presents a judicious ambiguity, which generates successive conflicts between investors, the State and the population. The resettlement models adopted do not guarantee the sustainability of displaced families and consequently the socio-economic development of communities affected by mining in Mozambique becomes increasingly utopian and far from the needs of those affected and the gains that the country should benefit in general. The article suggests measures for how the country should deal with the situation, taking into account proposals for adequate resettlement

models for populations affected by extractive activities.

KEYWORDS: Resettlement models; socio economic development; investment; population; communities.

1 | INTRODUÇÃO

Moçambique vem experimentando um fenómeno de actividade extractiva cujo marco inicial tem registo na província de Tete com a instalação de duas grandes empresas estrangeiras, a Vale Moçambique e a Rio Tinto, um processo que no geral movimenta grandes investimentos, calculados em milhões de dólares.

A concessão de licenças pelo governo moçambicano para a exploração mineira, nas províncias de Tete, Inhambane, Cabo Delgado e Gaza, devia representar um desenvolvimento consentâneo aos investimentos com resultados facilmente tangíveis.

O desiderato da concessão de extensas terras para viabilizar a prospecção de recursos minerais na província de Tete provocou a deslocação de pessoas nativas que habitavam as áreas concessionadas, onde realizavam actividades diversas para o seu sustento.

Esta situação teve como consequência, a expropriação da terra, falta de justas compensações, exclusão social, reassentamento inadequado, cortando os direitos fundamentais da população, o que configura uma injustiça social. Foram transferidas mais de 6.000 famílias em Moatize, Inhassoro, Chibuto e Palma, gerando conflitos entre as partes envolvidas, empresas, população e o Estado, por falta de critérios claros no reassentamento, (Human Right Watch, 2012).

A gestão do processo dos reassentamentos não foi objecto de debate aprofundado envolvendo as partes interessadas, com primazia para as comunidades afectadas, remetendo a população para uma situação de pobreza absoluta, chegando a faltar terra para a produção de alimentos.¹

De acordo com a (Human Right Watch, 2012), “a Vale Moçambique reassentou 1.365 agregados familiares para uma vila recém construída, Cateme, e para um bairro urbano, 25 de Setembro, na capital do distrito de Moatize.” Uma das grandes consequências da fraca consulta e discussão é a discórdia por parte das comunidades em aceitar o tipo de infraestruturas, quer habitacionais, sociais incluindo as terras áridas.

Os procedimentos inadequados aplicados nos processos de reassentamento não protegem os interesses das populações relativamente ao seu modo de vida, como seja a concessão de terras aráveis, proximidade aos rios/mar para prática da pesca, solos adequados para a olaria, entre outros.

A legislação sobre os reassentamentos em Moçambique não esclarece e não demarca suficientemente as formas do modelo dos assentamentos sobre os diferentes

¹ Nos locais de reassentamento, deve-se assegurar a continuidade do exercício de actividades de subsistência, consoante os casos, ou definir programas de geração de rendas.

procedimentos, o que denota uma fragilidade relativamente a génese da sua natureza de conflitualidade.

A fragilidade do (Decreto n° 31/2012, de 31 de Dezembro), instrumento regulador dos reassentamentos e compensações repercutiu-se também nos projectos de Temane, de Gás de Afungi e o de Areias Pesadas de Chibuto, unidade territorial do estudo.

Os processos de reassentamentos não observam procedimentos uniformes. Estruturalmente coincidem nos objectivos plasmados no (Decreto n° 31/2012, de 31 de Dezembro), mas divergem na falta de um modelo padrão de reassentamento e compensações, para responder criteriosamente aos problemas dos afectados.

O estudo assemelha-se importante para a comunidade académica e geral, por quanto procura avaliar as consequências causadas pela falta de um modelo padrão e adequado de reassentamentos e compensações e propor um modelo padrão para resolver o problema.

2 | METODOLOGIA

O estudo funda-se no paradigma fenomenológico ou qualitativo para avaliar as dinâmicas sociais no contexto dos modelos de reassentamento e compensações aplicados nas comunidades afectadas pela indústria extractiva em Moçambique no período de 2009 à 2018.

De acordo com Ruas (2017), a análise fenomenológica trata de colecta, análise e informação qualitativa obtida fundamentalmente através de técnicas de entrevistas, observações, grupos focados e diários. Assim no artigo em alusão tomou-se em conta a revisão bibliográfica e utilização de documentos inerentes aos reassentamento no mundo e em Moçambique. Também priorizou-se a busca de informação na *internet* para posterior análise e tratamento.

A unidade territorial de análise é o distrito de Chibuto-Gaza no projecto de areias pesadas de Mangume, comparado com os processos de reassentamento de Moatize nos projectos de carvão mineral, Inhassoro no projecto de gás natural de Temane e Palma no projecto de gás natural de Afungi.

3 | VISÃO TEÓRICO-CONCEPTUAL

Reassentamentos e compensações são uma abordagem de debate nacional e internacional, quer no espaço académico como fora dele pela sua importância no contexto dos direitos fundamentais do homem, particularmente no que tange a questões habitacionais e alimentares, pressupondo uma estabilidade social.

Ao nível global questões de reassentamento e compensações decorrem na maioria dos cenários pela acção involuntária de deslocamento de comunidades das suas zonas

de origem para dar lugar a projectos agrícolas, mineração, barragens, construção de infraestruturas urbanas de grande magnitude, entre outros.

Apesar de alguns esforços desenvolvidos pelos Estados a esfera global para uma melhor regulamentação, os processos de reassentamentos continuam a representar uma problemática devido a falta de clareza nas políticas que norteiam as suas ações nos procedimentos de deslocação das populações.

O termo reassentamento é largamente abordado por diferentes autores, organizações nacionais e internacionais e Estados como uma plataforma que visa conferir solução as causas de deslocamento populacional, motivado por diferentes situações, projectos de desenvolvimento, guerras, fenómenos naturais, etc.

Belshaw (1993) define reassentamento como sendo um projecto de transferência planificada e controlada da população de uma área para outra mas na visão do (Banco Mundial, 2004) reassentamento é visto como o global das perdas económicas e sociais como resultado da expropriação e privações, e não apenas a realocação física das populações.

Na perspectiva de Magalhães (2016) reassentamento é um processo de realocação física por meio de reposição de imóvel afectado por unidade habitacional ou comercial construída especificamente para esse fim ou adquirida no mercado, de acordo com as características da intervenção, com ou sem custos para as famílias reassentadas.

Todavia, à luz do (Decreto n°31/2012, de 31 de Dezembro), instrumento que institucionaliza e demarca os mecanismos de reassentamento em Moçambique, postula que reassentamento é um processo que visa impulsionar o desenvolvimento sócio-económico e garantir que a população afectada tenha uma melhor qualidade de vida, equidade social.

Diante daquele postulado, associado às ideias de Magalhães (2016) perspectiva-se as medidas de compensação como acções que visam assegurar que as famílias afectadas sejam compensadas de maneira justa, de forma a restaurar e se possível melhorar as condições sociais e económicas. Pois, os procedimentos e as medidas que integram o plano de reassentamento e medidas compensatórias devem assegurar as famílias afectadas em decorrência da necessidade de deslocamentos, soluções adequadas para o seu atendimento e pelas perdas ocasionadas pela intervenção, garantindo-se o respeito e aos direitos individuais e sociais..

Esta abordagem nos faz perceber que os conflitos relacionados com a expropriação de terras e as injustiças compensatórias, contribuem para a desestruturação social e económica das populações afectadas, sendo este elemento de desmantelamento das redes sociais e o capital social local, por via de obstrução das aspirações das comunidades.

Dos modelos a serem adoptados como solução dos problemas da população, Mintzberg (2013) assevera que estes apresentam um valor considerável da sua aplicabilidade em diferentes projectos, pois providenciam uma estrutura de comunicação e de mudanças locais eficazes. E a falta de uma definição clara do modelo a implementar num processo,

pode contribuir para o fracasso dos projectos de mineração em Moçambique.

4 | INDÚSTRIA EXTRACTIVA EM MOÇAMBIQUE – UMA PERSPECTIVA HOLÍSTICA DO REASSENTAMENTO EM CHIBUTO, MOATIZE, TEMANE E PALMA

O assentamento de famílias em algumas regiões moçambicanas como sejam os casos de Chibuto, unidade territorial do nosso estudo e os de Moatize, Temane e Palma, vem sendo estudados a nível nacional e internacional desde a eclosão do fenómeno do reassentamento de populações afectadas pela indústria extractiva em Moçambique, devido a presença massiva de investimentos estrangeiros na área de mineração.

Segundo a (Human Right Watch, 2012), os anos 2009 e 2010, respectivamente altura em que se verificaram as primeiras manifestações populares registadas na povoação de Cateme em Tete, no contexto das actividades de mineração do projecto da Vale Moçambique, marcaram e despoletaram problemas profundos na área da indústria extrativa em Moçambique destacando-se:

Constrangimentos verificados no acesso a água e alimentos por parte das pessoas reassentadas, sobretudo nos primeiros projectos na província de Tete, aliados as distâncias dos locais dos reassentamentos em relação aos mercados, escolas e outros, que reduziram a possibilidade das pessoas ganharem sustento através de outras fontes de rendimentos;

- privação de extensas áreas reservadas para a actividade de mineração, gerou problemas de terras, criou limitação ao acesso de terras férteis para a agricultura e o próprio assentamento das famílias afectadas, remetendo-as a situação de pobreza extrema se comparado ao período anterior ao reassentamento;
- Por outro lado, regista-se uma deficiente comunicação entre as partes envolvidas, empresas, governo e as comunidades, o que reduz a possibilidade de medidas viáveis para que as comunidades participem na tomada de decisões e encontrem respostas das suas preocupações em torno dos processos de reassentamentos.

Estas situações, contribuem para que os processos de reassentamento e compensações sejam pouco claros e têm sido característico em diferentes projectos em que o Estado Moçambicano não tem prestado a devida protecção às populações afectadas pelos projectos de mineração, valendo-se-lhe o papel de cumplicidade.

Nas províncias de Tete, Inhambane, Cabo Delgado e Gaza, nomeadamente nos projectos de carvão mineral, gás natural e areias pesadas, os processos de reassentamento foram sempre caracterizados pelos mesmos problemas, expropriação de terra, inacessibilidade a água, a terra fértil para agricultura, reassentamento inadequado, entre outros.

Outrossim, o processo de reassentamento e compensações no contexto da indústria extractiva em Moçambique não respeita integralmente questões de direitos humanos das

populações deslocadas das suas áreas de origem onde geralmente praticava as suas actividades tradicionais que garantiam a sua sobrevivência.

É preciso lembrar que a falta de uma política nacional de reassentamentos e consequentemente a ausência de um modelo padrão e adequado de assentamento humano nas áreas de mineração, constitui factor fundamental de desentendimentos entre as partes, cabendo ao Estado moçambicano um papel de cúmplice perante a situação, sendo que as práticas que se verificam nos processos de reassentamento e compensações nos projectos de mineração, refutam os objectivos plasmados no (Decreto n° 31/2012, de 31 de Dezembro), regra geral, o Estado continua a não apresentar medidas de protecção viáveis dos modelos de reassentamentos adequados, colocando as comunidades em situação de pobreza e apreensivas em relação ao futuro.

Face ao exposto há que questionar: ***Que modelos de reassentamento Moçambique deve adoptar, para garantir a protecção e o desenvolvimento sócio-económico das comunidades afectadas pela Indústria Extractiva?***

Na visão de Stanford (2007), o sucesso de uma organização depende de grupo de pessoas capazes de trabalhar juntas efectivamente para satisfazer os objectivos do projecto tendo em conta a resolução de problemas, gestão de conflitos, gestão de comunicação e fronteiras e partilha de informações.

Importa referir que no processo organizacional quando a cultura de gestão não funciona estruturalmente, ela concorre para um desfasamento dos propósitos traçados, gerando uma desmotivação aos colaboradores, ofuscando assim as dinâmicas internas e externas.

Relativamente ao factor modelo, o autor em alusão descreve que sem a definição de um modelo, é difícil para uma organização ou seus gestores pensarem na sua firma de forma holística as suas tendências, eles não podem ver o alinhamento necessário de todos os elementos.

Como salienta Cernea (2003), ao assumir o reassentamento como um terramoto que destrói os sistemas de produção e as redes sociais, arruína as individualidades e mergulha os afectados numa espiral descendente de pobreza.

E Saide (2011), ressalta a importância de assentamentos de famílias no âmbito dos projectos de promoção de desenvolvimento sendo necessário prever medidas compensatórias quando as consequências causem perda de bens, sejam abrigos, edifícios, meios de subsistência, culturas agrícolas e negócios.

Pois, a dispersão das populações geradas pelos projectos de desenvolvimento, degradando os sistemas de produção e a base social das comunidades para além de agudizar a pobreza das famílias, representa uma incerteza nas suas aspirações do futuro (Banco Mundial, 2001).

Como reza a História de Moçambique e segundo Silva (1992), durante o período colonial foram construídos assentamentos rurais nas áreas de plantações para acomodar

farmeiros imigrantes de Portugal, dado que os moçambicanos foram obrigados a viver em volta das plantações para servir de mão-de-obra barata.

Dentre várias funções do reassentamento, e de acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados [ACNUR] (2002), o reassentamento caracteriza-se como esforço para reposicionar soluções duradouras de acordo com os objectivos dos Estados.

Para além disso o reassentamento ainda é aplicado de acordo com interesses não só humanitários ou de protecção, como também de projectos de desenvolvimento, (BESSA, 2009). Eis a razão que levou com que muitas famílias fossem reassentadas na província de Tete como consequência da sua deslocação das áreas concedidas à indústria extractiva que resultou na agudização dos conflitos de terra.

Olhando para estes pressupostos constata-se que o debate sobre os reassentamentos em Moçambique decorre fundamentalmente pela necessidade da adequação do (Decreto nº31/2012, de 31 de Dezembro, que na essência exclui um conjunto de procedimentos proteccionistas das comunidades afectadas pelos projectos de mineração e a concepção de um modelo único para o processo.

Por outro lado é ainda pertinente que Moçambique adopte uma política nacional de reassentamento e compensações como forma de acautelar e prover uma resolução consistente dos problemas de deslocamento das populações no contexto da indústria extractiva no país.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo em análise procura dar resposta à seguinte questão:

Que modelos de reassentamento Moçambique deve adoptar, para garantir a protecção e o desenvolvimento sócio-económico das comunidades afectadas pela Indústria Extractiva?

Dados os múltiplos campos abrangidos nesta questão, neste artigo iríamos centrar-nos sobre o reassentamento da população no âmbito dos projectos da indústria extractiva, desenvolvido pelas empresas estrangeiras como a Vale Moçambique e a Rio Tinto.

Para alicerçar as conclusões elegemos o Distrito de Chibuto, unidade territorial do nosso estudo e os de Moatize, Temane e Palma como campo de análise deste artigo, por parecer uma amostra significativa tendo em atenção as implicações advindas dos projectos de mineração pela indústria extractiva que ocorre naquele ponto do país.

Uma primeira conclusão, leva-nos a afirmar que uma política nacional de reassentamentos e compensações contribui para a concepção de modelos de reassentamentos e compensações integrado e sustentável que assegure o assentamento humano adequado, promovendo a estabilidade e desenvolvimento sócio-económico das comunidades afectadas pela indústria extractiva.

A promoção de diálogo permanente contribui para a participação das comunidades

nos processos de auscultação e tomada de decisões, assegurando um tratamento igual para o assentamento humano.

Para o caso vertente das áreas de exploração de gás, areias pesadas, citadas no parágrafo 2 do ponto 5.1 faz crer que a população local ressentir-se da falta de terra para exploração de agricultura, pesca, olaria, entre outras por ter dado lugar aos projectos de mineração, sem com isso se beneficiar de alguma compensação pela expropriação da terra, o que denota uma injustiça social se comparada a outros grupos privados dos seus direitos.

Pois, a falta de reassentamento humano condigno, constitui um mal maior às comunidades pelo facto de ser-lhe privada de habitação digna, campos de produção, e outras formas de rendimento.

Finalmente, para garantir a defesa dos direitos à população face ao uso indevido das terras de produção sem o cumprimento integral dos aspectos inerentes a responsabilidade social por parte das empresas de mineração, o governo de Moçambique deve repensar nas políticas que assegurem a protecção das populações afectadas pela mineração, adoptando uma política nacional e um modelo padrão de reassentamento causado pela atividade extractiva no país.

REFERÊNCIAS

Livros

Banco Mundial Manual de Operações, 2010.

BESSA, T. From Political Instrument to Protection Tool? Resettlement of Refugees and North-South Relations. *Refugee*, vol.26; 2009.

CERNEA, Michael. M. For a New Economics of Resettlement: A Sociological Critique of the Compensation Principle. An Exchange on the Compensation Principle in Resettlement, 2003.

MAGALHÃES, Gislaine. Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias. Brasil-SP, 2016.

MARCPNI, Maria de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. Metodologia de Investigação Científica. 7ª Edição Atlas, São Paulo, 2009.

MINTZBERG, Henry. *Simply Managing*. Great Britain, 2013.

RUAS, João. Manual de Metodologia de Investigação. Como fazer Propostas de Investigação, Monografias, Dissertações e Teses. Maputo, 2017.

SILVA, Vicente de Paulo da. Grandes Projectos e Transformação no Sentido do lugar. Caminhos de Geografia, Uberlândia, 2007.

STANFORD, Naomy. *Organization Design: CR. Eating High-Performing And Adaptable Enterprises*. Exmouth House Pine Street, London, 2007.

Documentos

DECRETO, (nº31/2012, de 31 de Dezembro), Regulamento de Reassentamentos e Compensações em Moçambique, 2012.

RELATORIO, ACNUR. A situação dos refugiados no mundo: cinquenta anos de acção humanitária, 2000.

RELATORIO, ACNUR. Return to Afeghanistan. Disponível em <<http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/home/opendocPDFViewer.html?docid=3e3f96da4query=Return%20toto%20Afghanistan>> acessado em 26/10/21, 2002.

RELATÓRIO, HUMAN RIGHT WATCH. Regulamento sobre o Processo de Reassentamento, Resultante de Actividades Económicas em Moçambique, 2012.

SOBRE O ORGANIZADOR

ELÓI MARTINS SENHORAS - Professor associado e pesquisador do Departamento de Relações Internacionais (DRI), do Programa de Especialização em Segurança Pública e Cidadania (MJ/UFRR), do Programa de MBA em Gestão de Cooperativas (OCB-RR/UFRR), do Programa de Mestrado em Geografia (PPG-GEO), do Programa de Mestrado em Sociedade e Fronteiras (PPG-SOF), do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPG-DRA) e do Programa de Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Graduado em Economia. Graduado em Política. Especialista pós-graduado em Administração - Gestão e Estratégia de Empresas. Especialista pós-graduado em Gestão Pública. Mestre em Relações Internacionais. Mestre em Geografia - Geoeconomia e Geopolítica. Doutor em Ciências. *Post-Doc* em Ciências Jurídicas. *Visiting scholar* na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), na University of Texas at Austin, na Universidad de Buenos Aires, na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, México e na National Defense University. *Visiting researcher* na Escola de Administração Fazendária (ESAF), na Universidad de Belgrano (UB), na University of British Columbia e na University of California, Los Angeles. Professor do quadro de Elaboradores e Revisores do Banco Nacional de Itens (BNI) do Exame Nacional de Desempenho (ENADE) e avaliador do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIS) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). Professor orientador do Programa Agentes Locais de Inovação (ALI) do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/RR) e pesquisador do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI). Organizador das coleções de livros Relações Internacionais e Comunicação & Políticas Públicas pela Editora da Universidade Federal de Roraima (UFRR), bem como colunista do Jornal Roraima em Foco. Membro do conselho editorial da Atena Editora.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Accountability 79, 107, 108, 109, 111, 120, 121
América Latina 30, 31, 33, 34, 36, 64, 78, 123
Antiimperialismo 32, 33, 34, 35, 36, 37
Aristocracia 55, 168, 174, 175, 176
Ativismo judicial 80, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92

B

Brasil 11, 29, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 75, 78, 81, 83, 84, 86, 91, 97, 105, 108, 120, 123, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 134, 136, 138, 139, 141, 142, 145, 146, 150, 151, 159, 169, 180, 189

C

Capitalismo 32, 33, 34, 35, 36, 50, 51, 55, 58, 61, 62, 79, 168, 176, 180
Ciberativismo 64, 68, 69, 77, 78
Cidadania 26, 28, 29, 73, 89, 107, 191
Ciência política 26, 28, 29, 52, 64, 80, 135, 138, 144, 182
Classe 10, 27, 29, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 66, 67, 68, 71, 79, 89, 101, 102, 103, 169, 171, 172, 179, 180
Comunicação 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 15, 17, 19, 20, 21, 23, 24, 64, 65, 78, 105, 107, 108, 114, 135, 185, 186, 187, 191
Corrupção 64, 68, 71, 73, 74, 76, 77, 81, 128
Currículo 144, 146, 147, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159

D

Danos morais 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105
Defesa 2, 17, 22, 32, 36, 140, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 156, 157, 158, 159, 178, 189
Democracia 15, 22, 26, 28, 29, 36, 63, 70, 78, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 109
Desenvolvimento 27, 32, 33, 35, 64, 69, 78, 87, 91, 107, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 141, 144, 148, 150, 151, 152, 156, 157, 158, 182, 183, 185, 187, 188, 191
Direita 26, 27, 28, 35, 64, 65, 68, 73
Direito 80, 81, 82, 86, 88, 89, 91, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 122, 135, 136, 137, 143, 171

Direitos fundamentais 11, 80, 81, 84, 86, 87, 89, 183, 184

E

Economia 36, 52, 67, 84, 91, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 169, 171, 180, 182, 191

Educação 29, 68, 78, 97, 130, 132, 144, 157, 159, 191

Ensino 26, 27, 29, 64, 136, 138, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 159

Esquerda 26, 27, 28, 65, 67, 68, 72, 73, 74, 75, 77

Estado 26, 27, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 39, 41, 45, 46, 47, 50, 52, 55, 58, 61, 62, 63, 70, 73, 81, 82, 83, 88, 89, 91, 102, 106, 111, 112, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 136, 141, 149, 151, 161, 166, 170, 179, 182, 183, 186, 187

Executivo 66, 81, 83, 84, 85, 87, 89, 90, 114, 116, 117

F

Facebook 64, 65, 68, 70, 71, 72, 75, 77, 78

Força aérea 144, 145, 146, 147, 149, 151, 152, 154, 157, 159

G

Gestão 81, 107, 108, 109, 111, 113, 115, 120, 122, 134, 151, 157, 182, 183, 187, 191

Governo 18, 27, 28, 35, 64, 66, 67, 68, 71, 72, 77, 79, 83, 107, 108, 109, 120, 123, 127, 128, 129, 170, 183, 186, 189

Guerra fiscal 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133

I

Impeachment 64, 65, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 81

Imperialismo 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 55, 62

Indústria 58, 93, 130, 169, 176, 184, 186, 187, 188

Inglaterra 7, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 179

J

Judicialização 80, 81, 84, 85, 86, 87, 89, 91

L

Legislativo 81, 83, 85, 87, 89, 90, 115, 116, 117, 119

Lei de responsabilidade fiscal 107, 108, 109, 112, 120

M

Marxismo 31, 35, 49, 52, 53, 57, 58, 61

MBL 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77

Mentira 3, 9, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 74

Moçambique 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190

Monarquia 168, 169, 170, 171, 175, 178, 179, 180

O

Omissão 1, 10, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 89, 101, 104

P

Pensamento 4, 30, 31, 32, 36, 52, 58, 98, 123, 124, 125, 126, 129, 132, 134, 141, 143, 172, 177, 180

Persuasão 5, 11, 15, 18, 20, 21, 22, 23

Pesquisa 2, 3, 4, 5, 9, 26, 27, 29, 50, 52, 58, 64, 65, 68, 69, 70, 72, 80, 82, 84, 86, 93, 95, 104, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 120, 122, 124, 125, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 139, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 154, 156, 159, 191

Poder judiciário 81, 84, 86, 87, 88, 89, 91, 94

Política 1, 7, 9, 15, 17, 20, 24, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 70, 72, 73, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 98, 108, 122, 124, 126, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 149, 150, 151, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 166, 168, 169, 170, 179, 182, 187, 188, 189, 191

População 27, 28, 65, 66, 69, 70, 74, 75, 77, 90, 108, 109, 110, 112, 138, 141, 149, 182, 183, 185, 188, 189

R

Reassentamento 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190

Redes sociais 64, 69, 70, 71, 77, 78, 84, 85, 137, 185, 187

Relações internacionais 30, 52, 122, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 182, 191

S

Sociedade 5, 24, 28, 29, 34, 36, 50, 66, 67, 70, 71, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 109, 110, 111, 125, 126, 133, 134, 137, 141, 150, 157, 168, 171, 175, 177, 179, 180, 191

Supremo tribunal federal 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 98, 106

T

Transparência 107, 108, 109, 113, 120, 121

Tributação 122, 124, 130, 131

V

VPR 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77



Ciência Política: Debates temáticos 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora
Ano 2022

Ciência Política: Debates temáticos 2



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Editora
Ano 2022

